

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
LINHA DE ESTUDOS CULTURA E ETNICIDADE

ELSON LUIZ ROCHA MONTEIRO

MAÇONARIA, PODER E SOCIEDADE NO PARÁ NA SEGUNDA
METADE DO SÉCULO XIX: 1850-1900

BELÉM - 2014

ELSON LUIZ ROCHA MONTEIRO

MAÇONARIA, PODER E SOCIEDADE NO PARÁ NA SEGUNDA
METADE DO SÉCULO XIX: 1850-1900.

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em
História, da Universidade Federal do Pará, como
requisito à obtenção do título de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. William Gaia de Farias.

Belém

2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
LINHA DE ESTUDOS CULTURA E ETNICIDADE
ELSON LUIZ ROCHA MONTEIRO

MAÇONARIA, PODER E SOCIEDADE NO PARÁ NA SEGUNDA
METADE DO SÉCULO XIX: 1850-1900.

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação, em
História, da Universidade Federal do Pará como
requisito para obtenção do título de Doutor.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Alexandre Mansur Barata
Universidade Federal de Juiz de Fora – MG

Prof. Dr. Heraldo Maués
Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Geraldo Coelho
Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. William Gaia
Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Fernando Arthur de Freitas Neves
Universidade Federal do Pará

Belém, 03 de outubro de 2014

Aos meus pais, Edgar e Ana.

Às minhas filhas, Ana Celina e Luciana.

A Maria de Lourdes, esposa e companheira.

AGRADECIMENTOS

Muitos foram aqueles que direta ou indiretamente, colaboraram na realização desta Tese. Para que esse agradecimento seja justo:

Um agradecimento muito especial ao Prof. Dr. William Gaia, meu orientador.

Aos meus professores do curso de Doutorado.

Ao meu ir.: Jorge Neves Jr. por suas “dicas” valiosas.

Às minhas bolsistas Elizângela, Marilene e Otávio pela preciosa colaboração na pesquisa.

Aos veneráveis mestres das lojas maçônicas pesquisadas, pela deferência em permitir o livre acesso aos arquivos.

“Liberdade, essa palavra
que o sonho humano alimenta
que não há ninguém que explique
e ninguém que não entenda...”.

Cecília Meireles

(Romanceiro da Inconfidência, 1953)

“A Maçonaria é uma instituição essencialmente iniciática, filosófica, filantrópica, progressista e evolucionista. Proclama a prevalência do espírito sobre a matéria. Pugna pelo aperfeiçoamento moral, intelectual e social da humanidade, por meio do cumprimento inflexível do dever, da prática desinteressada da beneficência e da investigação constante da verdade. Seus fins supremos são a Liberdade, a Igualdade e a fraternidade”.

Constituição do Grande Oriente do Brasil

MONTEIRO, Elson Luiz Rocha. **Maçonaria, poder e sociedade no Pará da segunda metade do século XIX:1850-1900.** — Belém: Universidade Federal do Pará. Tese de Doutorado em História Social, 2014.

RESUMO

O tema de pesquisa proposto se constitui em uma proposta inovadora, na medida em que, dentre os grupos e associações que participaram dos embates políticos e sociais do século XIX, a Maçonaria talvez seja a menos estudada e pesquisada. Com este estudo, pretendemos demonstrar que as lojas maçônicas, como outras associações, acompanhavam as mudanças que se processavam social e politicamente no país, estabelecendo uma nova cultura política que envolvia diferentes sujeitos que se encontravam na vanguarda do processo abolicionista, pugnando pela mudança das relações de produção no país, na defesa do movimento republicano e de uma educação laica, travando ainda um embate com a Igreja católica pela hegemonia na sociedade brasileira, que se refletiu na chamada “Questão Religiosa”. Este trabalho evoca essas lutas que também foram defendidas pelos maçons do Pará, bem como a análise do posicionamento da Maçonaria em relação ao regime imperial, como as questões básicas desta pesquisa, possibilitando redimensionar esse tema, procurando investigar as estratégias sociais desenvolvidas por esses sujeitos, através da atuação das lojas maçônicas e de alguns maçons importantes como Lauro Sodré, demonstrando seus posicionamentos políticos e suas formas de atuação. A pesquisa de jornais da época mostrou que de 1850 em diante foram fundadas lojas maçônicas no Pará, desenvolvendo uma sociabilidade que se refletiu nas associações e partidos políticos, assim como nos jornais fundados na época, que se aproveitavam desses espaços e festas públicas para promover debates em favor desses temas. A metodologia trabalhada consistiu basicamente de consulta aos jornais da época e documentação de registro das lojas maçônicas, que são referenciadas ao longo deste trabalho. No período proposto, o jornal foi o principal meio de comunicação da sociedade, sendo muito utilizado por letrados e políticos que passaram a utilizar suas páginas para criticar o regime imperial em crise, baseado no trinômio monarquia-latifúndio-escravidão e sustentado ideologicamente pela Igreja e o catolicismo como religião de Estado, rotulando-o de atrasado e incompatível com a modernização em curso no país.

Palavras-chave: Maçonaria, abolicionismo, república, educação, beneficência.

MONTEIRO, Elson Luiz Rocha. **Maçonaria, poder e sociedade no Pará da segunda metade do século XIX: 1850-1900** — Belém: Universidade Federal do Pará. Tese de Doutorado em História Social da Amazônia, 2014.

ABSTRACT

The considered subject of research constitutes an innovative proposal, once that, among the groups and associations that participated of the political and social conflicts in the nineteenth century, the Freemasonry is, perhaps, the least studied and researched. Thus, with this study, we intend to demonstrate that the Masonic lodges, as well as other associations, followed the social and political changes in the country, establishing a new political culture which involved different citizens that were in the vanguard of the abolitionist process, fighting for the change of the relations of production in the country, defending the republic movement and a secular education, and fighting with the Catholic Church for the hegemony in the Brazilian society, which reflected in the nominated Religious Issue. This work evokes these fights, also defended by masons of Pará, as well as the analysis of the positioning of the Freemasonry in relation to the Imperial Regimen, as the basic question of this research, making possible to resize this subject, searching for the social strategies developed by these citizens, through the performance of the Masonic lodges and of some important masons as Lauro Sodré, demonstrating its political positions and its ways of acting. The research of the newspapers from the period showed that, from 1880 onwards, Masonic lodges were founded in Pará, developing a sociability that reflected in associations and Political Parties, as well as newspapers founded at the time, which took advantage of these spaces and public parties in order to promote debates in favor of that themes. The methodology worked consisted primarily of consulting the newspapers of the time and registration documentation of the Masonic lodges, which are referenced throughout this work. In the considered period, newspapers were the main means of communication in society, being very used by scholars and politicians, who started to use its pages to criticize the Imperial regimen in crisis, based on the triad of monarchy-landlordism-slavery and ideologically supported by the Church and Catholicism as state religion, labeling it backward and incompatible with the ongoing modernization of the country.

Key-words: Freemasonry, abolitionism, republic, education, charity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I: SOBRE A MAÇONARIA	16
1.1 – MAÇONARIA NA HISTORIOGRAFIA	17
1.1.1 – A Maçonaria na Historiografia Brasileira.....	18
1.2 – A MAÇONARIA NO BRASIL	26
1.2.1 – Histórico.....	26
1.3 – OS CAMINHOS DA MAÇONARIA	31
1.3.1 - Da Maçonaria Operativa à Maçonaria Especulativa	33
1.4 - A MAÇONARIA E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL	40
1.5 – O GRANDE ORIENTE DO BRASIL	41
1.6 – A MAÇONARIA NO PARÁ	42
1.6.1 - O Renascimento da Maçonaria no Pará.....	46
CAPÍTULO II: A MAÇONARIA EM QUESTÕES SOCIAIS E RELIGIOSAS	54
2.1 – A QUESTÃO RELIGIOSA	54
2.1.1 - O Conflito com o Estado.....	61
2.1.2 – O Embate com D. Macedo Costa no Pará.....	70
2.2 – MAÇONARIA E ABOLIÇÃO	82
2.2.1 - A questão Abolicionista no Século XIX.....	84
2.2.2 - A Maçonaria e a Campanha Abolicionista.....	89
CAPÍTULO III: A MAÇONARIA PARAENSE: SOCIABILIDADE E ATUAÇÃO POLÍTICO-SOCIAL	98
3.1 – A MAÇONARIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX NO PARÁ..	98
3.2 – A ELITE MAÇÔNICA PARAENSE E A IMPRENSA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX	107
3.2.1 – Jornais Maçônicos ou de Propriedades de Maçons.....	122
3.2.1.1 - O Santo Ofício	122
3.2.1.2 - O Filho da viúva	126
3.2.1.3 - O Liberal do Pará	127
3.2.2 - TITO FRANCO	129
3.3 – MAÇONS, INTELECTUAIS E PEQUENOS-BURGUESES URBANOS	133
3.4 – MAÇONS E REPUBLICANOS NO PARÁ	166

3.5- BENEFICÊNCIA E EDUCAÇÃO: CAMPOS DE ATUAÇÃO DOS PEDREIROS-LIVRES.....	179
3.5.1 – Beneficência.....	179
3.5.2 – A Ação Maçônica no Campo Educacional.....	182
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	193
FONTES	196
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	197
ANEXO I.....	204
ANEXO II	207

INTRODUÇÃO

O projeto de pesquisar a Maçonaria paraense no século XIX, em um primeiro momento partiu do interesse de discutir o papel da maçonaria na “Questão Religiosa”, já que o Bispo do Pará, Dom Antonio de Macedo Costa, juntamente com Dom Vital, Bispo de Olinda, foram os principais agentes do clero católico envolvidos nessa questão. No entanto, com o desenvolvimento da pesquisa, vislumbramos também a compreensão sobre o envolvimento da Maçonaria paraense do período com a campanha pela abolição da escravidão no Pará e no movimento republicano. No Pará, foram maçons os principais líderes das agremiações abolicionistas, como Samuel MacDowell e o Dr. Assis, assim como foram maçons paraenses alguns dos mais importantes líderes do movimento republicano até mesmo em nível nacional, como Lauro Sodré e Serzedelo Corrêa.

Partindo do contato com obras e documentações que assinalam a atuação das agremiações, sociedades e grupos que participaram das campanhas abolicionista e republicana no fim do século XIX, estas revelam experiências sociais entre grupos que se uniram no Estado do Pará em prol do ideal de liberdade aos escravos, e da campanha republicana, e, em especial, permitem um olhar para a atuação das lojas maçônicas envolvidas nessa campanha.

Políticos e letrados como Lauro Sodré, Justo Chermont, Paes de Carvalho e José Veríssimo, foram maçons que nortearam os rumos da atuação da maçonaria paraense por essa época. A ação desta instituição no processo histórico referente às campanhas abolicionista e republicana vem sendo tratada pela historiografia, mas ainda nos deparamos com lacunas para o desenvolvimento de novas pesquisas sobre essa atuação política das lojas maçônicas neste período.

A pesquisa buscou contribuir para a historiografia regional, ao tratar esses movimentos levando em consideração os ideais que norteavam esses grupos organizados. Ideais como a opção pelo liberalismo decorrente do pensamento iluminista do século XVIII, expresso nas ações movidas pelas associações do período, e em especial a Maçonaria, que atuou tanto na campanha abolicionista, como na republicana.

É facilmente perceptível que a linha de atuação desses grupos era resultado do pensamento iluminista. Naquele momento histórico, era essa linha de pensamento que incentivava a luta pelos direitos naturais do homem, sendo que para alguns grupos inseridos e atuantes no contexto do período, a escravidão, a monarquia, e a forte influência de uma Igreja

católica profundamente conservadora, como a do século XIX, simbolizavam todas as forças que ameaçavam o destino natural para uma sociedade livre. Deve-se observar, porém, que, em relação à escravidão, a proposta dominante à época na maioria dessas sociedades era no sentido de propor uma abolição gradual, respeitando o direito de propriedade e buscando evitar a desarticulação do sistema produtivo.

O recorte selecionado para a pesquisa abrange o período de 1850 a 1900, por se tratar de uma época, a partir das décadas de 1850 e 1860, em que foram fundadas no Pará lojas maçônicas que logo desenvolveram importante papel na sociedade provincial, por atuarem de forma contundente, principalmente a partir da década de 1870, quando ocorre a questão religiosa, o abolicionismo e o movimento republicano. É nesse período que os grupos políticos ligados a agremiações e associações, intensificaram as campanhas em prol da abolição e da república como estratégia de modernização da estrutura social e política.

Nesse sentido, associações como as lojas maçônicas desenvolveram projetos ligados a questão da emancipação dos escravos, inclusive estabelecendo normas no que se refere à proibição dos maçons possuírem escravos por qualquer título e mesmo libertar os que ainda estivessem sob seu domínio. Esse compromisso seria firmado por escrito e os infratores poderiam sofrer pena de expulsão dos quadros da maçonaria se descumprissem o firmado, ou requeressem qualquer medida contra escravos, seja denunciando fugas ou esconderijos, castigando-os corporalmente, ou consentindo que alguém o fizesse sob suas ordens.

Veremos também que a Maçonaria assumirá a defesa do ensino laico, desenvolvendo um projeto educacional que visava à criação de escolas para as classes populares, contrapondo-se assim ao ensino religioso e ao monopólio da educação mantido pela Igreja.

Considerando que a maçonaria é uma instituição norteada pelos princípios do iluminismo, conforme demonstraremos no primeiro capítulo, onde desenvolvemos um histórico dessa instituição. Ela reconhece dentre os direitos do homem, a liberdade e a igualdade jurídica, não reconhecendo o direito de um homem sobre outro homem. O lema oficial da maçonaria é *liberdade, igualdade e fraternidade*, que depois foi adotado pelos revolucionários franceses. O original da Revolução Francesa era igualdade, liberdade ou morte¹.

Desenvolvendo este trabalho, pretendemos demonstrar que as lojas maçônicas, como outras associações, acompanhavam as mudanças que se processavam social e politicamente no país, estabelecendo uma nova cultura política, que envolvia diferentes sujeitos que se

¹ CASTELLANI, José. **A Ação Secreta da Maçonaria na Política Mundial**. São Paulo: Landmark, 2002, p.17.

encontravam na vanguarda desse processo em que várias questões dominavam o pensamento do século XIX, como a república associada à idéia de um estado laico. Essa questão teria várias implicações, como a separação Igreja-Estado, secularização dos cemitérios, imigração, documentação civil e o abolicionismo que representava uma mudança das relações de produção no país.

A “Questão Religiosa” e a luta pela emancipação dos escravos defendida pelos maçons do Pará, bem como a análise do posicionamento da maçonaria em relação ao regime imperial, é a questão básica desta pesquisa, possibilitando redimensionar esse tema, procurando investigar as estratégias sociais desenvolvidas por esses sujeitos, através da atuação das lojas maçônicas e de alguns maçons importantes como Lauro Sodré, Dr. Assis, Padre Eutíchio, Tito Franco, entre outros, demonstrando seus posicionamentos políticos e suas formas de atuação.

A partir de pesquisas nos jornais da época, observamos a presença da Maçonaria como instituição fortemente influente na sociedade paraense. Na questão da abolição os maçons estavam presentes nas associações que de 1880 em diante foram fundadas, as quais geralmente se aproveitavam de festas públicas para debater em favor da liberdade dos escravos. O periódico *O Liberal do Pará* assinala algumas dessas associações formadas com essa finalidade, das quais participavam escritores, poetas, professores, estudantes, comerciantes, políticos e outros sujeitos que estavam ligados à campanha abolicionista como *O Club Amazônia*, *Club Tenreiro Aranha*, *Club Soares Carneiro*².

Em 1888 foi fundada a Liga Redentora da Província do Pará, que além de abolicionista, abriu espaço para o discurso republicano e a questão educacional, o que será assumido também por outras entidades fundadas nesse período, tais como: Liga da Imprensa Paraense, Sociedade Auxiliadora da Instrução, Sociedade Reação contra a Escravidão, Club República das Letras, Club Deus, Pátria e Liberdade e a Sociedade Libertadora Santarena 13 de Maio, conforme demonstraremos no desenvolvimento do texto.

No período proposto, o jornal foi o principal meio de comunicação da sociedade, sendo muito utilizado por letrados e políticos que passaram a aproveitar suas páginas para criticar o regime imperial e escravocrata em crise, rotulando-o de atrasado e incompatível com a modernização que estava em curso no país. Considerando também que outros jornais foram porta-vozes dos defensores da ordem monárquica e escravocrata estabelecida, foi esse

² *O Liberal do Pará*, Belém, 15 de maio de 1884, p. 02.

meio de comunicação, portanto, o principal instrumento por onde ocorriam os debates e se afirmavam posições no contexto sócio-político da época.

Veremos a estrutura dos jornais maçônicos e suas ligações com as lojas maçônicas, identificando seus diretores, gráficas etc., buscando também identificar as lideranças maçônicas vinculadas não só à direção desses jornais, mas também às organizações que estão atuando nesse momento no meio social paraense, como as organizações emancipacionistas, o Partido Liberal, Clube Republicano e no grande debate que mobilizou a sociedade paraense nesse período, que foi a “Questão Religiosa”, procurando também dar conta das festas realizadas pela maçonaria para arrecadação de fundos que foram utilizados na alforria de escravos. E finalmente identificar as ações da maçonaria no plano político e social.

Os jornais podem ser encontrados na Biblioteca Pública Arthur Vianna. Outras fontes utilizadas nas pesquisas foram algumas atas de reuniões das lojas maçônicas já estabelecidas àquela época no Pará, como as Lojas: “Harmonia”, “Firmeza e Humanidade”, “Harmonia e Fraternidade”, “Cosmopolita”, “Renascença” e “Aurora”. Também foram utilizados os relatórios, falas e mensagens encontradas no Fundo Legislativo do Arquivo Público do Pará, que possibilitaram analisar o ambiente de conflito em que atuavam figuras políticas e membros da maçonaria, tendo em vista que esses relatórios e mensagens são campos de discursos dos membros desses grupos.

Desse modo, na pesquisa utilizamos diversos tipos de fontes. Assim podemos observar as propostas políticas e ideológicas presentes naquele momento histórico, em que atores dessas propostas procuravam ganhar as massas para a idéia de uma renovação política, econômica e social, que acabaria provocando profundas alterações na sociedade brasileira, levando-nos a afirmar, que no caso da abolição, foi alterado o Modo de Produção, que deixou de ser escravista, assim como, com a Proclamação da República, foi modificada a organização do Estado e a forma de governo.

Ao longo do trabalho, além de vermos a questão do abolicionismo maçom na imprensa paraense, procuramos demonstrar a relação existente na estrutura de sustentação dos jornais maçônicos, seus diretores, gráficas etc., com as lojas e os indivíduos que participavam de ambos (jornais e lojas). Buscamos relacionar o que está noticiado nos jornais com os debates ocorridos dentro de lojas descritos em suas atas, além de procurar identificar as lideranças maçônicas que estavam vinculadas às organizações emancipacionistas e liberais.

Além desses aspectos, objetivamos analisar as festas de arrecadação de fundos para a alforria de escravos e as manumissões feitas pelas lojas maçônicas. Procuramos também discorrer ainda sobre as ações da maçonaria na política e no plano social, investigando os

debates no parlamento, através dos anais da Assembléia Legislativa, que se encontram no Arquivo Público, verificando ainda os boletins do Grande Oriente do Brasil - GOB.

Finalmente, procuramos demonstrar que todas essas atividades de caráter sócio-político articulada pelos maçons paraenses, estavam diretamente relacionadas à sociabilidade que se desenvolvia nas lojas maçônicas.

Nesse sentido, trabalhamos o conceito de sociabilidade na perspectiva de Georg Simmel, em que a sociabilidade é vista como um processo de interação micros sociológicos, através dos quais se constituem associações ou “sociações”, em que os indivíduos em interação uns com os outros, formam de alguma maneira uma unidade, uma “sociedade”, e estejam conscientes disso. Para Georg Simmel, designa também um complexo de indivíduos socializados, uma rede empírica de relações humanas operativa em um dado tempo e espaço, no sentido de formas relacionais através dos quais os indivíduos tornam-se parte de uma rede³.

Iniciamos este estudo com uma discussão da historiografia maçônica, para em seguida abordarmos um rápido histórico das origens da maçonaria e posteriormente adentrar na tese principal, sobre como, a partir da sociabilidade maçônica, seus agentes interagem na sociedade e nas relações de poder na então Província do Pará.

CAPÍTULO 1 – SOBRE A MAÇONARIA

³ FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. **Sociabilidade urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007, p. 9.

Neste primeiro capítulo abordamos as questões relacionadas à historiografia maçônica, bem como o desenvolvimento da Maçonaria em sua trajetória da maçonaria operativa à maçonaria especulativa, abordando a história da maçonaria brasileira, que se confunde com a história do Grande Oriente do Brasil, travando também o debate de sua historiografia.

No segundo capítulo, além da abordagem da chamada “Questão Religiosa”, onde o Pará foi um de seus principais palcos, trabalharemos também a campanha abolicionista no Brasil, que teve enorme envolvimento da Maçonaria, relacionando a mesma com os acontecimentos que ocorrem no Pará envolvendo a maçonaria paraense, assim como a amazonense, demonstrando que a região amazônica estava plenamente integrada a essa ação da maçonaria brasileira.

Estudar a relação entre maçonaria, poder e sociedade no Pará da segunda metade do século XIX, é verificar a sociabilidade maçônica nesse período. A maçonaria tem importante atuação nos principais acontecimentos dessa fase na então Província do Pará, ressaltando a presença dessa instituição nas questões abolicionistas, religiosa e republicana, debatendo questões como a educação laica, o federalismo, a separação Igreja-Estado etc.

A atuação de maçons na liderança desses movimentos, não era fruto de atuações individuais, mas algo que era articulado dentro das lojas maçônicas. A presença de maçons no Partido Liberal, no movimento republicano e até mesmo no Partido Conservador, mas com posições liberais, como foi o caso do Visconde do Rio Branco, Grão-Mestre da Maçonaria à época, que defendeu no parlamento e promulgou a Lei do Ventre Livre em 1871.

A defesa dessas idéias estava vinculada a um debate que se dava dentro das lojas maçônicas, inspirado nos ideais iluministas que norteavam a ideologia maçônica do período. Idéias que se faziam presentes desde a criação da maçonaria moderna, no início do século XVIII. Para adentrarmos na questão da atuação da maçonaria do Pará no século XIX e compreender o tipo de envolvimento que essa instituição teve nos movimentos de caráter liberal que agitaram esse século, procuramos trabalhar essa atuação destacando o papel desempenhado pelos maçons paraenses nas grandes questões que se deram na Província no período referido, demonstrando como as lojas maçônicas atuaram de forma incisiva nas questões que agitavam a sociedade.

Nessa perspectiva procuramos demonstrar que a maçonaria paraense foi um importante elemento mobilizador da sociedade, com suas principais lideranças atuando na direção das entidades que levantaram a bandeira das grandes questões que se faziam presentes no campo político-social da segunda metade do século XIX, como a questão religiosa, a

campanha abolicionista, o movimento republicano e as demais reivindicações que se enquadravam nesse contexto, como o federalismo, o ensino laico, a grande imigração, a separação Igreja-Estado.

As ações desses maçons, que foram os grandes líderes deste debate, não decorriam de motivações individuais, mas foi também produto da sociabilidade maçônica dentro das lojas, fazendo com que os mesmos atuassem como intelectuais orgânicos, organizando a cultura progressista da época, no sentido gramsciano do termo⁴.

Para entendermos as razões de a maçonaria engajar-se nesses movimentos que galvanizaram a opinião pública paraense e brasileira na segunda metade do século XIX, precisamos compreender um pouco da história da maçonaria no mundo e no Brasil, buscando explicar e entender a presença e a trajetória dessa instituição ao longo dos séculos, compreendendo inclusive a sua passagem de maçonaria operativa para maçonaria especulativa. Antes, porém, é importante que vejamos um pouco a respeito do debate historiográfico sobre a Maçonaria.

1.1 – A MAÇONARIA NA HISTORIOGRAFIA

A historiografia sobre a maçonaria vem sendo revista em estudos que estão sendo realizados no mundo e em especial na Europa, nos últimos tempos, onde se destacam trabalhos como o de Ferrer Benimelli, que nos possibilitam acessar uma bibliografia mais acadêmica, pois a maior parte das obras sobre a maçonaria vem de estudiosos ligados a Ordem Maçônica, alguns sem formação acadêmica especializada, que resulta, muitas vezes, em obras sem o chamado rigor acadêmico no uso das fontes, mas que tem dado uma grande contribuição para o estudo dessa temática.

As lojas maçônicas têm características de atuação muito próprias de sua organização interna e de suas tradições “ocultistas”, como nos faz ver Benimelli: *El siglo pasado fue la época Del ocultismo. Asociaciones secretas de todos los matices actuaron em La sociedad com fines mui diversos, aunque as veces se unían para uma causa común [...] o que se confundiera a los masones con los carbonários*⁵.

A forma de atuação dessas sociedades, que por serem secretas, acabou dificultando a pesquisa de documentos, pois o acesso a atas das lojas, por exemplo, só é permitido aos

⁴ GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

⁵ BENIMELLI, José Antonio Ferrer. **La Masoneria Actual**. Ed. AHR. Barcelona, 1977. P.72.

maçons. Os relatos de fatos que se passam em lojas, também são difíceis de conseguir, pois os maçons fazem juramento de silêncio sobre o que acontece em loja. Esses aspectos fazem com que haja dificuldades nas pesquisas sobre a atuação da maçonaria na história contemporânea. No entanto, este círculo vem sendo rompido com novos estudos de caráter acadêmico que tem acessado os documentos existentes em arquivos públicos, como os jornais, maçônicos ou não, revistas, anais de assembleias legislativas, parlamentos etc., onde se destaca a ação de parlamentares maçons que tiveram influente atuação em momentos importantes da História, possibilitando assim um despertar para os estudos sobre a maçonaria.

Outro aspecto que aparece na historiografia sobre a maçonaria, é a presença de autores que escrevem em uma perspectiva de hostilidade, aparecendo como ferrenhos adversários da Ordem Maçônica. Ao nível universal destaca-se a figura de Leo Taxil, que escreveu no século XIX diversos textos atacando a maçonaria e relatando pseudos rituais satânicos praticados por essa Ordem, mas que posteriormente foram renegados pelo próprio autor, que declarou que tudo não passava de falsidades criadas por ele mesmo, a serviço de interesses que visavam desmoralizar a instituição maçônica⁶. Benimeli e Alberton, citam autores como A. Grandidier e Joseph de Maistre, que em suas obras realizaram críticas severas à maçonaria⁷. A discussão maior que pretendemos, porém, é sobre a maçonaria na historiografia brasileira.

1.1.1 - A MAÇONARIA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Na historiografia brasileira, a presença da maçonaria se dá através principalmente de “historiadores maçons”, sem formação acadêmica específica, ou seja, historiadores sem formação teórico-metodológica em História. A presença da maçonaria na historiografia brasileira se dá em rápidas referências vinculadas basicamente a dois momentos: na articulação pela independência do Brasil e na famosa Questão Religiosa. O rompimento a esse bloqueio, que priorizou o estudo sobre maçonaria, ocorre através de obras como dos historiadores maçônicos Manuel Arão Reis e José Castellani, sendo o segundo autor de vasta obra sobre a presença da maçonaria na história brasileira.

O primeiro, Manuel Arão Reis, tem importante papel nesse contexto, pois em sua obra sobre a maçonaria brasileira colocou à disposição do público vasta documentação pertencente

⁶ VIDAL, César. **Os maçons: a sociedade secreta mais influente da história**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

⁷ BENIMELLI, José Antonio Ferrer e ALBERTON, Valério. **Gafes e mancadas maçônicas e antimaçônicas**. Londrina: Ed. A Trolha, 1991. P. 85-89.

principalmente ao Grande Oriente do Brasil, recuperando documentos e transcrevendo em seu livro sobre a história da maçonaria no Brasil⁸.

No Brasil, a historiografia maçônica tem sido basicamente desenvolvida por escritores maçons. Estes na maioria das vezes não são historiadores profissionais. O historiador maçônico, não acadêmico, com maior produção, é José Castellani, já falecido, que era dentista de profissão, o que não invalida a sua extensa obra historiográfica e a vasta pesquisa feita pelo mesmo.

Esses historiadores, sem dúvida nenhuma, resgataram para a história do Brasil o relato de fatos e acontecimentos até certo ponto escondidos de nossa história sobre a participação dos maçons e da Maçonaria, em acontecimentos decisivos da história brasileira, como a independência, articulada em grande parte dentro das lojas maçônicas, a campanha abolicionista e a proclamação da República, assim como na defesa de um Estado laico no Brasil⁹.

O professor Alexandre Mansur Barata, um historiador acadêmico, ressalta a importância da atuação da Maçonaria brasileira em toda a segunda metade do século XIX, onde, além dos fatos já referenciados, a maçonaria travou um embate com o pensamento conservador da Igreja católica do período, contrapondo um posicionamento liberal e racionalista e, em certo sentido, positivista, que muito influenciou a geração modernista de 1870, com o seu cientificismo, como vemos no trecho a seguir:

É a partir da crença na universalidade da natureza humana e no racionalismo, pressupostos fundamentais do movimento ilustrado, que o discurso maçônico se estrutura. Ao se definir como uma escola de formação moral da humanidade, ensinando as virtudes cardeais - a liberdade de pensamento e a independência da razão -, a Maçonaria assumia o compromisso das "Luzes", de combater as "trevas", representadas pela ignorância, pela superstição e pela religião revelada. Durante os últimos anos do século XIX e primeiros do XX a presença da maçonaria brasileira nos debates que visavam construir uma nova noção de identidade nacional foi uma constante.¹⁰

No debate sobre a historiografia maçônica no Brasil, é de suma importância o historiador maçônico Manoel Arão Reis, que escreveu um dos livros mais importantes dessa historiografia. Livro, infelizmente, raro, que este autor tem a felicidade de possuir um exemplar do seu 1º volume, que é "História da Maçonaria do Brasil" (1926). Nessa obra, o autor retrata a participação da maçonaria ao longo da história do Brasil no século XIX,

⁸ REIS, Manuel Arão. **História da Maçonaria no Brasil**. Recife: Edição do Autor, 1926.

⁹ COLUSSI, Eliane Lúcia. **Plantando Ramas de Acácia: a maçonaria gaúcha na segunda metade do século XIX**. (Tese) Doutorado em História Social – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1998.

¹⁰ BARATA, Alexandre Mansur. "Luzes e Sombras: a ação dos pedreiros-livres brasileiros (1870-1910)". Niterói: UFF, 1992. (Dissertação de Mestrado), p. 108. In: COLUSSI. Op. Cit. (Tese), 1998, P. 48.

passando pelos acontecimentos vinculados à independência, à Abolição da Escravidão, à Proclamação da República e à presença da maçonaria na discussão do ensino laico, que inclusive resultou na criação de escolas pelas lojas maçônicas, o que ocorreu em grande número no início do século XX em todo o Brasil.

No prefácio dessa obra, o próprio autor ressaltou que se tratava de uma simples tentativa de sistematização dos fatos mais notáveis que envolveram essa benemérita instituição na própria história nacional¹¹. Importante destacar que Reis, antes de adentrar-se na história da maçonaria brasileira propriamente dita, desenvolve um texto preambular em que analisa as prováveis origens da maçonaria, fazendo uma definição da mesma de forma genérica, abordando qual a política da maçonaria, a sua filosofia, os seus preceitos morais, a simbologia maçônica, o valor da doutrina maçônica, discutindo ainda o futuro da doutrina maçônica¹².

A obra de Arão Reis também tem relevância por discutir as correntes históricas a que se filiou a maçonaria, no Brasil¹³. Em seu primeiro volume, traça um panorama da participação da Ordem maçônica ao longo de todo o século XIX na história do Brasil. O autor demonstra como os maçons e os valores difundidos pela instituição, permearam e influenciaram a história do país em sua própria formação como nação, através não só da ação de suas Lojas, mas também da atuação, sempre presente na história pátria, de seus membros ilustres, como Gonçalves Ledo, José Bonifácio, Joaquim Nabuco, Visconde do Rio Branco e Barão do Rio Branco (pai e filho), para citar apenas alguns poucos, cabendo ressaltar que todo o primeiro ministério da República foi constituído de maçons¹⁴.

Interessante que outro historiador maçom, José Castellani, nos informa que o próprio Deodoro, pouco mais de um mês após a Proclamação da República, foi eleito Soberano Grande Comendador Grão-Mestre da maçonaria brasileira¹⁵.

Entre os historiadores maçônicos, não acadêmicos, talvez a principal fonte bibliográfica sobre a maçonaria brasileira, seja José Castellani, pois escreveu uma vasta obra abordando esse assunto, onde se destaca como seu principal livro “História do Grande Oriente do Brasil: a maçonaria na história do Brasil” (1993). Ao lado dessa obra, o autor escreveu

¹¹ REIS, Manoel Arão. Op. Cit. Preâmbulo, 1926.

¹² Idem.

¹³ Idem.

¹⁴ GOMES, Manuel. **A Maçonaria na História do Brasil**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Aurora, S/D, p. 139.

¹⁵ CASTELLANI, José. **A Maçonaria na década da Abolição e da República**. Londrina: Ed. A Trolha, 2001, p. 106-107.

mais de 30 livros sobre assuntos maçônicos, com boa parte deles versando sobre a história da maçonaria no Brasil.

Destacamos a sua obra, “A História do Grande Oriente do Brasil”, como a grande obra que nos fala sobre as origens da Maçonaria no Brasil, e que, talvez, seja a obra que represente a maior fonte da historiografia sobre a maçonaria no Brasil, até mesmo porque em seu conteúdo constam vários documentos reproduzidos pelo autor como fontes primárias¹⁶.

Dando continuidade à discussão historiográfica, vejamos a interessante análise de Eliane Colussi colocando os estudos maçônicos e os historiadores maçônicos sob a perspectiva dos historiadores *descomprometidos* e dos historiadores *comprometidos*.

Nessa perspectiva, Colussi ressalta em dado momento autores que foram expressões do antimaçonismo no país. Em sua tese, destaca principalmente dois autores: Gustavo Barroso – *História Secreta do Brasil*, de 1939 - “que explica na sua principal obra a presença maçônica na história brasileira a partir de posicionamentos anti-semitas, e Boaventura Kloppenburg – *A Maçonaria no Brasil: orientação para católicos*, de 1956 – Este autor que era padre e depois bispo católico, foi identificado pelos próprios maçons como seu inimigo permanente por ter feito do combate à maçonaria o principal tema de suas publicações¹⁷.

Em relação aos historiadores comprometidos, a historiadora ressalta que ao lado das obras acadêmicas de autores europeus, o grupo historiográfico que mais contribuiu para a construção de seu trabalho foi constituído por aqueles por ela denominados como comprometidos ou engajados ideologicamente¹⁸.

Falando sobre os dois grupos, ressalva a autora, que em certo sentido, excluindo as obras de caráter mais simplista, fantasiosas e caricaturais da literatura disponível, restou um grupo de autores importantes e sérios, destacando que o caráter ideologicamente comprometido pode ser observado em duas versões: a primeira, através de historiadores maçons, e a segunda de autores da antimaçonaria¹⁹.

Colussi destaca a importância dos estudos realizados por essas duas correntes, pois em sua visão, o caráter de parcialidade e de ausência de crítica histórica não prejudicou a

¹⁶ CASTELLANI, José. **História do Grande Oriente do Brasil:** a maçonaria na história do Brasil. Brasília: Gráfica e Editora do Grande Oriente do Brasil, 1993.

¹⁷ COLUSSI, Eliane Lucia. **Plantando Ramos de Acácia:** a maçonaria gaúcha na segunda metade do século XIX. TESE. Doutorado em História do Brasil. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1998.

¹⁸ Idem.

¹⁹ COLUSSI, Eliane Lúcia, Op. Cit., 1998. Passim.

contribuição dessas obras para os estudos sobre a maçonaria, sobretudo por se basearem em levantamentos documentais oriundos das próprias lojas ou corpos maçônicos²⁰.

A mesma autora referencia entre os historiadores maçons, o já comentado Manuel Arão, ressaltando que em seu trabalho o autor teve a preocupação com a objetividade histórica, dizendo ainda que, à semelhança de outros autores, contemporâneos ou não, ele realizou uma incansável transcrição de documentos pertencentes especialmente ao Grande Oriente do Brasil, tendo uma enorme preocupação no sentido de recuperar documentos e transcrevê-los em suas obras²¹.

Ao nível de teses acadêmicas, além dos trabalhos de Eliane Colussi e Alexandre Mansur Barata, destacamos o autor maçom Frederico Guilherme Costa, que defendeu uma dissertação de mestrado sobre o tema²².

Ressalvando o pioneirismo dos autores citados, podemos dizer que tem havido crescimento do interesse pela temática, sobretudo sobre a participação da maçonaria na história do Brasil, que tem sido maior no decorrer deste século, com diversas dissertações, monografias e teses, ao nível de mestrado, doutorado e até mesmo nos trabalhos de conclusão de curso, os TCCs.

Nesse sentido, referenciamos as obras de Alexandre Mansur Barata, pioneiro nos estudos acadêmicos sobre a maçonaria no Brasil. Esse autor desenvolveu um importante trabalho histórico sobre a ação da maçonaria no país, realizado com rigor acadêmico, fruto de uma formação universitária com graduação, mestrado e doutorado em história. O mesmo publicou um livro editado pela editora da Unicamp de Campinas em 1999, sob o título “Luzes e Sombras: a Ação da Maçonaria Brasileira (1870-1910). Nessa obra Barata demonstra a importante atuação da maçonaria no final do Império e início da República, demonstrando a intensa participação maçônica em acontecimentos como a Abolição, a Proclamação da República, a “Questão Religiosa”, além da discussão sobre o ensino laico e temas como a separação da Igreja do Estado. Esses fatos que se dão a nível nacional se repetem em nível regional, com ampla repercussão no Estado do Pará, como veremos no decorrer deste trabalho.

Verificamos também, que mesmo na historiografia tradicional, já se percebia a observação por parte de alguns historiadores do reconhecimento da presença da maçonaria nos acontecimentos históricos brasileiros, principalmente no século XIX, onde a sociedade

²⁰ Idem.

²¹ Idem.

²² COSTA, Frederico Guilherme. **A Maçonaria e a Emancipação do Escravo**. Londrina: Ed. Maçônica “A TROLHA”, 1999.

não tinha muitos meios de expressão dos seus anseios, pela pouca presença dos partidos políticos, inexistência de sindicatos e organizações não governamentais ONGs, que hoje representam os diversos anseios dos variados segmentos sociais presentes no contexto social brasileiro.

Neste sentido algumas obras de abordagem histórica já colocavam a presença e a influência da maçonaria nos acontecimentos marcantes da História do Brasil. Na historiografia tradicional, autores como Emilia Viotti, Caio Prado Júnior, já trabalhavam a presença da maçonaria na história brasileira. Na coletânea “História Geral da Civilização Brasileira”, em seu terceiro volume, aparece o texto de Célia de Barros Barreto, “Ação das Sociedades Secretas”, no qual a autora ressalta os princípios maçônicos e sua relação com a ideologia burguesa do século XVIII²³.

O mesmo Alexandre Mansur Barata defendeu como tese de Doutorado a temática maçônica com o título: “Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência (Brasil, 1790-1822)”²⁴, que, segundo o próprio autor, tinha o objetivo de procurar analisar a inserção da sociabilidade maçônica no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, na passagem do século XVIII para o século XIX, procurando identificar os principais mecanismos de recrutamento de seus membros por essa Ordem, sua organização, as motivações em torno do pertencimento a essa instituição, estudando ainda como se davam as relações entre maçons e as autoridades portuguesas, tanto seculares quanto eclesiásticas. Buscou ainda identificar as conexões existentes entre os maçons dos dois lados do Atlântico.

Essas questões são trabalhadas visando melhor compreender a progressiva politização do espaço maçônico, sobretudo no período que antecedeu a independência, que foi o marco inicial da construção do Estado Nacional Brasileiro²⁵.

Enquanto isso ocorria no Brasil, na Europa, o interesse crescente dos estudos maçônicos já era uma realidade há muito tempo. Podemos verificar na produção de obras e teses acadêmicas em grande número existente naquele continente, onde nasceu a maçonaria, e enquanto instituição organizada exerceu forte influência em sua história, o que explica a grande produção acadêmica já presente na historiografia de alguns países, principalmente na França e Inglaterra, que inclusive possuem universidades com centros específicos de estudos do assunto como a Universidade de Sheffield, na Inglaterra e a Universidade Nice/Saint-

²³ BARRETO, Célia de Barros. “Ação das Sociedades Secretas”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. V. 3. S. Paulo, Difel, 1999, p. 191.

²⁴ BARATA, Alexandre Mansur. **Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência (Brasil, 1790-1822)**. Tese. (Doutorado) Faculdade de Educação. UNICAMP. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2002.

²⁵ BARATA, Alexandre Mansur. Op. Cit., 2002, passim.

Sophie, na França. Ressalte-se que os holandeses também criaram uma cadeira de estudos maçônicos na Universidade de Leyde.

Nos Estados Unidos também há a contribuição de historiadores como Steven C. Bullock com sua obra “Revolutionary Brotherhood, Freemasonry and Transformation of the American Social Order, 1730-1840”²⁶.

De acordo com William Almeida de Carvalho criou-se na França um *Espace de Reccherches et d`Echanges Maçonologiques* – EREM, que tem trabalhado na área de teses e estudos maçônicos, funcionando, segundo o autor do texto, como uma verdadeira câmara de compensação de teses e estudos maçônicos. No mesmo texto, o autor referencia como pioneiros dos estudos universitários sobre a temática maçônica, os maçons Pierre Chevallier e Daniel Ligou, que se dedicavam academicamente a essa temática já na década de 1960, citando ainda entre os historiadores maçônicos franceses, pioneiros como Auguste Cochin e François Furret, que segundo William de Almeida Carvalho, influenciaram muito a recente historiografia francesa sobre a maçonaria²⁷.

O autor ainda discute um conceito que o mundo acadêmico internacional, e ultimamente o brasileiro, utiliza para analisar a maçonaria que é o conceito de sociabilidade, que segundo o mesmo, foi um termo proposto pelo historiador francês Maurice Agulhon no seu livro “Penitants et Franc-Maçons de l`Ancienne Provence”²⁸.

Nesta obra referenciada por William de Almeida Carvalho, Agulhon define a sociabilidade como a maneira como os homens vivem suas relações interpessoais e se inserem nos seus diversos entornos, não caracterizando somente psicologias individuais. Varia com o meio social, muitas vezes com o país e certamente com as épocas. Grupos inteiros podem ser coletivamente sociais, ou mais sociais que outros, exemplificando que os parisienses podem ser mais sociais que o pessoal do interior, os operários mais que os camponeses, os homens do século XVIII mais que os do século XVII etc.

Enfim, pretendeu Agulhon estudar sociologicamente a maçonaria como um fato social, ou seja, uma forma de coerção sobre os indivíduos que são tidos como uma coisa exterior a eles, tendo uma existência independente e estabelecida em toda a sociedade. Sociedade essa que o autor considera como caracterizada como o conjunto de fatos sociais

²⁶ CARVALHO, William Almeida de. **Índices de Monografia Maçônica**. Pietre-Stones Review of Freemasonry - Freemasons-Freemasonry.Com. 2009, p.1.

²⁷ CARVALHO, William Almeida de. **Índices de Monografia Maçônica**. Pietre-Stones Review of Freemasonry - Freemasons-Freemasonry.Com. 2009, p.1. Acesso em 22 de out. 2012.

²⁸ AGULHON, Maurice. In: CARVALHO, William Almeida. Op. Cit. 2009, p.3

estabelecidos. Afirma ainda que Paul Lelliot já havia proposto isso desde 1953 na revista dos “Annales”²⁹.

Nesse sentido, a maçonaria seria um dos inúmeros grupos sociais que se formaram na Europa do século XVIII, que teriam introduzido um novo tipo de comportamento, como os clubes, academias, sociedades literárias, que se desenvolveram em pleno Estado Absolutista. Agulhon estuda esse novo comportamento que incluiria desde as confrarias religiosas, até, e principalmente, as lojas maçônicas³⁰.

Buscamos entender essa sociabilidade maçônica no Pará, considerando que no Brasil já foi bem descortinado por Alexandre Mansur Barata e Eliane Collussi em suas obras, mas que ainda não se colocou essa questão na Pará.

Na segunda metade do século XIX, a maçonaria paraense desenvolveu um importante trabalho de inserção social e política na sociedade regional, tendo intensa participação na campanha abolicionista, na sustentação do Partido Liberal e na divulgação das idéias liberais, que incluíam a defesa de um Estado laico, a propagação do ensino como instrumento universalisante, a atuação pela Proclamação da República e no conflito com a Igreja católica na famosa “Questão Religiosa”, o que será demonstrado ao longo deste trabalho.

Autora de grande importância dentro da historiografia sobre a atuação da maçonaria no Brasil, é a professora Célia M. Marinho de Azevedo, que escreveu importante artigo sobre a história e historiografia da maçonaria no Brasil³¹. Nesse texto, a autora estranha o desinteresse e a falta de referência nas pesquisas acadêmicas à participação dos maçons nos acontecimentos históricos ao longo do século XIX e início do XX, em que esta instituição, a Maçonaria, teve intensa e importante participação, não só pela presença de maçons nos principais acontecimentos do século, mas na atuação da Instituição através de suas Lojas. Nesse sentido, a autora escreveu o artigo citado, tendo como ponto de partida o problema da perda de visibilidade da maçonaria na história do Brasil³².

Em seu trabalho pioneiro, Célia Azevedo analisou os modos de abordagem da maçonaria em obras como as de Francisco Adolfo de Varnhagem, Manuel de Oliveira Lima e Caio Prado Jr, cujos trabalhos imprimiram tendências duradouras na historiografia do Brasil monárquico³³. Além desses aspectos, a autora avaliou os novos rumos da historiografia

²⁹ CARVALHO. William Almeida. Op. Cit. 2009, p.3.

³⁰ AGULHON, Maurice. **Penitents et Franc-Maçons de l'Ancienne Provence**. Fayard, Paris, 1984.

³¹ AZEVEDO, Célia M. M. de. **Maçonaria: história e historiografia**. Revista da USP, S. Paulo: Edusp, n. 32, 1996-1997, p. 178-179.

³² Ibidem. p. 180

³³ Idem.

ocidental sobre a maçonaria, destacando em particular as contribuições recentes de Margaret C. Jacob, historiadora dos Estados Unidos³⁴.

Feita essas colocações sobre a historiografia maçônica, passamos agora a trabalhar sobre a história da maçonaria no Brasil, tendo por base os historiadores maçons, que são a principal fonte dessa história.

1.2 - A MAÇONARIA NO BRASIL

1.2.1 – HISTÓRICO

Segundo Castellani, há um período nebuloso da história da maçonaria no Brasil, decorrente da total falta de registros históricos, porém indica que alguns historiadores falam da existência de lojas, no Brasil, já nos meados do século XVIII, destacando a presença dessas lojas na Bahia. O autor, porém, nega qualquer credibilidade a essas afirmações, que se tornam temerárias pela inexistência de qualquer prova documental, chegando a dizer que tal afirmação é tão temerária quanto aquela dos que apontam os conjurados mineiros, principalmente Tiradentes, como maçons, sem que haja qualquer apoio histórico documental para tal afirmação³⁵.

O Barão do Rio Branco, referenciado como um acatado historiador maçônico, fala de uma loja que teria existido no Rio de Janeiro por volta de 1800. Segundo relato de Rio Branco, um certo Capitão Landolphe, comandando uma divisão naval francesa, teria sido feito prisioneiro em combate a altura de Porto Seguro pelo Comodoro inglês Rowley Bulteel, tendo os prisioneiros franceses sido entregues no Rio de Janeiro ao vice-rei, Conde de Resende, e ali, o capitão Landolphe teria sido bem tratado porque era pedreiro-livre, ou seja, maçom, e um dos filhos do vice-rei levou-o a uma festa maçônica. O capitão Landolphe, em suas memórias, segundo o Barão do Rio Branco, relata que foi introduzido em um templo, onde ouviu um discurso do venerável, e teria ficado admirado por ter visto nesse lugar, entre os chefes militares e administradores da colônia, personagens que aparentavam estar entre as primeiras dignidades da igreja³⁶.

Castellani põe em dúvida esse relato histórico de Rio Branco, achando muito difícil existir um templo maçônico no Rio de Janeiro em 1800, já que até 1776, quando foi

³⁴ AZEVEDO. Célia. Op. Cit. 1996-1997, p. 180.

³⁵ CASTELLANI. José. Op. Cit., 1993, p. 27.

³⁶ CASTELLANI. José. **História do Grande Oriente do Brasil: a maçonaria na história do Brasil**. Brasília: Gráfica e Editora do Grande Oriente do Brasil, 1993. p. 28.

construído o primeiro templo maçônico do mundo, em Londres, os maçons costumavam reunir-se em tavernas ou casas, sendo pouco provável que no Brasil, em 1800, já existissem templos³⁷.

A primeira Loja maçônica brasileira, no sentido de a primeira Loja regular do Brasil, segundo Manoel Arão Reis foi fundada em 1801, no Rio de Janeiro, com o nome de “Reunião”, com fins político-sociais³⁸. Essa afirmação é corroborada com base em um manifesto de 1832 lançado pelo então Grão-Mestre José Bonifácio de Andrada e Silva, que dizia que esta Loja era filiada ao Oriente de Ilha de França e sua instalação teria sido presidida por um cavaleiro francês chamado Laurent³⁹.

Segundo esse mesmo manifesto, o Grande Oriente Lusitano, desejando propagar no Brasil a maçonaria, enviou para a então colônia, três delegados com plenos poderes para criar lojas regulares, isto é, reconhecidas, no Rio de Janeiro, lojas estas que seriam filiadas a este Grande Oriente. Foram criadas então, as Lojas “Constância” e “Filantropia”, as quais, junto com a “Reunião”, congregaram todos os maçons do Rio de Janeiro, que procuraram iniciar outras pessoas, elevando-os até o grau de Mestre para fortalecer a maçonaria no Brasil⁴⁰.

Apesar de estas serem consideradas as primeiras Lojas oficiais e regulares do Brasil, teriam existido anteriormente agrupamentos secretos, que funcionavam mais como clubes ou academias literárias ou filosóficas, em um estilo maçônico, mas que não eram lojas. Dentre estas se destaca o famoso “Areópago de Itambé”, fundado em 1796 na divisa das províncias de Pernambuco e Paraíba pelo ex-frade carmelita e médico Arruda Câmara, assim como a Academia Suassuna, fundada em Pernambuco por volta de 1802. Podemos assim considerar o Areópago como o marco inicial da maçonaria no Brasil.

Após a fundação dessas primeiras iniciativas visando a fundação de lojas, o Grande Oriente Lusitano e o Grande Oriente da França deram apoio à criação de lojas maçônicas que começaram a espalhar-se principalmente pelas províncias do Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia. Por volta de 1802, foi fundada na Bahia, a Loja “Virtude e Razão”, no rito moderno ou francês. Essa loja, porém, não teve longa vida, tendo logo encerrada suas atividades, fazendo com que, em 1807, fosse reinstalada sob o título distintivo de “Humanidade”, e em 30 de março de 1807, foi instalada a Loja “Virtude e Razão Restaurada”⁴¹. É importante informar

³⁷ Idem.

³⁸ REIS, Manoel Arão. **História da Maçonaria no Brasil**. Recife: Edição do autor, 1926, p. 136.

³⁹ Ibidem, p. 137.

⁴⁰ CASTELANNI, José. Op. Cit. 1993, P.27.

⁴¹ Ibidem, p. 28.

que as lojas maçônicas funcionam praticando uma ritualística que se baseia em ritos variados, como o Moderno, Adonhiramita, Escocês, York etc.

Em Pernambuco, a maçonaria ganharia grande força no início do século XIX, já contando por volta de 1816 com lojas maçônicas fortes, destacando-se o fato de que algumas dessas lojas teriam tido grande importância nos acontecimentos que culminaram com a chamada Insurreição Pernambucana de 1817, pois neste momento ocorreu uma revolução em Pernambuco que buscava a independência do Brasil.

Manoel Arão Reis, fala primeiramente da existência de “Academias Secretas”, que precederam a existência das lojas maçônicas em Pernambuco e se constituíram em células preparatórias que se conjugavam para formar o embrião de idéias que darão origem às lojas maçônicas.⁴² Dentre essas lojas destacam-se a “Restauração”, a “Patriotismo” e a “Guatimozin”, sendo que esta, após a revolução de 1817, homenagearia os fatos ocorridos naquele ano, mudando em 1821 o seu nome para “06 de Março de 1817”, data que marcou o início da revolução pernambucana. Castellani destaca a existência das lojas “Pernambuco do Oriente” e “Pernambuco do Ocidente”, sendo que esta funcionava na casa de Domingos José Martins, cabeça da insurreição de 1817, além da “Regeneração” e outras que funcionariam em Olinda. A “Regeneração”, criada em 1809, teria entre seus membros, alguns dos revolucionários de 1817 e sua criação teria obedecido a objetivos políticos, servindo como uma base para a fundação de outras lojas⁴³.

Muitas lojas maçônicas fundadas nessa época, início do século XIX, foram importantes pela atividade política que desenvolveram, como é o caso da Loja “Distintiva”, fundada em 1812, em Niterói. Essa loja destacou-se por ser basicamente uma loja com fins políticos. Era abertamente republicana e revolucionária, na medida em que a república era uma idéia revolucionária para a época, adotando inclusive sinais e toques diferentes de outras lojas. Os maçons identificam-se por sinais, toques e palavras, sendo este um dos segredos que os maçons guardam. Essa loja variava seus sinais e toques, pois funcionava mais como uma organização política, tendo sido liderada por Antonio Carlos de Andrada e Silva, irmão de José Bonifácio, tendo ainda entre seus membros, ao lado de elementos importantes, figuras como João Mariano Cavalcanti de Albuquerque⁴⁴.

Nesse período, a loja que se tornaria a mais importante para a maçonaria brasileira, seria a Loja “Comércio e Artes”, que se manteve independente do Grande Oriente Lusitano, já

⁴² REIS, Manoel Arão. Op. Cit. 1926, p. 143.

⁴³ CASTELLANI, José. Op. Cit. 1993, p. 29.

⁴⁴ Idem.

que seus membros buscavam fundar uma obediência brasileira, que seria mais tarde o Grande Oriente do Brasil. Para isso, seu quadro de obreiros, que havia crescido muito, foi dividido, constituindo-se as Lojas “União e Tranquilidade” e “Esperança de Niterói”. Logo depois, essas lojas fundaram o Grande Oriente do Brasil, sendo eleito Grão-Mestre José Bonifácio; 1º Vigilante Joaquim Gonçalves Ledo e Grande Orador, o cônego Januário da Cunha Barbosa⁴⁵.

O termo “obediência” refere-se ao reconhecimento da maçonaria brasileira pela Grande Loja Unida da Inglaterra, que dirige a maçonaria universal, por isso chamada loja “mãe”. No Brasil, somente o Grande Oriente é reconhecido pela Grande Loja da Inglaterra, à qual deve obediência, mantendo sua autonomia nacional, desde que não contrarie os princípios adotados pela Grande Loja Inglesa, correndo o risco de perder o reconhecimento, caso não obedeça a suas determinações.

As “Potências” ou lojas não reconhecidas são denominadas de “maçonaria espúria”, como é o caso das lojas mistas e as femininas, já que a Grande Loja Inglesa mantém os antigos princípios (landmark), de que somente pessoas do sexo masculino podem pertencer à maçonaria. Landmark são os rígidos princípios antigos compilados em 1723 pelo Pastor Presbiteriano Anderson, e que regem a maçonaria universal. Os landmarks são considerados imutáveis.

Com o fracasso da revolução de 1817, em Pernambuco, a Coroa portuguesa proibiu o funcionamento das sociedades secretas através do Alvará de 1818, o que obrigou as lojas a cessar seus trabalhos de forma aberta, continuando, porém, a trabalhar secretamente, sendo fundado para isto o Clube da Resistência, que funcionava na Rua da Ajuda, na casa de José Joaquim da Rocha⁴⁶.

Poderíamos chamar estes primeiros tempos da maçonaria brasileira de “tempos heróicos”, que vão até a fundação do Grande Oriente do Brasil. Apesar de ser uma época nebulosa do ponto de vista documental, José Castellani apresenta a seguinte cronologia histórica ligada às fundações de lojas maçônicas no Brasil.

- 1796 – Fundação, em Pernambuco, do “Areópogo de Itambé”, que não era uma verdadeira Loja, pois, embora criado sob inspiração maçônica, não era totalmente composto por maçons;
- 1797 – Fundação da Loja “Cavaleiros da Luz”, na povoação da Barra, Bahia;
- 1800 – Criação, em Niterói, da Loja “União”;
- 1801 – Instalação da Loja “Reunião”, sucessora da “União”;

⁴⁵ GOMES, Manuel. **A Maçonaria na História do Brasil**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Aurora, S/D. p. 65.

⁴⁶ CASTELLANI, José. **História do Grande Oriente do Brasil: A Maçonaria na História do Brasil**. Brasília: Gráfica e Editora do Grande Oriente do Brasil. 1993. p. 27-28-29-31.

1802 – Criação, na Bahia, da Loja “Virtude e Razão”;
 1804 – Fundação das Lojas “Constância” e “Filantropia”;
 1806 – Fechamento, pela ação do conde dos Arcos, das Lojas “Constância” e “Filantropia”;
 1807 – Criação da Loja “Virtude e Razão Restaurada”, sucessora da “Virtude e Razão”;
 1809 – Fundação, em Pernambuco, da Loja “Regeneração”;
 1812 – Fundação da Loja “Distintiva”, em S. Gonçalo da Praia Grande (Niterói);
 1813 – Instalação, na Bahia, da Loja “União”;
 1813 – Fundação de uma Obediência efêmera e sem suporte legal – que alguns consideram como o primeiro Grande Oriente Brasileiro – constituída por três Lojas da Bahia e por uma do Rio de Janeiro;
 1815 – Fundação, no Rio de Janeiro, da Loja “Comércio e Artes”;
 1818 – Expedição do Alvará de 30 de março, proibindo o funcionamentos das sociedades secretas, o que provocou a suspensão – pelo menos aparentemente – dos trabalhos maçônicos;
 1821 – Reinstalação da Loja “Comércio e Artes”, no Rio de Janeiro;
 1822 – 17 de junho: fundação do GRANDE ORIENTE.”⁴⁷

Verificamos assim que a presença da maçonaria no Brasil já vem desde antes da Independência. Só encontramos em historiadores maçons as informações mais precisas sobre a fundação das Lojas maçônicas no Brasil.

São esses historiadores, em sua maioria, que nos mostram a atuação da maçonaria nos diversos movimentos que ocorreram no Brasil ao longo do século XIX, corroborando a sua participação em todo o território nacional em acontecimentos como a emancipação dos escravos, a Proclamação da República, a luta por um estado laico, a universalização da educação. A maçonaria paraense não será exceção tendo participado de todos esses acontecimentos.

Esses historiadores maçons escrevem sobre a história do ponto de vista da maçonaria, mas acompanhado e subsidiado por ampla pesquisa e farta documentação, sendo uma das principais fontes de consulta em qualquer estudo sobre a maçonaria brasileira, podendo até ser questionado sobre uma possível parcialidade ante a perspectiva da análise, mas de inegável valor histórico em razão do subsídio de suas fontes.

Além dos nomes já citados, vamos encontrar outros historiadores maçônicos como A. Tenório D`Albuquerque, Manuel Gomes etc., sem formação acadêmica específica na área de história, mas que nos fornecem dados e indicações de fontes importantes para consulta.

⁴⁷ Ibidem, p. 29.

Feita essas colocações sobre a historiografia maçônica, e a história da maçonaria no Brasil, passamos agora a trabalhar sobre as origens da Maçonaria, visando entendermos os caminhos históricos originais dessa instituição.

1.3 – OS CAMINHOS DA MAÇONARIA

Achamos que é importante fazermos um histórico das origens da Maçonaria para não parecer como algo que surgiu de repente, sem um processo histórico, que na verdade ocorreu e que foi configurando a forma dessa organização através dos séculos.

Para entender a trajetória e o caminho percorrido pela confraria maçônica, e chegar à maçonaria moderna, em certa medida é preciso se esquivar um pouco dos mitos e lendas que cercam as origens da maçonaria, como as histórias que fazem parte da tradição maçônica, que ligam o nascimento da maçonaria à construção do templo de Salomão, ou a seita dos essênios, ou mesmo às escolas de mistérios do Egito antigo, segundo a crença de muitos maçons.

A Maçonaria sempre intrigou o grande público por ser considerada uma sociedade secreta, cheia de segredos e mistérios, sendo que alguns consideram o maior de seus segredos a sua própria origem. Na resposta a essas questões é preciso analisar a história da Maçonaria, e porque chegou a se tornar um ponto de convergência de homens de todas as condições sociais e correntes filosóficas, em uma época de estrutura de classes rígida e de diferenças religiosas profundas e sectárias.

Uma origem mais concreta, que marca a primeira fase da maçonaria chamada operativa, ainda que alguns possam considerar também mítica, vem dos *collegia fabrorum* dos romanos, onde se aprendia a arte da construção, pois foram os romanos grandes construtores, vide os palácios, estradas, aquedutos, cujas ruínas ainda se vêem por toda a Europa. Os arquitetos e mestres construtores oriundos desses *collegia*, formavam uma corporação ciente de seus conhecimentos técnicos, que só eram ensinados dentro de sua ordem corporativa, formando uma categoria de “iniciados” que dominavam essa arte da construção⁴⁸.

No decorrer da Idade Média, com o fim do Império Romano, esses construtores formaram várias corporações ligadas aos seus ofícios, dentre as quais se destacavam algumas, como a corporação dos “Talhadores de Pedra”, que terá importante papel na construção dos

⁴⁸ CASTELLANI, José. **A Ação Secreta da Maçonaria na Política Mundial**. São Paulo: Landmark, 2002, P. 13-14.

castelos e principalmente das catedrais românicas e góticas que caracterizam a arquitetura medieval.

É importante entender o significado do vocábulo maçom, que significa pedreiro, e aqui englobando o pedreiro e o arquiteto, simbolizados nas figuras do aprendiz, do companheiro e do mestre. Essa maçonaria era chamada operativa, pois era voltada para o domínio de um conhecimento prático, de caráter técnico, que, no caso dos “talhadores de pedra”, era voltada ao trabalho de talhar a pedra bruta para torná-la cúbica e ordená-la de forma que montadas uma sobre a outra, levava a obter como resultado um edifício pronto⁴⁹.

A palavra maçom, ou franco-maçom, ou free-mason, em inglês, no sentido de pedreiro livre, deriva do fato de que na Idade Média, esses pedreiros, detentores do conhecimento das construções, eram livres para circular no território europeu sem as restrições que sofria o camponês medieval, que estava preso à propriedade da terra e às obrigações senhoriais.

Os pedreiros-livres podiam dirigir-se para qualquer lugar onde estivessem fazendo uma grande obra, seja uma catedral ou castelo, onde eram reconhecidos pelo mestre através de sinais, toques e palavras, pelos quais eram identificados em seu grau de mestre, companheiro ou aprendiz. Daí vem a origem dos sinais, toques e palavras da maçonaria moderna. Chamavam a isso de instrução verbal, saudação e senha manual, e os aprendizes, companheiros e mestres eram recebidos em cerimônias secretas, assumindo um juramento de jamais divulgar, em palavras ou por escrito, o conhecimento lá aprendido, assim como os sinais, toques e palavras de identificação⁵⁰.

Assim vemos que a maçonaria em sua origem “operativa”, vem do mundo romano e das corporações de ofício da Idade Média. O historiador maçônico brasileiro José Castellani, afirma que foi no Império Romano do Ocidente, da Roma conquistadora, que, em função da própria atividade bélica, surgiu no século VI antes de Cristo, a primeira associação organizada de construtores, os “Collegia Fabrorum”⁵¹.

Na Idade Média, na Alemanha, Itália, Inglaterra e França, as guildas ou corporações que se formaram, tiveram sua origem como já dito, na edificação das grandes catedrais, construções públicas de uma época em que as profissões, ou ofícios, eram passados de pai para filho, ou de mestres para aprendizes. As técnicas e os métodos eram segredos de ofício,

⁴⁹ FIGUEIREDO, Joaquim Gervásio de. **Dicionário de Maçonaria: seus mistérios, seus ritos, sua filosofia, sua história**. S. Paulo: Ed. Pensamento s/d. pags. 237 e 238.

⁵⁰ BENIMELLI, José A. Ferrer. **Arquivos Secretos do Vaticano e a Franco-Maçonaria**. São Paulo: ed. Madras, 2007. p. 35.

⁵¹ CASTELLANI, José. **A Ação Secreta da Maçonaria na Política Mundial**. S. Paulo: Landmark, 2002, pág.13.

principalmente entre os pedreiros e arquitetos. Por volta de 1200, tornaram-se fortes e unidos, principalmente na Inglaterra, já reconhecida como uma potência econômica à época.⁵²

Dentro dessa mesma linha, Benimelli, citando historiadores clássicos da maçonaria, como Findel, Bernard, E. Jones e Kloss, que ao fazerem pesquisas nos estatutos da Associação dos Escavadores (cavadores em pedreiras) alemães e dos construtores ingleses de edifícios, chegaram a conclusão de que a maçonaria atual deriva diretamente de uma antiga corporação de talhadores de pedras e de outros agrupamentos profissionais unidos a ela⁵³.

A Enciclopédia Maçônica de David Caparelli define a maçonaria como um sistema de moral dentro do qual cabem os princípios e as convicções dos homens, que ele define como os amantes da humanidade e do progresso, e dotados de retidão de critérios e boa vontade. Mais adiante, na mesma definição, essa enciclopédia diz que na sua etimologia, a palavra maçonaria significa construtores pedreiros ou arte de construir, e deriva das antigas corporações de maçons ou de construtores livres, perseguindo um fim exclusivamente moral, tendo como objetivo imediato a prática da filantropia e o aperfeiçoamento da humanidade, utilizando símbolos e segredos derivados de antigos rituais de iniciações, que só podem ser compreendidos seguindo um processo gradual de estudos. Seus segredos servem para que seus membros se reconheçam em qualquer lugar e se ajudem mutuamente⁵⁴.

1.3.1 – DA MAÇONARIA OPERATIVA À MAÇONARIA ESPECULATIVA

Vimos que essa primeira fase vinculada às origens da maçonaria foi chamada de operativa, pois estava associada a um tipo de conhecimento técnico, que podemos dizer que foi o segredo das grandes construções medievais, como os palácios, catedrais etc.. Estas associações constituíam-se basicamente de pedreiros e arquitetos que se organizavam em associações fechadas, onde esses “segredos técnicos” eram repassados apenas a iniciados que passavam a fazer parte da confraria⁵⁵.

Os membros dessas ordens, corporações ou guildas, criaram meios de reconhecimento e trabalhavam juntos nas grandes construções medievais, fortalecendo uma relação de fraternidade e companheirismo que ia muito além da convivência diária no trabalho, passando a considerarem-se herdeiros dos grandes construtores do passado, remontando aos tempos do

⁵² BAÇAN, Lourivaldo Perez. **O Livro Secreto da Maçonaria**. São Paulo: Universo dos Livros, 2008, pág.14.

⁵³ BENIMELLI, José A. Ferrer. **Arquivos secretos do Vaticano e a Franco-Maçonaria**. S. Paulo: Madras, 2007, págs. 33 e 34.

⁵⁴ CAPARELLI, David. **Enciclopédia Maçônica**. S. Paulo: Madras, 2008. Passim.

⁵⁵ Idem. 2008, p.32.

Egito, quando foram levantadas as pirâmides, e aos colégios de arquitetos romanos, e até a própria construção do Templo de Salomão, de onde vem a lenda do terceiro grau maçônico e de seu arquiteto Hiram Abif⁵⁶. Interessante notar que estes pedreiros livres tinham os seus mestres e aprendizes, mas no segmento intermediário estavam os companheiros. Essa estruturação hierárquica até hoje é praticada na Maçonaria.

Na evolução da maçonaria operativa para a maçonaria especulativa, os mecanismos descritos de reconhecimento, assim como a sua forma hierárquica de organização são mantidos. Por volta do século XVI, em função do renascimento, a arte da construção difundiu-se de forma mais ampla e democrática, devido inclusive ao aparecimento das universidades na baixa Idade Média, fazendo com que os “segredos técnicos” passassem a ser de conhecimento público. É aí que a maçonaria passa por um processo de mudança, passando a aceitar entre seus membros pessoas oriundas de outras áreas de conhecimento, que não eram ligados a arte da construção, os “maçons aceitos”.

O termo “maçons aceitos” refere-se aos novos membros que começaram a entrar na maçonaria à partir do séc. XVII, e que não eram originalmente pedreiros ou arquitetos, mas filósofos, cientistas e intelectuais em geral, que irão mudar a fisionomia dessas corporações, como referencia Benimelli⁵⁷.

Historicamente, os construtores de catedrais, na Idade Média, conservavam tradições corporativas de auxílio mútuo e buscavam guardar os segredos de suas técnicas arquitetônicas, fórmula essa que vai ser utilizada pela maçonaria especulativa. O tempo das corporações de ofício ficou conhecido como o período da maçonaria operativa.

A partir do século XVIII é que a maçonaria toma a forma atual, passando a ser denominada de especulativa, que substituindo o conhecimento técnico da maçonaria operativa pelo conhecimento filosófico e esotérico, transformará as lojas maçônicas em um local de encontro de homens com inquietações intelectuais, interessados na cultura humanística e nas novas preocupações de caráter político-filosófico do pensamento iluminista que vai nortear o século XVIII. A idéia de fraternidade acima das diferenças nacionais e religiosas, refletia o cansaço de uma Europa que havia sido varrida nos séculos anteriores por guerras religiosas de caráter sectário e haviam provocado tanto sofrimento⁵⁸.

⁵⁶ STAVISH, Mark. **As Origens Ocultas da Maçonaria**: rituais, símbolos e história de uma sociedade secreta. trad. Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo: Pensamento, 2011, p. 34/35.

⁵⁷ BENIMELLI, José A. Ferrer, op. cit., 2007, p. 41.

⁵⁸ Idem.

Por outro lado, segundo Stavish,⁵⁹ os membros das corporações aceitavam estes novos associados, pelo que parece ter sido motivo puramente financeiro, representando ganhos substanciais. Resta a pergunta: porque profissionais de classe média, instruídos, em grupos numerosos, entravam nessas corporações? Ainda citando Stavish, este afirma:

Numerosos grupos e redes de homens ricos, instruídos, profundamente interessados em esoterismo, alquimia, cabala, hermetismo e ideais utópicos, precisavam de um lugar seguro para se esconder e, também, encontrar-se. Aos olhos de muitos, a guilda da Maçonaria deve ter parecido o local perfeito, tanto mais que havia precedentes.⁶⁰

Interessante observarmos sobre esses precedentes que Stavish cita. Ele afirma mais adiante sobre a presença da Ordem Templária, que após sua dissolução ordenada pelo Papa Clemente V e executada pelo rei Felipe, O Belo, da França, alguns membros dessa Ordem de monges guerreiros refugiaram-se na Escócia e em Portugal. Nesse país a Ordem Templária, por decisão do rei D. Diniz, assume o nome de “Ordem de Cristo”, e com isso consegue sobreviver, burlando o decreto papal que pregava sua extinção⁶¹.

Teriam também se refugiado em outras áreas fora do rigoroso controle papal, escondendo-se entre os pedreiros, pois segundo a tradição templária, estes haviam financiado muitas das construções medievais, incluso fortificações, castelos, catedrais e assim já de há muito haviam estabelecido contato com os pedreiros-livres, isto é, os maçons⁶².

No início do século XVIII a maçonaria toma a sua forma atual, que vai ser compilada em 1723 no documento que ficou conhecido como as “Constituições de Anderson”, criando nas lojas maçônicas uma atmosfera de tolerância e fraternidade, pois a maçonaria passa a aceitar a crença em Deus, independente de religião. O maçom pode pertencer a qualquer religião, deixando cada um livre para ter sua própria opinião. A maçonaria apenas obriga os maçons a obedecer a uma espécie de lei moral, devendo ser um homem “livre e de bons costumes”, honrado e probo, independente de crença religiosa, de lugar de nascimento ou classe social. A loja é o centro da união entre os homens que pertencem a uma irmandade, a maçonaria.

⁵⁹ STAVISH, Mark, op. cit., 2011, P. 35.

⁶⁰ STAVISH, Mark. Op. Cit. 2011, p. 35.

⁶¹ FONSECA, Walter Luiz M. S. da. **Jacques de Mollay: os templários e a Maçonaria.** – Ed. A Trolha, Londrina: A Trolha, 1993. Passim.

⁶² STAVISH, Mark. Op. Cit. 2011, p. 36.

Essa transição teria sido influenciada pelas lojas maçônicas escocesas. O historiador maçônico Alan Bauer⁶³, que foi Grão-Mestre do Grande Oriente da França, afirma que foi a partir de lojas maçônicas escocesas, das quais passaram a fazer parte maçons aceitos e partidários de Carlos I, que se utilizando das lojas maçônicas, viajaram e estudaram para criar espaços de pesquisas e debates em um país devastado pelas guerras.

A ajuda de Rosacruçianos, hermetistas e alquimistas, cientistas e políticos, que com suas contribuições permitiram reunir a base do que viria a ser a Franco-Maçonaria por volta do final do século XVII, pouco antes da passagem do século XVIII. Essa mistura conseguiria ter êxito e dar lugar ao texto de Anderson de 1723 – documento básico dos fundamentos da maçonaria contemporânea – a partir de uma reconciliação política bem sucedida entre os partidários de Cromwell e os monarquistas. A Franco-Maçonaria inglesa, nascida de escoceses e dissidentes, parece selar o compromisso da restauração e do parlamentarismo⁶⁴.

Na maçonaria especulativa não se irá mais construir os monumentos de pedra. A pedra bruta a ser polida agora é o homem, para torná-lo melhor e conseqüentemente aperfeiçoar a humanidade. A Constituição de Anderson será o principal documento que definirá os rumos da maçonaria dos “aceitos” e que nos explica o que passou a ser a maçonaria atual, denominada especulativa⁶⁵.

Percebe-se assim, a partir da Constituição de Anderson que até hoje norteia os princípios da maçonaria, a relação que esta tem com os fundamentos filosóficos do iluminismo, na medida em que prega que o maçom deve ser um “homem livre e de bons costumes”, que prega a tolerância nas relações humanas. Esse embasamento nos fundamentos humanistas do iluminismo do século XVIII é que levou a maçonaria a ser um agente revolucionário ao longo dos séculos XVIII e XIX, identificando-se com os movimentos liberais e de independência que varreram esta época.

Esses aspectos é que vão explicar-nos a participação das lojas maçônicas nos movimentos de independência do Brasil e das Américas em geral, assim como nos movimentos republicanos, abolicionista e na luta por um Estado laico. A penetração dos maçons aceitos nas guildas de pedreiros fez com que as “lojas” fossem assumidas por estes

⁶³ BAUER, Alain. **O Nascimento da Franco-Maçonaria: Isaac Newton e os Newtonianos**. São Paulo: Madras, 2008. Passim.

⁶⁴ “BAUER, Alan. **O Nascimento da Franco-Maçonaria: Isaac Newton e os newtonianos**; tradução Fulvio Lubisco – São Paulo, Madras, 2008, p. 73.

⁶⁵ BENIMELLI, José A. Ferrer. **Arquivos Secretos do Vaticano e a Franco Maçonaria**. S. Paulo: Madras, 2007, p.43.

maçons aceitos, que constituíram assim uma organização universal, com suas redes de lojas, facilitando fazer contatos e garantir hospedagens quando se encontravam no estrangeiro⁶⁶.

A maçonaria nasceu oficialmente em 1717, quando as quatro lojas de Londres, “The Goose and Girdiron”, “The Crown”, “The Apple Tree” e “The Rummer and Grapes”, fundaram a Grande Loja da Inglaterra, dando início à fase da maçonaria especulativa ou moderna⁶⁷. Essa transformação da maçonaria operativa em especulativa levou para dentro dessa organização muitos pensadores iluministas e liberais, que utilizando de sua forma de organização “sui gêneris”, com códigos secretos, reuniões com juramentos de sigilo sobre o que se passa em suas reuniões, transformaram-na no lugar ideal para conspirações. Daí, nessa época, a constante ação revolucionária e as tradições humanistas da militância maçônica.

Nesse período, a maçonaria assumiu uma nova feição, passando a receber em suas lojas livres pensadores, mantendo, porém, os rituais e símbolos da fase operativa. Muitos precursores das ciências, entre eles Isaac Newton, foram maçons que introduziram nesta organização os valores do racionalismo científico e do humanismo. Valores caros à maçonaria tais como o aperfeiçoamento moral, o respeito às liberdades individuais e religiosas, e a filantropia, que constituirão a diretriz das lojas maçônicas a partir de então⁶⁸.

Considerando que a maçonaria especulativa surge logo após o período de intenso conflito resultante das guerras religiosas que varreram a Europa após a reforma protestante, a defesa da liberdade de consciência será um dos pilares da maçonaria, assim como o seu engajamento nas causas humanitárias, o que nos explica o seu envolvimento na causa abolicionista e nos projetos voltadas para a educação escolar das classes populares no Brasil, assim como as atividades de beneficência desenvolvidas até hoje por essa instituição.

A solidariedade entre seus membros, independente de origem de classe, crença religiosa e a manutenção do segredo do que é discutido nas lojas, será um ponto fundamental para atrair alguns dos principais pensadores iluministas e revolucionários liberais, pois encontram aí um local para a divulgação de suas idéias em segurança e com laços de solidariedade e fraternidade. E, nesta linha de solidariedade, que representou algo novo para uma época de intolerância religiosa e de absolutismo, é que cresceu e desenvolveu-se a maçonaria.

É ainda no século XVIII, que La Tierce percebe estas qualidades na instituição maçônica, afirmando que

⁶⁶ STAVISH. Mark. Op. Cit. 2001, p.35/36.

⁶⁷ MACNULTY, W. Kirk. **A Maçonaria: símbolos, segredos, significado**. S. Paulo: Ed. Martins Fontes, 2007. p. 25.

⁶⁸ COLUSSI. Eliane Lúcia. **A Maçonaria Brasileira no Século XIX**. S. Paulo: Ed. Saraiva, 2002. p. 10.

a ordem reúne, em um mesmo espírito de paz e de fraternidade, todos os seus membros, quer sejam de um partido ou de outro, qualquer que seja a comunhão na qual eles tenham sido educados, de modo que cada um, ao permanecer fiel e muito ligado à sua própria comunhão, não ama com menos ardor seus irmãos separados ⁶⁹.

Em uma época de intolerância, a maçonaria construiu uma unidade dentro das diferenças de dogma e de culto. Há apenas a crença em um único Deus, não interessando a forma como ele é cultuado. Dentro da maçonaria participam membros de qualquer religião ou credo político, o que parecia impossível na época, reunindo de forma admirável e com tolerância, as diversas tendências do pensamento da época, desde filósofos racionalistas até aqueles que cultivavam conhecimentos esotéricos, reunindo corações e mentes sem olhar para os dogmas.

É a partir do entendimento da forma que a maçonaria assumiu no século XVIII, que podemos entender a atuação desta Ordem e sua influência em vários dos acontecimentos que marcaram o mundo contemporâneo, estando sempre presente neles as figuras de ilustres maçons, vinculados à idéia de *Liberdade, Igualdade e Fraternidade*, lema maçônico que foi adotado pelos revolucionários franceses, dentre os quais havia muitos maçons, assim como dentre os revolucionários americanos, como George Washington, Benjamim Franklin⁷⁰, que optaram por criar uma sociedade com igualdade jurídica e baseada nas liberdades fundamentais, repudiando o modelo absolutista Europeu.

Foi essa cultura política debatida nas lojas maçônicas, que penetrou como uma grande onda em todo o mundo ocidental e influenciou as causas libertárias que varreram a velha ordem absolutista na Europa e o domínio colonial nas Américas, que atraíram homens como Bolívar, José Bonifácio, Gonçalves Ledo, Benito Juarez, Bernardo Ó'Higgins, todos maçons⁷¹, e tantos outros libertadores. Foi esse espírito que levou ao longo do século XIX a maçonaria brasileira a envolver-se não só no movimento de independência, mas também nas diversas campanhas que agitaram o Brasil na segunda metade desse século, tais como abolicionismo, república, ensino laico, separação Igreja-Estado, secularização dos cemitérios, estado laico etc.

Vimos assim que a maçonaria em suas origens vem das Corporações de Ofício da Idade Média, especialmente das Corporações de Construtores e Talhadores de Pedra. No Brasil, adotou-se o termo maçonaria, seguindo a tradição francesa, pois o termo francês

⁶⁹ La Tierce, **Histoire des F.M. contenant un recueil des Pièces Apologétiques pour Les Très Venerable Ordre da La M.** [História dos Franco-Maçons Contendo uma Coleção de Peças Apologéticas para a Mui Venerável Ordem da Maçonaria]. L'Orient, 1745, In: Benimelli, 2007, op. Cit. p. 54.

⁷⁰ MORETTI, Fernando. **A Maçonaria nas Américas**. S. Paulo: Ed. Escala, 2008. Passim.

⁷¹ MORETTI, Fernando. **A Maçonaria nas Américas**. S. Paulo: Ed. Escala, 2008. Passim.

franco-maçon, significa pedreiro livre, designação dos construtores de templos e das catedrais góticas medievais.

A maçonaria se define como uma entidade progressista, evolucionista e iniciática, que busca o aperfeiçoamento do ser humano, como bem define a própria Constituição do Grande Oriente do Brasil, em seu artigo 1º:

A maçonaria é uma instituição essencialmente iniciática, filosófica, filantrópica, progressista e evolucionista. Proclama a prevalência do espírito sobre a matéria. Pugna pelo aperfeiçoamento moral, intelectual e social da humanidade, por meio do cumprimento inflexível do dever, da prática desinteressada da beneficência e da investigação constante da verdade. Seus fins supremos são a Liberdade, a Igualdade e a fraternidade.⁷²

Foi com este espírito voltado à liberdade e ao racionalismo científico, que a maçonaria buscou influenciar e interferir no processo político das nações onde as Lojas maçônicas estavam inseridas. Percebe-se então neste histórico a importância da presença da maçonaria na história que se desenrolou ao longo dos séculos XIX e XX, não só na Europa, como na América e no Brasil. Foi com este espírito libertário e humanista que a maçonaria penetrou no Brasil e participou de forma atuante nos principais acontecimentos que marcaram nossa história, principalmente no século XIX e nas primeiras décadas do século XX, para isto contando no centro dos acontecimentos com a presença de maçons ilustres, conforme será demonstrado ao longo deste trabalho.

Entre os brasileiros ilustres pertencentes à Maçonaria que participaram dos principais movimentos de nossa história, destacam-se o próprio Imperador D. Pedro I e os articuladores da Independência, José Bonifácio, Gonçalves Ledo, José Clemente; os abolicionistas Eusébio de Queiroz, José do Patrocínio, Barão do Rio Branco, o Barão de Mauá e os republicanos Deodoro da Fonseca, Quintino Bocaiúva, Lauro Sodré e tantos outros, além de vários presidentes da República Velha, que são citados em várias obras maçônicas, o que demonstra a força da presença da Maçonaria na sociedade brasileira da segunda metade do século XIX, no seu nível macro e, na sociedade paraense, no seu nível micro.

Demonstraremos ao longo deste trabalho, que a Maçonaria foi um importante agente de mudanças e de interferência na sociedade paraense, e não só através de seus membros, mas enquanto instituição organizada, demonstrando que muitas das ações individuais e de associações que foram importantes na sociedade paraense da época, foram impulsionadas a

⁷² CONSTITUIÇÃO DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL. Registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas do Distrito Federal em 30/11/90. Arquivo do GOB – Brasília.

partir das lojas maçônicas. A tese que defenderemos neste trabalho é de que a maçonaria, ao longo da segunda metade do século XIX, foi importante instituição na sociedade paraense, disputando o poder e influenciando o conjunto do contexto social. É necessário, porém, antes de adentrar na questão específica do Pará, vislumbrar um rápido histórico da presença da maçonaria nos acontecimentos que se deram a nível nacional.

1.4 - A MAÇONARIA E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Vimos que a maçonaria especulativa nasceu em um momento histórico em que o mundo saía da reforma protestante e começava a absorver o pensamento iluminista, que seria a base do liberalismo. O liberalismo, como doutrina, defende as chamadas “liberdades fundamentais”, como a liberdade de pensamento, de associação, a organização de um Estado Constitucional de Direito, visando uma sociedade pluralista e democrática⁷³. No plano econômico e no político, os princípios do “livre comércio” e a “autodeterminação dos povos”⁷⁴, foram as principais bandeiras do liberalismo adotadas pelos revolucionários que lutaram pela independência dos povos da América.

A maçonaria, imbuída dos princípios liberais, teve ativa participação nesses movimentos, o que foi ajudado pela estrutura secreta da maçonaria na época. O juramento de segredo que fazem os maçons a respeito do que se passa em suas reuniões, transformaram as Lojas em centros ideais para os que conspiravam pela independência.

É reconhecido pelos historiadores que a maçonaria passou a ter um grande desenvolvimento a partir do século XVIII e que exerceu importante papel nos acontecimentos mundiais no final desse século e primeira metade do século XIX⁷⁵.

Inspirada no ideário liberal-democrático, a maçonaria assumiu uma posição política contrária aos poderes absolutistas, e, na América, a maçonaria assumiu um caráter basicamente libertário e de combate ao jugo colonial, introduzindo no continente as idéias do iluminismo⁷⁶. No Brasil, foram maçons líderes ilustres da independência do país, e que se envolveram muito nesta luta, como Gonçalves Ledo e José Bonifácio que articularam a entrada de D. Pedro na organização, visando o processo de independência⁷⁷.

⁷³ GODECHOT, Jacques. **As Revoluções: 1770-1779**. São Paulo: Pioneira, 1976. p.10.

⁷⁴ *Ibidem*, p.15.

⁷⁵ BARRETO, Célia de Barros. “Ação das Sociedades Secretas”. In: **História Geral da Civilização Brasileira**, Tomo II, 1 volume. S. Paulo: Difusão Européia do Livro, 1976. p. 193.

⁷⁶ MORETTI, Fernando. **A Maçonaria nas Américas**. S. Paulo: Ed. Escala, 2008.

⁷⁷ BARRETO, Célia de Barros. *Op. Cit.*, 1976, p. 206.

1.5 - O GRANDE ORIENTE DO BRASIL

No início dos anos 20 do século XIX, os maçons brasileiros buscaram a unificação das lojas maçônicas no Brasil ao mesmo tempo em que procuravam desligar-se do Grande Oriente Lusitano, potência à qual algumas Lojas no Brasil eram ligadas. Foi nesse momento que foi fundado o Grande Oriente do Brasil. Para que fosse criado esse poder central, a legislação maçônica exigia a existência, no mínimo de três Lojas regulares, ou seja, em funcionamento e reconhecidas. Como somente a Loja “Comércio e Artes” era regular, os maçons brasileiros desmembraram esta Loja em mais duas, a “União e Tranqüilidade” e a “Esperança de Niterói”. Em 17 de junho de 1822, ocorreu a fundação oficial do Grande Oriente do Brasil.⁷⁸

Cabe aqui o esclarecimento, do que significa “Potência”, que no vocabulário maçônico, refere-se a estruturas organizadas de forma hierarquizada, de caráter nacional ou estadual, à qual as lojas devem obediência, como é o caso do Grande Oriente do Brasil e da Grande Loja do Pará (potência estadual). As lojas da Grande Loja devem obediência ao Grão-Mestrado da Grande Loja do Pará. O Grande Oriente tem uma estrutura hierárquica mais complexa, com as lojas do Pará devendo obediência ao Grande Oriente do Estado do Pará (GOEPA), que deve obediência ao Grande Oriente do Brasil (GOB), o qual, por sua vez, deve obediência à Grande Loja Unida da Inglaterra, dirigente maior da maçonaria universal.

José Bonifácio foi eleito o primeiro Grão Mestre do GOB, onde Gonçalves Ledo teve forte influência. Os maçons, que já haviam tido ampla participação nos acontecimentos ligados ao “Dia do Fico”, onde se destacou a figura de José Clemente Pereira⁷⁹, passaram então a articular a entrada do Príncipe Regente na maçonaria, obra principalmente de José Bonifácio, que buscou com isso evitar o confronto e realizar uma independência sem traumas e conflitos.

D. Pedro foi iniciado na maçonaria em 02 de agosto de 1822 e, na ascensão mais rápida ocorrida na maçonaria, em 05 de agosto foi eleito venerável mestre (dirigente eleito para dirigir uma Loja maçônica por certo período) da Loja “Comércio e Artes”. Logo em seguida, Gonçalves Ledo articulou a substituição de José Bonifácio por D. Pedro como Grão Mestre do Grande Oriente do Brasil. A partir desse fato, os maçons passaram a exercer forte influência sobre o Príncipe Regente no sentido de buscar a independência do Brasil. É o que nos diz o historiador maçônico José Castellani:

⁷⁸ COLUSSI, Eliana Lúcia. **A Maçonaria Brasileira no Século XIX**. S. Paulo: Ed. Saraiva, 2002, p.21.

⁷⁹ CASTELLANI, José. Op. Cit. 1993, P.55.

A independência do Brasil era a meta específica dos fundadores do Grande Oriente e logo todos eles dedicaram-se a consegui-la, embora o processo emancipador, nos meios maçônicos já tivesse sido iniciado antes de 17 de junho de 1822. Na realidade, o primeiro passo oficial dos maçons, nesse sentido, foi o Fico, de 09 de Janeiro, o qual representou uma desobediência aos decretos 124 e 125, emanados das Cortes Gerais portuguesas e que exigiam o imediato retorno do príncipe a Portugal, [...].⁸⁰

A finalidade deste trabalho não é contar a participação da maçonaria na Independência do Brasil, nem em outros acontecimentos importantes da História do país, dos quais os maçons tiveram intensa participação. Buscamos, porém, demonstrar que a partir da participação marcante da maçonaria no processo de independência, podemos afirmar que esta instituição, ao longo da história, se fez presente, em todo o território nacional, nos mais diversos acontecimentos, com intensa inserção social.

1.6 - A MAÇONARIA NO PARÁ.

Na historiografia sobre a trajetória da maçonaria no Pará, não podemos deixar de referenciar historiadores como Vicente Salles, Domingos Antonio Raiol e Manoel Barata. É em Vicente Salles, com suas obras: “Memorial da Cabanagem”, e “O Negro no Pará” em que as origens mais remotas da maçonaria no Pará são referenciadas, quando cita a presença em Belém, na década de 1810, do frei Luís Zagalo, acusado de “apóstata e pedreiro livre”, isto é, maçom. Ele teria aparecido no Pará em 1815 e influenciado com idéias revolucionárias a Batista Campos, que era um intelectual possuidor de terras e escravos. Segundo Vicente Salles, Luís Zagalo teria vivido em Cametá, onde espalhou idéias subversivas entre escravos. Arthur César Ferreira Reis, citado por Vicente Salles, diz que Luís Zagalo teria feito pregação revolucionária em Belém e Cametá, afirmando que na época da liberdade e da igualdade, não podia haver homens submetidos a outros. Afirma ainda que Luís Zagalo teria sido expulso do Pará em 1817⁸¹.

Cabe referenciar entre os autores mais recentes, Raymundo Heraldo Maués, que em sua obra “Uma Outra Invenção da Amazônia” (1999), desenvolvendo a temática sobre a história do catolicismo na Amazônia, abordando a “Questão Religiosa” e a figura de Dom Antonio de Macedo Costa discute amplamente sobre o conflito com a maçonaria paraense, ressaltando a presença dessa instituição na história do Pará desse período, assim como Fernando Arthur de Freitas Neves, no livro “FACES DA HISTÓRIA DA AMAZÔNIA” (2006), escreve um texto sobre as tensões do catolicismo no Pará do século XIX, onde também faz referências

⁸⁰ CASTELLANI, José. **Os Maçons na Independência do Brasil**. Londrina: Ed. A Trolha, 1993, pág.45.

⁸¹ Salles, Vicente. **Memorial da Cabanagem**. Belém: CEJUP, 1992, p. 131.

à presença da maçonaria e o conflito com a Igreja naquele momento da história paraense, e vincula àquela instituição às idéias liberais e à questão da laicidade do Estado e do ensino.

Ressaltamos que esses dois historiadores são acadêmicos, profissionais da antropologia e da história, fazendo parte de uma historiografia acadêmica e não comprometida nem com o maçonismo, nem com o antimãonismo, como define Colussi (1998)⁸². Enquadra-se no mesmo caso, Vicente Salles. Já Domingos Antonio Raiol não possui o lado acadêmico, mas é um típico representante da escola de historiadores do século XIX, na linha dos pesquisadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, que tanto contribuíram para a historiografia brasileira, também podendo ser vistos como *descomprometidos*.

Domingos Antonio Raiol e Manoel Barata, com suas respectivas obras, “Motins Políticos no Pará” (1970) e “Formação histórica do Pará” (1973), foram os autores que mais profundamente trabalharam sobre a existência e o papel da Maçonaria na história paraense do século XIX. Ambos nos falam da existência da primeira Loja maçônica do Pará, revelada por Manuel Barata, em seu livro “Formação Histórica do Pará”, citando os “Motins Políticos” de Raiol e um boletim do Grande Oriente do Brasil.

Discutindo o texto que aparece no livro de Manuel Barata e no Boletim do GOB, nos diz Raiol que esta primeira loja maçônica do Pará teria sido fundada com a aprovação do Grande Oriente do Brasil, em 22 de janeiro de 1831, sob o título distintivo “Tolerância”, tendo participado de sua fundação, o então presidente da Província, o Barão de Itapicurú-Mirim.

Essa Loja teria funcionado na casa de Gaspar Corrêa de Vasconcelos, almoxarife dos armazéns da marinha, em uma esquina da Rua do Rosário, hoje Aristides Lobo, no antigo Largo dos Quartéis, onde hoje fica a praça denominada da Bandeira, e onde se encontra o Comando da 8ª Região Militar, em quartel tombado como monumento histórico. A essa Loja está relacionado um fato que envolve os acontecimentos da Cabanagem no Pará, quando então teria sido incendiada e destruída.

Segundo Manoel Barata, a origem do ódio dos cabanos aos maçons e que teria levado a destruição desta primeira loja maçônica do Pará é referenciada no Boletim do Grande Oriente do Brasil, em texto do historiador paraense Manuel Barata, citando palavras do Barão de Guajará (Domingos Antonio Raiol) no seu livro, conforme abaixo é descrito:

Em 1833, sendo proposto para membro della o celebre cônego Batista Campos, o presidente da província, tenente-coronel do exército José Joaquim

⁸² COLUSSI, Eliane Lucia. Op. Cit., 1998. Passim.

Machado de Oliveira, sucessor de Itapicurú-Mirim; e membro proeminente da Loja, impugnou acicamente a proposta, que foi rejeitada. Despeitado o cônego por essa repulsa “tratou de prevenir o espírito do povo ignorante contra a maçonaria”(palavras do ilustre Sr. Barão de Guajará, nos seus *Motins Políticos*)⁸³.

Batista Campos, segundo o mesmo autor, nunca perdoaria a maçonaria por ter sido rejeitado pela mesma e passou a pregar do púlpito e por toda parte, inclusive do confessionário e através de seus correligionários, que a maçonaria era uma instituição parida pelo inferno, para combater a Igreja e seus ministros⁸⁴, e para que não atingissem seus “tenebrosos fins”, os cristãos deviam opor-se a mesma. Propalava ainda Batista Campos, que os maçons defendiam a abolição da escravidão sem dar nenhuma garantia ao direito de propriedade. Provavelmente queria com esta pregação conquistar o apoio dos proprietários de escravos conforme referenciamos adiante.

É interessante travarmos aí uma discussão sobre essa questão, na medida em que a Cabanagem é apresentada como uma revolução libertária e, no entanto, o seu principal ideólogo, Batista Campos, combatia o abolicionismo propalado pela maçonaria, defendendo o direito de propriedade sobre seres humanos, os escravos. Considere-se ainda que o historiador Vicente Salles, em seu “Memorial da Cabanagem” (1992), faz referência a “pedreiros livres”, ou seja, maçons, que se envolveram com o movimento e difundiram os ideais libertários da revolução francesa no Pará, considerando a ligação estreita da maçonaria com estes ideais libertários, conforme já demonstrado em seu histórico. Com afirmações deste tipo, buscava Batista Campos a simpatia dos grandes proprietários de escravos? Isto é afirmado pelo Barão de Guajará, revelando assim um caráter oportunista do ideólogo da cabanagem. Afirma Raiol, que após ter sido rejeitada a sua entrada na Maçonaria, Batista Campos,

longe de mostrar-se agastado...

(...)

e daí em diante tratou de prevenir o espírito do povo ignorante contra a maçonaria. No seio das famílias, no púlpito, no confessionário, por toda parte, por si e por intermédios de seus correligionários, fez propalar que esta instituição era um parto do inferno para combater a igreja e seus ministros; ...

E para melhor conseguir seu intento, fez também propalar que a maçonaria tentava estabelecer a manumissão da escravatura sem garantia alguma ao direito de propriedade. Queria assim conquistar as simpatias pelo menos dos proprietários e homens abastados⁸⁵

⁷⁶ RAIOL, Domingos Antonio. **Motins Políticos ou a história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 até o ano de 1835** – 2º volume – Belém: Ed. da UFPa., 1970, p. 421.

⁷⁶ Idem.

⁸⁵ RAIOL, Domingos Antonio. **Motins Políticos ou a história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1621 até 1835** – 2º volume – Belém: Ed. da UFPa, 1970, p. 421.

Batista Campos difundiria ainda, o que a Igreja também fazia na Europa, de que os maçons praticavam rituais satânicos em seu culto. Em texto mandado imprimir pelo mesmo Batista Campos e distribuído à população repudiando ataques ao Bispo D. Romualdo Coelho por parte do presidente da Província, o Barão de Itapicuru-Mirim, membro da Loja “Tolerância”. Diz Moreira, em sua obra *“Pródromos da Cabanagem”*, citando Raiol em seus *“Motins Políticos, vol. 2, p. 466.*

Tirania! Maltratar um paraense tão distinto por suas virtudes e saber, um venerando ancião cheio de serviços à Igreja, à pátria, à província que se ufana de lhe ter dado o berço! Ameaçar com prisão e ferros a um Bispo! Sociedade amaldiçoada que tem presa e acorrentada num armário a sagrada imagem de Cristo uma serpente mordendo-lhe o peito! Seita maldita que estabelece a comunhão da mulher e das filhas, sacrifica a virtude e os bons costumes! Instituição perversa que admite, alta noite, em seu seio o demônio transformado em bode negro a faiscar fogo por toda parte⁸⁶.

Segundo o mesmo autor, nesses ataques, Batista Campos apontava os maçons “como adoradores do diabo e até praticantes de incestos”. Esses fatos levaram a que mães e filhas e esposas de maçons, até então respeitadas, e mesmo virtuosas frequentadoras de templos católicos, passassem a ser acusadas de satanismo e devassidão promíscua⁸⁷.

Dessa forma, concitando assim os ânimos da população contra os maçons, Batista Campos inoculou no espírito do povo simples os sentimentos de ódio que serão manifestados contra a Maçonaria quando da eclosão do movimento cabano. Só assim é que se explicam os fatos que resultaram no sangrento acontecimento da destruição da Loja “Tolerância” durante a rebelião da cabanagem, cujo episódio é assim descrito por Manuel Barata reproduzindo o texto de Raiol:

Pela madrugada de 7 de janeiro de 1835, hordas ferozes de cabanos, sedentos de sangue e de pilhagem, invadiram a cidade desapercibida, aos gritos de – “morram os maçons! Morram os europeus! Viva a nossa religião!” Aos assassínios das primeiras autoridades, de seis oficiais militares, entre os quais o capitão Domiciano Ernesto Dias Cardoso, e de outros cidadãos inermes, seguiu-se o assalto à loja maçônica, que foi toda aniquilada. Eis como o já citado historiador descreve esse acto de selvageria nefanda, que dispersou e extinguiu a Tolerância. Depois de arrombada a porta a golpes de machado, devassaram todos os cantos. Pelas janellas lançaram em pedaços a mobília, os adornos, os papeis, tudo enfim que encontraram. A plebe desenfreada entrava e sahia sem cessar, proferindo os maiores impropérios contra os maçons. Os livros da sociedade andaram de mão em mão, como objectos de curiosidade, sendo alguns dilacerados, e outros conduzidos pelos chefes dos revoltosos.

⁸⁶ RAIOL, “Motins Políticos” In: MOREIRA, Flávio. **Pródromos da Cabanagem**. Belém: Paka-Tatu, 2011, p. 319.

⁸⁷ MOREIRA, Flávio. Op. Cit., 2011, P. 318.

Felizmente, já vae longe esse tempo de barbárie e fanatismo, que a história registra horrorizada, e que não mais voltará, por bem da civilização e da humanidade.⁸⁸

Vimos a partir desse artigo do historiador paraense Manuel Barata, publicado no boletim de 1911 do Grande Oriente do Brasil, que a maçonaria instalou-se oficialmente no Pará em 1831, através da Loja Tolerância que desapareceu em 1835 no meio das revoltas da cabanagem, no Pará. Vicente Salles, ainda informa na obra citada acima, que, na mesma época, o livreiro e editor Honório José dos Santos, proprietário da “Tipografia restaurada”, era maçom e que essa tipografia editava antes o “Correio do Amazonas”, órgão oficioso da maçonaria, referindo-se provavelmente à Loja “Tolerância”⁸⁹.

No período entre o desaparecimento da Loja “Tolerância” em 1835, incendiada pelos cabanos e o surgimento de novas lojas maçônicas no Pará, haverá um intervalo de 22 anos para que a maçonaria reapareça no Estado.

1.6.1 - O RENASCIMENTO DA MAÇONARIA NO PARÁ

Foi no início da segunda metade da década de 1850, que Lojas maçônicas voltaram a funcionar no Pará, com outras sendo fundadas nas décadas seguintes. Nas décadas de 1850, 1860 e 1870, foram fundadas as lojas Harmonia, em 1857, Firmeza e humanidade, de 1857, Cosmopolita, de 1864, Renascença, de 1872 e Loja Aurora, fundada em 1873, que, ao longo da segunda metade do século XIX, consolidaram a maçonaria no Pará. Essas lojas envolveram-se profundamente nos processos sócio-políticos do período, como a “Questão Religiosa”, a luta pela emancipação dos escravos, o movimento republicano e a defesa do ensino laico e da secularização do Estado, como veremos ao longo do segundo capítulo deste trabalho.

Em 28 de março de 1857, foi instalada no Pará, sob os auspícios da maçonaria portuguesa, a Loja Harmonia, conforme Ata de instalação que reproduzimos abaixo.

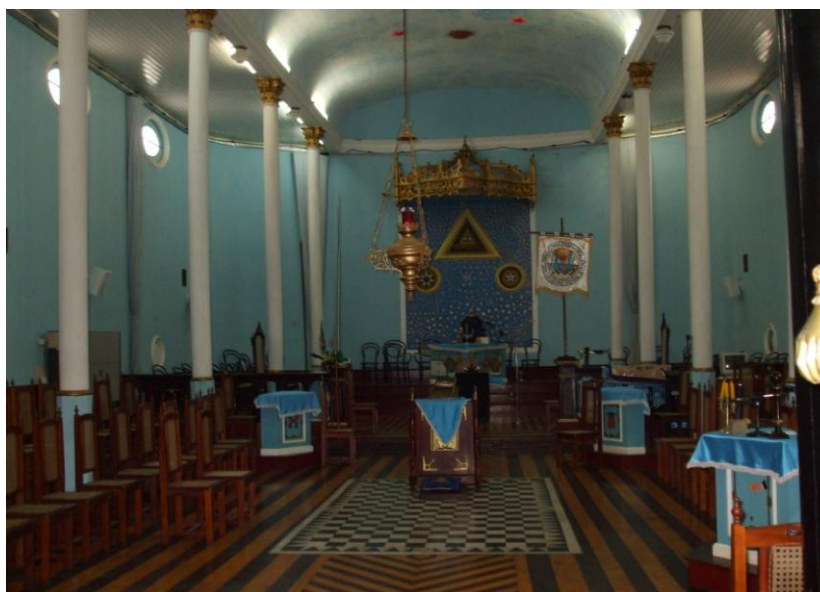
Acta da instalação da R.: L.: (provisória), de S. João com o título distintivo Harmonia, ao Oriente do Pará, debaixo dos auspícios do M.: P.: e R.: Sub.: Cap.: das duas L L.: reunidas – Harmonia e Filha de Harmonia – do Or: do Porto Portugal.

⁸⁸ Artigo de autoria de Manuel Barata, publicado no **Boletim Oficial do Grande Oriente do Brasil**, ano 1911, págs. 867 a 869 – preservada a grafia da época. Esse texto também pode ser encontrado no livro de autoria do mesmo autor do artigo, **Formação Histórica do Pará**, editado pela Universidade Federal do Pará em 1973, págs. 335 a 337.

⁸⁹ SALLES. Vicente. Op. Cit. 1992, p. 121.

Aos 28 dias do 1º. Mês do anno da V.: L.: 5857⁹⁰, pelas 8.30 horas da noite, achando-se presentes por convite do I.: Viriato C.: R.: , os Ir.: abaixo assinados, se lhes fez saber que, para a organização dos trabalhos de hoje, se ia nomear as Dign.: e Off.: que devião compôr provisoriamente a L.: até que com maior número de Ir.: se elegesse, com pluralidade absoluta de votos por escrutínio secreto, as Dign.: e Off.: que devem compor a R.: L.: que deve funcionar regularmente neste salão...⁹¹.

Figura 01. Atual interior da Loja Harmonia 8, fundada em março de 1857.



Fonte: Élson Monteiro (2013).

Em seguida a fundação da Loja Harmonia, surgiu a Loja “Firmeza e Humanidade”, fundada em 28 de maio de 1857, como vemos na ata de instalação a seguir descrita:

“aos 8 d.: do 3º. M.: da V.: L.: – 28 de maio de 1857, era vulgar, reunidos em lugar vedado às vistas prof.: Os mac.: Joaquim José d’Assis gr.: 29:., João Francisco Odete gr.: 30:., Germano Francisco d’Oliveira gr.: 30:., Sérgio Tertuliano Castelo Branco, gr.: 18:., Antonio Marques de Carvalho, gr.: 1:., Pedro Vallete Filho, gr.: 3:., Frederico Antonio Abranches gr.: 3:., Francisco Gonçalves de Medeiros Branco gr.: 3:., com o fim designado d’instalar uma Loj.: Mac.: Cujos trabalhos tendessem unicamente a bem da humanidade desvalida e Gl.: Do Sup.: Arch.: Do Um.: Debaixo dos auspícios do Gr.: Or.: Do Brazil assim o declararam e fizeram pela maneira seguinte:

Por aclamação unânime foram eleitos para os cargos de Loj.: Os irm.: :

Joaquim José d’Assis, Vem.: Germano Francisco d’Oliveira, Io. Vig.: Pedro Vallete filho, 2º. Vig.: João Francisco Catete Orad.: , Francisco Gomes de Medeiros Branco, Secret.: , Frederico Antonio d’Abranche, Thezour.: , Sergio Tertuliano Castelo Branco, 1º. Exp.: , Antonio Marques de Carvalho, M.: de Cer.: .

Depois de cada um dos irmãos ter ocupado os respectivos logares o Irm.: Vem.: Declarou que era necessário que se tomasse o título que devia distinguir a

⁹⁰ O ano maçônico corresponde ao ano normal, acrescido de 4000 anos, e o primeiro mês, corresponde a o mês de março, que marca o equinócio da primavera, quando se inicia o ano maçônico. Portanto a data é de 28 de março de 1857. N. A.

⁹¹ **Ata de instalação da Loja Harmonia.** Ata 1. Livro1.Arquivo da secretaria da Loja Harmonia No. 8- Oriente de Belém. Mantida a grafia original.

Loj.: no mundo mac.: e pelo Irm.: 1º. Exp.: , foi proposto o de Firmeza e Humanidade, que foi aprovado por todos os irm.: O Ven.: declarou mais, que se devia assentar no Rit.: sob o qual tem de ser seguidos os trabalhos da Loj.: pelo irm.: 1º. Experto foi proposto Rit.: de S. João d'Escócia, antigo e aceito, o qual foi igualmente aprovado por todos os irm.: .

Em seguida o irm.: Vem.: proclamou por três vezes, instalada provisoriamente a Loj.: Mac.: Firmeza e Humanidade, sob os auspícios do Gr.: O.: do Brazil, cujo acto foi aplaudido pela trílice bateria da ordem...”⁹²

Figura 02. Fotografia da atual sede da loja Firmeza e Humanidade, fundada em 1857.



Fonte: Elson Monteiro (2012).

Em 1858, foi fundada a Loja “Harmonia e Fraternidade nº 9, existente até hoje, com templo próprio sito à Trav. Padre Eutíquio. Não foi possível encontrar nos arquivos dessa loja a sua ata de fundação, mas ela aparece no noticiário dos jornais da época e é referenciada em atas de outras lojas, conforme demonstraremos ao longo deste trabalho. Foi uma das seis lojas que compuseram a maçonaria paraense durante o período histórico visado por esta pesquisa, tendo tido amplo envolvimento nas campanhas abolicionista e republicana. A sua data de fundação aparece no piso da entrada do templo da loja, conforme fotografia anexa.

⁹² **Ata de instalação da Loja Firmeza e Humanidade.** Ata 1. Livro1. Arquivo da secretaria da Loja em sua sede em Belém do Pará.

Figura 03. Entrada do templo da Loja Harmonia 09 com a data de sua fundação.



Fonte: Elson Monteiro (2014)

A quarta Loja fundada em Belém, neste período, foi a Loja Cosmopolita, que teria sido fundada em 1864, conforme informações dadas pelos membros da Loja que comemoraram os 144 anos de fundação da mesma em 2008. Essa loja maçônica passou sessenta anos “adormecida”, que em linguagem maçônica significa que uma Loja deixa de funcionar ou “abateu colunas”. Em função desse fato perdeu-se grande parte de sua documentação. Tendo sido reerguida em 1994, houve dificuldade de encontrar atas desta Loja. Os jornais da época pesquisada, 1870 a 1889, fazem referências a existência da mesma, assim como as atas das outras lojas estudadas. Essa Loja participou, como toda a maçonaria paraense à época, das campanhas cívicas e políticas desenvolvidas pela maçonaria na região conforme vai sendo demonstrado ao longo deste trabalho.

Em 1872 foi fundada a Loja “Renascença”, que teve importante participação nesse período. Fundada por um grupo de maçons que eram originariamente da loja “Cosmopolita”, uma loja “Capitular”, que é uma loja dedicada aos estudos dos altos graus da maçonaria, pois o maçom, após chegar ao terceiro grau (grau de mestre), ele realiza estudos para os chamados graus filosóficos (altos graus), que conforme o rito vão do grau quatro ao grau trinta e três.

Conforme citado pelo escritor maçônico Afonso Mauro, os “irmãos” da Cosmopolita teriam em 10 de outubro de 1872, fundado esta loja, com a denominação “Renascença”,

adotando o Rito escocês Antigo e Aceito, sob os auspícios do Grande Oriente Unido do Brasil e cujo primeiro presidente teria sido o Sr. David Corrêa Sanches Frias⁹³.

Vejam os a transcrição original da Ata de Fundação da Loja “Renascença”:

“Acta dos primeiros trabalhos a que procedem vinte e oito mac.: em 10 de outubro de 1872, E.: V.: no Pará, para a criação de uma nova Loj.: intitulada RENASCENÇA.

Reunidos em lugar vedado as vist.: prof.: vinte e oito mac.: que foram da Aug.: e Res.: Loj.: Cap.: Cosmopolita, sob a presidência do resp.: Irm.: David Corrêa Sanches Frias, este fez uma exposição clara e breve dos motivos para que fora convocada aquella assembléia, demonstrando a excelência das doutrinas que devem acatar todos os verdadeiros mmaç.: e consultou os irm.: presentes à cerca da criação de uma nova off.: do Rito Esc.: com o título de RENASCENÇA e sob a obediência e imediata permissão do Gr.: Or.: Unido do Brasil, a quem jurara submeter-se e sendo aplaudido e vendo que os iirm.: reunidos possuíam os mais ardentes desejos de empregarem suas forças no aumento progressivo da nossa Sublime Ordem, pediu para que dentre todos fosse aclamado o Vem.: para a Loj.: Provisória. Pediu a palavra o Resp.: Irm.: Manoel Joaquim Machado e Silva, lembrando o Resp.: Irm.: David Corrêa Sanches Frias para ocupar esse logar, já pela alta inteligência de que era dotado, já pelos sentimentos e virtudes que possuía, para infundir o respeito e a ordem em todos os irm.:.

Empossado no logar de Ven.: o ilustre e resp.: Ir.: David Corrêa Sanches Frias nomeou por sua vez para os outros cargos determinados por lei os irm.: seguintes:..”⁹⁴

Abaixo, vemos fotografia atual do frontispício da Loja Renascença, fundada em 1872.

Figura 04. Frontispício da Loja Renascença fundada em 1872.



Fonte: Elson Monteiro (2013).

⁹³ MAURO, Afonso. **Renascença**: uma história de fé, de amor, de idealismo e perseverança. Belém: edição independente, 2002. págs. 33 e 34.

⁹⁴ MAURO, Afonso. **Renascença**: Uma História de fé, de amor, de idealismo e perseverança. Belém: edição independente – 2002, págs. 33 e 34. Este livro pode ser encontrado na Loja Renascença no. 3 e no palácio maçônico da Grande Loja do Pará. A ata original de instalação da loja Renascença, pode ser encontrada nos arquivos da Loja.

Outra loja de grande importância na campanha abolicionista no período discutido foi a Loja “Aurora”, existente até os dias de hoje, como as demais, e que ainda pertence ao Grande Oriente do Brasil, pois quando houve a secessão ocorrida na maçonaria brasileira em 1927, secessão essa que deu origem às Grandes Lojas Estaduais, a Loja Aurora permaneceu ligada ao GOB. No Pará, tal dissidência foi muito forte, e sob a liderança do líder maçom Apolinário Moreira levou a maioria das lojas a apoiar a secessão, originando a Grande Loja do Pará – GLEPA. A Loja Aurora, ao contrário das demais citadas neste trabalho, não aderiu aos dissidentes e permanece até hoje filiada ao Grande Oriente do Brasil. Essa loja foi fundada em 1873, conforme ata de instalação descrita na página seguinte:

“GL.: ao Sup.: Arch.: do Univ.: Loj.: Provis.: Aurora, sob os auspícios do Gr.: Or.: Un.: do Brazil – Val.: de Belém do Pará. 18de Janeiro de 1873 (e.: V.:).

Muit.: ILL.: e Resp.: Ir.:

Temos a honra de participar-vos que, no dia 18 do corrente, reuniram-se trinta e um mmaç.: regulares em lugar aberto e reinava a paz e o silêncio, e resolveram fundar, como effectivamente fundaram provisoriamente uma Loja Mac.: com o título distintivo de “Aurora”, sob os auspícios do Gr.: Or.: Um.: do Brazil, adoptando para seos trabalhos o Rito Adonhiramita.

De conformidade com o art. Da Const.; Mac.: do mesmo Gr.: Or.: , procedeu-se na mesma occazião a eleição, juramento e posse dos seguintes officiais: Ven.: Major Antonio Nicolau Monteiro Baena, 1º. Vig.: Padre Félix Vicente de Leão, 2º. Vig.: Dr. Júlio Honorato Corrêa de Miranda, Orad.: Dom João Chrysostomo da Matta Bacelar; Secre.: Capitão Pedro de Mello Marinho Farias; Thez.: Joaquim Martins da Silva; Cobrid.: Emilio Rodrigues de Oliveira Bastos.

A única aspiração da Loj.: Aurora é trabalhar sinceramente para a gloria da Mac.: e bem geral da humanidade, respeitando o grandioso pensamento da Const.: Mac.: em vigor e tornar conhecido paraticamente neste Val.: o rito que adotou para seus aug.: trab.: . Esperamos, pois, que nossa resolução mereça a vossa approvação e que nos auxilie com vossas luzes na árdua tarefa que tomamos saber nossas leis e honras.

Aceita ILL.: e Resp.: Irm.: , por mais esta vez os nossos votos de fraternal obediência e mui distincta consideração.

O Gr.: Arch.: do Univ.: nos tenha sob sua santa guarda.

Ao muito ILL.: e Pod.: irm.: Padre Eutichio Pereira da Rocha Dig.: da G.: do P.: Gr.: Mestre assignados – Vem.: Major Antonio Nicolau Monteiro Baena gr.: 7; 1º. Padre Félix Vicente de Leão gr.: 7; 2º. VigDr. Julio Honorato Corrêa de Miranda gr.: 7; Orad.: Dom João Chrysostomo da Matta Bacelar gr.: 14; Secret.: Capitão Pedro de Mello Marinho Faria gr.: 3; . Conforme Pedro de Mello Marinho Farias gr.: 3, secretário”⁹⁵.

A Loja Aurora desenvolveu importante papel no processo que ocorreu no século XIX envolvendo a Maçonaria paraense.

⁹⁵ **Ata de Instalação da Loja Aurora.** Ata 1, do Livro 1 da Loja Aurora. Encontra-se nos arquivos da Loja Aurora em Belém – Pará.

Figura05. Templo atual da Loja Aurora fundada em 1873.



Fonte: Elson Monteiro (2011).

Com a fundação da Loja Aurora em 1873, completou-se o quadro de lojas maçônicas que compuseram a maçonaria paraense nos idos dos anos 70 e 80 do século XIX e que terão ampla participação nos movimentos que envolveram o conjunto da sociedade paraense neste período, como os movimentos abolicionista e republicano e o grande debate da chamada “Questão Religiosa” no Estado, conforme demonstraremos posteriormente, no segundo capítulo, que abordará especificamente a atuação da maçonaria paraense no século XIX e sua vinculação às questões da época, com marcante presença na sociedade, refletindo a sociabilidade que se desenvolvia nas lojas maçônicas.

O primeiro grande embate que marcou a presença da maçonaria como força expressiva na sociedade paraense, com o surgimento de vários jornais editados por maçons e financiados por lojas maçônicas, e que também representou um momento em que os maçons “botaram a cara na rua”, enfrentando e disputando a influência junto à opinião pública com a poderosa Igreja católica, ocorrido no início da década de 1870, com a chamada “Questão Religiosa”.

Assim sendo, encerramos este capítulo, demonstrando a trajetória da maçonaria, e sua participação em acontecimentos destacados na História Mundial e, principalmente, na História do Brasil. Defendemos a tese de que essa instituição agiu no contexto sócio-político, não somente enquanto instituição organizada da sociedade civil, mas também identificando os sujeitos maçons que atuaram como políticos, intelectuais e jornalistas, com forte inserção no meio social.

Os maçons atuaram também em várias instituições que surgiram nesse período, que podemos afirmar como de formação da sociedade civil organizada, tais como associações

abolicionistas, imprensa, Clube Republicano etc., tendo um papel fundamental no debate travado com a Igreja católica na “Questão Religiosa”, que foi um dos grandes embates do século.

É nessa perspectiva que abordaremos o papel da maçonaria paraense no âmbito regional, defendendo a tese de que a sociabilidade que se dava dentro das lojas maçônicas, refletiu na sua presença nos principais acontecimentos que se deram na Província do Pará no período do corte histórico desta pesquisa.

Demonstraremos que a maçonaria agiu como uma força de poder nesse meio social amazônico, o que é o objetivo deste trabalho. O primeiro desses acontecimentos em que a Maçonaria paraense teve ampla participação, originando inclusive uma imprensa maçônica e marcando a presença dessa organização no seio da sociedade paraense, foi a chamada “Questão Religiosa”, em que, em certo sentido, esteve disputando a hegemonia com a Igreja no contexto social paraense. Logo em seguida, teremos o início da campanha abolicionista, em que as lojas maçônicas e os maçons paraenses, tiveram ampla participação.

CAPÍTULO II – A MAÇONARIA EM QUESTÕES SOCIAIS E RELIGIOSAS

2.1 - A QUESTÃO RELIGIOSA

A relação entre a maçonaria e a Igreja católica, em vários momentos, foi conflituosa, independente de alguns padres ao longo da história terem participado da Maçonaria. A Igreja condenou a maçonaria em vários contextos na era moderna. Faço referência à questão da era moderna, pois na Idade Média, é sabido que os maçons operativos eram protegidos da Igreja, na medida em que se colocavam a serviço da mesma como construtores de catedrais, já que as corporações de construtores da Idade Média são a origem mais provável e correta da Maçonaria moderna ou especulativa.

Na origem desse conflito, o antecedente mais remoto que se tem notícia, segundo o historiador Emilio J. Corbière, é a bula papal *In eminenti apostolatus specula*, proclamada pelo Papa Clemente XII, que condenava ferozmente os franco-maçons⁹⁶. Essa condenação foi ratificada em 1751 pelo Papa Bento XIV⁹⁷. A Bula expedida pelo Papa Clemente XII, de 28 de abril de 1738, proibia os membros da Igreja Católica de pertencer à Maçonaria⁹⁸.

É certo que pouco tempo depois a Inquisição dedicou-se a combater a Maçonaria. É bem refletido isso, no que aconteceu com John Coustos, súdito britânico residente em Portugal, que foi eleito Mestre de uma Loja Maçônica que funcionava em uma residência particular, que ao ser descoberto pela Inquisição, foi preso, interrogado, e por fim condenado a trabalhos forçados, sendo posteriormente libertado por interferência do embaixador britânico⁹⁹. Ao voltar a Londres, Coustous publicou o livro *The Unparalleled Sufferings of John Coustous*, onde relatou as horríveis torturas que passou durante os interrogatórios na mão da Inquisição¹⁰⁰.

Segundo Alexandre Mansur Barata, citando Benimelli, as motivações que levaram a Igreja a assumir tal postura, estavam nas intenções de Clemente XII e Bento XIV de seguir o exemplo de alguns governos seculares que identificavam a Maçonaria como uma organização

⁹⁶ BECK, Ralph T. **A Maçonaria e outras sociedades Secretas**. S. Paulo: Ed. Planeta, 2005, p. 121.

⁹⁷ Idem.

⁹⁸ MCNULTY, Kirk W. **A Maçonaria. Símbolos, segredos, significados**. – S. Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 102.

⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰ Idem.

subversiva, por basear suas ações no segredo, vendo-a como um perigo para a segurança do Estado e da Igreja¹⁰¹.

A condenação da Maçonaria vai continuar de forma constante por um longo período, tendo o seu acirramento maior durante os papados de Pio IX e Leão XIII. Barata chama a atenção para o fato de que as últimas condenações envolveram o contexto do conflito resultante da luta pela unificação italiana, que culminou com o fim dos Estados pontifícios, contexto em que a Maçonaria teve importante participação¹⁰².

Esses fatos demonstram que a relação entre a Maçonaria e a Igreja, teve vários momentos conflituosos, apesar de haver alguma variação de país para país. Os maçons, que cultivaram desde o século XVIII, as tradições do racionalismo iluminista, muitas vezes foram acusados de anticlericais, porém, nas lojas maçônicas, na maioria dos ritos, o livro da Lei é a Bíblia. Assim como as lojas maçônicas aceitam membros de qualquer religião sem necessidade de o iniciado renegar a sua religião, convivendo como “irmãos”, não vêem essas lojas nenhuma incompatibilidade entre a Maçonaria e a Igreja¹⁰³. São inúmeros os casos de padres que fizeram parte da Maçonaria, e que, no caso do Pará, participaram inclusive do embate com os bispos, defendendo pontos de vista maçônicos, como veremos no decorrer deste trabalho.

Precisamos entender que a maçonaria especulativa amadurece na Europa ao longo do século XVII, para consolidar-se em sua forma moderna no início do século XVIII. Esse posicionamento de conviver em lojas com “irmãos” de diversas tendências religiosas, em um clima de tolerância, reflete também o cansaço existente naquele continente com a intolerância que gerou as guerras religiosas que devastaram a Europa ao longo do século XVI. O historiador maçônico Manoel Arão Reis, identifica na questão da reforma e da contra-reforma as origens desse confronto, contrapondo as figuras de Lutero e Inácio de Loyola, fundador da ordem jesuítica¹⁰⁴.

Podemos dizer que o conflito seguinte seria entre o movimento intelectual do século XVIII, que entraria em confronto com as idéias da contra-reforma e com a postura da Igreja fortemente influenciada pela Ordem Jesuíta, que queria ter o controle do processo

¹⁰¹ BARATA, Alexandre Mansur. **Luzes e sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910)**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999, p. 104

¹⁰² Idem.

¹⁰³ Idem.

¹⁰⁴ REIS, Manoel Arão. **História da Maçonaria no Brasil-1º vol.** Recife: Edição do autor, 1926, p.402-403

educacional, buscando a supressão da liberdade de ensino, da liberdade de consciência e o cerceamento da democracia política nascente¹⁰⁵. Diz o mesmo autor:

“Quando a bula de Clemente XII, em 1738, cae sobre os maçons, excommungando-os, a Igreja era ainda assas forte e a inquisição bem manejável”¹⁰⁶.

Adiante, diz o mesmo autor:

“Neste ínterim, surgia o Syllabus...”

“Que doutrina consagrava o Syllabus”?

“Em synthese que a educação da mocidade é privativa do clero; que a sciencia e os princípios philosophicos e Moraes estão sujeitos à interpretação ecclesiastica; que os meios temporaes, directos e indirectos, cabem à Igreja; que a soberania popular repousa sob um falso conceito que é mister supprimir para a paz dos povos”¹⁰⁷.

Em realidade o relacionamento da Maçonaria com a Igreja, apesar de cercado por um clima de desconfiança, não impediu que ao longo do século XIX padres participassem da Maçonaria. Mesmo depois da principal condenação contra a Maçonaria emitida pelo Papa Pio IX, a *Multiplies Inter Machinationes*, em 25 de setembro de 1865, o número de padres que se tornaram maçons foi relativamente grande, especialmente na primeira metade do século e até mais ou menos 1890. A Loja “Amizade” de São Paulo foi talvez a Loja que mais iniciou padres no Brasil, sendo que o último que se tem notícia foi iniciado em 1895, quase no final do século. Um dos padres mais famosos que pertenceu a esta Loja foi o padre Diogo Antonio Feijó¹⁰⁸.

Segundo Spoladore, em Recife foi famoso o vigário Bartolomeu da Rocha Filho, que era maçom grau 30, além dos “padres patriotas”, precursores da Independência do Brasil, maçons revolucionários que agiram no nordeste, em especial em Pernambuco, e, entre eles, Arruda Câmara, João Ribeiro, Padre Miguel Joaquim de Almeida Castro (Padre Miguelinho), Francisco de Paula Cavalcanti, Luiz Cavalcanti, Frei Caneca (Joaquim do Amor Divino Rebelo Caneca), Bispo Azeredo Coutinho, Padre Roma (José Inácio de Abreu e Lima), Cônego Joaquim Antonio das Mercês, além de outros¹⁰⁹.

Faz referência o mesmo autor a padres que pertenciam à maçonaria paranaense como o Padre Albino José da Cruz, que foi filiado à Loja “Perseverança” de Paranaguá e era maçom de grau 18, tendo participado da campanha abolicionista, pois a Loja “Perseverança” se envolveu em um programa de libertação de escravas até quatro anos de idade mediante a

¹⁰⁵ REIS, Manoel Arão. Op. Cit., 1926, p. 404-405.

¹⁰⁶ Ibidem, p. 404.

¹⁰⁷ Ibidem, p. 405.

¹⁰⁸ SPOLADORE, Hercule. **História da Maçonaria Paranaense no Século XIX**. Londrina: Ruahgraf, 2007, p. 295.

¹⁰⁹ Idem.

compra de alforria das mesmas¹¹⁰. Cita ainda o caso do padre Vicente Gaudinieri, iniciado na Loja “Modéstia”, de Morretes e ainda na condição de padre, fez parte do quadro da Loja “Conceição Palmeirense”, depois, “Moriá”, chegando ao grau 18 na maçonaria. Por causa de sua persistência em permanecer maçom foi suspenso da ordem sacerdotal como vigário da diocese de Palmeira, afirmando ainda que esse padre foi um dos fundadores da Loja “Luz Invisível”, de Curitiba, fundada em 20 de setembro de 1900¹¹¹.

No Pará, essa participação de padres na Maçonaria também é percebida no século XIX, destacando-se principalmente as figuras de Padre Eutichio Pereira da Rocha, o Cônego Ismael de Sena Ribeiro Nery e o Padre Manoel Inácio da Silva Espíndola, sendo que os dois primeiros tiveram importante papel na chamada “Questão Religiosa”¹¹².

Foi a partir desse contexto inicial de conflito que perdurou todo o século XVIII e XIX, que levou a Maçonaria e a Igreja a travarem um forte e intenso debate na segunda metade do século XIX no Brasil, principalmente através da imprensa, que era o principal veículo de comunicação de massa da época, tendo como eixos principais a imprensa editada nas cidades do Rio de Janeiro, Recife e Belém do Pará. Esse conflito que se iniciou no Rio de Janeiro, mas que foi assumido principalmente pelos bispos de Recife, D. Vital, e de Belém, D. Macedo Costa, e cujos antecedentes vem da edição das encíclicas papais, “*Quanta Cura*” e do “*Syllabus Errorum*”, que a acompanha.

É importante, porém, para entender este contexto de conflito, o que foi o ultramontanismo no interior da Igreja Católica desse período. Segundo David Gueiros Vieira, o ultramontanismo foi um termo usado desde o século XI para descrever cristãos que buscavam a liderança de Roma (do outro lado da montanha), ou que defendiam o ponto de vista dos papas, ou davam apoio à política dos mesmos¹¹³. É nessa perspectiva que os bispos, D. Vital e D. Macedo Costa, se posicionaram, buscando aplicar o que era a vontade do Papa, expressada através da encíclica “*Quanta Cura*” expedida por Pio IX. Esse posicionamento dos bispos teve profunda repercussão no Brasil, em função da existência do regime de padroado existente no Brasil na relação entre Igreja e Estado.

No dizer de João Fagundes Hauck, dessa vinculação mais íntima com Roma resultou uma dupla conseqüência. Primeiramente, da parte da Igreja, ela se tornaria mais “romana” e

¹¹⁰ SPOLADORE, Hercule. Op. Cit., 2007, p. 295.

¹¹¹ Ibidem, p. 296 e 297

¹¹² MAUÉS, Raymundo Heraldo. **Uma Outra Invenção da Amazônia: religiões, histórias, identidades**. Belém: Ed. Cejup, 1999, p. 126.

¹¹³ VIEIRA, David Gueiros. **O Protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1980, p. 32.

menos “nacional”. Da parte dos liberais em luta contra o ultramontanismo, a Igreja do Brasil era vista com hostilidade por causa da maior aproximação com a Sé Romana¹¹⁴.

Diante de tal cenário, alguns fatos desencadearão o conflito que envolveu não somente a Igreja Católica e a Maçonaria, mas o próprio Estado imperial brasileiro, com profundas repercussões no parlamento e na sociedade como um todo.

Na verdade, esse conflito, insuflou no Brasil uma situação que já se dava no contexto internacional, de luta aberta entre a Igreja Católica e os postulados liberais que avançavam social e politicamente na Europa do século XIX, com grande expressão no Brasil, onde já estavam presentes as grandes questões daquele momento, como a separação da Igreja do Estado, a secularização dos cemitérios, o casamento civil, a educação laica etc.

Ressaltamos ainda que na Itália havia ocorrido o processo de unificação nacional, em que o novo estado laico que se formou naquele país, inspirado nas idéias liberais, avançava sobre as propriedades e a influência da Igreja, gerando um forte conflito, onde a presença de organizações como a Maçonaria e a Carbonária tiveram papel relevante, pois foram alguns dos principais impulsionadores do processo de unificação italiana.

Contrário às teses liberais, o ultramontanismo, segundo Alexandre Mansur Barata, dizia que

“basicamente, os católicos ultramontanos brasileiros defendiam as seguintes teses: a supremacia do poder espiritual sobre o poder temporal, o qual no caso brasileiro estava diretamente ligado a extinção do beneplácito imperial; a monarquia como a melhor forma de governo; a cidadania vinculada à obrigatoriedade de professar o catolicismo; a defesa da estrutura familiar patriarcal e o combate à educação laica”¹¹⁵.

Antes de entrarmos no conflito propriamente dito, é importante verificarmos em que se constituíam os institutos do padroado e do beneplácito, que regiam as relações do Estado Imperial com a Igreja no Brasil e que passava pelo reconhecimento pelo Estado da religião católica como religião oficial, de Estado, no Brasil.

O catolicismo era um pilar da tradição imperial. A Igreja era um braço avançado do Estado na sociedade, desempenhando parte das funções administrativas e eleitorais – as votações ocorriam nas capelas – além de ser considerada necessária para impor disciplina sobre as “massas fanáticas”. A Igreja dava auxílio vital ao Estado no controle social. A

¹¹⁴ HAUCK, João Fagundes, et alli. **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação do povo. Segunda época, século XIX. 4ª Ed. Petrópolis: Vozes – Petrópolis, 2008.

¹¹⁵ BARATA, Alexandre Mansur. Op. Cit., 1999, p. 103.

separação entre as esferas política e religiosa não se fizera, de modo que as instituições políticas não eram laicas¹¹⁶.

Em grande parte, a questão religiosa ocorreu no Brasil em função do lançamento da encíclica papal *Quanta Cura*, proibindo os católicos de fazerem parte da Maçonaria, não sendo esta Encíclica reconhecida pelo Imperador, pois pelo sistema de Padroado, os documentos papais teriam que ter o beneplácito do Imperador para ter validade no Brasil. O sistema de padroado existente no Brasil à época do Império dava ao Imperador o direito de indicar nomes para o preenchimento dos cargos mais importantes da hierarquia eclesiástica no Brasil, principalmente dos bispos responsáveis pelas dioceses. Em troca, o clero recebia salários do Estado, passando os padres a serem verdadeiros funcionários públicos¹¹⁷.

Pelo sistema do Beneplácito, vigente desde a Constituição de 1824, resultante da aliança entre Igreja e Estado no Império, as Bulas e encíclicas papais, documentos oficiais da Igreja expedidos pelo Papa, só poderiam ter validade no Brasil depois de sancionadas pelo Imperador. No caso da *Quanta Cura*, a mesma não recebeu o “Beneplácito.

A atitude do Imperador, explica-se pelo fato de vários de seus ministros serem ligados à Maçonaria, sendo inclusive, o próprio Presidente do Conselho de Ministros, José Maria da Silva Paranhos, o Visconde de Rio Branco, Grão-Mestre das Lojas maçônicas do Rio de Janeiro, além de que o pai de D. Pedro II, o Imperador Pedro I, fora Grão-Mestre da Maçonaria¹¹⁸. Esse fato provocou a revolta do Bispo de Olinda, D. Vital, que proibiu os católicos de pertencerem à Maçonaria, no que foi acompanhado pelo Bispo do Pará, D. Macedo Costa, tendo muitos católicos, e entre eles, alguns padres, se recusado a seguir as ordens dos bispos.

O estopim da crise entre Igreja e Maçonaria, segundo Eliana Colussi, está ligado à realização de uma festa, em 02 de março de 1872, em comemoração à aprovação da Lei do Ventre Livre. O evento fora organizado pelo Grande Oriente do Lavradio. Durante os festejos, o padre maçom Almeida Martins fez elogios públicos à figura do Visconde do Rio Branco, dirigente do GOL (Grande Oriente do Lavradio) e autor da referida lei¹¹⁹. A consequência desse ato foi a suspensão do Padre Almeida Martins pelo Bispo do Rio de Janeiro, seguindo-se a partir desse fato uma série de medidas repressivas aos membros da Maçonaria, tais como a proibição de maçons participarem das irmandades, a expulsão dos padres maçons que não

¹¹⁶ ALONSO, Angela. **Idéias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo, Paz e Terra, 2002. P. 64

¹¹⁷ MENDES JR, Antonio e MARANHÃO, Ricardo. **Brasil História – República Velha**. São Paulo: Ed. Brasieinse, 1979. p.129.

¹¹⁸ Ibidem, p.130.

¹¹⁹ COLUSSI, Eliane Lucia. Op. Cit., 2002, p. 32.

abjurassem a Maçonaria, a excomunhão de católicos que se soubesse ser maçons, a negação de sepultura católica aos maçons que não tivessem abjurado a Maçonaria antes da morte, a negação de casamento religioso a filhos de maçons, etc.¹²⁰.

Este conflito acabou sendo importante para a divulgação das idéias maçônicas, pois alguns passaram a assumir abertamente suas posições liberais e anticlericais, o que levou esta Instituição a envolver-se diretamente com a “Questão Religiosa” e as campanhas abolicionista e republicana. A reação aos ataques da Igreja católica em todo o Brasil acabou por fortalecer a Maçonaria como um todo, pois passou então a ter a simpatia dos setores mais “ilustrados” da elite brasileira¹²¹.

A Questão Religiosa não deixou de ser uma afirmação do Estado em vista de manter suas prerrogativas em face da Igreja. Tais prerrogativas eram, sobretudo, o beneplácito imperial e o recurso à coroa, que os bispos em geral contestavam categoricamente como sendo heréticas e subversivas da doutrina eclesiástica. Atrás dessas prerrogativas escondia-se toda uma atitude de dominação da Igreja por parte do Estado¹²².

O ultramontanismo não deixou de ser uma reação da Igreja ao avanço de uma sociedade liberal e laica, diante da qual, aquela procurava reafirmar o escolasticismo, pelo restabelecimento da Sociedade de Jesus e pelo lançamento de uma série de encíclicas, bulas e documentos eclesiásticos contra o que a Igreja considerava serem elementos errôneos e tendências perigosas dentro da religião e da sociedade civil¹²³.

Essa posição visava uma maior concentração de poder nas mãos do papado, mas também combater todos os tipos de liberalismo, o protestantismo, a maçonaria, o deísmo, o racionalismo, o socialismo e certas medidas liberais propostas pelo estado civil, tais como a liberdade de religião, o casamento civil, a liberdade de imprensa e outras mais¹²⁴.

Os maçons, incluindo os do Pará, nunca deixaram de mostrar o caráter liberal da Ordem, e da parte de alguns segmentos maçônicos mais radicalizados, uma postura anticlerical, como contraponto à posição conservadora, naquele momento, da Igreja católica, como nesta notícia publicada pelo jornal maçônico, O Pelicano, publicado no Pará:

Assumptos Diversos

Mais uma liberdade

Por ocasião de festejarem os maçons de Santarém a nova do Aviso de 12 de junho, que quebrou os grilhões da theocracia entre nós, com que os Vitaes e Macedos

¹²⁰ Idem, p. 32.

¹²¹ Ibidem, p. 33.

¹²² HAUCK, João Fagundes et alli. Op. Cit., 2008, p. 189-190.

¹²³ VIEIRA, David Gueiros. Op. Cit., 1980, p. 32.

¹²⁴ Ibidem, p. 33.

pretendiam aniquillar-nos, foi libertada uma creança de d 2 annos de idade, com o produto da subscrição, promovida entre aquelles, a quem a cúria romana chama ímpios e hereges¹²⁵.

A questão que envolveu os bispos de Olinda, D. Vital, e de Belém, D. Macedo Costa, e a maçonaria do Brasil, foi um conflito que envolveu profundamente o estado imperial brasileiro e a sua relação com a Igreja, como expressão do conflito maior entre esta instituição e o mundo que estava sendo construído com as idéias liberais, transcendendo os limites do episcopado brasileiro e da própria maçonaria do Brasil.

2.1.1 - O CONFLITO COM O ESTADO

Antes de adentrarmos naquilo que é um dos eixos principais deste capítulo do trabalho, que é o conflito com a maçonaria e especificamente entre o bispo D. Macedo Costa do Pará e a maçonaria paraense. Vejamos alguns pontos que levaram a um enfrentamento entre a Igreja católica brasileira e o estado imperial.

O deflagrar do conflito se daria com a decisão de D. Vital e posteriormente D. Macedo, de suspenderem o funcionamento de várias irmandades e ordens terceiras que haviam se negado a expulsar de seus quadros os membros dessas irmandades que eram maçons. Essa suspensão foi acompanhada da interdição das capelas dessas associações religiosas¹²⁶.

Diante desse fato, as irmandades e ordens terceiras, no ano de 1873, resolveram apelar para o imperador, valendo-se do recurso à coroa, que consistia no apelo a um tribunal superior, isto é, do governo imperial, em vista de abusos de uma autoridade subalterna (a autoridade episcopal). Argumentavam as irmandades que sendo elas associações mistas (religiosas e civis), eram regidas também pelo governo nos “atos da vida civil”. Além do que, os documentos pontifícios que condenaram a maçonaria não tinham validade no Brasil, porque não obtiveram o beneplácito imperial¹²⁷.

Em vista desse fato e do acolhimento do recurso pelo imperador, o ministro João Alfredo, com base no Decreto n. 1911 de 28 de março de 1857, comunicou a D. Vital, que o imperador “houve por bem conformar-se com o parecer de dar provimento ao recurso”,

¹²⁵ O PELICANO. Belém, nº14 de 17 de agosto de 1873. p. 04. Biblioteca Arthur Vianna – Centur.

¹²⁶ HAUCK, João Fagundes et alli. Op. Cit., 2008, p. 186

¹²⁷ Ibidem. p. 187

mandando que seja cumprida a decisão, cessando os efeitos do ato de que as irmandades recorreram¹²⁸.

Consultado o Conselho de Estado, foi argumentado em decisão deste, que, sendo de exclusiva competência do poder civil a constituição orgânica das ordens terceiras e irmandades do Brasil, os bispos com seu procedimento tinham usurpado a jurisdição do poder temporal¹²⁹.

Ante estas decisões de motivação jurídica, D. Vital respondeu que importa obedecer antes a Deus que aos homens, rejeitando de forma categórica a doutrina do beneplácito imperial e considerando como absurdo e herético o recurso à coroa. E concluiu que em matéria religiosa o poder civil não é autoridade, mas pelo contrário tem estrita obrigação de obedecer à Igreja¹³⁰.

De igual modo, no Pará D. Macedo Costa irá reagir:

Não podendo eu, sem apostatar da fé católica, reconhecer no poder civil autoridade para dirigir as funções religiosas, pois o aviso do ministro do império envolve esta pretensão, não posso sacrificar-lhe minha consciência e a lei de Deus¹³¹.

Ante estas atitudes, por decisão do presidente do Supremo Tribunal de Justiça, foi expedido mandado de prisão contra ambos os bispos por terem violado o art. 96 do Código Criminal do Império, sendo submetidos a julgamento pelo mesmo Supremo Tribunal e sofrendo condenação a quatro anos de prisão com trabalhos forçados. No ano seguinte, buscando acalmar a situação, os bispos foram anistiados, sendo determinado que ficassem em “perpétuo silêncio” os processos que por esse motivo tinham sido instaurados¹³².

Com vimos, o conflito causado pela proibição da Igreja em não permitir a presença de maçons no seio das irmandades e ordens terceiras, extrapolou o conflito entre essas duas instituições, e envolveu o Estado em decorrência do sistema de padroado e beneplácito que moldava as relações entre a Igreja católica e o Imperador.

Na imprensa, principal veículo de comunicação da época, assim como na sociedade como um todo, esse conflito se refletirá em um intenso debate travado por maçons e católicos. No Pará, resultará no surgimento de publicações maçônicas e católicas, ocorrendo também esse debate na chamada imprensa “profana” (a grande imprensa diária), dele participando sacerdotes de ambos os lados, profissionais liberais, políticos etc..

¹²⁸ HAUCK, João Fagundes et alli. Op. Cit. 2008, p. 187.

¹²⁹ HAUCK, João Fagundes et alli. Op. Cit., 2008, p. 186.

¹³⁰ Ibidem. p. 187.

¹³¹ Ibidem. p. 188.

¹³² Idem.

Ocorrerá a partir de então um debate que refletirá as grandes questões do século, como a imigração, o protestantismo, o positivismo, o estado liberal laico, a secularização dos cemitérios, o casamento civil, a documentação civil, a questão abolicionista, a educação laica e religiosa, o judaísmo, a república e a maçonaria como veremos a seguir.

É o eixo principal deste trabalho, o histórico da maçonaria paraense no século XIX, do qual é elemento fundamental a “Questão Religiosa”, que teve o seu principal epicentro nos bispados de Olinda e Belém do Pará, por terem sido os bispos dessas dioceses os principais interlocutores do ultramontanismo e da tentativa de uma “romanização” da Igreja brasileira, opondo-se a uma igreja “nacional”, que era a tradição desde o período colonial.

A relação tradicional da Igreja com o Estado português ao longo do período colonial estava baseada no *galicanismo*. Segundo David Gueiros Vieira, galicanismo é um termo que descreve várias teorias desenvolvidas na França concernente às relações da Igreja católica francesa, assim como do estado francês, com o papado. Do ponto de vista religioso, o galicanismo significava que a Igreja e o Clero franceses se outorgavam direitos próprios, independente de Roma. Do ponto de vista do Estado, os reis franceses afirmavam ter recebido seus poderes diretamente de Deus, e que seus poderes temporais estavam fora da jurisdição papal¹³³.

Essas teorias abriram caminho para uma posterior submissão das Igrejas nacionais que assim ficaram submetidas ao Estado, simbolizado no poder imperial, ligando-se ainda ao galicanismo o conceito de padroado, que penetrará no estado português, por outorga dos papas que precederam a reforma de Pio IX. Os reis de Portugal não abriram mão desse direito em suas colônias, incluso o Brasil, pois os mesmos funcionavam como patrocinadores da atividade missionária nas ditas colônias. Estes direitos concedidos à casa real portuguesa, alcançam a dinastia de Bragança, dos imperadores brasileiros, que como herdeiros diretos desta, exigiram e assumiram o padroado sobre a Igreja brasileira, o que refletiu-se na recusa em 1827, da bula *Proeclara portugaliae algarbiorum que regum*, expedida pelo Papa Leão XII, rejeitada pelo parlamento brasileiro, com base na teoria galicana “de que o direito de padroado era inerente à soberania e não precisava de reconhecimento papal¹³⁴”.

Nos meados do século XIX, tem início no Brasil a reforma da Igreja Católica que ficou conhecida como “romanização”, como nos diz Raymundo Heraldo Maués, afirmando que este termo representa uma reação contra o padroado no Império e uma aproximação maior com Roma, empreendida pelos bispos reformadores¹³⁵.

Esses prelados tem como um de seus líderes o bispo do Pará, D. Macedo Costa, e defendem uma ideologia extremamente conservadora,

¹³³ “VIEIRA, David Gueiros. Op. Cit., 1980, p. 28.

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ MAUÉS, Raymundo Heraldo. **Uma Outra Invenção da Amazônia: religiões, histórias, identidades**. Belém: ed. CEJUP, 1999, p. 139.

chamada de ultramontana. Os liberais, através da imprensa, voltam-se contra esse movimento, fazendo, entre outras, a acusação de “jesuitismo” contra os ultramontanos¹³⁶.

Os jesuítas haviam sido expulsos do Brasil no século XVIII pelo Marquês de Pombal, em uma onda de ataques e acusações que se faziam contra a atuação dos mesmos, no bojo de uma campanha que se fazia contra a Ordem na Europa, que resultou na sua extinção pelo Papa Clemente XIV. No entanto, esta Ordem foi restabelecida em 1814 pelo Papa Pio VII. Sobre essa reforma, afirma Maués:

A reforma da Igreja católica no Brasil, ou “romanização”, teve como uma de suas principais diretrizes a reforma moral e intelectual do clero, o que incluía do ensino dos seminários e o envio dos melhores estudantes para completar sua formação na Europa, especialmente em São Sulpício, na França e em Roma”...
 “O movimento de romanização era, também, um movimento de europeização do catolicismo brasileiro e, por isso, rejeitava-se o catolicismo popular tradicional”...
 “Dentro da tendência mais geral ditada pelo Papa Pio IX (que na verdade seguiu diretrizes de vários antecessores), a maçonaria era combatida pelos bispos romanizadores, que procuravam erradicar os maçons das irmandades religiosas¹³⁷.

A Maçonaria e os liberais, assim como os positivistas, defendiam uma postura mais crítica em relação à Igreja, combatendo a posição defendida pelos ultramontanos, que queriam uma maior independência da Igreja em relação ao Imperador e desejando uma subordinação maior ao Papa, enquanto aqueles queriam e buscavam a separação da Igreja do Estado, principalmente maçons e positivistas, defendendo o ensino laico, o casamento civil, a secularização dos cemitérios etc.

Ao abrir-se o debate entre católicos e liberais (maçons ou positivistas), estes vão acusar que por trás do ultramontanismo estava a Ordem dos Jesuítas, e vão procurar através da imprensa desqualificar o termo “jesuitismo”, conforme nos diz Maués:

São várias as expressões que tentam definir tal categoria: “exércitos permanentes da corte de Roma”, “velha guarda criada contra a Reforma”, “senhores da igreja”,... “hipócritas, ignorantes, traçoeiros e obscurantistas,... “milícia disciplinada dos filhos de Loyola”, janízaros da Cúria romana”...

A essas definições somam-se algumas breves descrições que procuram retratar quem são os jesuítas: “fanáticos”, ... “amigos das trevas”, “hábeis no manejo da intriga”, “rancorosos”, ...“sofismadores”, etc.¹³⁸

Esses epítetos que foram utilizados pelos maçons contra os jesuítas, se devem ao fato de esta Ordem ter sido a mais atuante no combate aos maçons, como já havia sido na contra-

¹³⁶ MAUÉS, Raymundo Heraldo. Op. Cit., 1999, p. 139.

¹³⁷ MAUÉS, Raymundo Heraldo. Op. Cit., 1999, p. 141

¹³⁸ Ibidem, p.143

reforma como vanguarda de ataque ao protestantismo, representando naquele momento o setor mais reacionário da Igreja católica, que apoiava integralmente a romanização defendida por Pio IX.

Pio IX, foi um Papa que viveu uma enorme contradição, pois o seu pontificado é marcado em seu início por um entusiasmado programa que buscava empreender reformas, que segundo seus biógrafos, vai da eleição até a alocução de abril de 1848. A partir daí tem início um segundo período que foi marcado pela volta das grandes linhas defendidas por Gregório XVI¹³⁹.

Ressaltamos que nesse período, na Europa, ocorreram as grandes rebeliões de 1848, que ficaram conhecidas como “a primavera dos povos”¹⁴⁰. Na Itália, esse momento deu início à luta pela unificação italiana. Pio IX, em 29 de abril de 1848, em uma alocução consistorial, expressou sua refutação em aderir à luta de libertação da Itália, o que desencadeou muitos conflitos obrigando Pio IX a fugir, tendo sido acolhido por Fernando de Nápoles¹⁴¹.

Em 09 de fevereiro de 1849 foi declarado o fim do poder temporal dos papas e proclamada a República romana sob o triunvirato de Mazzini, Saffi e Armellini. Pio IX solicitou, então, a intervenção das potências católicas e um exército francês entrou em Roma, caçando os republicanos e aí permanecendo¹⁴².

Pio IX, que retornou à Roma, passou então a hostilizar o liberalismo, concentrando-se na tarefa de organizar doutrinal e pastoralmente a Igreja. Em dezembro de 1864, publica a encíclica *Quanta cura*, à qual foi anexado um *Syllabus*, isto é, um catálogo-elenco de oitenta proposições julgadas inaceitáveis¹⁴³. Um dos temas discutidos e aprovados nesse concílio foi o da *infallibilidade papal*. Esse concílio, que se iniciou em 08 de dezembro de 1869 e que se encerrou em 18 de julho de 1870, foi o Concílio Vaticano I, que deflagraria o processo que foi denominado de romanização da Igreja e que geraria vários conflitos com os liberais, maçons, positivistas e alguns estados nacionais.

A encíclica estendeu-se em condenações ao que foi denominado o “funestíssimo erro do comunismo e do socialismo”, assim como às “sociedades secretas” e àquelas organizações toleradas pelos governos civis¹⁴⁴.

¹³⁹ COSTA, Lourenço (organização Geral). **DOCUMENTOS DE GREGÓRIO XVI E DE PIO IX (1831-1878)** / Gregório XVI, Pio IX. Tradução Darci L. Marinj. – São Paulo: Paulus, 1999 – (Documentos da Igreja; 6), p. 78

¹⁴⁰ HOBABAWN, Eric. **A Era das Revoluções. 1789-1848**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1982. Passim.

¹⁴¹ *Ibidem*, p. 77-78.

¹⁴² *Ibidem*, p. 78.

¹⁴³ *Idem*.

¹⁴⁴ COSTA, Lourenço. *Op. Cit.*, 1999, p. 254.

É importante destacar aqui o que foi o Syllabus. Esse documento trata de 80 proposições, reunindo as condenações que Pio IX tinha feito através de vários de seus escritos. Estrutura-se em dez parágrafos: 1) condenação do panteísmo, do naturalismo, do racionalismo absoluto; 2) condenação do racionalismo moderado; 3) condenação do indiferentismo e do latitudinarismo (falsa tolerância em matéria religiosa); 4) condenação do socialismo, do comunismo, das sociedades secretas, das associações bíblicas e das sociedades clérico-liberais; 5) defesa da Igreja e de seus direitos; 6) erros referentes à sociedade civil em si e nas suas relações com a Igreja; 7) erros referentes à ética natural e cristã; 8) matrimônio dos cristãos; 9) poder civil do papa; 10) erros do liberalismo moderno¹⁴⁵.

Como vimos acima, as proposições reunidas no *Syllabus* refletem o momento histórico que está se dando na Europa nos meados do XIX, em que há um avanço do liberalismo, do sindicalismo, do protestantismo como continuidade da reforma. A “Questão Religiosa” reflete no Brasil um processo de conflito entre Estado e Igreja que já vinha ocorrendo na Europa. A Maçonaria conflitava com a Igreja Católica Romana, pois era apresentada por esta como uma das maiores responsáveis pelo secularismo da modernidade, ao mesmo tempo em que questionava a autonomia da Igreja ante o poder civil¹⁴⁶.

A penetração das idéias socialistas - lembrando que em 1848 foi divulgado o Manifesto Comunista de Marx-Engels, mesmo ano das rebeliões liberais conhecidas como “a primavera dos povos” - resultava em uma luta por uma democratização maior da sociedade, ressaltando também que neste ano ocorreu a primeira Comuna de Paris, em julho de 1848, que marca o início das chamadas revoluções proletárias.

Nesse contexto, a presença das chamadas “sociedades secretas”, como a Maçonaria e a Carbonária, envolvidas na luta pela unificação da Itália, levou a um conflito entre o recém criado Estado italiano com os “estados pontifícios”, que representavam o poder temporal do Papa.

Estes fatos deram-se em um contexto ligado às circunstâncias da época, em que há uma luta pelo poder e influência na sociedade européia e mundial. Nessa situação, a maçonaria representou um local de discussão e debate dos temas que agitaram o período. Os maçons passaram a exercer uma atividade conspiratória, num momento em que os partidos políticos e as organizações da sociedade civil ainda não possuíam as estruturas e influências que tem hoje.

¹⁴⁵ COSTA, Lourenço, Op. Cit., 1999, p. 260.

¹⁴⁶ NEVES, Fernando Arthur de Freitas. “D. Antonio de Macedo Costa: um arauto do processo civilizatório”. In: RICCI, Magda e SARGES, Nazaré (org.). **Os Oitocentos na Amazônia: política, trabalho e cultura**. Belém: Ed. Açaí, 2013, P. 152.

No Brasil, ao romper a década de 1870, também estão presentes os grandes temas que agitavam o mundo nesse momento. Avançava a luta pela abolição da escravatura. Foi fundado o Partido Republicano e teve início a discussão sobre a separação Igreja-Estado e a grande imigração. Maçons, padres, bispos, políticos entraram nesse debate.

O Estado brasileiro, porém, tinha características específicas que ampliariam o confronto entre esses atores. Foi nesse momento que aconteceu a “Questão Religiosa”, envolvendo a Igreja Católica, o Imperador (Estado Imperial) e Maçonaria.

O Estado Imperial brasileiro possuía como uma de suas bases de sustentação um importante segmento em que se apoiava: a Igreja Católica. Isto era sustentado principalmente por dois institutos que consagravam a união estabelecida pela Constituição: o *padroado* e o *beneficício*.

É importante entender o que eram esses dois institutos e como eles funcionavam dentro da estrutura do Império brasileiro. A Constituição estabelecia o catolicismo como a religião oficial do Império, mas concedia ao Imperador, pela instituição do *padroado*, o poder de criar e prover o preenchimento dos cargos eclesiásticos mais importantes, dependendo apenas da posterior confirmação da Santa Sé. Pelo direito do *beneficício*, possuía o Imperador o poder de submeter ao seu parecer as bulas e determinações do Papa, que só seriam cumpridas aqui com o *placet* (permissão) imperial. O governo pagava, ainda, o salário dos sacerdotes, que eram tratados como funcionários públicos¹⁴⁷.

A chamada “Questão Religiosa”, na verdade, não começou no Pará, nem em Pernambuco, apesar de nesses dois estados ter maior repercussão. Essa questão, de fato, começou no Rio de Janeiro, quando em uma loja maçônica filiada ao Grande Oriente, potência maçônica que comandava a maçonaria brasileira, e cujo Grão-Mestre era o Visconde do Rio Branco, que era também o presidente do Conselho de Ministros e autor da proposta que promulgou a Lei do Ventre Livre, estava sendo homenageado. Nessa homenagem, o padre Almeida Martins proferiu um discurso exaltando a figura do Visconde do Rio Branco. Ante esse fato, o bispo do Rio de Janeiro, Dom Pedro Maria de Lacerda, resolveu punir o padre Almeida Martins, suspendendo-o de suas funções sacerdotais, o que gerou enorme repercussão¹⁴⁸.

O bispo do Rio de Janeiro, adepto ferrenho do ultramontanismo, que conforme vimos anteriormente, era a doutrina defendida pelo Papa Pio IX e consagrada pela encíclica *Syllabus*

¹⁴⁷ BASILE, Marcelo Otávio N. de C. “O Império Brasileiro: Panorama Político- parte B: Consolidação e Crise do Império”. In **História Geral do Brasil** / LINHARES, Maria Yedda (organizadora) – 9 ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. P. 277.

¹⁴⁸ Idem.

(1864) e pelo Concílio Vaticano I (1869-1870) e que vimos que, ao lado de reforçar o poder do Papa frente ao clero e mesmo aos governantes civis, assim como postulava a infalibilidade papal, tinha como um dos seus principais alvos a maçonaria, instituição que era associada aos princípios liberais e racionalistas, assim como à secularização e ao anticlericalismo.

O posicionamento do bispo do Rio de Janeiro buscava atacar também as estreitas relações existentes entre o clero brasileiro e a Ordem maçônica. Esta, entretanto, em um manifesto lançado em 27 de abril de 1872, em repúdio ao posicionamento do bispo do Rio de Janeiro, reafirmava a plena compatibilidade entre ser católico e maçom, afirmando ainda que o jesuitismo ultramontano é que seria incompatível com a maçonaria¹⁴⁹.

Esse episódio, porém, abriu caminho para que os bispos, Dom Macedo Costa, de Belém do Pará e Dom Vital Maria, de Olinda (Pernambuco), ambos também adeptos do ultramontanismo, investissem de forma mais enérgica contra os padres maçons. O bispo de Olinda iniciou então uma campanha para que os católicos abandonassem a maçonaria. Determinou ainda à irmandade do Santíssimo Sacramento e a outras irmandades de sua prelazia, que expulsassem seus membros maçons, lançando ainda um interdito ameaçando os maçons de excomunhão, e, numa atitude mais agressiva, passou a criticar publicamente a prerrogativa imperial do beneplácito, pois as bulas e encíclicas papais que condenavam a maçonaria, não haviam recebido o *placet* imperial, não tendo portanto validade legal no país¹⁵⁰.

Esta atitude abriu um confronto do bispo com o Estado imperial, levando a que o Conselho de Estado, atendendo a recurso da irmandade atingida, tomasse a seguinte decisão, conforme relatado por Basile:

Este, em parecer de 23 de maio de 1873, declarou que dom Vital tinha exorbitado de suas atribuições, ao punir a irmandade, cuja constituição orgânica era da competência do poder civil, e, em particular, ao atacar o direito do beneplácito, devendo, portanto, o bispo levantar o interdito¹⁵¹.

A reação de dom Vital desencadearia o confronto com o Estado, abalando profundamente a relação Igreja-Estado no segundo Império.

D. Vital não somente ignoraria a ordem, como manteve o interdito estendendo-o a outras irmandades, voltando a sustentar que o seu dever era obedecer ao Papa, condenando mais uma vez o Instituto do Beneplácito, insinuando ainda que o Imperador era súdito do

¹⁴⁹ BASILE, Marcelo. Op. Cit., 1990, p. 278.

¹⁵⁰ BASILE, Marcelo. Op. Cit., 1990, p. 278

¹⁵¹ Idem.

Papa e reafirmou o combate à maçonaria, publicando, sem o *placet* imperial, o último documento papal condenando a maçonaria, chamado *Quantum Dolores*, chegando a chamar o Imperador de César¹⁵².

Enquanto isso, na Província do Pará, Dom Antonio de Macedo Costa, engajava-se a fundo na luta antimaçônica. Em pastoral lançada a 25 de março, proibia os maçons de participarem das irmandades e confrarias religiosas, sob pena de serem excluídos do direito à sepultura eclesiástica e da absolvição sacramental, além de serem suspensas tais organizações¹⁵³.

A reação foi a mesma que ocorreu em Pernambuco contra as decisões de D. Vital. O Presidente da Província encaminhou ao governo imperial o recurso impetrado pelas irmandades atingidas em Belém pela ação de D. Macedo Costa. Eram estas: a Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, do Senhor Bom Jesus dos Passos e a Ordem Terceira de São Francisco.

O Conselho de Estado emite então o mesmo parecer, que condenou a ação do Arcebispo de Olinda, condenando a conduta arbitrária do Bispo e determinando a suspensão dos interditos, o que terá uma resposta de D. Macedo mais incisiva que a de D. Vital, simplesmente não reconhecendo no Governo autoridade alguma para interferir nos assuntos religiosos, e recusando-se, então, a cumprir as ordens que lhe foram dadas¹⁵⁴.

Esses fatos e as atitudes dos dois bispos levaram o governo imperial a apresentar denúncia contra os bispos Dom Vital e Dom Macedo. Ambos recusaram-se a se defender, sob a alegação de o poder laico não ter competência para julgar questões religiosas, o que levou a prisão de ambos, que vieram a ser condenados em 1874 a quatro anos de prisão com trabalhos forçados.

Por conta dessa condenação, a relação Igreja-Estado no Brasil se deteriorou bastante, o que levou o Papa, ao tomar conhecimento da condenação dos bispos, a escrever a Dom Pedro II as seguintes palavras: “Vossa Majestade [...] descarregou o primeiro golpe na Igreja, sem pensar que ele abala ao mesmo tempo os alicerces de seu trono”¹⁵⁵.

Como este conflito não interessava, nem à Igreja, nem ao Império, Pio IX e D. Pedro II chegariam posteriormente a um acordo, que levou o Imperador a conceder anistia em 17 de setembro de 1875. Em seguida, o Papa levantou os interditos contra as irmandades de Olinda

¹⁵²BASILE, Marcelo. Op. Cit., 1999, p. 279.

¹⁵³ Idem.

¹⁵⁴ BASILE, Marcelo, Op. Cit., 1999, p. 278

¹⁵⁵ Ibidem, p. 279

e do Pará¹⁵⁶. Este conflito, porém, permaneceria até o final do Império, com a manutenção da controvérsia sobre a preponderância entre o poder espiritual e o poder temporal, que repete no Brasil, o conflito medieval entre imperadores e papas na Europa. Esse conflito só seria resolvido após a proclamação da República, com a laicização do Estado e a implementação da liberdade religiosa, que, naquele momento, não interessava, nem à Igreja católica, nem ao governo imperial.

2.1.2 - O EMBATE COM D. MACEDO COSTA NO PARÁ

O conflito entre a Maçonaria e o Bispado no Pará já era antigo. Já havia nos anos 1830, quando se deu o embate entre o Cônego Batista Campos e a Loja “Tolerância”, que resultou na queima desta Loja no início da Cabanagem. Pode-se afirmar que este fato, a queima da Loja maçônica existente no Pará, não foi produto somente dos ataques do Cônego Batista Campos à Maçonaria, já relatado anteriormente, mas também foi fruto dos ataques e posições antimaçônicas do Bispo Dom Romualdo Coelho, que, já em 1834, atacou essa Instituição através de uma pastoral datada de 28 de maio de 1834, conforme citado por Raiol e Moreira:

(...) Cautela, Amados Filhos, contra o prestígio da capciosa sedução filosófica, que tem desmoralizado de um modo espantoso a espécie humana com seus dogmas de materialismo e direito comum às pessoas de sexo sem distinção algum de parentesco, que a natureza e o pudor sempre respeitou por uma espécie de piedade até construir a decência de parentesco entre os mesmos selvagens, como barreira invencível aos excessos de lascívia¹⁵⁷

Segundo o mesmo autor, essa pastoral era uma via para atingir o governador e outras destacadas personalidades da Maçonaria paraense, de quem o hierarca eclesiástico era desafeto, muito embora na Loja Maçônica Tolerância figurassem respeitáveis cidadãos, dentre os quais o Cônego da Catedral, Silvestre Antunes Pereira, o Cônego Gaspar de Siqueira Queiróz, e o Padre João Lourenço de Sousa¹⁵⁸.

É, porém, na década de 1870, que esse embate se deu com mais força, resultando em um conflito ao nível ideológico entre a Igreja e as maçonarias, no sentido de que nesse momento, havia duas potências maçônicas no Brasil: O Grande Oriente do Lavradio-GOL,

¹⁵⁶ Idem.

¹⁵⁷ RAIOL, Domingos Antonio. Op. Cit., 1970, p. 453, V.2. In: MOREIRA, Flávio. **Pródromos da cabanagem**. Belém: Paka-Tatu, 2011, p. 313.

¹⁵⁸ Ibidem, p. 312.

mais moderado em suas posições republicanas e anticlericais, liderado inicialmente pelo Visconde de Cayru e posteriormente pelo Visconde do Rio Branco e o Grande Oriente dos Beneditinos, liderado por Saldanha Marinho, mais abertamente anticlerical, abolicionista e republicano.

No Pará, tais fatos levaram a uma longa batalha através da imprensa, principal veículo de comunicação da época, principalmente através do jornal O Pelicano, que funcionou como porta-voz da maçonaria, e, pelo lado da Igreja, da publicação católica A Boa Nova. Nesses espaços de comunicação, é que se dará a luta entre essas duas instituições pelo domínio da opinião pública.

Analisaremos a partir dessas duas publicações e de algumas outras de menor circulação, o que foi expresso por maçons e católicos nesse período, assim como os artigos que apareciam na chamada “imprensa profana”, ou na grande imprensa. Trabalho esse resultante de uma vasta pesquisa feita nos jornais e revistas da época.

O jornal O Pelicano, criado em Belém, em 1872, era voltado para a defesa da maçonaria frente ao conflito que se iniciava nesse ano com a Igreja Católica. Fundado pelo Dr. Assis, influente membro da maçonaria paraense, conforme já demonstrado. Esse jornal apresenta-se, em seu primeiro número, como um “periódico dedicado à defesa da Maçonaria, bem como ao estudo e discussão de assumptos científicos, literários, artísticos, industriais e noticiosos, exclusive somente os políticos e religiosos”, conforme se lê no seu frontispício¹⁵⁹.

O primeiro número do Pelicano, publicado em 24 de junho de 1872, trás virulento comentário sobre a questão ocorrida no Rio de Janeiro com o padre Almeida Martins, que, como já vimos, deu início ao conflito entre a Maçonaria e a Igreja, através dos seus Bispos, principalmente Dom Vital, de Pernambuco e Dom Antonio de Macedo Costa, de Belém. Vejamos o que nos diz esse jornal em seu primeiro número:

Uma questão subitânea e imprevista ocasionou o aparecimento deste periódico principalmente destinado à defesa da Maçonaria no Brasil, melhor diremos, a repercutir nesta província o brado ingente que se ergue de todos os ângulos do Império em prol de uma instituição livre, útil e humanitária, cujos fundamentos perdem-se na mais remota antiguidade dos tempos¹⁶⁰.

Mais adiante, o mesmo periódico referencia ao ato que deu origem a essa questão:

Esta questão tem sua origem no ato do exmo. prelado diocesano do Rio de Janeiro, que injustamente fulminou com pena de suspensão do púlpito e

¹⁵⁹ O PELICANO. Belém, anno I, nº I de 24 de junho de 1872, p. 1 - Biblioteca Arthur Vianna – Centur.

¹⁶⁰ Idem.

confessionário o rvd. Padre Almeida Martins, pelo motivo de pertencer à Ordem Maçonica, excomungada por diversas constituições pontifícias¹⁶¹.

A partir do surgimento do O Pelicano e de sua contrapartida que veremos a seguir, A Boa Nova, teremos um amplo debate na imprensa católica e maçônica, ao qual virão juntar-se outras publicações, como os jornais maçônicos, Regeneração, O Santo Ofício, e jornais profanos como o Diário de Belém, O Liberal do Pará, que usaremos amplamente neste trabalho, demonstrando o conflito de caráter doutrinário e político, pois estava colocado também nessa questão, a discussão da separação Igreja-Estado, República, idéias de progresso e conservadorismo etc.

A publicação católica A Boa Nova foi em Belém o porta-voz da Cúria metropolitana e defensor das novas idéias vinculadas ao ultramontanismo defendido por Pio IX, cujos porta-vozes principais no Brasil foram os bispos de Belém e de Olinda, com apoio intenso dos bispados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, como veremos mais adiante.

Esse jornal foi impresso em um primeiro momento, na tipografia A Estrela do Norte e na tipografia A Boa Nova, de 1871 a 1883. Era um

jornal de publicação semanal e bissemanal, que defendia as idéias católicas, redigida pelos Cônegos José Lourenço da Costa Aguiar, Luis Barroso de Bastos e Dr. José de Andrade Pinheiro. Era administrado pelo Cônego Clementino José Pinheiro e pelo Padre Raimundo Amâncio de Miranda. Inicialmente impresso na tipografia do Largo da Sé. Saiu de circulação em 20 de maio de 2883. Tinha como divisa: “tudo que for verdadeiro, honesto, justo, santo e amável”. (São Paulo aos Phil. IV. 8) e teve seu primeiro número lançado em 04 de setembro de 1871”. Fonte: acervo da BPP e da Arquidiocese de Belém. Amazônia – Bibliografia. GEA E RIAG. P. 58).

O grande inspirador dessa publicação católica foi o Bispo ultramontano de Belém, Dom Antonio de Macedo Costa, que foi um paladino no Brasil das decisões do Concílio Ecumênico Vaticano I e das orientações do *Syllabus*.

Dom Antonio de Macedo Costa nasceu em Maragogipe, Bahia, em 1830 e morreu em Barbacena, Minas Gerais em 1891. Bispo católico foi seminarista em Saint-Sulpice, Paris e fez seus estudos posteriores no Liceu de Santo Apolinário em Roma, onde se doutorou em direito canônico. Em 1860 foi nomeado Bispo do Pará e posteriormente da Bahia. Juntamente com Dom Vital, Bispo de Olinda, iniciou a luta contra o tradicional regalismo da Igreja no Brasil, que tivera como consequência a interferência da Maçonaria nos sodalícios (Irmandades e Ordens Terceiras). Suspendeu padres maçons e interditou as atividades dos leigos maçons nas irmandades, numa atitude de oposição ao governo. Era o primeiro- ministro

¹⁶¹ Idem.

então, o Visconde do Rio Branco, Grão-Mestre da maçonaria do Grande Oriente do Lavradio. A Questão dos Bispos, nome dado a essa disputa, durou de 1875 a 1877. O Imperador D. Pedro II tomou o partido de Rio Branco. Os Bispos foram presos e condenados a quatro anos de prisão com trabalhos forçados, depois recolhidos para prisão simples na fortaleza da Ilha das Cobras e, enfim, anistiados. Foi notável pregador e escritor, ainda que muitos discordassem de suas idéias¹⁶².

Em seu número 07, de 14 de fevereiro de 1872, o jornal católico A Boa Nova dava início a seus ataques à Ordem Maçônica com um editorial de primeira página:

O grande acto episcopal do Exmo. Sr. Dom Antonio de Macedo Costa comndenando as doutrinas ímpias , heréticas e escandalosas que uma imprensa corruptora estava espalhando entre nós, tem tido eeffeitos importantíssimos no ponto de vista do desenvolvimento do Catholicismo nesta diocese¹⁶³.

E continuava mais adiante:

O primeiro effeito foi por bem patente aos olhos de todos. A formação entre nós de uma seita contrária à nossa santa religião, seita capitaneada por dous padres suspensos, que já apostataram da verdadeira fé, visto recusarem submeter-se ao Concílio Ecumênico e proclamarem que nunca obedecerão ao seu legítimo Bispo, que está em União com a Santa Sé Apostólica¹⁶⁴.

Interessante notar que há referência a dois padres maçons, dos quais não é citado o nome, mas que se depreende que o jornal católico estava se referindo ao Cônego Ismael Nery e ao Padre Eutíchio Pereira da Rocha. Religiosos, mas influentes membros da maçonaria, que, neste entrevero que se iniciava, logo assumiram a sua condição de maçons na defesa do que eles denominavam a “Sublime Ordem”, contra ataques considerados obscurantistas.

É importante ressaltar que o conflito entre a Igreja e a Maçonaria foi também extensivo ao Partido Liberal, onde a presença de maçons era importante, sendo um de seus líderes o fundador do jornal O Liberal do Pará, o notório maçom Tito Franco. Isto demonstra que o conflito se colocava basicamente como fruto do embate ideológico que percorreu o século XIX, entre as idéias conservadoras e aristocráticas, da “velha ordem” que ruía, onde a Igreja católica era, nesse momento, um dos seus pilares, e a “nova ordem”, preconizada pelas idéias liberais, que avançavam no continente europeu e nas Américas.

O resultado desse enfrentamento ideológico se reflete, não só no conflito entre Maçonaria e Igreja, mas também nas críticas dos órgãos da imprensa católica aos liberais e ao Partido Liberal como vemos neste texto do número 09 do A Boa Nova: “O Partido Liberal da

¹⁶² CATÁLOGO DE OBRAS RARAS. Belém, Biblioteca Arthur Vianna. Centur.

¹⁶³ A BOA NOVA. Belém, 14 de agosto de 1872, nº 07, p. 01. Biblioteca da Cúria Metropolitana.

¹⁶⁴ Idem.

província é catholico, mas infelizmente o órgão que representa-o na imprensa, é além de irreligioso, e anti-catholico, da escola Voltairiana, e a largos passos caminha para a Comuna”¹⁶⁵.

Em seu número 11, o mesmo jornal católico continua suas criticas aos liberais, criando um fictício diálogo entre um jovem, que é chamado de Liberanga, defensor de idéias liberais misturadas com idéias maçônicas, e um personagem que é identificado como católico. Vale a pena transcrever esta matéria que aparece no número 11 do jornal A Boa Nova sob o título “Tolerância”.

Diz o texto jornalístico (mantida a grafia original):

O nosso jovem Liberanga foi com effeito pedir aos seus mestres lições para lançar por terra todos os argumentos do catholico; assistiu a uma reunião política, onde distintos oradores fallaram sobre a matéria; ouviu uma discussão ardentíssima na loja maçônica Harmonia, e assim preparado encontrou-se com o nosso catholico no largo do Palacio, e ali recostados a uma árvore travaram a conversação que vamos com a mais escrupulosa fidelidade relatar aqui:

Liberanga - Para afastar para longe as trevas da ignorância e da superstição, causa efficiente de todos os males que soffre a humanidade, venho dar-vos hoje a luz, pobre catholico, louco e transviado!

Catholico – Que formosíssima luz é essa?

Liberanga – É a tolerância universal, máxime a religiosa em toda a sua plenitude.

(...) Liberanga – Mas estas ideias de intolerância são do obscurantismo da Idade Média.

Catholico – Pois, caro Liberanga, vou provar-vos que sois mais intolerante do que nós.

Liberanga – Como?

Catholico – Será tolerância não suportar que os outros pensem de modo diverso do nosso e por isso atirar-lhes os maiores baldões?

Liberanga – Por certo.

Catholico – Ouvi: o Sr. Bispo julgou em consciência dever prohibir em sua diocese a leitura de certos papéis, onde se espalhavam doutrinas falsas, ímpias, heréticas. Pois bem, todos os vossos tem gritado, arrebear, tem nos insultado nos jornaes, em caricaturas, e até ameaçando de assassinato. É isso tolerância?

Escutai: a Boa Nova pensa que nenhum catholico pode pertencer a maçonaria, e isso disse-o em poucas palavras, promettendo mais tarde discutir com toda lealdade os documentos da seita. Vem logo o Liberal com um horrível editorial, e chamou o autor do artigo, Mao espírito, réprobo, damnado, doudo varrido, hypocrita, refalsado apostolo, impostor dominado, escriptor infame, perverso e mil outros horríveis epithetos. É isso tolerância?

Si podeis pensar, fallar, e escrever o que vos vem a imaginação, porque não nos é lícito ao menos discutir os vossos princípios?

Porque não pertencemos à vossa seita, somos somente por isto malvados, perversos, réprobos, damnados?

(...) Esta vossa decantada tolerância significa proteção ao erro, e perseguição constante à verdade?

Examinemos vosso princípio, vosso dogma principal, sujeitemo-la a uma analyse severa.

Peço-vos respondais a isto:

Si uma religião, cujo culto consista em sacrificios humanos, vier estabelecer-se em vossa terra, podeis tolerá-la?

¹⁶⁵A BOA NOVA. Belém, 28 de fevereiro de 1872. n° 09, fl.1 / col. 1. Biblioteca da Cúria Metropolitana.

Liberanga – Não.
 Catholico – Porque?
 Liberanga _ Porque é um crime.
 Catholico – Logo sois intolerantes, violentaes a consciencia d'outrem, proibindo um culto, que julga optimo e apto a prestar homenagem a Deus.
 Com que direito quereis impor vossa crenças a outrem?
 Feris assim a liberdade consciência?
 Liberanga – Não, isto não se pode tolerar.
 Catholico – Optimo. Já vossa tolerância, nem é universal, nem em toda a sua plenitude. Prossigamos¹⁶⁶(...).

Por este diálogo, percebe-se que o embate travado pela Igreja católica volta-se contra as idéias liberais, de maneira geral, e contra a maçonaria, em particular, que naquele momento, em suas lojas, é também porta-voz dessas idéias, o que se explica pela tradição iluminista dessa Ordem, cuja estrutura contemporânea vem do século XVIII, conforme já explanado no primeiro capítulo ao abordarmos as origens da maçonaria especulativa.

A maçonaria através de suas publicações utilizou qualquer fato para responder de imediato aos ataques do A Boa Nova, já que a publicação católica atacava desabridamente a instituição maçônica. Vejamos como o jornal , O Filho da Viúva, publicação de propriedade de G. Dheny de Gusmão e, segundo se lê no seu frontispício, um “hebdomadário dedicado à causa maçônica”, noticia o reconhecimento e regularização da Loja Aurora como loja maçônica reconhecida.

Enquanto a maldita seita jesuítica insulta e injuria a Sublime Ordem Maçônica, prossegue esta desassombradamente na senda das grandes obras proselytos inherentes aos grandes e immutaveis fins que ella sustenta e defende.

Mais uma athleta acaba de apparecer neste Valle. Na quarta-feira regularizou-se a Aug. e Resp. Loj. Aurora, do rito Adonhiramita, sob os auspícios do Grande Oriente do Brasil.

A solenidade esteve na altura do assumqto e teve mais realce por um ato de philantropia: A Loj. Aurora comemorou sua instituição quebrando as algemas do captiveiro a um outrora infeliz menor¹⁶⁷.

Outro jornal que aparece no período e entrou nessa polêmica com uma posição de crítica a ambos os lados será a Regeneração, de propriedade do maçom Samuel MacDowell, que ora fazia críticas ao jornal A Boa Nova, porta-voz da Igreja, ora, ao Pelicano, porta-voz da Maçonaria. Esse posicionamento se explica pela situação de seu proprietário. Samuel MacDowell era maçom, porém amigo de D. Macedo e atuava como advogado da Cúria. Isto se reflete no noticiário da Regeneração. Vejamos estas duas notícias.

¹⁶⁶ A BOA NOVA. Belém, 13 de março de 1872, nº 11, f. 01/ col. Arquivo da Cúria Metropolitana.

¹⁶⁷ O FILHO DA VIUVA. Belém, 13 de junho de 1873. Anno I. p. 4. Biblioteca Arthur Vianna – Centur.

A Boa Nova, em seu número de hontem, tratando da aparição de nosso periódico, emite sua opinião (...)mas termina pedindo ao redator da Regeneração que regenere também suas ideias religiosas”.

“De acordo com a ilustrada redacção do órgão episcopal, fazemos-lhe um convite idêntico, certo de que, só modificando seus excessos, poderá a Boa Nova prestar verdadeiros serviços à religião e ao estado”.

Nós discutimos de boa-fé, e tendo por único fim o bem geral da humanidade, por isso não duvidaremos reformar nossas crenças, quando nos convencerem de que laboramos em erro¹⁶⁸.

Em outro número o redator da “Regeneração” critica o que considera de excessos do Pelicano em seus ataques à Igreja.

Não negamos qualidades eminentes aos redactores do Pelicano, estamos pelo contrário, persuadidos de que nada lhes aproveitava nossa insignificatíssima cooperação. Mas ainda uma vez e com franqueza, continuamos a pensar que a tolerância política e religiosa da Ordem Mac.’. está sendo gravemente comprometida, desvirtuando-se uma instituição, cujo fim é acabar com a dissensão entre os homens e harmonizá-los n`uma grande família cosmopolita, formada de todo o gênero humano, para tornar-se um elemento de discórdia¹⁶⁹.

Vemos pelo acima descrito que dentro da Maçonaria havia segmentos, como os jornalistas maçons da redação do Pelicano, liderados pelo Dr. Assis, que atacavam de forma mais virulenta e radical os posicionamentos anti-maçônicos da Igreja, enquanto a redação da Regeneração procurava uma fórmula mais conciliatória.

Isso demonstra a questão da sociabilidade maçônica no contexto da sociedade paraense, pois os seus membros estavam em um contexto em que havia maçons católicos com fortes laços com a Igreja e a própria Cúria, enquanto outros defendiam posições mais radicais que também refletiam segmentos sociais voltados para uma maior oposição ao catolicismo como religião de Estado, que os aproximava das teses republicanas e que refletiam também a divisão nacional da Maçonaria e, num contexto político mais amplo, do próprio Partido Liberal, já que tanto o Dr. MacDowell, como o Dr. Assis, eram membros proeminentes desse partido.

Somando-se a isso a presença de outra liderança política e maçônica do Pará, que era o deputado Tito Franco, que a frente de seu jornal, O Liberal do Pará, assumiu a defesa da Maçonaria e desfechava críticas virulentas à Igreja e à Cúria metropolitana, como veremos mais adiante, nas páginas de O Liberal do Pará. Antes, porém, é importante verificarmos como se encontrava a Maçonaria brasileira, no momento em que ocorreu a denominada “Questão Religiosa”.

¹⁶⁸ A REGENERAÇÃO. Belém, 04 de maio de 1873, nº 02, col.1, p.1.

¹⁶⁹ A REGENERAÇÃO. Belém, 29 de maio de 1873, nº 09, col. 03, p.03.

O Grande Oriente do Brasil, fundado em 1821 como Potência Maçônica nacional para articular a Independência do Brasil, e que já tinha experimentado alguns percalços em sua trajetória, como o seu fechamento e proibição de funcionamento, promovido, por ironia, pelo seu último Grão-Mestre, o próprio D. Pedro I, que havia entrado em conflito com os deputados constituintes, muitos deles maçons, e que sabia da capacidade de conspiração das lojas maçônicas unificadas no Grande Oriente¹⁷⁰.

Somente com a saída de D. Pedro do trono e seu exílio em Portugal, é que o Grande Oriente do Brasil – GOB voltou a funcionar plenamente no país. Em 1863, porém, ocorreu grave cisão, que dividiu mais uma vez a maçonaria brasileira. Sob a liderança de Joaquim Saldanha Marinho, cerca de mil e quinhentos maçons, de sete lojas, romperam com o Grão-Mestrado do Grande Oriente do Brasil e fundaram uma nova “Obediência”, que toma o nome do local de seu funcionamento: Grande Oriente do Vale dos Beneditinos, ou simplesmente, Grande Oriente dos Beneditinos¹⁷¹.

A divisão, em princípio, foi causada por insatisfações decorrentes do processo eleitoral ocorrido para eleição de Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil, sendo Grão-Mestre na época, o Visconde de Cayru. O rompimento liderado por Joaquim Saldanha pode, porém, esconder algo mais profundo. Segundo Alexandre Mansur Barata, o grupo liderado por Saldanha Marinho era fortemente influenciado pela corrente maçônica francesa que não aceitava a idéia que identificava exclusivamente Maçonaria com filantropia¹⁷².

Nesse momento, podemos falar da existência de duas maçonarias brasileiras. As lojas maçônicas que permaneceram sob o comando do Visconde de Cayru, formaram uma potência que ficou conhecida como o Grande Oriente do Lavradio, enquanto que o grupo liderado pelo jornalista e político, Saldanha Marinho, ficou conhecido como o Grande Oriente dos Beneditinos. Esses nomes derivam dos nomes das ruas onde ficavam as respectivas sedes. O Grande Oriente dos Beneditinos refletirá as posições de seu líder e Grão-Mestre, Saldanha Marinho, conhecido por suas posições anticlericais e pela defesa do regime republicano¹⁷³, e também por sua crítica àqueles que viam a Maçonaria como uma instituição essencialmente filantrópica.

Segundo Barata, essa perspectiva pode ser apreendida no artigo de A. F. Amaral publicado no Boletim do Grande Oriente, editado pelo Círculo dos Beneditinos em 1873:”

¹⁷⁰ CASTELLANI, José. **História do Grande Oriente do Brasil: A Maçonaria na História do Brasil**. Gráfica e Editora do GOB, Brasília, 1993. P. 139.

¹⁷¹ Idem.

¹⁷² BARATA, Alexandre Mansur. Op. Cit., 1999, p. 69.

¹⁷³ Idem.

A Maçonaria é mais alguma coisa do que uma companhia de socorro mútuo: é uma instituição filantrópica no sentido mais lato da palavra.[...]Compreendeu, pois, a Maçonaria criada para proteger a humanidade e dar-lhe pleno desenvolvimento, que a sua missão era dupla, como dupla é a natureza do homem. Para realizá-la cumpria-lhe, portanto, não só dar pão aos famintos, vestir os nus e abrigar os que não tivessem teto, como também procurar dar toda expansão às faculdades morais dos homens – a inteligência, o livre-arbítrio -, dons sagrados que o elevam acima da natureza criada, e o tornam elo visível entre ela e a divindade. [...] Mas cultivar a inteligência das massas, ensinar-lhes os seus direitos, dizer ao ínfimo dos párias, ao último dos hilotas, ao mais degradado dos vilões, - tu és homem, e portanto és livre -, foi sempre coisa grave e perigosa: a ilustração e a liberdade das massas ferem e derrubam os interesses ilegítimos dos fortes e dos espertos¹⁷⁴.

Em certo sentido, essas posições refletiam a divisão, em nível internacional, existente entre a Maçonaria francesa e a Maçonaria inglesa. A primeira, liderada pelo Grande Oriente da França, era uma organização mais política, com forte inserção em movimentos sociais e políticos, enquanto a segunda (Maçonaria inglesa), defendia um posicionamento mais apolítico, mais voltado para rituais esotéricos e para a filantropia. Essa situação inclusive reflete-se na questão ritualística, pois enquanto a Maçonaria inglesa trabalha mais com os ritos de York e Escocês, com a presença da bíblia sagrada (o “livro da lei”) em seus rituais, a Maçonaria francesa, do Grande Oriente da França, trabalha mais com o rito Moderno, de caráter mais exotérico, onde o “livro da Lei”, dependendo do lugar, é a Constituição do País, ou a Constituição de Anderson, que delimita os princípios universais da Maçonaria. Esse contexto levou ao rompimento, existente até hoje entre a Grande Loja da Inglaterra e o Grande Oriente da França.

Ressalte-se que o Grande Oriente da França reconhece lojas maçônicas femininas, como lojas de “adoção”, enquanto as lojas reconhecidas pela Grande Loja da Inglaterra, até hoje não aceitam a maçonaria feminina. Essa divisão levou a criação na França da Grande Loja Nacional da França, reconhecida pela Maçonaria inglesa.

Podemos dizer que a Maçonaria francesa, que influenciou fortemente a Maçonaria portuguesa e a brasileira no século XIX, estava mais imbuída dos princípios do iluminismo e foi a principal força de influência nas lutas políticas do século. Enquanto a Maçonaria inglesa, como foi dito acima, defendia um posicionamento mais afastado dos embates do século, fruto talvez da forte presença da nobreza desse país nas lojas maçônicas, pois a França republicana não deixava de ser um exemplo ameaçador à ordem aristocrática. As lojas inglesas defendiam um posicionamento mais apolítico e filantrópico, praticando internamente uma ritualística

¹⁷⁴ BARATA, Alexandre Mansur. Op. Cit., 1999, p. 69-70.

mais esotérica. Ressalte-se que a Maçonaria inglesa sofreu forte influência de pensadores alquimistas e esotéricos, como Isaac Newton e o rosacruciano Francis Bacon¹⁷⁵.

Alexandre Mansur Barata comenta nessa perspectiva a divisão ocorrida na Maçonaria brasileira naquele momento. “Se o Círculo dos Beneditinos, chefiado por Saldanha Marinho, defendia uma atuação mais vigorosa e política da Maçonaria na defesa do racionalismo, da liberdade de consciência, enfim, dos princípios caros à “modernidade”, o Círculo do Lavradio assumia uma posição mais identificada com a corrente inglesa”¹⁷⁶.

A “Questão Religiosa” acabou por unificar os maçons brasileiros nesse período, pois diante dos ataques da Igreja e dos bispos contra a Instituição, as duas maçonarias resolveram unir-se, ainda que momentaneamente, para o enfrentamento político-ideológico que se colocava naquele momento.

Em 20 de maio de 1872, O Grande Oriente do Lavradio, nesse contexto presidido pelo Visconde do Rio Branco, e o Grande Oriente dos Beneditinos, presidido por Saldanha Marinho, unificaram-se em uma única Potência, ou Obediência: O Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil¹⁷⁷.

A união das duas Obediências, do Lavradio e dos Beneditinos, e o seu posicionamento de defesa dos “irmãos” atingidos - os padres maçons proibidos de pertencer à Maçonaria e a punição ao padre Almeida Martins - mobilizou a Maçonaria como um todo. No Pará, como um dos focos principais desse conflito, devido à posição intransigente do Bispo D. Antonio de Macedo Costa, a Maçonaria e a Igreja travaram um intenso e duro debate através da Imprensa como veremos nas páginas seguintes deste trabalho.

Interessante notar que o ataque da maçonaria à Igreja é centrado nos jesuítas. Essa Ordem fundada por Inácio de Loyola liderou a contra-reforma. Após ser proibida pela Igreja no final do século XVIII, ressurgiu na primeira metade do século XIX e ganhou grande espaço junto ao Vaticano no pontificado de Pio IX e assumiu a vanguarda dos ataques à Maçonaria, e, por isto, tornou-se o alvo principal dos contra-ataques da imprensa maçônica.

Tendo os jesuítas como alvo, o jornal “O Pelicano”, em seu número 42, de 13 de novembro de 1872, atacou em linguagem virulenta essa ordem da Igreja católica, como vemos a seguir.

¹⁷⁵ BAUER, Alain. **O Nascimento da Franco-Maçonaria**: Isaac Newton e os Newtonianos. São Paulo, Madras-2008. P. 60-61.

¹⁷⁶ BARATA, Alexandre Mansur. Op. Cit., 1999, p. 70.

¹⁷⁷ Ibidem, p. 70-71.

Intriga Jesuítica

Esta, a mais detestável de todas as seitas, não descança no embuste, na calúnia, no invento e na intriga, únicos elementos que lhe dão vida, e que ainda a sustentam em algumas partes do orbe terráqueo.

Férteis nos tramas, habituado às transformações do seu moral como do seu physico, são os seus sectários os mais abomináveis inimigos da moral e da virtude.

(...)

Agora já a maçonaria, que é incontestavelmente o inimigo de que mais se arreceiam os jesuítas, não conspira só contra a Igreja, mas contra a monarchia igualmente.

Engenhosa descoberta.

(...)

Os homens da companhia de Jesus jamais defenderam *direitos*, suas espadas, como seus braços, só estão promptos para defender *interesses*, desde que lobriguem algum resultado à sua *santa ordem*¹⁷⁸.

A Companhia de Jesus tornou-se assim o alvo prioritário dos ataques da imprensa maçônica, devido ser a mais combativa das ordens religiosas neste embate com a Maçonaria e as idéias liberais.

Observa-se também, na leitura do A Boa Nova, a crítica à intervenção do Estado em assuntos que a Igreja considerava como assuntos internos, como vemos neste artigo de 1875.

Solução da Questão Religiosa

A primeira dificuldade e dificuldade insuperável para semelhante obediência era a incompetência do poder civil para resolver o conflicto religioso. As irmandades e confrarias são corporações puramente religiosas, a pena do interdito é puramente espiritual e consequentemente da exclusiva competência da auctoridade eclesiástica. Se os Bispos levantassem os interdictos em virtude de uma ordem do ministro do império, ficaria assentado que a Igreja é apenas um ramo da pública administração do Estado¹⁷⁹.

Em seu número seguinte, a mesma publicação católica continuou o seu ataque ao Estado imperial criticando a condenação dos Bispos.

A Solução da Questão Religiosa

(...)

O ódio, porém, cega e extravia. O ministério 07 de março, vendo mallogrados os seus intentos, quis tomar uma desforra dos heroicos Bispos do Pará e Olinda, neste paiz, onde tudo se abate aos pés do Cesarismo omnipotente, não convinha tolerar-se a independência da fé e a nobreza dos sentimentos¹⁸⁰.

O conflito iria diminuir de intensidade com a anistia dos bispos ocorrida durante o governo do Gabinete do Duque de Caxias. O governo brasileiro ainda enviou ao Vaticano o

¹⁷⁸ O PELICANO. Quinta-feira, 13 de novembro de 1872. Anno I, n. 42, p. 1, col. 1 - Hemeroteca digital – Biblioteca Nacional.

¹⁷⁹ A BOA NOVA. Belém, 07 de setembro de 1875, nº 69, p. 1.

¹⁸⁰ A BOA NOVA. Belém, 04 de setembro de 1875. nº.70, p. 2.

seu embaixador em Londres, O Barão de Penedo, que realizou conversações com o Papa visando a solução definitiva do conflito. Ainda assim, o Bispo D. Macedo escreveu um livro criticando a missão do Barão de Penedo junto ao Vaticano, afirmando que este foi à Santa Sé dizer leviandades a respeito das posições da Igreja e defender a Maçonaria¹⁸¹.

O embate político continuou e a Igreja buscou meios pelos quais pudesse tornar-se apta para a nova fase deste embate, que foi, por exemplo, a criação de Partidos Católicos na sociedade secularizada do final do século XIX. Isto se constituiu em uma tentativa da Igreja de assegurar um espaço próprio dentro do Estado e ao mesmo tempo reagir aos avanços da modernidade¹⁸².

Continuaremos unidos, e devemos formar definitivamente o partido cathólico, pois o maçonismo, cuja vanguarda política no Pará é o chamado partido liberal não se reputa vencido, e ainda tenta fazer vingar seus planos conspiradores contra a Igreja de Christo¹⁸³.

A partir desse momento A Boa Nova iniciou sua campanha em favor deste partido, como um partido político, que segundo ela, seria fortemente organizado e disciplinado pela lei moral que combateria os inimigos da religião e da pátria, do catolicismo e da monarquia católica¹⁸⁴. Ressaltamos que esse partido chegou a existir como um partido político por alguns meses, nesse período.

Quando o Liberal do Pará tomou conhecimento, através da Boa Nova, da criação do Partido Católico, manifestou-se chamando A Boa Nova de “beata” e afirmando que não lhe daria trégua enquanto este “exército católico fosse inimigo da civilização e apóstolos da ignorância e do embuste”¹⁸⁵.

A declaração da Comissão Central do Partido Liberal expunha que a “Questão Religiosa” transcendia o campo religioso, e com a anistia dos bispos, o conflito se daria agora na esfera política e ironizava a criação do partido católico e sua futura organização:

O Syllabus será a Constituição de nosso paiz; a excomunhão será escripta no nosso código penal; a censura prévia virá garantir a liberdade imprensa etc, etc. [...] E para que a fé possa expandir-se, os ministros senadores e deputados devem andar de batina e de rosário na mão¹⁸⁶.

¹⁸¹ COSTA, Dom Macedo. **O Barão de Penedo e a sua Missão em Roma**. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1888, passim. Setor de Obras Raras. Biblioteca Central da UFPa.

¹⁸² NEVES, Fernando Arthur de Freitas. “Partido Católico no Pará: o Partido de Deus na secularidade”. In ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. (org.) **A Escrita da História Paraense**. Belém, NAEA/UFPa, 1998, p. 171

¹⁸³ A BOA NOVA, Belém, 22 de setembro de 1875, nº 75, p.1.

¹⁸⁴ A BOA NOVA, Belém, 03 de fevereiro de 1875, nº 10, p.1.

¹⁸⁵ O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 12 de outubro de 1875, nº 271, p.1.

¹⁸⁶ Idem.

A conturbada questão dos bispos, em tese, foi contornada com a anistia. O conflito passou para a arena política, onde a Igreja se manifestaria através do Partido Católico e os liberais acompanhados pelos maçons, que defendiam o liberalismo, atuariam ativamente através do Partido Liberal.

Liberais e ultramontanos ainda travariam intensos debates durante toda a década de 1870, e aqueles, através do “Liberal do Pará” continuariam defendendo que a solução definitiva para o conflito religioso, não era outro senão a completa separação da Igreja do Estado¹⁸⁷.

2.2 - MAÇONARIA E ABOLIÇÃO

O grande momento que marcou a presença da maçonaria paraense no cenário político do Estado, foi durante a campanha abolicionista. As lojas maçônicas e os líderes maçons tiveram intensa participação nessa campanha, estando à frente das diversas organizações emancipacionistas, demonstrando uma influência decisiva nesse processo que foi trabalhado pela maçonaria brasileira como um todo.

Em 16 de maio de 1865, em discurso que defendia a unidade da maçonaria, ameaçada pela cisão que dividia os Orientes do Lavradio e dos Beneditinos, cisão que havia ocorrido no início dos anos 1860. Defendendo a unidade em torno do Grande Oriente do Brasil, Saldanha Marinho lançou o grito oficial do abolicionismo maçônico, propondo que a emancipação dos escravos saísse do seio da maçonaria¹⁸⁸.

Em 07 de agosto de 1869, o maçom Ubaldino do Amaral, pedindo a palavra na Loja, “Perseverança III”, apresentou uma proposição subscrita por ele, pelo maçom Leite Penteado e pelo Venerável Mestre da loja - que é um maçom eleito por tempo determinado para presidir uma loja maçônica - Vicente Eufrásio da Silva Abreu, que foi aprovada por maioria, não sendo por unanimidade porque os proponentes abstiveram-se de votar¹⁸⁹.

A proposta, estabelecia novos valores para a jóia de iniciação - taxa paga para se entrar em uma loja maçônica e tornar-se maçom (ser iniciado) - e para as mensalidades, apresentando como fato novo, a criação na oficina de uma caixa de ofertas, que seria chamada de emancipação, na qual os iniciados depositariam suas ofertas, e o produto arrecadado seria

¹⁸⁷ O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 31 de janeiro de 1874, nº 25, p.1

¹⁸⁸ CASTELLANI, José. Op. Cit. 1993, pág.144.

¹⁸⁹ Idem.

utilizado exclusivamente para a emancipação de crianças escravas do sexo feminino, com idade variando de dois a cinco anos.

As crianças libertadas do cativeiro ficariam sob a proteção da Loja. Os banquetes, que são comuns nas iniciações, seriam substituídos por arrecadação em dinheiro que se transformaria em donativos à **Caixa de Emancipação**, que seriam utilizados para a manutenção dessas crianças e para a criação de escolas para adultos e menores, mantidas pela loja em funcionamento noturno para ensino gratuito das primeiras letras¹⁹⁰.

A partir desses dados iniciais, vemos que a maçonaria, já no final dos anos 1860, começou a envolver-se de forma mais institucional na campanha abolicionista, começando com decisões tomadas em algumas Lojas que começaram a espalhar pelo Brasil o ideal emancipacionista. No início dos anos 1870, com a reunificação da maçonaria sob os auspícios do Grande Oriente reconstruído e unificado, essa campanha tomaria corpo. Antes, porém, vejamos o contexto nacional que envolvia a Maçonaria brasileira nesse momento.

O Grande Oriente do Brasil, como já vimos, havia se dividido em dois novos poderes: o Grande Oriente do Lavradio (GOL) e o Grande Oriente dos Beneditinos (GOBen), grupo dissidente. Foi a necessidade de unidade para o enfrentamento com a Igreja, na “Questão Religiosa”, que levou a reunificação e a uma atuação de forma mais ativista dos maçons na campanha abolicionista que será agora mais institucional e sistemática, sem esquecer a atuação individual de alguns maçons, o que já vinha se dando anteriormente, pois é bom não esquecer que a Lei que aboliu o tráfico negreiro no Brasil levou o nome do maçom Eusébio de Queiroz, seu proponente¹⁹¹.

Em 04 de abril de 1870, Ruy Barbosa, que havia sido iniciado na Loja “América”, em 01 de julho de 1869, propôs nesta mesma Loja, em S. Paulo, um projeto do qual constava a obrigatoriedade de todas as lojas maçônicas brasileiras reservarem um quinto de sua receita para alforriamento de crianças escravas. Nessa proposta constava ainda que todos os interessados em ingressar na maçonaria, deveriam libertar todas as crianças do sexo feminino que fossem filhas de escravas suas, e ainda exigia que todos os maçons brasileiros deveriam também libertar as filhas de suas escravas¹⁹².

A maçonaria, neste início da década de 1870, propunha a extinção gradual da escravidão, ao mesmo tempo em que pressionava os maçons a participarem de forma mais

¹⁹⁰ Idem.

¹⁹¹ GOMES, Manoel. **A Maçonaria na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Aurora. s/d. p.118.

¹⁹² COLUSSI, Eliana Lúcia. **A Maçonaria Brasileira no Século XIX**. S. Paulo: Ed. Saraiva, 2002. p.36.

ativa da campanha abolicionista, como uma causa humanitária e beneficente, o que levou muitos maçons e Lojas a terem uma atuação mais ativa no movimento emancipacionista.

Podemos observar uma atuação mais ativa da Maçonaria no caso de uma notícia publicada no Boletim do Grande Oriente do Brasil, em 1875, em que a maçonaria libertou um escravo que havia sido enviado do norte para ser vendido na corte. Tratava-se de um homem branco, que ao ser interrogado disse ser natural do Maranhão, sendo seu proprietário um dono de escravos de nome Alberto Pereira da Silva. Por proposta do Visconde do Rio Branco, as lojas maçônicas do Grande Oriente do Brasil abriram uma subscrição que permitiu a obtenção da liberdade do escravo, assim como lhe foi dada uma ajuda para estabelecer-se como homem livre¹⁹³.

Esta notícia nos remete a uma discussão interessante, de que a condição de escravo não passa necessariamente pela questão de raça ou cor, mas pela condição de vida. É possível que essa pessoa referenciada como um escravo branco tivesse nascido escravo. Quem sabe fruto de uma relação entre homem branco e mulata escrava. Enfim, independente de raça, este personagem citado por Eliana Colussi, é descrito como um homem branco na condição de escravo.

Inúmeros serão os discursos dentro de Lojas maçônicas defendendo a manumissão de escravos. Muitos maçons se colocarão à frente de várias das associações que se formarão ao longo das décadas de 70 e 80 dos oitocentos, como é o caso da Sociedade Emancipacionista de Escravos, no Pará, dirigida pelo maçom Samuel Wallace MacDowell¹⁹⁴, como veremos mais adiante.

É importante fazermos algumas considerações sobre a evolução da questão abolicionista ao longo do século XIX, onde os impactos da revolução industrial acabaram por inviabilizar a utilização da mão de obra cativa, pelo fato de que a estrutura escravocrata de produção impedir a formação de um mercado consumidor mais amplo, em um mundo que avançava nas trocas comerciais e na produção industrial.

2.2.1 - A QUESTÃO ABOLICIONISTA NO SÉCULO XIX

O abolicionismo penetra nas Américas dentro de um processo de evolução da ideologia revolucionária, que em fins do século XVIII e início do século XIX, acompanhou as

¹⁹³ BOLETIM DO GOB, 1875, ano 4, n 7, p. 505. Arquivo do GOB, Brasília. In: COLUSSI. Op. Cit., 2002, p. 37.

¹⁹⁴ O PELICANO. Belém, 20 de fevereiro de 1873, n° 70, p. 02.

mudanças fundamentais que ocorreram na Europa. É o desenvolvimento do pensamento iluminista, que pregava a igualdade jurídica entre os homens. O avanço do liberalismo econômico, aliado à filosofia dos direitos naturais, usado para derrotar os privilégios corporativos e elitistas do Antigo Regime, que acabaram lançando as sementes do abolicionismo, levando a crer que a escravidão era algo que contrariava a ordem liberal.

A necessidade de ampliar mercados em função da revolução industrial levava a transformar trabalhadores escravos em trabalhadores assalariados, tornando-os consumidores. A tese do *laissez faire, laissez passer*, implementava não só a idéia do livre comércio, como também do trabalho livre. A escravidão passou então a ser condenada como uma instituição imoral e antieconômica. A escravidão que havia sido abolida na Europa com o fim do Império Romano, havia renascido na América no século XVI, expandindo-se no Novo Mundo, e, em pleno século XIX, assumiu grandes proporções, devido à expansão comercial e a crescente demanda de produtos tropicais no mercado internacional¹⁹⁵.

Até os meados do século XIX, às críticas à escravidão não encontravam grande apoio. Não existia um movimento abolicionista propriamente dito, com exceção de algumas vozes individuais que se posicionavam contrários à existência do trabalho servil no Brasil¹⁹⁶. Entendemos que a importância do trabalho escravo para a agricultura brasileira na época, fazia com que a elite brasileira fizesse um discurso no qual justificava a escravidão e calava as vozes dissonantes. A classe dominante aceitava como legítima a escravidão e continuava a usar o velho discurso de que a escravidão seria benéfica aos negros, pois os retirava da barbárie e os introduzia no mundo cristão e civilizado, argumentando sempre que a escravidão era um mal necessário¹⁹⁷.

Os escravos, por sua vez, tiveram uma grande frustração quando não conseguiram a sonhada liberdade após a independência do país, pois os homens livres tinham pouca simpatia pela idéia. Emília Viotti analisa os discursos que predominavam na época¹⁹⁸. Primeiramente, destaca o discurso ilustrado, onde personagens como Hipólito da Costa, José Severiano Maciel da Costa e José Bonifácio de Andrada e Silva, criticavam a instituição da escravidão no Brasil, mas não representavam o pensamento de sua classe, da qual tinham um afastamento em decorrência do fato de terem vivido fora do país a maior parte de suas existências. Viam a escravidão como uma instituição nefasta, corruptora da moral e dos bons costumes e inibidora

¹⁹⁵ COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 2ª edição. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1979. p. 216.

¹⁹⁶ COSTA, Emília Viotti da. **A Abolição**. S. Paulo: Ed. Global 1982. p. 19.

¹⁹⁷ Ibidem, p. 17.

¹⁹⁸ Ibidem, p. 19 a 23.

do progresso do país, mas consideravam a emancipação dos escravos como uma questão delicada e difícil de ser resolvida.

A mesma autora afirma que havia também um discurso escravista que reconhecia a escravidão como condenável em termos morais, mas que era um mal necessário, pois a abolição da escravatura seria a ruína do país, já que a economia nacional não poderia funcionar sem o escravo. Nessa mesma linha, mas em outra perspectiva, na primeira metade do século XIX, havia um discurso abolicionista radical que vinha principalmente da pequena burguesia e de camadas populares urbanas, que era expresso através de inúmeros pasquins que refletiam esse pensamento mais radical, que apareceu em algumas situações de instabilidade maior, como nas revoltas do período regencial, e que a autora chama de um pensamento jacobino, mas que não chegou a se transformar num movimento organizado¹⁹⁹.

Até meados do século XIX, a pressão pelo fim do regime escravocrata no Brasil veio mais do exterior do que fruto de uma ação interna. A Inglaterra, que já em 1807 havia abolido a escravidão em suas colônias, passou a exercer enorme pressão pelo fim do tráfico e da escravidão no Brasil.

Considerando que a economia brasileira era altamente dependente da Inglaterra, o Parlamento brasileiro aprovou a primeira lei que pôs fim ao tráfico de escravos no Brasil, em 1831, lei esta que não teve curso maior, (na tradição brasileira, costuma-se dizer que “tem lei que pega e lei que não pega”). Esta não pegou, pois o contrabando, não só foi tolerado, como dele participavam alguns dos personagens da Corte e da política imperial.

Diante desse fato, os ingleses passaram a exercer uma política “manu militari”, perseguindo e apreendendo os navios negreiros, até mesmo em águas territoriais brasileiras. Ainda assim, o apoio ao tráfico clandestino aumentou no Brasil como uma “questão nacional”, pois os escravos africanos estavam presentes em todos os aspectos da vida nacional e representavam quase a totalidade da mão de obra empregada nas fazendas de café, o principal produto de exportação do país.

Foi o isolamento do Brasil no cenário internacional, que levou a edição de uma nova lei mais dura contra o tráfico, punindo agora severamente os contrabandistas. Lei esta de iniciativa do maçom Eusébio de Queiroz, que em 1850 conseguiu a sua aprovação no Parlamento. Era necessário mostrar aos fazendeiros e traficantes que a lei agora era para valer. Para isso foram feitas algumas prisões de fazendeiros e estabelecida dura repressão aos comandantes de navios negreiros.

¹⁹⁹ DA COSTA, Emilia Viotti. Op. Cit., 1982, p. 22-23.

Esses fatos, aliado ao isolamento político do Brasil no cenário internacional, produto da pressão exercida pela Inglaterra e agravado com o temor de rebeliões escravas, como a que havia ocorrido na Bahia com os malês, favoreceram ao fim do tráfico. A escravidão, porém, continuava no Brasil, o que iria dar início a uma grande campanha que cresceria ao longo das décadas que se seguiriam até quase o final do século XIX.

A partir da década de 1870, alguns fatos importantes aceleraram a campanha abolicionista. Destacam-se entre esses fatos, a modernização do Exército brasileiro após a Guerra do Paraguai, quando esse Exército, em função das necessidades de recrutamento, passou a ter uma composição social diferenciada em sua oficialidade, que agora era formada, em sua maioria por oficiais oriundos da pequena classe média do Império, constituída de funcionários públicos, pequenos comerciantes, profissionais liberais etc, que não tinham laços fortes com o modelo escravista brasileiro, que era muito mais vinculado aos interesses dos grandes proprietários de terra.

O Exército que saiu da Guerra do Paraguai se tornou abolicionista, pois as próprias necessidades militares eram prejudicadas pela existência da escravidão no Brasil. Esta instituição, o Exército, passou a assumir uma postura altamente crítica das instituições do Império, principalmente da escravidão, e foi importante elemento de pressão pelo fim do regime escravista no Brasil²⁰⁰.

É inegável também, a influência que o pensamento positivista, aliado a origem de classe, exerce sobre os oficiais do exército, como afirma João Cruz Costa, ao dizer que as duas grandes Faculdades de Direito do Império, a de Olinda e a de S. Paulo, eram freqüentadas principalmente pelos filhos dos fazendeiros escravocratas, enquanto os filhos da pequena burguesia urbana buscavam as escolas profissionalizantes, como a escola de medicina e a militar, o que explica porque na terceira metade do século XIX, o pensamento positivista irá influenciar esta geração de militares, “filhos de gente de poucos haveres”, que irá adotar a campanha abolicionista e republicana²⁰¹.

O crescimento da campanha abolicionista, aos poucos foi mobilizando os brasileiros através de suas instituições, destacando-se dentre elas a maçonaria. Segundo o historiador maçônico Tenório de Albuquerque, a libertação dos escravos foi em grande parte um empreendimento da maçonaria brasileira, o que ele demonstra através das diversas leis e campanhas abolicionistas que foram gradativamente sendo implementadas por iniciativa de

²⁰⁰ SODRÉ, Nelson Werneck – **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 145

²⁰¹ COSTA, João Cruz. “O Pensamento Brasileiro sob o Império”, In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. T. II, 3 vol. S. Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969. p. 331.

parlamentares e militantes abolicionistas maçons, citando entre outros, os maçons Nabuco de Araújo, Visconde do Rio Branco, José do Patrocínio, Luís Gama, Joaquim Nabuco, Euzébio de Queiroz, Quintino Bocaiúva, Sousa Franco, Barão do Rio Branco e tantos outros²⁰².

O autor faz interessante observação sobre a característica diferenciada que a propaganda emancipacionista teve no Brasil. Em outros lugares, a campanha emancipacionista foi em grande parte fruto de movimentos religiosos que pregavam do púlpito a emancipação dos escravos. No Brasil, até os anos 1880, essa campanha nada deve à Igreja, que era aliada do Estado imperial escravocrata brasileiro, além de as ordens religiosas no Brasil possuírem escravos, homens e mulheres que trabalhavam cativos nos conventos. Citando Joaquim Nabuco, o mesmo autor referencia que este, em sua obra “O Abolicionista”, afirma que nenhum padre nunca tentou impedir um leilão de escravos e a Igreja Católica, apesar de seu imenso poderio no país, nunca elevou a voz a favor da emancipação²⁰³.

Em 1871, por ação do Gabinete presidido pelo Grão Mestre da Maçonaria Brasileira, o Visconde de Rio Branco, foi promulgada a lei do Ventre Livre, ou lei Rio Branco. Alguns autores, porém, vêem nessa lei um retrocesso, pois com sua promulgação, a campanha abolicionista, que estava em fase de crescimento, teria arrefecido temporariamente. Os abolicionistas, acreditando ter dado um grande passo para o fim do trabalho em cativeiro, acabaram por diminuir o ímpeto da campanha, entrando a mesma em compasso de espera, não tendo passado de uma concessão do governo diante da crise política que se avizinhava²⁰⁴.

Foi na década de 1880 que se consolidou nacionalmente a causa abolicionista, com o engajamento de importantes membros do mundo político e intelectual de todo o país, transformando a campanha abolicionista em uma questão nacional. Criaram-se então diversas organizações abolicionistas, como a Sociedade Brasileira contra a Escravidão, fundada pelos maçons Joaquim Nabuco e José do Patrocínio, na então capital do Império, o Rio de Janeiro²⁰⁵. Proliferaram pelo país jornais e revistas que divulgaram e fizeram importante propaganda antiescravista. Os abolicionistas iniciaram nessa época inúmeras campanhas para arrecadação de fundos, com a finalidade de comprar cartas de alforria, e, em 1884, a Província do Ceará, antecipando-se às demais províncias do Império, decretou o fim da escravidão em seu território²⁰⁶.

²⁰² D'ALBUQUERQUE, A. Tenório. **A Maçonaria e a Libertação dos Escravos**. Rio de Janeiro: Ed. Aurora, 1970, p.345.

²⁰³ Ibidem, p. 25 e 26.

²⁰⁴ MENDES JÚNIOR, Antonio e MARANHÃO, Ricardo. **Brasil História: República Velha**. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1979. P. 125.

²⁰⁵ COLUSSI, Eliane Lucia. Op. Cit., 2002, p. 35

²⁰⁶ Ibidem, Op. Cit.. 35.

A década de 1880 foi a década da República e da Abolição, com ambas as campanhas intensificando-se nesse momento, principalmente nos meios urbanos, onde prosperava uma nova classe média mais independente em relação aos grandes latifúndios escravocratas. Nesse período proliferava uma imprensa abolicionista e republicana, a respeito da qual nos diz Humberto Machado:

A década de 1880 encontrou, pois, um palco adequado para os grandes debates a respeito da abolição...

Os habitantes das cidades eram menos dependentes do trabalho compulsório e o encaravam como um obstáculo a todo um processo de modernização da própria sociedade, entendendo-se como moderno, na segunda metade do século XIX, o estabelecimento do capitalismo ligado ao processo de industrialização e a idealização da cultura europeia. Além do que pela própria especificidade das atividades econômicas e sociais, os centros urbanos eram influenciados, mais facilmente, pelas novas idéias de progresso que valorizavam a mão-de-obra assalariada. Portanto, foi se tornando consensual que o escravismo representava o “atraso”. Esta premissa implicava na implementação de mudanças identificadas com a eliminação do trabalho escravo, isto é, significava ordenar a sociedade de acordo com os novos padrões de dominação, vinculados ao capitalismo²⁰⁷.

Nesse contexto, a sociabilidade maçônica se fez presente através da atuação das lojas e de suas lideranças participantes nas organizações da sociedade, que atuavam na luta pela abolição, e, dentro do mesmo contexto, na questão republicana como veremos posteriormente.

2.2.2 – A MAÇONARIA E A CAMPANHA ABOLICIONISTA.

A Partir dos anos 1870, a Maçonaria esteve cada vez mais engajada na campanha abolicionista, tendo grande repercussão nesse período o importante pronunciamento feito pelo Grão Mestre do GOBen (Grande Oriente dos Beneditinos), Saldanha Marinho, que representou uma espécie de convocação da Maçonaria brasileira para a campanha emancipacionista. Defendeu o Grão-Mestre do GOBen que fosse declarada extinta a escravidão. Via a abolição absoluta como o único caminho a ser desejado por qualquer brasileiro que amasse a sua pátria e que só a inépcia e a improbidade administrativa é que a sustentavam.²⁰⁸

Foi nessa perspectiva que o maçom Pimenta Bueno apresentou o projeto de lei que em 1871 libertou os nascituros, transformando-se na famosa “Lei do Ventre Livre”. Projeto defendido arduamente no parlamento por outro maçom ilustre, Joaquim Nabuco, e

²⁰⁷ MACHADO, Humberto Fernandes. **Palavras e Brados**: a imprensa abolicionista no Rio de Janeiro (1880-1888). São Paulo, 1991. Tese (Doutorado em História Social) Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo. P. 11-12

²⁰⁸ BONFIM, Manuel. In Op. Cit. 1997, P. 287.

finalmente proposto pelo futuro Grão-Mestre do Grande Oriente do Lavradio - GOL, José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco²⁰⁹.

O historiador José Castellani, afirma que o Visconde do Rio Branco, em suas atividades diplomáticas e viagens internacionais, percebera o quão ruim era para o Brasil a imagem de um país escravocrata. Estando, porém, à frente de um governo liderado pelo Partido Conservador, percebeu que a proposta de uma abolição total e imediata da escravidão, poderia causar séria crise política e econômica. Ao mesmo tempo Rio Branco sofria intensa pressão da instituição à qual pertencia, a Maçonaria, pela libertação dos escravos, o que o levaria a enviar o projeto de lei que tornava livre os filhos de escravos nascidos a partir daquela data. Esse posicionamento vinha ao encontro das idéias de muitos abolicionistas, inclusive da maioria da maçonaria, que pregava a abolição gradual da escravidão. Essa seria uma alternativa melhor a uma abolição imediata, que poderia gerar sérios problemas econômicos naquele momento com a possibilidade de uma desestruturação da organização produtiva do país²¹⁰.

Ainda assim, o futuro Grão-Mestre da maçonaria brasileira teve que travar uma dura batalha parlamentar, o que levou Rio Branco a fazer 21 discursos no Parlamento para que a lei fosse aprovada. É importante destacar nesse momento o impacto da Guerra de Secessão Americana, que levou à abolição da escravidão naquele país, e as pressões do abolicionismo internacional. Após essa intensa defesa do projeto, Rio Branco foi aclamado como herói pelo povo, que fez intensa romaria à sua residência, em São Cristóvão, para cumprimentá-lo²¹¹.

É interessante verificar que a questão de uma eliminação gradual da escravidão, defendida pela maioria dos abolicionistas brasileiros, incluso as maçonarias, GOL e GOBen, decorria também do espírito iluminista e hegeliano. Conforme Frederico Guilherme Costa, o estudo do tema em Hegel, nos permite interpretar, que apesar do filósofo considerar a escravidão injusta e a liberdade como essência do homem, há, porém, uma contradição que permite a conclusão dialética da abolição gradual, ao contrário da abolição abrupta, sendo aquela uma conquista suficientemente amadurecida e culturalmente compreendida²¹².

Ao dar maior sustentação a essa tese, o mesmo autor reafirma que a idéia de emancipação gradual da escravidão, e que se difunde principalmente após a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, foi em grande parte fruto da ilustração do iluminismo, refletida na

²⁰⁹ CASTELLANI, José. Op. Cit., 1993. p. 290-293.

²¹⁰ CASTELLANI, José. **A Maçonaria na Década da Abolição e da República**. Londrina, Ed. A Trolha, 2001, p. 66.

²¹¹ Idem.

²¹² COSTA, Frederico Guilherme. **A Maçonaria e a Emancipação do Escravo**. Londrina, Ed. A Trolha, 1999. p. 52.

obra de autores como Condorcet, que em seu livro “A Escravidão dos Negros”, apresenta propostas com medidas de caráter paulatino para a eliminação do trabalho cativo. Podemos dizer que muitos maçons ilustres dessa época bebiam nessas fontes, refletindo esse pensamento nos discursos desses maçons e nas inúmeras alforrias que ocorriam dentro das lojas, conforme demonstram os boletins oficiais da maçonaria²¹³.

Enquanto isso, a imprensa maçônica acelerava a campanha emancipacionista divulgando algumas notícias que eram reproduzidas por jornais maçônicos. Estes publicavam a respeito da libertação de escravos ocorrida em Lojas, como as que vemos publicadas no jornal editado pelos maçons paraenses, O Pelicano, em que se noticia que “as lojas maçônicas do Maranhão, no dia 03 deste mez, libertaram 14 crianças”. “Da Bahia noticia-se que a 03 do mesmo mez, o Sr. Serafim Ferreira de Carvalho, senhor d`engenho, libertou 14 escravos de 01 a 10 anos de idade”²¹⁴. Segue-se a estas informações a reprodução pelo mesmo jornal de discursos pronunciados em lojas, como este reproduzido pelo mesmo jornal:

Quando teremos extirpado este cancro, e extinta esta nódoa, a escravatura, que roe e definha o nosso paiz, que poderosamente tem impedido e impede a nossa privada e pública felicidade! Viesse a ação dos poderes do Estado auxiliar a caridade particular e a escravatura desapareceria, sem estremecimento em menos de 40 anos, e este paiz de cidadãos, de homens senhores de si, então teria dado mais um passo dos que conduzem a civilização²¹⁵.

O noticiário constante nas publicações maçônicas sobre a libertação de escravos mostra o engajamento dessa instituição na causa emancipacionista, visando, no nosso entendimento, galvanizar a opinião pública para esta causa. Encontramos nos jornais e revistas maçônicas a constante publicação desse tipo de notícia, ainda que essas libertações de cativos não tenham sido feitas por maçons, como noticia em alguns números o mesmo Pelicano, hebdomadário da Maçonaria paraense.

A Sra. D. Ignácia Gonçalves Penna, falecida no mez de agosto passado, Em Bananal, na Província de São Paulo, deixou libertos, sem condição alguma, todos os seus escravos em número de 60²¹⁶.

Em Rezende(Rio de Janeiro), a Sra. Geraldina Teixeira da Luz concedera, no dia 06 de setembro passado, aniversário de seu filho, o bacharel Joaquim Augusto Ribeiro da Luz, Carte de Liberdade ao seu escravo, Venâncio, oficial de pedreiro²¹⁷.

²¹³ COSTA, Frederico Guilherme. Op. Cit. 1999, p. 52

²¹⁴ O PELICANO. Belém, 26 de setembro de 1872, ano I, no. 28, p. 02. Noticiário “Remissão de Cativos”.

Biblioteca Arthur Vianna. Belém.

²¹⁵ Idem.

²¹⁶ Idem.

²¹⁷ O PELICANO. Belém, 13 de outubro de 1872, ano I, nº33, p. 03.

O mesmo jornal, em 03 de outubro de 1872, no noticiário “Obras de Caridade”, diz que grande número de maçons da Corte, reuniu-se no dia 12 de setembro e resolveram dar a liberdade a uma família de escravos constituída de marido, esposa e cinco filhos, que foram implorar esta caridade cristã à porta do clube. Depois noticia informações sobre a liberdade de escravos em Taubaté, São Paulo, por parte de uma senhora de nome Clara Ferreira da Silva, que libertou 20 escravos, deixando ainda para os mesmos, duas moradas de casas e uma pequena quantia em dinheiro. E assim continua, inclusive reproduzindo informações de outros jornais, como o Correio da Bahia, que informa a entrega de 22 Cartas de Liberdade ocorrida após uma missa na capela do hospital da Quinta dos Lázaros, naquele Estado, informando ainda que, naquela cidade (Salvador), o Comendador Paulo Pereira Monteiro, libertou três escravos por ocasião do casamento de seu filho, citando inclusive o nome dos escravos²¹⁸.

A constante preocupação que a maçonaria brasileira dedica a causa emancipacionista, não elimina a discussão crítica que possa ser feita no sentido de caracterizar que esta luta não se deu na perspectiva de buscar uma eliminação imediata e total do trabalho compulsório, mas colocava-se na possibilidade de uma abolição lenta e gradual, o que estava baseado uma tendência do princípio iluminista defendido, como já vimos, fundamentalmente por Condorcet, em sua obra “A Escravidão do Negro (Reflexões)”²¹⁹.

Essa visão gradualista do processo emancipacionista refletiu-se na medida em que se buscava um processo abolicionista paulatino, que não provocasse um caos na estrutura produtiva do país, ainda fortemente baseada no trabalho escravo. Importante é perceber a presença de maçons nos projetos de lei que foram introduzindo aos poucos a perspectiva abolicionista completa, assim como na política de compras de alforrias e estímulos para tal, sempre destacado nos jornais maçônicos. Assim sendo, a lei que aboliu o tráfico foi de autoria do maçom Eusébio de Queiroz²²⁰. A Lei do “Ventre Livre”, que teve a participação dos maçons Ubaldino do Amaral e Rui Barbosa, foi apresentada e defendida pelo Visconde do Rio Branco, que exerceu o cargo de Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil²²¹.

A ascensão do Visconde do Rio Branco foi de suma importância para os acontecimentos que se seguiriam no período. Quando da apresentação do programa de seu gabinete às câmaras, Rio Branco ponderou que a situação internacional tornava a escravidão

²¹⁸ O PELICANO. Belém, 03 de outubro de 1872, ano I, nº30, p.02.

²¹⁹ COSTA, Frederico Guilherme. **A Maçonaria e a Emancipação dos Escravos**. Londrina: Ed. A Trolha. 1999, p. 53

²²⁰ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL. Março de 1872, p. 108.

²²¹ Idem.

insustentável economicamente. A sua idéia de uma abolição gradual, posicionamento majoritário na maçonaria, fora fruto de uma reflexão que envolvia profundo conhecimento da realidade brasileira. Reconhecia o Visconde que a abolição atingiria a estrutura da economia e de todas as instituições sociais. Exatamente por isto jamais contaria com unanimidade. A forma mais adequada era a abolição paulatina.

O Ventre Livre seguia um exemplo bem sucedido noutros países, não afetando a propriedade presente. Essa solução iria solucionar o problema gradualmente, dando à escravidão uma sobrevida de vinte anos, mas suprimindo por completo a perspectiva de reprodução do sistema escravista²²².

Em função da assinatura dessa lei, reiteramos que teve como consequência a “Questão Religiosa”. Foi em homenagem ao Visconde do Rio Branco, no Grande Oriente, que o padre Almeida Martins fez elogioso discurso, com ampla repercussão, que levou o bispo Sebastião Lacerda a exigir que o padre abandonasse a maçonaria em cumprimento a bula papal editada naquele momento, e que, pelo sistema do padroado, o imperador não permitiu a sua validade no Brasil. A recusa do padre Almeida Martins em cumprir a ordem do bispo e a solidariedade dos bispos de Olinda e Belém, D. Vital e D. Macedo Costa, deflagraram o conflito entre a maçonaria e a Igreja, que transformou-se em um conflito com o governo, desencadeando a “Questão Religiosa”, conforme já abordado no capítulo anterior. Interessante destacar que a maçonaria, em suas origens européias, era marcadamente anticlerical, mas isto não ocorreu no Brasil, onde muitos padres fizeram parte da maçonaria, só mudando esse posicionamento por parte de alguns maçons a partir da “Questão Religiosa”²²³.

O posicionamento da maçonaria brasileira foi um reflexo da visão humanista da instituição, pois o humanismo é o ponto central da visão maçônica de mundo influenciada pelo iluminismo, já que a maçonaria busca o aperfeiçoamento do homem, com base nos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, buscando assim a melhoria das relações humanas, sendo contra toda e qualquer atitude desumanizante²²⁴.

Outro aspecto importante a ser destacado na perspectiva que se coloca da atuação da maçonaria brasileira em relação à causa emancipacionista, é a penetração das novas idéias que começaram a se fazer sentir nas lojas, e na influência intelectual que essas novas idéias exercerão sobre a elite da maçonaria brasileira, que foi principalmente a filosofia positivista

²²² ALONSO, Angela. **Idéias em Movimento**: A geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo, Paz e Terra, 2002. P. 81.

²²³ COSTA, Emilia Viotti da. “Introdução ao Estudo da Emancipação Política do Brasil”. In: MOTA, Carlos Guilherme. **Brasil em Perspectiva**, Difel, S. Paulo: Difel. 1968, p. 100 e 101.

²²⁴ MARQUES, A. H. Oliveira. **Dicionário de Maçonaria Portuguesa**. I, V. Verbete: Humanismo. Lisboa: Ed. Delta, 1986, passim.

de Augusto Comte. O positivismo, de forte influência no Brasil do século XIX, também influenciou o posicionamento político da maçonaria brasileira na direção do humanismo, que marcou esta geração de maçons brasileiros preocupada com o escravismo²²⁵.

A preocupação com a questão escravista no Brasil pelos maçons vinha de muito longe, sendo ela a primeira instituição a atentar para esta questão. Em 1926, o maçom José Clemente Pereira, apresentou um projeto que previa a proibição do comércio de escravos em todo o Brasil, a partir do dia 31 de dezembro de 1840²²⁶.

E é o mesmo Alaôr Eduardo Scisínio, que em seu “Dicionário da Escravidão”, nos relata o episódio da Loja Maçônica “Fé”, de Assunção, ao final da Guerra do Paraguai, quando esta Loja prestou homenagem ao Visconde do Rio Branco, então Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil, em que o maçom brasileiro, Felipe Nery, levantando-se em Loja, pronuncia eloqüente discurso em que declara:

libertamos um povo, mas em nossa pátria geme ainda na escravidão um sem número de homens que nasceram no mesmo solo abençoado em que nascemos e que são tão brasileiros quanto qualquer um de nós é brasileiro”, e pede então, em relação à escravidão, uma posição do Grão-Mestre da Maçonaria brasileira. E Rio Branco, em resposta, declara: “pela minha parte asseguro, solenemente, que empenharei todas as minhas forças para que triunfe essa causa, que é a causa da humanidade²²⁷.

Entre os maçons brasileiros que tiveram intensa participação na luta abolicionista, destacam-se as figuras de Antonio Bento, fundador da Ordem dos Caifazes²²⁸ e Luiz Gama, que ficou conhecido como o advogado dos escravos, precursor do abolicionismo, tendo sido ainda venerável da Loja Maçônica América²²⁹.

Antonio Bento, mesmo sendo um maçom regular, não fez a opção pela libertação gradual dos escravos, mas agiu ativamente, organizando fuga de escravos, protegendo os evadidos, provocando assim problemas para a produção das fazendas cafeeiras²³⁰.

É interessante verificar a posição de Antonio Bento, que não só organiza o grupo “Os Caifazes”, como funda o jornal A Redenção²³¹, pregando um abolicionismo intransigente e que a abolição dê-se de uma vez só e imediata. Essa posição do maçom Antonio Bento contrasta com a posição da maçonaria, que pregava uma libertação gradual dos escravos, pois

²²⁵ COSTA, Frederico Guilherme. **A Maçonaria e a Emancipação do Escravo**. Londrina: Ed. A Trolha, 1999. p. 60.

²²⁶ SCISÍNIO, Alaor Eduardo. **Dicionário da Escravidão**: verbete maçonaria. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial Ltda., 1997, p. 74.

²²⁷ Ibidem, p. 75.

²²⁸ Ibidem, p. 79.

²²⁹ Ibidem, p. 81.

²³⁰ Ibidem, p. 80.

²³¹ Idem.

tinha sempre a preocupação de que a abolição fosse feita de uma forma que não desestruturasse a produção, o que causaria enormes prejuízos à economia do país.

A forma como era entendida a abolição pela maioria dos maçons, refletia-se na atitude das Lojas Maçônicas, que buscavam pagar alforrias, libertando assim os escravos dentro de um espírito de lei e ordem, e assim a maçonaria contribuía para uma condenação doutrinária da escravidão, o que iria influenciar fortemente a opinião pública da época.

Um personagem importante da história do Império brasileiro, foi Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá, maçom e empresário abolicionista, tendo sido um anti-escravagista intransigente, que só aceitava trabalhar com mão-de-obra livre em seus empreendimentos e que chegou a introduzir em seus contratos de negócios comerciais, com seus fornecedores, uma cláusula em que o contratante obrigava-se a não empregar o braço escravo²³².

D'Albuquerque, diz que depois de 1870, ao longo da linha da Mogiana, onde havia extensas plantações de café, a maçonaria foi uma força constantemente utilizada como espaço de propaganda por Francisco Glicério, Prudente de Moraes, Bernardino de Campos e outros, para discursos anti-escravagistas e republicanos²³³.

Assim sendo, as lojas maçônicas funcionavam como um local onde as elites liberais abrigavam-se, protegidos pelos segredos do que se passa em uma Loja, para atuar de forma constante pela abolição e por extensão pela República. As lojas serviam ainda para local de debate e divulgação de idéias que perpassavam como algumas das grandes questões do século, como a defesa do ensino e do Estado laico, do federalismo etc.. Essa sociabilidade maçônica iria refletir-se através de suas lideranças que atuaram intensamente no conjunto da sociedade.

Nesse contexto, outro republicano e abolicionista importante que exerceu grande papel na maçonaria, chegando a ser Grão-Mestre, foi Quintino Bocaiúva, que também foi grande figura da campanha abolicionista²³⁴.

A maçonaria brasileira fez ao longo de todo esse período, no Brasil, o mesmo papel que muitas “sociedades secretas” fizeram ao longo do século XIX, na Europa, conforme é descrito pelo historiador não maçônico Eric Hobsbawn, em sua obra “A Era das Revoluções”,

²³² D'ALBUQUERQUE, A. Tenório. **A Maçonaria e a Libertação dos Escravos**. Rio de Janeiro: Ed. Aurora, 1970. p. 336.

²³³ Ibidem, 335.

²³⁴ CALMON, Pedro. **História Social do Brasil**. Espírito da Sociedade Imperial. II V. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p.340-343.

pela identificação que tinham esses revolucionários com o momento histórico, ligado a Revolução Francesa e Industrial²³⁵.

O mesmo autor afirma que foram essas sociedades, entre as quais cita a Maçonaria e a Carbonária, que acenderam o fogo revolucionário, que deu lugar aos anos instáveis que varreram a Europa de 1848 a 1875²³⁶. É importante destacar também, que o mesmo Hobsbawn, analisou esses aspectos vinculando os mesmos ao processo da Revolução Industrial, tão bem dissecada pelo autor em sua obra “A Era do Capital”²³⁷.

Ressalte-se que algumas dessas “sociedades secretas”, tinham profundas diferenças entre si. Maçons e carbonários uniram-se em alguns momentos, como na questão da unificação italiana, mas diferenciavam-se profundamente em outros aspectos.

A Carbonária, organização de grande atuação política na Europa e em especial no episódio da unificação da Itália, era também chamada de “Maçonaria Florestal”, porque era protegida e apoiada pelos maçons (muitos dos quais também faziam parte dela). Suas iniciações eram feitas em florestas. O nome Carbonária vem do italiano *carbonaro*, que significa carvoeiro. A origem desse nome se deve ao fato dessa sociedade ter sido criada pelos carvoeiros de Hannover, na região alemã da Saxônia²³⁸.

A Carbonária tinha um caráter mais revolucionário e insurgente, sendo uma sociedade mais típica dos anos revolucionários da primeira metade do século XIX, enquanto a maçonaria tinha um caráter mais fraternal e pacífico ligado às luzes dos setecentos²³⁹.

Na América Latina a maçonaria agiu de forma revolucionária nas lutas de independência, principalmente na América espanhola²⁴⁰. No caso do Brasil, porém, a maçonaria brasileira agiu ao longo do século XIX em uma perspectiva mais de influir e negociar, principalmente no caso da campanha pelo fim da escravidão no Brasil. Esse importante papel desenvolvido pela maçonaria brasileira, revelou-se no grande número de maçons que participaram de forma intensa das campanhas abolicionista e republicana no Brasil, como bem referencia D`Albuquerque²⁴¹.

²³⁵ HOBBSAWN, Eric. **A Era das Revoluções**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1994, passim.

²³⁶ Ibidem, p.133.

²³⁷ HOBBSAWN, Eric. **A Era do Capital**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra. 1979, passim.

²³⁸ CASTELLANI, José. **História do Grande Oriente do Brasil: a maçonaria na história do Brasil**. Brasília, Gráfica e Editora do Grande oriente do Brasil, 1993. P. 70

²³⁹ COSTA, Frederico. **A Maçonaria Dissecada**. Londrina: Ed. A Trolha. 1995. p. 41-46.

²⁴⁰ MORETTI, Fernando. **Maçonaria nas Américas: a saga em nossas terras da mais antiga organização fraternal**. S. Paulo: Ed. Escala, 2008, passim.

²⁴¹ D`ALBUQUERQUE, A. Tenório. **A Maçonaria e a Libertação dos Escravos**. Rio de Janeiro: Ed. Aurora, 1970, passim.

Foram maçons alguns dos líderes e formadores de opinião de seu tempo, como Nabuco de Araújo, Visconde do Rio Branco, José do Patrocínio, Luiz Gama, Joaquim Nabuco, João Alfredo, Eusébio de Queiroz, Quintino Bocaiúva, Rui Barbosa, Teófilo Otoni, Saldanha Marinho, Sousa Franco, Barão do Rio Branco, Lopes Trovão, Castro Alves, Antonio Prado²⁴² e tantos outros.

Desta forma, concordamos que a Maçonaria agiu no contexto sócio-político, não somente enquanto instituição organizada da sociedade civil, mas também identificando os maçons que atuaram como políticos, intelectuais, jornalistas, com forte inserção no meio social, e em várias instituições da sociedade civil organizada, como associações abolicionistas, imprensa, clube republicano etc.

²⁴² D`ALBUQUERQUE, A. Tenório. **A Maçonaria e a Libertação dos Escravos**. Ed. Aurora. Rio de Janeiro: Ed. Aurora, 1970. pp. 345-346.

CAPÍTULO III – A MAÇONARIA PARAENSE: SOCIABILIDADE E ATUAÇÃO POLÍTICO-SOCIAL

3.1 – A MAÇONARIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX NO PARÁ

Neste capítulo abordaremos vários aspectos voltados especificamente para a atuação da maçonaria ao longo do período que marca o Segundo Império na então Província do Pará, abordando no seu primeiro ponto a questão da atuação dos maçons na imprensa paraense.

Em relação à atuação maçônica na Imprensa, a pesquisa baseou-se nos jornais maçônicos e “profanos”, como os maçons referem-se ao mundo que está fora dos aspectos maçônicos da vida, ou seja, os jornais da grande imprensa paraense da época. O principal jornal com noticiário sobre as atividades da maçonaria paraense no período estudado foi o jornal *O Pelicano*, dirigido por um dos mais importantes membros da maçonaria da época, o Dr. Assis. Através desse jornal são noticiados os acontecimentos maçônicos e desnudada a posição da maçonaria em relação ao abolicionismo, assim como em outro aspecto que dominou as atenções da sociedade neste período, a “Questão Religiosa”, que ocupou grande espaço na imprensa regional, seja através dos jornais maçônicos, seja na imprensa católica e nas publicações “profanas”.

Além de *O Pelicano*, trabalhamos com mais algumas publicações maçônicas do período, como os jornais *O Filho da Viúva*, *O Santo Offício* e a revista maçônica *A Flamígera*, além dos diversos jornais da grande imprensa da época, como *A Província do Pará*, *O Liberal do Pará*, *Diário de Notícias*, onde veremos que algumas páginas desses jornais estavam reservadas, além da “Questão Religiosa, para o debate abolicionista, que ocupava amplos espaços, discutindo e pontuando as várias idéias sobre a emancipação dos escravos, descrevendo a ação da maçonaria relativa às manumissões de escravos.

No início dos anos 1870, foi a “Questão Religiosa”, que mobilizou a Maçonaria paraense, originando inclusive a fundação de vários jornais de caráter estritamente maçônico, para responder a atuação das publicações católicas e dos ataques do Bispo D. Antonio de Macedo Costa.

Foi a campanha abolicionista o assunto que mais mobilizou a maçonaria paraense na segunda metade do século XIX e que mais dominou as publicações do período, fornecendo o principal material de estudo da maçonaria do Pará, nessa época. Veremos que grande parte da campanha abolicionista foi promovida pela imprensa, que cedia grandes espaços para noticiar a atuação das associações emancipacionistas que passaram a atuar no período, da qual faziam

parte importantes membros da maçonaria conforme demonstraremos ao longo deste capítulo, destacando a “Sociedade Filantrópica de Emancipação de Escravos”, onde o principal personagem, que desenvolveu grande atuação, foi o advogado Samuel Wallace MacDowell.

A parcela da elite paraense que lidera a campanha abolicionista, é constituída principalmente de empresários e intelectuais urbanos, como o advogado MacDowell, o jornalista e advogado Dr. Assis, políticos liberais como Tito Franco e Gama Malcher, comerciantes e donos de jornais, como Dhenys de Gusmão e Arthur Soares Costa, todos maçons, conforme veremos no decorrer do trabalho.

No final dos anos 1860, a campanha abolicionista começou a intensificar-se no Estado do Pará. Já em 1869, era fundada a Sociedade Filantrópica Emancipacionista do Pará, a partir da iniciativa de Carlos Seidl, que enviou uma carta aos jornais solicitando o apoio e a participação de todos “os amigos da humanidade”, solicitando ainda ao redator que publicasse a carta e o esboço dos estatutos em seu jornal a fim de dar ciência dessa idéia a todos os amigos da humanidade²⁴³. Esse anúncio também foi publicado no jornal Diário de Belém, no dia 21 de julho de 1869, saudando tal iniciativa, como vemos no texto abaixo:

Damos à estampa n`outra parte desta folha uma carta que nos foi dirigida, capeando algumas bases para a Associação Filantrópica de Emancipação de Escravos”, que também publicamos”...

“O estabelecimento de mais uma alavanca da liberdade não pode deixar de conciliar os merecidos louvores, como o doce fruto das idéias e luzes do século, parto maravilhoso da civilização, que tam salutarmente domina e infiltra de concepções sublimes os filhos e habitantes desta abençoada região da América.²⁴⁴

Esta notícia obteve uma grande receptividade por parte da sociedade belenense, o que demonstra que a idéia de liberdade para os escravos já era algo presente na sociedade paraense. Veremos que foram principalmente os maçons que estiveram à frente dessa sociedade. Segundo o jornal Diário de Belém, em uma reunião convocada para o teatro Providência na noite do dia 07 de setembro de 1869, compareceram ilustres personalidades de Belém da época, destacando-se as figuras de Samuel Wallace MacDowell, entre outros²⁴⁵. Este, juntamente com José da Gama Malcher, irá envolver a maçonaria no sistemático apoio a essa sociedade emancipacionista.

²⁴³ DIÁRIO DO GRÃO-PARÁ. Belém, 17 de julho de 1869. nº 160, p. 2.

²⁴⁴ DIÁRIO DE BELÉM. Belém, 21 de julho de 1869, nº 162, p.1.

²⁴⁵ DIÁRIO DE BELÉM. Belém, 10 de agosto de 1869. nº 179, p.2.

Samuel Wallace MacDowell buscou o apoio da maçonaria para a campanha abolicionista e ajuda financeira para sustentar a Sociedade Filantrópica conforme noticia o jornal O Pelicano:

Manumissão – Agradecendo ao povo Mac:. Deste Val:. Reunido em assembléia Geral a 02 do corrente no edifício da resp:. Loj:. Harmonia, a confiança que em mim depositou, entregando-me na qualidade de presidente da Associação Philantropica de Emancipação de Escravos, a quantia de duzentos e quarenta e seis mil réis(246.000), producto do tron:. De Beneficência, para applicar à manumissão de escravos....

“... e as boas obras da maçonaria deixarão após si o testemunho indelével de gratidão eterna, escripto no coração d’aquelles que ella cotidianamente resgata do captivo da escravidão e da miséria.

Pará, 12 de fevereiro de 1873 – Samuell Wallace MacDowell.²⁴⁶

O dinheiro arrecadado será usado para a libertação de escravos conforme noticia o mesmo periódico, o que demonstra já no início da década de 1870, que a maçonaria paraense já estava devidamente engajada na campanha abolicionista, dentro de uma perspectiva gradual, através da arrecadação de fundos para manumissões, usando o “tronco de beneficência”, sacola que em todas as lojas maçônicas, durante suas sessões, circula com a finalidade ser utilizado para ajudar maçons ou familiares destes que estejam em dificuldades e que, neste momento, esses recursos passaram a ser utilizados na remissão de cativos.

Pela presente carta de manumissão dou liberdade ao meu escravinho de nome José, pardo, com cinco anos de idade, natural do Ceará, filho legitimo dos pardos Raimundo e Maria, há pouco aqui libertados , pelo preço de duzentos e quarenta e seis mil réis(246), que, em moeda corrente no Império, recebi do Ilmo. Sr. Dr. Samuel Wallace MccDowell, Presidente da Associação Philantrópica de Emancipação de Escravos, a quem fora entregue a mesma quantia, collectada na assembléia geral do povo Mac:. Deste Val:. Em 2 do corrente para dar-lhe esta applicação.²⁴⁷

A atuação da maçonaria nesse primeiro momento tem por objetivo a libertação dos escravos através de um processo que se tornou uma constante ao longo de toda a década de 1870, articulado com as leis abolicionistas que de forma gradual foram extinguindo a escravidão no Brasil. É fácil perceber que a maioria das leis abolicionistas foi decorrente da iniciativa parlamentar de maçons, conforme já descrito no primeiro capítulo deste trabalho, já que Euzébio de Queiroz (fim do tráfico), Rio Branco (lei do ventre livre) e outros, eram maçons.

Os jornais maçônicos em sua campanha pela emancipação dos escravos noticiavam constantemente sobre a libertação de cativos, não somente no Pará, mas também as

²⁴⁶ O PELICANO. Belém, 20 de fevereiro de 1873. n° 70, p. 3.

²⁴⁷ Idem.

libertações que ocorriam em outros estados, como já publicava o “O Pelicano” em 1872, informando que notícias trazidas pelo vapor North America, tratam da remissão de escravos, citando que em Alagoas, no engenho Salamaquinha, foi dada a liberdade a sete escravos, pertencentes a D. Joana de Paula Calheiros, e enumera os nomes e idades²⁴⁸. No mesmo jornal, há a informação sobre a libertação na cidade de Pilar, de uma escrava e seu filho de 10 anos, noticiando ainda sobre a alforria de um escravo em Áreas, em São Paulo²⁴⁹, assim como uma notícia sobre alforrias concedidas no dia da independência em Juiz de Fora. Aqui vemos a reprodução uma notícia do jornal Pharol:

Em homenagem ao glorioso dia 7 de setembro, dia de nossa emancipação política, em homenagem às verdadeiras cinzas dos Ottoni, Silva Xavier (Tira-Dentes), Andrada, Nunes Machado, e tantos outros martyres da liberdade brasileira, e de todas as liberdades, declaramos livres os escravos incluídos na relação seguinte, e pela forma prescripta.²⁵⁰

Na mesma notícia segue a relação de nomes de escravos libertados. O jornal O Pelicano, fundado pelo maçom, Dr. Joaquim José de Assis, o Dr. Assis, um dos fundadores da Loja Firmeza e Humanidade²⁵¹, foi uma publicação oficiosa da maçonaria, que circulou em edições bimestrais de junho de 1872 até 1874, sendo a principal fonte de informações da atuação da maçonaria na questão abolicionista nesse período.

Muito amplo é o noticiário sobre a libertação de escravos dentro de lojas maçônicas ao longo da década de 1870, que iremos demonstrar à exaustão neste trabalho, assim como as discussões que se davam dentro das lojas maçônicas, envolvendo vários aspectos da questão abolicionista, descritas nas páginas dos jornais da época, assim como em atas de lojas.

O engajamento da maçonaria paraense na questão abolicionista está presente de forma sistemática desde o início da década de 1870, com a libertação constante de escravos dentro de lojas maçônicas, conforme atestam os jornais da época, em especial O Pelicano, que descreve em suas páginas as festas da fraternidade, como eram denominadas essas sessões seguidas de bailes, nas quais se libertava em grupos ou individualmente, das agruras da escravidão, aqueles que ainda sofriam o cativo.

O Pelicano, de 15 de junho de 1873, nos descreve uma cerimônia na Loja Aurora, que havia sido fundada em 18 de janeiro de 1873, ou seja, aos seis meses de sua fundação, na

²⁴⁸ O PELICANO. Belém, 10 de outubro de 1872. No 32, p.2 – Biblioteca Arthur Vianna, Centur.

²⁴⁹ Idem.

²⁵⁰ Idem.

²⁵¹ ATA DE FUNDAÇÃO DA LOJA “FIRMEZA E HUMANIDADE. Livro de ata nº 1. Belém, Secretaria da Loja.

noite de 11 de junho de 1873, descrita como uma noite de gala, em que foi libertado um escravo de nome Antonio Aurora. O Venerável mestre da Loja fez um discurso em que destaca como programa da Loja Aurora a campanha pela libertação de homens do cativeiro. Nessa noite foi entregue a este cativo, além da Carta de Liberdade, um diploma de cidadão brasileiro, simbolicamente concedido pela Loja.

Reporta-se também o noticiário, ao discurso feito pelo Orador da Loja, Dr. João Chrisóstomo da Mata Bacellar, abordando como tema o destino do homem sobre a terra, recebido com entusiásticos aplausos de acordo com o jornal. A esse pronunciamento, seguiram-se discursos feitos pelos oradores das comissões das lojas maçônicas existentes em Belém e que faziam representar-se nessa noite, como os ilustres maçons Manoel José Machado e Silva, da Loja “Renascença”; José Caetano da Gama e Silva, da “Harmonia e Fraternidade”; Raimundo Dias Ferreira Portugal, da “Cosmopolita”; Dr. Antonio Manoel Gonçalves Tocantins, da “Harmonia” e José Joaquim Carvalho Junior, da “Firmeza e Humanidade”.

Nessa noite, o produto do “Tronco de Beneficência” foi mandado entregar a uma mulher escrava que recorreu a “nova oficina” para poder comprar sua liberdade. Encerra-se o noticiário com a informação de que após a cerimônia foi oferecido opíparo “copo d’água”²⁵². O “copo d’água” é como a tradição maçônica denomina os banquetes que são realizados após as sessões magnas ou de gala.

Cabe esclarecer que Orador é um dos cargos mais importantes exercidos em Loja. Este é responsável pelo entendimento das leis maçônicas e por pareceres e saudações em nome da Loja, enquanto que o “Tronco de Beneficência”, como já dito, é arrecadado em todas as sessões das Lojas para utilização beneficente, como o próprio nome diz, ou para socorrer algum “irmão” em dificuldade (os maçons tratam-se como irmãos).

Na seqüência do mesmo noticiário sobre a libertação de escravos dentro de lojas maçônicas no início dos anos setenta do século XIX, o mesmo jornal relata em seu número 75, que em festa de posse dos novos dirigentes eleitos da Loja “Firmeza e Humanidade”, foi dada a informação que na Loja Capitular “Harmonia e Fraternidade” foram manumitidos dois escravos, e que o “Tronco de Beneficência” dessa sessão foi destinada aos pobres enfermos das quatro freguesias, como eram chamados os bairros distantes da cidade²⁵³.

No mesmo noticiário, há a informação de que os maçons deveriam divulgar estes fatos, que muitas vezes passavam-se no silêncio das fechadas lojas maçônicas, com a

²⁵² O PELICANO. Belém, 15 de junho de 1873, nº 102, p. 3 – Biblioteca Arthur Vianna, Centur.

²⁵³ O PELICANO. Belém, 17 de abril de 1873, nº 85 p. 4 – Biblioteca Arthur Vianna, Centur.

participação apenas dos irmãos e nos dias de festas das “cunhadas e sobrinhos”, como são conhecidas as esposas e filhos de maçons, como vemos abaixo:

Com quanto esses actos de caridade devessem passar-se em silêncio, como recomenda o evangelho, nos julgamos dever comunicá-los ao público, não por ostentação, mas como um protesto contra as calumnias e embustes dos inimigos das mais santas das instituições humanas – a maçonaria²⁵⁴.

Isto aconteceu no momento em que estava ocorrendo a “Questão Religiosa”, que contrapôs a maçonaria à Igreja católica no século XIX. Nesse momento, a maçonaria estava sofrendo pesados ataques difamatórios das publicações católicas, cujo porta-voz no Pará era a publicação A Boa Nova, o que obrigou os maçons a responderem a esses ataques, o que foi comum através das publicações maçônicas e “profanas” (imprensa não maçônica). Como já vimos, os maçons responderam através de seus jornais, como neste enxerto de O Filho da Viúva: “Enquanto a maldita seita jesuítica insulta e injúria a Sublime Ordem Maçônica, prossegue esta desassombradamente na senda das grandes obras a crear proselytos inherentes aos grandes e imutáveis fins que ela sustenta e defende”²⁵⁵.

Na mesma edição de O Filho da Viúva há um texto sobre a libertação de mais um escravo pela maçonaria, ao noticiar a regularização da recém fundada Loja Aurora, que foi regularizada pela comissão presidida pelo Dr. Assis e os Srs. Antonio Pereira Leal (Capitão de Mar e Guerra) e José da Gama Malcher. Nessa ocasião, o Delegado do GOB (Grande Oriente do Brasil) era o Padre Eutichio Pereira da Rocha. Vejamos o noticiário:

Mais uma athleta acaba de aparecer neste Valle. Na quarta-feira REGULARIZOU-SE A Aug.: E Resp.: Loj.: Aurora, do rito Adonhiramita, sob os auspícios do Grande Oriente Unido do Brazil.

A solemnidade esteve na altura do assunto e teve mais realce por um ato de philantropia: a Loj.: Aurora comemorou sua instituição quebrando as algemas do captiveiro à uma outrora infeliz menor²⁵⁶.

É importante observar que nesse momento a maçonaria unifica-se, pois até então estivera dividida entre o Grande Oriente do Lavradio (GOL) e o Grande Oriente do Valle dos Beneditinos (GOBen), divisão ocorrida em 1863, em que os dissidentes do GOBen, condenaram a excessiva centralização de poder²⁵⁷.

²⁵⁴ Idem.

²⁵⁵ O FILHO DA VIUVA. Belém, 13 de junho de 1873, nº 01, p. 4 - Biblioteca Arthur Vianna, Centur.

²⁵⁶ O FILHO DA VIUVA. Belém, 13 de junho de 1873, nº 1, p. 4. Mantida a grafia da época.

²⁵⁷ COLUSSI, Eliane Lucia. Op. Cit. 2002, p. 25.

Em função dos ataques que atingiam a maçonaria, que estava sofrendo as ameaças dos padres ultramontanos de excomungar os suspeitos de pertencer à maçonaria e a recusa por parte da Igreja de realizar casamentos ou sepultamentos de maçons²⁵⁸, fatos que levaram os maçons a unificarem-se novamente, sob o nome de Grande Oriente Unido do Brasil – Supremo conselho.

Este novo poder maçônico, dominado principalmente pelo Grande Oriente dos Beneditinos, tendeu a se envolver mais em assuntos políticos, assumindo principalmente as causas da República e da Abolição²⁵⁹. Foi a este novo poder que se filiou a Loja Aurora, que passou a adotar o rito adonhiramita, rito este fundado na França pelo Barão de Tschouldy²⁶⁰, e que seria adotado em grande escala no Brasil nas lojas do Grande Oriente e que apresenta duas curiosidades: a primeira, é que historicamente este rito surgiu como uma reação à tendência, que se desenvolvia na maçonaria Francesa, de caráter mais racionalista e que diminuiu a força da ritualística mística e esotérica, até então predominante na maçonaria do século XVIII²⁶¹.

O rito Adonhiramita, que surgiu ainda no século XVIII, retomou a ritualística de caráter místico e esotérico. Há ainda uma segunda característica, neste rito, que apesar de ter surgido na França, hoje é praticado apenas no Brasil e no Grande Oriente. No entanto, agora, no século XXI, está retornando à Europa, através de Portugal, por influência do Grande Oriente do Estado do Pará – GOEPA.

A Questão Religiosa acaba fortalecendo a posição da maçonaria em relação ao combate à escravidão. O fato de a Igreja condenar a maçonaria e não fazer o mesmo em relação à escravidão levou os maçons a embutirem esta crítica à Igreja e a defender mais firmemente ainda a posição abolicionista da instituição, o que era uma forma de ataque à Igreja brasileira.

“Durante a campanha abolicionista, com exceções que se podem contar pelos dedos de uma só mão, foi completa a indiferença do clero”²⁶².

O mesmo autor cita o grande estadista do Império, abolicionista e maçom, Joaquim Nabuco, que responde à Igreja, defendendo a abolição da escravidão.

²⁵⁸ COLUSSI, Eliane Lúcia. Op. Cit. 2002, p.26.

²⁵⁹ Ibidem, p. 26.

²⁶⁰ PIRES, Joaquim da Silva. **Rituais Maçônicos Brasileiros**. Londrina: Ed. A Trolha, 1996. p. 37-41.

²⁶¹ Idem.

²⁶² DORNAS FILHO, João. “A Escravidão no Brasil”. P. 243. In D`ALBUQUERQUE, A. Tenório. **O que é a Maçonaria**. Rio de Janeiro, Ed. Aurora, 1972. p. 176.

- Nota Joaquim Nabuco, e sempre com aquela sua clara e penetrante inteligência, que houve dois bispos no Brasil que se levantaram, por obediência, contra o poder temporal, porque este contrariou num ponto secundário a política do papado com relação à maçonaria; e não houve, nem um sequer, que invocasse a mesma obediência para combater a escravidão, mais condenada que a maçonaria por bulas, encíclicas e até por mais de um concílio²⁶³.

Retomando a questão abolicionista no Pará e a atuação da maçonaria nesses fatos, vejamos novamente o noticiário do Jornal O Pelicano, que no início da década de 1870 funcionou como porta-voz dos setores abolicionista e da maçonaria, desenvolvendo intensa propaganda através de seu noticiário, refletindo o que acontecia nas Lojas maçônicas, em um contexto que antecede em quinze anos à abolição.

É o jornal O Pelicano, que desde a sua fundação noticia intensamente a libertação de escravos, como vemos no noticiário refletido pelo mesmo jornal ainda no ano de 1872, com esta notícia sobre a libertação de duas menores escravas pela Loja Capitular Harmonia:

Duas menores escravas foram introduzidas no templo pelo Venerável que acabava de depor o malhete²⁶⁴ e das mãos de seu substituto receberam o baptismo da purificação da matéria, quebrando assim mais dois elos da cadeia férrea da escravidão²⁶⁵.

Ao longo do ano de 1872, ano de fundação do jornal, o mesmo tinha um amplo noticiário sobre a libertação de escravos através de um segmento da pauta denominado “Remissão de Captivos”. Vemos no número de 26 de setembro de 1872 informações tais como o de certa Senhora Dona Inácia Gonçalves Penna, falecida, segundo o noticiário, no mês de agosto passado, em Bananal, na Província de S. Paulo e que teria deixado libertos sem condição alguma, todos os seus escravos, em número de 60. Noticiando ainda que as lojas maçônicas do Maranhão, no dia 03 do mesmo mês, libertaram 14 crianças. Informa ainda o noticiário que na Bahia, um Senhor de Engenho, de nome Serafim Ferreira de Carvalho, teria libertado 14 escravos, de 1 a 10 anos de idade²⁶⁶.

Em editorial, o mesmo jornal, em 26 de setembro de 1872, afirma que é preciso “extirpar este cancro e extinguir esta nódoa”, a escravatura, “que roe e definha o nosso paiz, que poderosamente tem impedido, e impede a nossa privada e pública felicidade”. Propondo no mesmo editorial que os poderes do Estado viessem a auxiliar a caridade particular, para que a escravidão desaparecesse de forma gradual em um processo de 40 anos, fazendo com

²⁶³ D`ALBUQUERQUE. A.Tenório. Op. Cit. 1972, p. 177 – 178.

²⁶⁴ Simbolicamente, um venerável quando é substituído, passa o malhete, símbolo do seu poder, para o venerável que assume.

²⁶⁵ O PELICANO. Belém, 27 de junho de 1872, nº 02, p. 04. Biblioteca Arthur Vianna, Centur.

²⁶⁶ O PELICANO. Belém, nº 28. 26 de setembro de 1872, p.02.

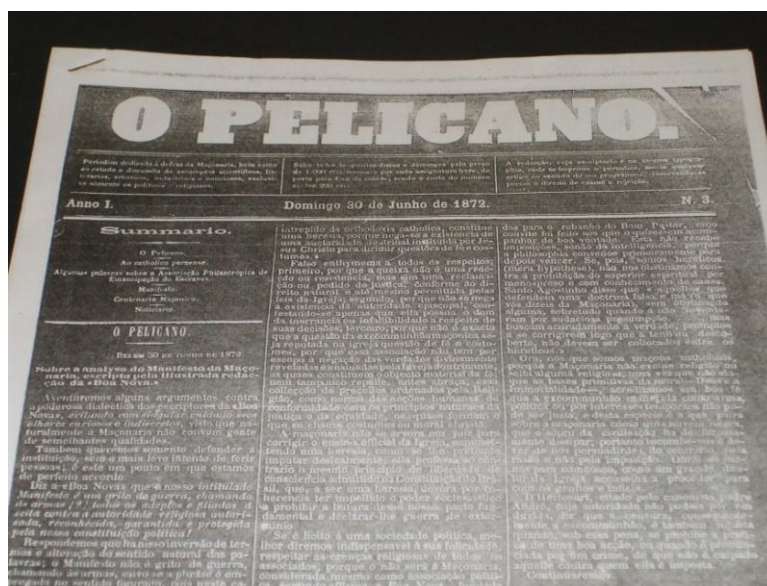
que esse país, seja de cidadãos, de homens senhores de si, a dar mais um passo rumo à civilização²⁶⁷.

É necessário destacar que O Pelicano, publicação maçônica muito influente durante a década de setenta do século XIX, era impresso na tipografia de outra publicação de influência maçônica, O Futuro, ligada aos ideais republicanos.

O Pelicano defendia as idéias maçônicas e promovia o estudo e discussão de assuntos científicos, literários, artísticos, industriais e noticiosos. Tornou-se órgão oficial da maçonaria do Pará, sob a responsabilidade do Padre Eutichio Pereira da Rocha, Cônego Ismael de Senna Nery, Joaquim José de Assis (proprietário), Cármino Leal e Jorge Sobrinho, tendo Francisco de Sousa Cerqueira como encarregado das oficinas. Teve seu primeiro número impresso em 24 de junho de 1872²⁶⁸.

Vê-se pelos nomes que aparecem acima, que o jornal era dirigido por um expressivo grupo de intelectuais maçons, destacando-se Padre Eutichio, Cônego Ismael Nery e Joaquim José de Assis, o Dr. Assis, figura ímpar da maçonaria paraense do século XIX.

Figura 06. O PELICANO. Principal porta-voz da maçonaria na “questão religiosa”.



Fonte: biblioteca Arthur Vianna. Belém, Centur.

Foto: Elson Monteiro (2012).

²⁶⁷ Idem.

²⁶⁸ AMAZÔNIA-BIBLIOGRAFIA. CJP, GEA e RIGH. **Catálogo de Jornais Paraoaras**, p. 61. Belém, Biblioteca Arthur Vianna, Centur.

3. 2 - A ELITE MAÇÔNICA PARAENSE E A IMPRENSA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX.

É importante buscar saber quem eram esses maçons, que lideraram a instituição e enorme influência tiveram na história do Pará, nesse período. De modo geral eram homens de sólida formação cultural, e que, considerando a época, deviam ser homens de posse, o que refletia provavelmente uma origem de classe da elite sócio-econômica. É possível verificar que o seu posicionamento político não deixava de refletir, que agiam, no sentido gramsciano do termo, como intelectuais orgânicos de uma classe, que, naquele momento, confrontava com uma elite conservadora. Ao expressar as idéias científicas e liberais, assim como anticlericais, não deixavam de serem ideólogos de um capitalismo burguês que se apresentava como fator de progresso, ao qual se alinhavam as proposta de um Estado laico, republicano e moderno.

Alguns membros dessa categoria de intelectuais urbanos e maçons paraenses, não eram necessariamente republicanos, eram monarquistas liberais e modernizantes, como Tito Franco, MacDowell e Sousa Franco, que eram maçons, liberais, inclusive membros do Partido Liberal, mas monarquistas que propunham reformas no sistema monárquico, no sentido que propunha o Visconde do Rio Branco. Visavam uma sociedade liberal progressista que acabaria inviabilizando a república.

Ainda que em sua origem familiar, muitos desses jornalistas e intelectuais, tivessem vindo, em alguns casos, da elite senhorial agrária, tornaram-se pelos estudos, profissionais liberais urbanos mais identificados com os novos tempos que se descortinavam, não deixando de pertencer a uma nova classe média que saía da total dependência das elites agrárias, identificando-se com o segmento empresarial, naquele momento representado pelo comércio urbano.

Muitos desses “novos homens urbanos” eram proprietários de jornal e não somente jornalistas, assim como profissionais liberais voltados para a produção de conhecimento intelectual e para a construção de uma sociedade liberal progressista, daí a sua face abolicionista, republicana e laica. Ainda que pudessem não ter plena consciência disso, atuavam como intelectuais orgânicos de uma camada empresarial e de uma classe média urbana que crescia no Brasil, na medida em que a sociedade se diversificava na segunda metade do século XIX.

As novas elites se desprendiam da velha elite escravocrata, conservadora, clerical e monarquista, que em certo sentido, tinha uma aliança com a Igreja católica, que no Brasil era

formal, já que estava formalizada através dos institutos do padroado e do beneplácito. Aqueles, antenados com os novos tempos, se utilizavam da mídia moderna da época - a imprensa - principalmente os jornais, que funcionavam como importante rede social de divulgação e defesa das novas idéias.

Em certo sentido, podemos dizer que as Lojas maçônicas funcionavam como uma vasta rede de uma organização, que no Brasil não era totalmente secreta, mas funcionava com discrição suficiente para a realização de um amplo debate sobre as “questões do século”, em uma perspectiva que ia de encontro a alguns postulados da ordem vigente.

Esses maçons não deixavam de possuir uma posição social que os demarcava como membros de uma elite regional, no sentido pensado por Heinz, como conceito chave para se analisar os grupos sociais que ocupam posições de destaque em uma dada sociedade e que dispõem de poderes e influências junto ao conjunto social²⁶⁹.

Assim sendo, buscamos saber e descrever o perfil sócio-econômico, o nível de escolaridade e possíveis ocupações profissionais, intelectuais ou culturais dessas lideranças maçônicas, partindo da hipótese que se constituíam de um segmento importante da elite paraense. Observando também a sua participação política, percebemos que muitos, além de líderes da maçonaria paraense, foram em seu tempo, líderes de movimentos como o abolicionismo, o movimento republicano e importante formuladores de idéias. Alguns foram parlamentares, e, posteriormente, nos governos republicanos, ministros e até mesmo governadores de seus estados ou prefeitos municipais.

Outro Aspecto a ressaltar é a presença de membros do clero nas lojas maçônicas, considerando ainda, que nessa época, um dos acessos a uma formação intelectual sólida e forma de ascensão às elites regionais e nacionais, era a carreira eclesiástica. Os padres, principalmente os mais intelectualizados, eram parte da elite regional, e, neste caso, alguns atuaram como defensores da Igreja e outros assumiram uma opção pela Maçonaria, para falar das duas instituições que disputavam o poder e os corações e mentes da população. Situação esta bem clara no caso do Pará, aonde a elite intelectual e política vinha do clero e das camadas economicamente superiores da sociedade.

Um dos principais intelectuais maçônicos do período, no Pará, foi o Padre Eutichio Pereira da Rocha, cuja urna funerária encontra-se até hoje no templo da Loja Harmonia, no bairro da Pedreira, em Belém do Pará. Padre Eutichio, era um Cônego mulato, maçom, que

²⁶⁹ HEINZ, Flávio Madureira. “O historiador e as elites: a guisa de introdução”. In HEINZ, Flavio Madureira (org.). **Por Outra História das Elites**. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2006. P. 7.

durante a questão religiosa foi chamado pelo Bispo Dom Macedo Costa de “O Cônego Africano”²⁷⁰.

Padre Eutichio foi também político, jornalista e professor, tendo cursado o seminário episcopal em sua terra natal, a Bahia. Ao mudar-se para Belém, em 1850, para assumir a presidência do Mosteiro Carmelita, filiou-se na mesma época ao Partido Liberal²⁷¹.

Foi iniciado na Maçonaria, na Loja Capitular Harmonia, tendo tido grande participação nos meios maçônicos do Pará, sendo até hoje reverenciado nessa Instituição. Considerado um dos ícones da maçonaria paraense e um dos sustentáculos do jornal maçônico O Pelicano. É o personagem mais marcante dos intelectuais oriundos do clero e que fazia parte da elite política e cultural da época.

Padre Eutichio, às vésperas de sua morte, deixou um texto escrito, como uma verdadeira profissão de fé, em que tomou uma posição definida a favor da Maçonaria, deixando críticas contundentes a Dom Macedo Costa, ao Concílio Vaticano I e à encíclica papal *Syllabus*. Vejamos alguns pontos desse texto.

Profissão de fé do Padre Eutychio

Belém do Pará, 01 de dezembro de 1872

A data desta declaração prova de que estou no pleno gozo de minhas faculdades.

(...) E nessa hora eles fazem dizer a um cadáver o que eles querem, para cantarem mentidos triunfos!

(...) O *Syllabus*, o D. Antonio de Macedo Costa, e o Concílio do Vaticano, empurraram-me da Igreja romana.

A que Igreja pertença hoje?

À Igreja Católica Apostólica Romana de antes do *Syllabus*, de antes de bispos Macedos Costas, de antes do conciliábulo jesuítico do Vaticano.

(...) O *Syllabus*, está julgado; não é preciso que me demore em mostrar que isso não faz católicos, mas anti-romanos.

O bispo D. Antonio de Macedo Costa este desmascarado; todos no Pará reconhecem-lhe o farisaísmo..., a vaidade, o orgulho, a avareza, (...); e a sua moral tem equívocos.

Que sou maçom não é preciso dizê-lo; ninguém o ignora porque, se não fazia alarde desta honra, não me escondia nem disfarçava para entrar na Oficina.

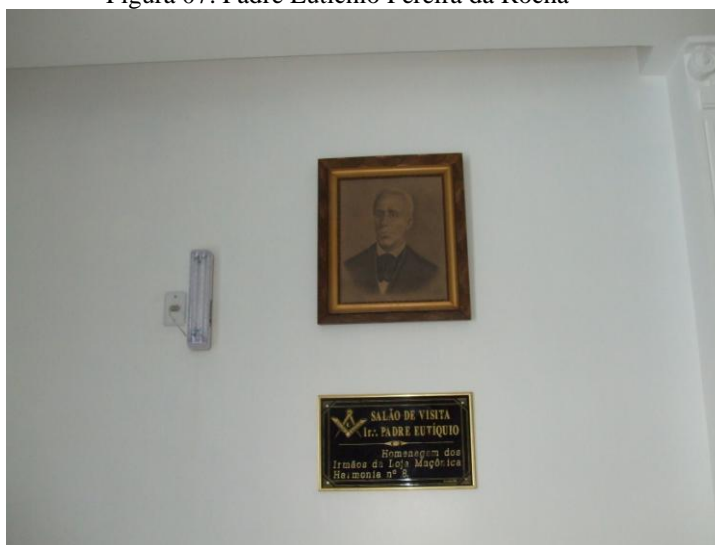
É provável que, ao saber que estou morrendo, o Sr. D. Antonio me faça a visita fúnebre (única que ele faz aos padres) ou mande algum dos seus a converter-me, para a glória, não de Deus que não entra nos seus cálculos. ... não o deixem a sós comigo; o homem sairá proclamando a minha moral apatia por aquiescência às suas insinuações. Não tenho retratações a fazer, nem conversões, pois que nunca tive de renegar osímbolo dos apóstolos nem o de Nicéia” – Padre Eutychio P. da Rocha²⁷².

²⁷⁰ VIEIRA, David Gueiros. **O Protestantismo, A Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil**. Brasília: Editora da UNB, 1980, P. 185.

²⁷¹ Ibidem, p. 175.

²⁷² *BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL*. Rio de Janeiro, ano 9, nº 9, set. 1880, P. 346.

Figura 07. Padre Eutichio Pereira da Rocha



Fonte: Quadro de notáveis da loja Harmonia 09.

Foto: Elson Monteiro (2013)

Outro personagem a chamar a atenção na composição da direção do Pelicano, foi o Cônego Ismael de Sena Ribeiro Nery. Segundo David Gueiros, o Cônego Ismael Nery, foi companheiro de Padre Eutichio em sua luta contra D. Macedo Costa, tendo nascido na cidade de Penedo em Alagoas. Foi Cônego da Sé no Pará, assim como professor no seminário de Santo Antonio²⁷³.

A presença de padres na maçonaria do século XIX era grande, apesar dessa Ordem sofrer várias acusações de aliada do protestantismo, de seus membros serem ateus, de realizarem cultos demoníacos etc.. Isso se explica pelo fato de a maçonaria aceitar entre seus membros pessoas de qualquer crença religiosa, cabendo dentro dela judeus, cristãos, muçulmanos, espíritas etc.. Até hoje a educação funciona como importante elemento de ascensão social, principalmente para pessoas oriundas de uma camada mais pobre da sociedade. Naquela época, esse processo se dava, muitas vezes, pela via religiosa, já que os seminários representavam um importante meio de acesso à educação para essas camadas.

Vimos no capítulo anterior que a questão religiosa se iniciou no Brasil, em função do lançamento da encíclica papal “Quanta Cura”, proibindo os católicos de fazerem parte da maçonaria, não sendo essa encíclica reconhecida pelo Imperador. Pelo sistema do Padroado, os documentos papais teriam que ter o beneplácito do Imperador para ter validade no Brasil. Como já vimos anteriormente, o sistema do padroado, existente no Brasil à época do Império, dava ao Imperador o direito de indicar nomes para o preenchimento dos cargos mais

²⁷³ VIEIRA, David Gueiros. Op. Cit., 1980, p. 176.

importantes da hierarquia eclesiástica no Brasil, principalmente dos bispos responsáveis pelas dioceses. Em troca, o Estado dava sustentação econômica à Igreja, e o clero recebia salários do Estado, passando os padres a serem verdadeiros funcionários públicos²⁷⁴.

Pelo sistema do Beneplácito, resultante da aliança entre Igreja e Estado, vigente no Império desde a promulgação da Constituição de 1824, as bulas e encíclicas papais, documentos oficiais da Igreja expedidos pelo Papa, só poderiam ter validade no Brasil, depois de sancionada pelo Imperador. No caso desta Encíclica, “Quanta Cura”, a mesma não recebeu o “Beneplácito. Já vimos que esta atitude do Imperador foi decorrente do fato de vários de seus ministros serem ligados à maçonaria. O próprio Presidente do Conselho de Ministros, José Maria da Silva Paranhos, o Visconde de Rio Branco, era Grão-Mestre das Lojas maçônicas do Rio de Janeiro, além de que o pai de D. Pedro II, o Imperador Pedro I, fora Grão-Mestre da Maçonaria²⁷⁵.

Esse acontecimento provocou a revolta do Bispo de Olinda, D. Vital, que proibiu os católicos de pertencerem à maçonaria, no que foi acompanhado pelo Bispo do Pará, D. Macedo Costa, tendo muitos católicos e entre eles alguns padres, se recusado a seguir as ordens dos Bispos.

Relato novamente esses fatos, pois os mesmos têm relação também com a questão da abolição, pois, repetindo Colussi, o estopim da crise entre Igreja e maçonaria, está ligado à realização de uma festa, em 02 de março de 1872, em evento comemorando a aprovação da Lei do Ventre Livre, organizado pelo Grande Oriente do Lavradio. Durante os festejos, o padre maçom Almeida Martins fez elogios públicos à figura do Visconde do Rio Branco, dirigente do Grande Oriente do Lavradio-GOL e autor da referida lei²⁷⁶.

A consequência desse ato foi a suspensão do Padre Almeida Martins pelo Bispo do Rio de Janeiro, seguindo-se a partir desse fato uma série de medidas repressivas aos membros da maçonaria, tais como, a proibição de maçons participarem das irmandades, a expulsão dos padres maçons que não abjurassem a maçonaria, a excomunhão de católicos que se soubesse ser maçons, a negação de sepultura católica aos maçons que não tivessem abjurado a maçonaria antes da morte, a negação de casamento religioso a filhos de maçons, etc.²⁷⁷.

Esses fatos acabaram concorrendo para uma divulgação maior das idéias maçônicas, com a maçonaria passando a assumir abertamente suas posições liberais e anticlericais, o que

²⁷⁴ MENDES JR, Antonio e MARANHÃO, Ricardo. **Brasil História:** República Velha. S. Paulo: Ed. Brasiliense, 1979. p. 129.

²⁷⁵ Ibidem, p.130.

²⁷⁶ COLUSSI, Eliane Lucia. Op. Cit., 2002, p. 32.

²⁷⁷ Idem.

levou esta Instituição a envolver-se diretamente com as campanhas republicanas e abolicionistas, fortalecendo seu posicionamento em defesa de um Estado laico. A reação aos ataques da Igreja católica em todo o Brasil acabou fazendo com que a maçonaria ampliasse a sua área de influência, pois passou a ter a simpatia dos segmentos mais esclarecidos da elite brasileira²⁷⁸.

Os maçons nunca deixaram de mostrar o caráter liberal e abolicionista da maçonaria como contraponto à posição reacionária e conservadora da Igreja católica, como vemos nesta notícia publicada pelo Pelicano:

Assumptos Diversos.

Mais uma liberdade.

Por ocasião de festejarem os maçons de Santarém a nova do Aviso de 12 de junho, que quebrou os grilhões da theocracia entre nós, com que os Vitaes e Macedos pretendiam anniquillar-nos, foi libertada uma creança de de 2 annos de idade, com o produto da subscrição, promovida entre aquelles, a quem a cúria romana chama ímpios e hereges²⁷⁹.

E as lojas maçônicas continuavam libertando escravos, como foi o caso do menor Antonio Aurora, em notícia do Pelicano, sobre uma festa realizada na Loja Aurora, mantida a ortografia original. “Em seguida teve entrada no templo, o menor Antonio Aurora a quem a nova off.: quebrou as cadêas da escravidão, demonstrando assim a expansão do mais vivo regozijo, senão também os seus louváveis sentimentos de Philantropia”. A notícia informa ainda, que a pedido do venerável, a carta de liberdade, o precioso diploma de cidadão brasileiro, foi entregue ao manumitido, sendo então feito um discurso pelo Presidente da Comissão de libertação do agraciado que segundo o jornal, prendeu todas as atenções pela eloquência e patriotismo, felicitando a Loja Aurora pelo ato²⁸⁰.

Ainda no início da década de 1870, outra publicação maçônica, **A Regeneração**, fundada pelo maçom e advogado Samuel Wallace Macdowell, outro importante personagem da história do Pará no século XIX, vai demonstrar seu engajamento na campanha emancipacionista, utilizando as páginas de sua publicação para divulgar as ações voltadas para a libertação de escravos e principalmente as levadas a efeito pela maçonaria, como a que noticiou em seu número 01. Declarando que registra com imenso prazer, a libertação do escravo Martinho, de seis anos de idade, último descendente escravo de uma família já liberta,

²⁷⁸ Ibidem, p. 33.

²⁷⁹ O PELICANO. Belém, 17 de agosto de 1873. nº 14, p.4. Biblioteca Arthur Vianna - Centur

²⁸⁰ O PELICANO. Belém, 15 de junho de 1873. p.2.

libertação esta feita em homenagem ao aparecimento da Regeneração, sendo testemunha no documento de manumissão, registrado em cartório, o próprio Samuel Wallace MacDowell²⁸¹.

Interessante notícia é a que aparece no nº 52, da referida publicação, em que a “Associação Philantrópica de Emancipação de Escravos” agradece um benefício recebido por essa associação, do empresário da Real Companhia Japonesa, como aparece abaixo:

Os abaixo assinados, membros da mesa administrativa da Associação Philantrópica de Emancipação d’Escravos, teem a honra de agradecer à Real Companhia Japonesa, por intermédio de V. S. , seo digno empresário, o beneficio que espontânea e generosamente deo à referida associação na noite de 22 do corrente, exibindo mais uma vez os insignes artistas dessa Companhia seos maravilhosos trabalhos em prol da infeliz classe dos escravos.

Esta acção altamente humanitária, praticada pela Real Companhia Japonesa no Pará, é um título inapreciável de benemerência, que a recommenda à gratidão do hospitaleiro povo paraense²⁸².

A Real Companhia Japonesa era uma troupe de artistas que vinham para exhibir-se nas festas do Círio de Nazaré, apresentando-se no Largo de Nazaré, na época chamado “Círculo de Nazaré”²⁸³.

É a mesma Regeneração que informa em 05 de outubro de 1873, sobre a “Sociedade Manumissora”, de cuja diretoria, faziam parte os “irmãos” José Gaune e Raimundo José Pereira de Castro e o Major Perdigão, publicando que no dia 7, às 11 horas da manhã, em sessão magna daquela sociedade, foram distribuídas cartas de liberdade às pessoas manumitidas naquele ano a expensas da mesma sociedade. Informa ainda, que após a chegada do Sr. Presidente da Província, foi feito um discurso análogo ao ato pelo Sr. Tolentino, e em seguida foram distribuídas cinco cartas de alforria às seguintes escravas:

Ignes, mulata de 45 anos;

Narcisa, preta, de 14 anos;

Marilha, preta de 45 anos;

Cordolina, mulata de 26 anos;

Filomena, mulata de 20 anos²⁸⁴.

Considerando que o termo “irmão”, é como os maçons se tratam, percebe-se a presença de vários maçons nesta ‘Sociedade Manumissora’. Vemos então, que os maçons estavam envolvidos em todas as atividades relacionadas à campanha abolicionista, e seus

²⁸¹ A REGENERAÇÃO. Belém, 01 de maio de 1873, nº 01, p.4. Biblioteca Arthur Vianna - Centur

²⁸² A REGENERAÇÃO. Belém, 26 de outubro de 1873, nº 52, p. 2.

²⁸³ Idem.

²⁸⁴ A REGENERAÇÃO. Belém, 05 de outubro de 1873, nº 46, p. 2.

membros envolveram-se não só nas atividades das sociedades emancipacionistas, como trabalharam com inúmeras publicações que divulgavam todos os fatos relacionados à libertação de escravos.

O interessante é que o bacharel Samuel Wallace MacDowell, declaradamente maçom, membro e presidente do “capítulo da Aug.: Loj.: Harmonia” e honrado com o título de membro do Grande Oriente Unido do Brasil²⁸⁵, quando ocorre a questão religiosa, posiciona-se em alguns momentos como maçom, ao lado da maçonaria, participando da redação do jornal O Pelicano. Em outros momentos defende a Igreja, escrevendo artigos na publicação católica A Boa Nova, declarando-se católico e condenando o que ele classifica de excessos de ambos os lados²⁸⁶, como quando defende a autoridade episcopal de ataques de O Liberal do Pará. Diz MacDowell em sua resposta: “Não devemos a mais insignificante satisfação à maçonaria quanto às nossas crenças políticas e religiosas; continuaremos a defender as prerrogativas da autoridade episcopal, que o Liberal em vão pretende aniquilar com suas cincadas”.²⁸⁷

O posicionamento da Regeneração e de seu proprietário MacDowell, fará com que esta publicação ora defenda a Maçonaria contra a publicação católica A Boa Nova, como também reage a ataques dos jornais maçônicos como O Pelicano ou jornais “profanos”, de propriedades de maçons, como O Liberal do Pará, de Tito Franco. Nesse contexto, vejamos duas situações com textos da Regeneração. Primeiramente respondendo ao ataque do A Boa Nova, responsabilizando a Maçonaria pela “Questão Religiosa”.

Pela honra maç.ª. devemos declarar, com a mesma franqueza de que nos servimos para combater os que desvirtuam a Ord.ª. Maç.ª. , o seguinte:

1º - “Que perseveramos na convicção de que foi o alto clero brasileiro, isto é, o episcopado, que provocou a luta desastrosa, cujas conseqüências lamentáveis estamos presenciando, por não terem querido evitá-las os nossos estadista e legisladores.”²⁸⁸

Em outro momento, responde a ataques do Liberal do Pará.

O Liberal do Pará e sua intriga.

Esforça-se o denodado campeão das transcrições por intrigar-nos como os chefes liberais lá da corte, e com a maçonaria brasileira.

(...)

²⁸⁵ A REGENERAÇÃO. 04 de janeiro de 1874, nº 73, p. 02.

²⁸⁶ Idem.

²⁸⁷ Idem.

²⁸⁸ A REGENERAÇÃO . Belém, 25 de janeiro de 1874 – n. 78, p. 04.

Diz o Liberal que fazemos uma insinuação pérfida ao Exmo. Sr. Senador Visconde de Sousa Franco, dizendo, a propósito da Questão Religiosa, que S. Exc. é “uma forte columna, em que se apoia o ministério Rio Branco.”²⁸⁹

Com o passar do tempo, na medida em que a situação se tornava mais conflituosa, A Regeneração passou a apresentar uma postura de certa forma mais favorável em relação à Igreja, com o Dr. Mac-Dowell assumindo uma clara postura pró-Igreja, como vemos a seguir:

Somos do número d`aqueles que não reconhecem na Maçonaria o direito de atacar nenhum dos dogmas da religião que professamos, como de nenhuma seita religiosa; não nos confundimos, portanto, com a imprensa intolerante que procede de outra forma”.

“E note-se que assim obrando, cremos ser igualmente bons maçons e bons cathólicos porque cumprimos a lei da tolerância, que nos impõe o código maçônico, ao mesmo tempo que prezamos a verdade única, exhibindo umvalioso título da firmeza de nossa fé, da hora e lealdade de nosso caracter, atributos essenciaes a um maçom perfeito”²⁹⁰.

Porém, em nenhum momento, a Regeneração para de publicar e estimular a libertação de escravos, como quando noticia, em seu número seguinte, a inauguração do Cabo Telegráfico Submarino, na presença do Presidente e dos vereadores da Câmara Municipal de Belém, em janeiro de 1874. Nessa data, resolveram, “em nome do município, redimir da escravidão, dez creaturas, que eram até então escravas, e que entram na posse de si mesmas, recebendo suas cartas de manumissão”²⁹¹.

É interessante notar que esses dez escravos libertos eram todos crianças, nascidas antes da Lei do Ventre Livre, o que denota a posição dominante à época, de uma eliminação gradual da escravidão e que era também predominante na maçonaria.

Depois apresentou o mesmo Presidente da Câmara Municipal os libertandos, que são:

Plácida, cafusa de oito annos de idade..., libertada por 300\$000.
 Ambrozio, mulato, de quatro annos de idade..., libertado por 200\$000
 Thereza de Jesus, preta, de três annos e meio..., libertada por 200\$000
 Anna, cafusa, de sete annos de idade..., libertada por 300\$000
 Ursulina, mulata, de sete e meio annos de idade..., libertada por 300\$000
 Valeriano, cafuso, de quatro annos de idade..., libertado por 200\$000
 Leocádio, mulato, de quatro annos de idade..., libertado por 200\$000
 Benedicto, mulato, de cinco annos de idade..., libertado pela quantia de 200\$000
 Eudoxia, mulata de três annos de idade..., libertada ela quantia de 200\$000
 Maria, mameluca, cinco annos de idade..., libertada pela quantia de 200\$000²⁹².

²⁸⁹ A REGENERAÇÃO. Belém, 11 de janeiro de 1874, n.74, p. 01.

²⁹⁰ A REGENERAÇÃO. Belém, 17 de julho de 1873, n° 23, p.01.

²⁹¹ A REGENERAÇÃO. Belém, 08 janeiro de 1874, n° 74, p. 04.

²⁹² A REGENERAÇÃO. Belém, 08 de janeiro de 1874, n°, 74.

Nota-se pela idade dos libertados, que eram crianças que por pouco escaparam do alcance da Lei do Ventre Livre, mas demonstra também que era um bom negócio para seus donos, que, apercebendo-se da aproximação da abolição e vendo que poderiam perder estes escravos nos anos seguintes, conseguiam obter algum dinheiro libertando-os ainda crianças, quando ainda não formavam uma mão-de-obra importante, correndo ainda o risco de perdê-los no futuro quando começasse a ser mais útil o seu trabalho.

A insistência do noticiário sobre a libertação de escravos foi uma característica dos jornais maçônicos dessa época, conforme pode ser observado ao longo deste trabalho, buscando-se com isso criar na opinião pública um sentimento contrário à escravidão. Essas notícias eram sempre acompanhadas de artigos e editoriais condenando a existência de trabalho escravo em nosso país, como o noticiário que constantemente acompanhava essas libertações, dizendo que confraterniza com o povo pela conquista da mais brilhante de todas as vitórias do progresso. Afirmando para que esse ato de libertação dure ao menos por tanto tempo quanto durar a existência dessas criaturas. Ressalta que a memória do acontecimento, como o patriotismo, reúne todos os brasileiros no mesmo empenho pela prosperidade da majestosa pátria²⁹³.

O jornal **O Pelicano**, que representa bem esse posicionamento da maçonaria, já noticiava em seus primeiros números, buscando dar notícias maçônicas associadas à libertação de escravos e até mesmo fazendo exaltações de figuras republicanas, como o noticiário que aparece em 24 de outubro de 1872, que informa sobre uma reunião maçônica realizada pela Loja Harmonia, com a finalidade de deliberarem sobre assuntos de grande transcendência à Maçonaria. Notícia essa que é antecedida de uma manumissão, em que “O 1º. Tenente da Armada, Comandante da Companhia d`aprendizes marinheiros desta província, Miguel Joaquim Pederneira, em atenção aos bons serviços prestados por sua escrava à sua veneranda mãe, residente na corte do Império, deliberou libertar gratuitamente a dita escrava, enviando a respectiva carta pelo paquete americano”²⁹⁴. Em seguida, usando termos maçônicos, o articulista agradece ao “Grande Arquiteto do Universo”, que como se sabe, simboliza o nome de Deus no vocabulário maçônico. Mais adiante, o jornal faz uma exaltação à morte de Benito Juarez, presidente da República mexicana, maçom e figura heróica da história do México²⁹⁵.

²⁹³ Idem.

²⁹⁴ O PELICANO. Belém, 24 de outubro de 1872, no. 32, p. 3. Biblioteca Arthur Vianna - Centur

²⁹⁵ Idem.

Em seu noticiário no número 41, o mesmo jornal, ao lado de uma notícia sobre a maçonaria, ressalta o ato filantrópico, realizado em uma sessão de iniciação (quando a loja recebe um novo membro), na Loja Capitular Harmonia, destacando que a maçonaria, que é incontestavelmente, a verdadeira associação de beneficência, que mostra dia para dia, que os que a abraçam possuem em alto grau esse sublime sentimento que assemelha o homem a Deus!²⁹⁶. E continua afirmando que da maçonaria partiu a iniciativa da emancipação dos escravos. A ela deve-se a Lei do Ventre Livre, e continuando, informa que por ocasião da filiação de um distinto Maçom à Loja Capitular Harmonia em uma sessão magna, foi libertada uma pobre escrava, a quem faltava cerca de 200\$000(duzentos mil réis) para completar o valor pelo qual seus senhores estimaram sua liberdade. Foi a mesma libertada nessa sessão magna de filiação (quando a loja recebe um novo membro que já é maçom e vem de outra loja), vendo-se assim “desassombrada deste pesadelo e completamente quebrado o igminioso ello que a prendia à escravidão”²⁹⁷.

A ligação desse jornal à maçonaria é atestada também pelas atas das lojas maçônicas que relatam as discussões de propostas voltadas para a doação de recursos para a manutenção dessas publicações, como em ata da Loja Harmonia, em que foi aprovada uma proposta de doação de cem mil réis mensais para manutenção do jornal O Pelicano²⁹⁸.

Vê-se assim que as doações da maçonaria, associado à publicidade paga por comerciantes e profissionais liberais maçons, foram a principal fonte de financiamento desses jornais, que assim podiam atuar com desenvoltura na questão emancipacionista, pois este posicionamento não contrariava ao posicionamento ideológico da Instituição que lhes dava apoio financeiro.

Outro aspecto interessante que envolve indiretamente a maçonaria paraense no século XIX é relativo à fuga de escravos, onde algumas pistas nos levam à atuação de maçons nesta atividade. Isto ocorreu com maior frequência no período que vai dos anos 1860 até 1888, quando ocorre a abolição. Esse período é também o mesmo em que se acirra o debate emancipacionista, abolicionista e republicano através da imprensa, que era o meio de comunicação mais importante dessa época. Viam-se nos jornais muitos anúncios informando sobre a fuga de escravos e anúncios oferecendo recompensa pela entrega dos mesmos²⁹⁹.

²⁹⁶ O PELICANO. Belém, 10 de novembro de 1872, no. 41. p.3.

²⁹⁷ Idem.

²⁹⁸ ATA de 5 de dezembro de 1873. Livro de Atas de 21/07/1873 a 29/10/1880, p. 11. Belém: Secretaria da Loja Harmonia nº 08.

²⁹⁹ BEZERRA NETO, José Maia. “Histórias Urbanas de Liberdade: escravos em fuga na cidade de Belém, 1860-1888”. *Revista Afro-Ásia*, 2002, pp. 221-250.

Nesse aspecto, é interessante um fato que é discutido dentro da Loja maçônica “Harmonia”, no qual, durante uma sessão ritualística, é comunicada a prisão do “irmão” Benedito José Artiaga, por ter permitido a fuga de um escravo do qual era depositário em pendência judicial na qual o escravo intentava a sua liberdade contra o seu proprietário. Ressalte-se que o “irmão” Artiaga aceitara ser fiel depositário deste escravo por pedido do venerável mestre da Loja “Cosmopolita”³⁰⁰. A Loja providenciou um pedido de “Habeas Corpus”, conseguindo a libertação do “irmão”, conforme descrito em ata da reunião seguinte³⁰¹. Ressalte-se que isso ocorre em função da solidariedade maçônica, não que a Instituição como um todo apoiasse essas ações de estimular a fuga de escravos. Ainda que em algumas lojas houvesse uma postura mais flexível em relação a essa questão.

É o caso de uma notícia que aparece em ata da Loja Aurora, a respeito de fuga de escravos, quando se trava um debate nessa loja sobre a participação de “irmãos”, em atividades que configuram dar refúgio a escravos fugitivos, havendo um requerimento para que a Loja comunique-se com o irmão Samuel Wallace MacDowell, citado como grande advogado emancipacionista, para atuar na defesa desses irmãos que correm riscos de serem presos por envolverem-se nessas atividades, relatadas pelo irmão “Voltaire”³⁰². Ressalte-se que não aparece o nome “profano” do “irmão” citado, mas sim seu nome simbólico.

Na maçonaria adonhiramita, rito adotado pela Loja Aurora, o neófito, ao entrar na Ordem maçônica, passa a usar um nome simbólico, que o mesmo escolhe, pois, segundo o simbolismo maçônico, ele ao ser iniciado nos “augustos mistérios”, nem o seu nome ele deve trazer da “vida profana”. Daí, em algumas atas de lojas maçônicas não se encontra o nome verdadeiro de algumas pessoas, que são citadas apenas pelos seus nomes simbólicos, como nesse caso, desconhecendo-se, portanto, quem era o “irmão” Voltaire, o verdadeiro autor da proposta.

Sabemos que a desarticulação do sistema escravista, enquanto modo de produção, acelerou-se na segunda metade do século XIX. Um dos fatores foi a intensificação da fuga de escravos, com o aparecimento de grupos que apoiavam essas atividades, dando refúgio aos fugitivos. Muitas vezes essas fugas visavam manter a unidade da família, que as vendas, algumas vezes, desarticulavam, havendo verdadeiros casos de fugas coletivas, que segundo Lilia Schwarcz, eram vistas como mais perigosas porque causavam maior descontrole dos

³⁰⁰ ATA do dia 08 de agosto de 1873. Livro de Atas de 21/07/1873 a 29/10/1880. p. 05. Belém: Secretaria da Loja Harmonia.

³⁰¹ ATA do dia 29 de agosto de 1873. Livro de Atas de 21/07/1873 a 29/10/1880. Belém, Secretaria da Loja Aurora.

³⁰² ATA do dia 08 de dezembro de 1873. Livro de Atas, p. 22. Belém: Secretaria da Loja Aurora.

proprietários sobre seus escravos, sendo também, que nesses casos, era muito mais uma prevenção contra a quebra da ligação afetiva e dos laços familiares³⁰³.

O envolvimento de maçons nessas atividades foi mais de caráter individual, não sendo uma posição oficial da maçonaria o estímulo à atividade subversiva de impulsionar a fuga de escravos, pois o programa da maçonaria em relação à abolição da escravidão no Brasil, conforme já descrevemos, foi muito mais de caráter moderado do que radical, reconhecendo o direito de propriedade, buscando um projeto gradual de emancipação de escravos, visando reformas jurídicas que levassem à extinção gradual da escravidão, como atestam as leis de iniciativas de maçons, já descritas. No entanto, se a Instituição atuava de forma moderada, alguns maçons radicalizaram e aproximaram-se de posições mais radicais, como o apoio à fuga de escravos.

A maçonaria como Instituição atuava muito mais comprando a alforria dos cativos do que os escondendo em fuga, apesar da existência de relatos, de que, em algumas lojas, havia porões que eram utilizados para esconder escravos em fuga. No templo da Loja “Harmonia e Fraternidade”, até hoje existente na Tv. Padre Eutíquio, em Belém, possui uma entrada “secreta”, embaixo da mesa do venerável, que segundo tradição oral, mantida pelos maçons paraenses, era por onde entravam escravos para esconder-se, conforme relatado pelos membros atuais dessa loja maçônica.

³⁰³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. S. Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 138.

Figura 08. Entrada embaixo da mesa do venerável de esconderijo usado para esconder escravos fugidos segundo tradição oral dos maçons da loja “Harmonia e Fraternidade nº 9”.



Fonte: Templo da Loja “Harmonia e Fraternidade nº 9”. Foto: Élon Monteiro (2009).

A ação individual de alguns maçons, que ajudavam escravos em fuga, não ia de encontro às diretrizes da Instituição, pois os maçons que assim agiam, na verdade estavam atuando de forma mais radical, mas em coerência com os postulados pregados naquele momento pelas lojas maçônicas. Nesse sentido, os maçons, muitos deles intelectuais, através de seu engajamento, davam um caráter político a seus atos, que eram vistos como atividade política da Instituição. Vimos que institucionalmente, a maçonaria defendia na questão da abolição uma postura mais moderada, que buscava uma transição do trabalho escravo para o trabalho livre de forma “gradual e segura”, e sempre respeitando o direito de propriedade.

Sem dúvida nenhuma, é preciso ressaltar que a maçonaria era um dos segmentos organizados da sociedade brasileira mais atuante na busca de promover a abolição do trabalho servil no Brasil. O seu lugar enquanto instituição reflete o posicionamento de seus membros e sua ação no seio da sociedade. Na segunda metade do século XIX, a Ordem Maçônica conquistou muitas adesões no conjunto da sociedade brasileira, inclusive e principalmente em

suas camadas dirigentes, representando um capital humano de forte presença no meio cultural, político e social.

Isto se reflete na posição política exercida por José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, presidente do Conselho de Ministros e também Grão-Mestre do Grande Oriente do Lavradio e autor do Projeto de Lei que ficou conhecido como “Lei do Ventre Livre”, promulgada em 28 de setembro de 1871. Reiteramos que foi em função de uma homenagem ao Visconde, na noite do dia 02 de março de 1872, quando um grupo de maçons reuniu-se com o objetivo de comemorar a referida Lei, homenageando o Visconde, autor do projeto, o padre Almeida Martins fez um discurso nesta ocasião, sendo punido pelo Bispo do Rio de Janeiro. Foi este um dos fatos que levaram ao surgimento da chamada “Questão Religiosa” no Brasil³⁰⁴, mas que também mostra o nível de inserção da maçonaria na sociedade da época, com penetração inclusive na Igreja.

Considerando ainda essa forte inserção dos maçons nos diversos segmentos sociais e políticos da sociedade brasileira da época, formando nesse aspecto, um “capital social” da maçonaria, no sentido que a ele dá Bordieu, em sua noção de “trabalho de representação”, como um capital humano de forte presença no meio cultural, político e social³⁰⁵. Isso fica muito claro no primeiro governo republicano, quando o governo provisório, chefiado pelo maçom Marechal Deodoro da Fonseca, teve todo o seu corpo de ministros formados por maçons, tais com Benjamim Constant (Ministro da Guerra), Quintino Bocaiúva (Ministro dos Transportes), Aristides Lobo (Ministro do Interior), Campos Sales (Ministro da Justiça), Eduardo Wandenkolk (Ministro da Marinha), Demétrio Ribeiro (Ministro da Agricultura) e Rui Barbosa (Ministro da Fazenda)³⁰⁶.

A presença de maçons ilustres no primeiro governo republicano e ao longo de toda a República Velha decorre em grande parte da presença de políticos liberais, republicanos e abolicionistas na maçonaria, tais como Tito Franco, Serzedelo Corrêa, Sousa Franco, Lauro Sodré (este, por várias vezes Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil), falando apenas dos paraenses, que como militantes dessas causas e, em alguns casos, possuidores de alguns recursos financeiros e intelectuais, fundaram e utilizaram os jornais, principal meio de comunicação da época, para exposição e defesa de suas idéias.

Na questão abolicionista, foi o jornal o principal instrumento de campanha, o que se observa pela quantidade de publicações de matriz maçônica que existiram no período ora

³⁰⁴ MENDES JR, Antonio e MARANHÃO, Ricardo. Op. Cit., 1979. p. 131.

³⁰⁵ PINTO, Louis. **Pierre Bourdieu e a Teoria do Mundo Social**. Rio de Janeiro, FGV, 2000. Passim.

³⁰⁶ CALMON, Pedro. **História Social do Brasil: Espírito da Sociedade Imperial**. São Paulo, Martins Fontes, 2002.

estudado, destacando-se além do O Pelicano, A Flamígera, O Filho da Viúva, O Santo Ofício, assim como jornais profanos, como o Jornal do Amazonas e posteriormente O Liberal do Pará, ambos fundados pelo maçom Tito Franco³⁰⁷, sem falar na Província do Pará, fundada pelo Dr. Assis.

Os jornais serão trabalhados e analisados sempre na perspectiva da questão abolicionista e da participação da maçonaria paraense através de suas campanhas de arrecadação de fundos, quermesses, libertação em lojas, cuja repercussão devia-se basicamente a sua divulgação pelos jornais, que também funcionavam com porta-vozes da campanha emancipacionista, com artigos e divulgação do noticiário das Associações engajadas no fim do trabalho escravo. Serviram, portanto, de instrumentos de mobilização da sociedade para a causa. Serviram até mesmo como elemento panfletário, reproduzindo discursos, muitos deles feitos dentro de lojas maçônicas, buscando sempre mostrar o engajamento da instituição maçônica no processo que se desenvolveu naquele período, sendo também porta-voz do pensamento liberal da época, do qual os maçons foram, talvez, seus principais porta-vozes.

3.2.1 – JORNAIS MAÇÔNICOS OU DE PROPRIEDADE DE MAÇONS

3.2.1.1 - O SANTO OFFÍCIO

No início dos anos 1870, outro jornal maçônico de relevante atuação, foi O Santo Offício. Esse jornal era dirigido pelo maçom Arthur Soares Costa. Do mesmo modo que as outras publicações maçônicas, essa publicação trabalhava a questão da emancipação do trabalho servil, noticiando intensamente a libertação de escravos. Essa publicação caracterizava-se por noticiar mais especificamente as libertações que ocorriam nas lojas maçônicas. Há uma notícia sobre a realização de uma festa maçônica ocorrida no dia 13 de abril de 1874 na Loja Harmonia e Fraternidade que descreve uma festa pública, também chamada pelos maçons de “festa branca”, hoje festa pública, em que a Loja abriu suas portas para receber seus obreiros, e a todos os maçons regulares, e respeitáveis famílias, sendo recebida ainda uma comissão de senhoras da Estrela do Oriente (organização formada por esposas de maçons) assim como “irmãos visitantes”³⁰⁸.

³⁰⁷ VIEIRA, David Gueiros. Op. Cit, 1980, p. 304.

³⁰⁸ O SANTO OFFICIO. Belém, 20 de abril de 1874, nº 16, p. 2. Arquivo da Biblioteca Arthur Vianna – Centur.

Interessante esclarecer aqui que essa organização Estrelas do Oriente, funciona até hoje como uma organização paramaçônica, assim como a Ordem De Mollay, formada por jovens e adolescentes. São chamadas de paramaçônicas por serem organizações ligadas às lojas maçônicas e por isto chamadas de entidades paramaçônicas.

Após o Mestre de Cerimônia ter anunciado que “à porta do templo uma infeliz rapariguinha, da classe que a ambição e o orgulho dos homens fez escrava e que pedia à Loja a liberdade para ser creatura e ter nome, que o direito da força lhe negara, essa força do direito de igualdade perante Deos”³⁰⁹. Mais adiante o jornal descrevia a libertação ocorrida.

O irmão venerável mandou franquear o ingresso, e a menina escrava, entre duas meninas de sociedade, que com suas custosas vestes, cândidas como suas almas, pareciam dous anjos, amparando a inocente victima da iniquidade, penetraram no templo precedidas daquelle irmão Mês.: De Cerim.: , que as conduziu ao alt.: , e ali em breves phrases pediu ao venerável da officina que, praticando em nome d`ella a mais bella ação de philantropia que carateriza os maçons, quebrasse os grilhões que prendiam a innocente à degradada classe para a qual a vida não tem manhã nem a noite crepúsculo e a existência é por si só o mais cruel castigo”.
Então o venerável, passando às mãos do inspector geral a carta de manumissão feita em nome da Loja, foi por elle lida em alta voz e depois entregue à libertanda, ao som do himno nacional³¹⁰.

O mesmo jornal descreve em seguida os discursos que foram feitos questionando o trabalho servil e defendendo a libertação dos escravos.

Um dos aspectos que mais aparecem nas publicações maçônicas, do século XIX, é o constante noticiário sobre a libertação de escravos, como já referido. Fazendo parte dessa campanha abolicionista levada a efeito pelas lojas maçônicas a divulgação desses fatos, buscando assim galvanizar a opinião pública para a imoralidade da escravidão.

O Santo Offício divulgou fatos ocorridos na Bahia, sob o título “Caridade Universal”, informando sobre a festa de posse da loja maçônica “Caridade Universal”, publicada pelo Diário da Bahia, que informa aparecendo o escravo Manuel, cabra, à porta do edifício, pedindo que alguém se interessasse por sua liberdade. Descreve que os maçons que ali se encontravam obtiveram em favor deste escravo uma quantia que foi depositada em mãos do venerável para ser-lhe entregue oportunamente³¹¹. No mesmo noticiário, informa que duas noites depois, uma comissão de cinco senhoras dirigiu-se ao templo para solicitar em favor da parda Etelvina, escrava de D. Felismina de Figueiredo, o óbulo dos irmãos da loja e dos

³⁰⁹ Idem.

³¹⁰ Idem.

³¹¹ O SANTO OFFÍCIO. Belém, 06 de outubro de 1873, nº 40, p. 04.

visitantes, que depois foram completados pela loja, conseguindo assim a libertação da dita escrava³¹².

Vemos por estas notícias e outras já referidas, que as lojas maçônicas eram referências que as pessoas procuravam para conseguir recursos visando à libertação de escravos. Em muitos casos, os próprios escravos iam a estas lojas solicitar auxílio para sua libertação, o que mostra o engajamento da maçonaria, já desde o final dos anos 1860, na questão escravista no Brasil.

No Pará, a situação não era diferente. O mesmo Santo Officio descreve (mantida a grafia original), outra festa maçônica, na qual estavam reunidos representantes em

comissões das lojas Aurora, Renascença, Cosmopolita, Firmeza e Humanidade, estas três últimas, com seus luxuosos estandartes por serem do rito escossez, e Harmonia, que ocuparam os lugares merecidos, prontos para receber o poderoso irmão Inspector Geral, que teve ingresso no templo com todas às formalidades devidas à sua alta jerarchia, e ao som de aclamações ao Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, à que a banda de música juntou sua harmonia³¹³.

Em seguida, o noticiário informa que o Mestre de Cerimônia (cargo presente na ritualística maçônica), informa ao venerável que se achava à porta do templo um infeliz rapaz, que tinha vindo solicitar o auxílio da Loja para sua libertação. O venerável então solicita que os irmãos fossem generosos ao doar para o “tronco de solidariedade”, naquela noite, pois, a importância arrecadada seria depositada em mãos do “esmoler” da Loja, e esta obrigada a completar a quantia exigida pelo senhor do dito escravo³¹⁴. O “tronco de solidariedade” é um óbulo que é recolhido em todas as sessões de ritualística maçônica, com a finalidade de ajudar “irmãos” ou seus familiares em caso de necessidade. Dinheiro este que normalmente fica recolhido junto à tesouraria da Loja.

Como é fato conhecido na história nacional, ao longo da década de 1870, a maçonaria recebeu muitos ataques e críticas, principalmente por parte da Igreja. Os maçons em sua defesa procuravam sempre mostrar o caráter humanitário da Instituição maçônica, usando sempre as oportunidades que lhes apareciam nas chamadas “festas brancas”, hoje chamadas festas públicas por ser politicamente mais correto. Na ocasião, os oradores, aproveitando a presença de pessoas não pertencentes à Ordem, procuravam ressaltar os fins da maçonaria, como é descrito no noticiário de uma festa maçônica com a presença das dignidades e oficiais

³¹² Idem.

³¹³ O SANTO OFFÍCIO. Belém, 27 de setembro de 1874. n° 78, P.03.

³¹⁴ Idem.

que deveriam funcionar naquele ano na oficina “União e Fidelidade”, da jurisdição do oriente de Santarém (Pará), filiado ao Grande Oriente Unido”³¹⁵.

Vários oradores sucederam-se rebatendo ao que eles chamaram de preconceito infundado dos que supõem ser a maçonaria uma sociedade perigosa e contrária ao bem. Informa ainda que o venerável, cumprimentando as famílias e agradecendo à honra daquela visita à oficina, fez um bem elaborado discurso em que demonstrou a utilidade e importância da maçonaria. Falando especialmente da oficina, provou que ela caminhava na senda do progresso produzindo incontáveis benefícios, de que eram atestados vivos as três crianças a quem a oficina havia quebrado as algemas da escravidão³¹⁶. Posteriormente, o orador da loja, “recitou em estylo elegante”, outro discurso, no qual, combatendo as acusações contra os fins da maçonaria, provou que esses fins são puramente humanitários³¹⁷.

O caráter humanista da maçonaria, já foi explicitado que está ligado ao pensamento iluminista do “século das luzes”. A presença nas lojas maçônicas de alguns dos pensadores que constituíram com suas obras a base do pensamento democrático e liberal da sociedade ocidental levou a Maçonaria, imbuída desses princípios, a trilhar de forma natural o caminho da oposição à utilização do trabalho escravo.

A forte influência dessas idéias, gerou um forte compromisso humanista por parte dessa instituição, ao lado de um caráter esotérico presente em sua ritualística, conforme já demonstrado nesse trabalho. Isto decorre do próprio processo histórico e do período que se desenvolveu a maçonaria especulativa, desenvolvendo os princípios filosóficos que norteiam a Ordem maçônica ainda nos dias de hoje.

O Santo Offício foi sempre muito criticado pela igreja por sua posição de sempre responder aos ataques do Bispo D. Macedo Costa, que chegou a proibir os membros de sua diocese de ler o “maçônico Santo Offício”. Proibiu também de ser lido pelos católicos de Belém, O Liberal do Pará e o republicano A Tribuna, que divulgavam pontos de vista semelhantes, considerando que qualquer pessoa que aceitasse tais doutrinas era culpada de pecado grave³¹⁸.

³¹⁵ O SANTO OFFICIO. Belém, 05 de abril de 1876, p. 2-3.

³¹⁶ Idem.

³¹⁷ Idem.

³¹⁸ VIEIRA, David Gueiros, Op. Cit., 1980, p. 305.

3.2.1.2 – O FILHO DA VIUVA

Outra publicação que funcionou como porta-voz da maçonaria paraense no período ora estudado, foi o **O Filho da Viúva**, de propriedade de Dheny de Gusmão. Essa publicação surgiu em 1873, para, principalmente, travar o embate com a Igreja na “Questão Religiosa”. A origem de seu nome decorre de uma importante lenda maçônica, que é a história de Hiram Abiff, tido como o arquiteto que dirigiu a construção do Templo de Salomão. Segundo a tradição maçônica, foi assassinado por três companheiros, que queriam o segredo da palavra de passe de mestre, para receber seu salário como “mestre” e não como “companheiro”. Sua história seria uma das origens remotas da maçonaria. Reza ainda esta lenda, que Hiram Abiff, seria filho de uma viúva da tribo de Neftali, uma das doze tribos de Israel. Por ser considerado fundador da maçonaria operativa, que teria surgido durante a construção do templo, os maçons, seguidores de Hiram Abiff, também são conhecidos como “Filhos da Viúva”³¹⁹. Cabe esta explicação para entendermos a origem do nome dessa publicação maçônica.

Em meio a editoriais que respondem às perseguições da Igreja à maçonaria, O Filho da Viúva, na mesma linha dos periódicos maçônicos, noticiava com ênfase a libertação de escravos em lojas maçônicas, como em sua edição de treze de junho de 1873, mantida a grafia da época:

Enquanto a maldita seita jesuítica insulta e injúria a sublime Ordem Maçônica, prossegue esta desassombradamente na senda das grandes obras ea crear proselytos inherentes aos grandes e immutaveis fins que Ella sustenta e defende.

... Na quarta feira regularizou-se a Aug:. e Resp:. Loj:. Aurora, do rito adonhiramita, sob os auspícios do Grande Oriente Unido do Brazil.

A solemnidade esteve na altura do assunto e teve mais realce por um acto de philantropia: A Loj:. Aurora commemorou sua instituição quebrando as algemas do captiveiro a um outr`ora infeliz menor³²⁰.

O ano de 1873 é importante para a instituição maçônica, pois a mesma viu-se diante dos ataques violentos da Igreja católica no Brasil, através principalmente dos bispos de Olinda, Belém e Rio de Janeiro, que nesse momento, lideravam o Bispado nacional nos ataques à maçonaria. No Filho da Viúva, os maçons respondem a estes ataques com editoriais em que consideram que a maçonaria “é chamada à contenda do fanatismo contra o espírito esclarecido pelas sciencias. A todos os seus filhos cabe parte na luta”³²¹. Mais adiante, o mesmo jornal, faz uma crítica à Igreja, por atacar a maçonaria, que é colocada como uma

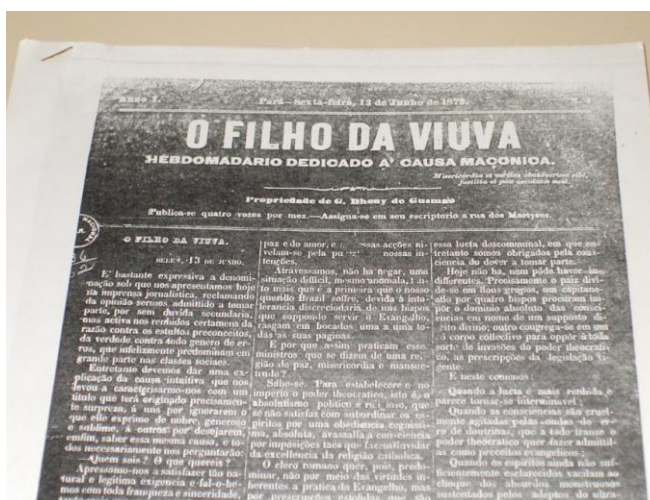
³¹⁹ FIGUEIREDO, Joaquim Gervásio de. **Dicionário de Maçonaria**. São Paulo: Ed. Pensamento, 2008. p.157.

³²⁰ O FILHO DA VIUVA. Belém, 13 de junho de 1873, p. 02. Biblioteca Arthur Vianna – Centur.

³²¹ O FILHO DA VIUVA. Belém, 29 de julho de 1873. P. 01.

instituição que só os injustos e os homens do erro e da política mundana atacam e anatematizam. Estendem esta crítica, por a Igreja não ter o mesmo empenho no ataque à instituição da escravidão, afirmando que em nome de Deus, tanta impiedade é consumada, isto em um século esclarecido e cheio de fé. Dizendo ainda que a escravidão é “um crime imperdoável e digno de castigo severo, contra o qual a sotaina nada faz”³²².

Figura 09. Publicação maçônica O Filho da Viúva.



Fonte: biblioteca Arthur Vianna. Belém, Centur.

Foto: Elson Monteiro (2013).

3.2.1.3 – O LIBERAL DO PARÁ

Ainda na década de 1870, uma importante publicação “profana”, de grande circulação pública, é o jornal O Liberal do Pará. Não se trata de uma publicação maçônica, mas da grande imprensa da época, que também engajou-se na questão abolicionista. No entanto, não deixou de haver o dedo da maçonaria nessa publicação. Esse jornal foi fundado por Tito Franco, um dos mais importantes líderes da Maçonaria paraense nesse período³²³.

Segundo David Gueiros, em 10 de janeiro de 1869, o velho jornal de Tito Franco, Jornal do Amazonas, cedeu lugar a uma nova publicação chamada O Liberal do Pará³²⁴. Essa publicação terá maior importância pela sua durabilidade. Os jornais maçônicos, em sua maioria, duraram alguns poucos anos da década de 1870, tendo sido mais utilizados no período dos embates com a Igreja católica.

³²² Ibidem, p. 2.

³²³ Vieira, David Gueiros. Op. Cit., 1980, p. 308.

³²⁴ Ibidem, p., 304.

O Liberal do Pará percorreu as duas décadas que marcaram a luta abolicionista no Brasil, posicionando-se desde a primeira hora da luta abolicionista até os estertores da escravidão no Brasil, como veremos através de seus posicionamentos no início da década de 1870 e no final da década de 1880, sempre se definindo politicamente ao lado da emancipação dos escravos. Na década da “Questão Religiosa”, defendeu a maçonaria e combateu a intolerância do Bispo D. Macedo Costa, que chegou a proibir os católicos de lerem tal publicação, conforme já referenciado.

Esse jornal foi também um importante veículo de afirmação das idéias liberais, sendo inclusive um porta-voz do Partido Liberal, do qual Tito Franco foi militante e representante parlamentar. A proibição do Bispo aos seus diocesanos de ler o jornal, não era por causa das reformas liberais nem com as formas de governo, mas pelos ataques à fé³²⁵.

Sobre esses posicionamentos da Igreja, o Partido Liberal publicou uma nota de protesto, em que afirmava que a portaria do Bispo era um atentado escandaloso contra os direitos da razão absoluta e do pensamento livre. Era uma tentativa para voltar aos tempos medievais, aos tempos das trevas, quando o pensamento do homem era abafado nas torturas dos cárceres ou nos “cintilantes clarões das fogueiras”³²⁶.

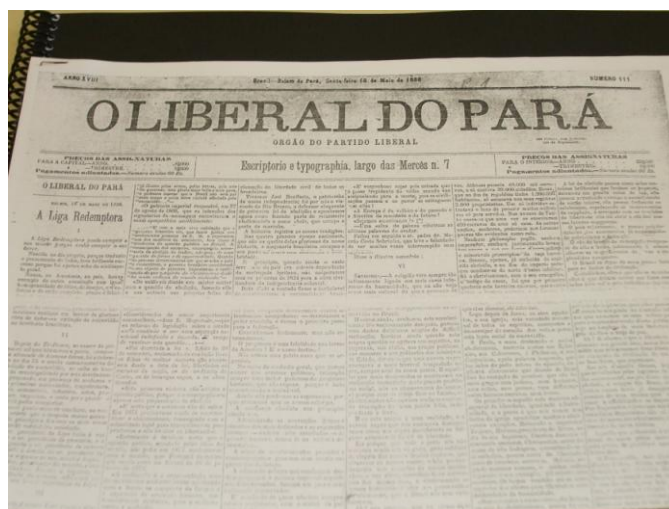
Em seguida abordaremos especificamente o posicionamento deste jornal na questão de seu envolvimento na campanha abolicionista e sua relação com as atividades dos maçons, a partir das posições de seu proprietário, o líder maçom Tito Franco³²⁷.

³²⁵ VIEIRA, David Gueiros. Op. Cit., 1980, p.. 305

³²⁶ Idem.

³²⁷ VIEIRA, David Gueiros. Op. Cit., 1980, p.278.

Figura 10. O Liberal do Pará. Fundado pelo maçom Tito Franco



Fonte: biblioteca Arthur Vianna. Belém, Centur.

Elson Monteiro (2014).

3.2.2 – TITO FRANCO

Falar do jornal O Liberal do Pará, implica em falar de seu fundador, deputado Tito Franco de Almeida (1824 – 1899). Nascido em uma fazenda, situada no rio Moju, no Pará, sendo seu pai um advogado português. Foi mandado para Portugal com a idade de 10 anos, para estudar, tendo lá ficado alguns anos. Ao voltar para o Brasil foi estudar direito na Escola de Direito de Olinda, onde se formou bacharel em 1850. Voltou à Belém em 1852, passando a ensinar filosofia no Liceu Paraense, e, com alguns amigos, fundou o jornal Diário do Grão Pará, que foi o primeiro dos jornais que criou em nosso Estado³²⁸.

Abraçou desde cedo as idéias liberais. Ainda quando estudante em Olinda participou da revolução liberal de 1848, tendo, entre outras coisas, escrito artigos para o jornal pernambucano O Liberal, o que provavelmente o inspirou, anos mais tarde, a fundar em Belém, O Liberal do Pará. Em 1856, foi eleito deputado provincial da Assembléia Legislativa do Pará e em 1858 elegeu-se para o Parlamento do Império. Dois anos depois fundou O Jornal do Amazonas, que seria depois substituído pelo O Liberal do Pará³²⁹.

Na mesma linha de todos os demais, O Liberal do Pará usava como forma de propaganda abolicionista o intenso noticiário sobre a libertação de escravos, buscando também ressaltar o papel da maçonaria nesta campanha libertária, como nesta notícia em sua edição de junho de 1873: “Manumissão – O Sr. João Baptista Machado Janahu, em atenção à

³²⁸ Ibidem, p. 173.

³²⁹ VIEIRA, David Gueiros. Op. Cit., 1980, p. 174.

maçonaria brasileira, deu liberdade à sua escrava Raymunda, como consta do anúncio que está sendo publicado neste jornal”³³⁰.

Este tipo de notícia foi uma constante ao longo da existência desse jornal. Destacaremos aqui alguns pontos do noticiário diário dessa publicação, que percorreu a década de 1870, intensificando a publicação de notícias que vinculavam a maçonaria à campanha abolicionista. Em seu número 107, em que noticia em linguagem maçônica a posse das luzes e dignidades da Loja Cosmopolita³³¹, destaca a presença de oitenta senhoras que abrilhantaram a referida festa, na qual, a Loja, em sinal de regozijo pelo festivo dia da posse da nova diretoria. Dando expansão aos elevados sentimentos da beneficência que a ordem maçônica sempre tem praticado, informa que nesse dia foram entregues três cartas de liberdade e que a Loja prometeu remir a uma menina de 9 anos, com o produto do Tronco de Beneficência, que nessa noite teria rendido, 202\$000 (duzentos e dois mil réis), elevado a 302\$000 (trezentos e dois mil réis), pela generosa oferta de 100\$000 (cem mil réis) feita nessa ocasião pelo maçom o Sr. João Francisco Fernandes³³².

O jornal não deixa de criticar a Igreja e o Bispo D. Antonio de Macedo Costa, já que, neste mesmo período, estávamos em plena “Questão Religiosa”, envolvendo a Igreja e a Maçonaria, ao estender, na mesma notícia, o comentário de que atos como este não precisam de comentários e desengane-se o Sr. D. Antonio. Afirma ainda que a maçonaria perseguida pelos jesuítas sairá triunfante como saíram os primitivos cristãos da luta com o paganismo³³³. Vê-se que aí há uma referência crítica a D. Antonio de Macedo Costa, com o jornal elogiando a entrega de cartas de liberdade feita pelas lojas maçônicas.

Ainda em 1873, o mesmo jornal noticia uma “reunião do povo maçônico”, realizada em um domingo às 11 horas da manhã, no edifício da loja Harmonia, à travessa do Pelourinho, para mais adiante afirmar que assumiu a direção dos trabalhos o ilustre irmão Sr. Dr. Assis, venerável da Loja Firmeza e Humanidade, a quem o respeitável irmão delegado do Grande Oriente outorgou os necessários poderes. Noticiando ainda, que:

Por indicação do Sr. Muniz, venerável da loja “Harmonia e Fraternidade”, correu o tronco da beneficência, cujo producto resolveu-se que fosse aplicado à libertação de crianças do sexo feminino e entregue à “Sociedade philantropica d’emancipação de escravos”. “ainda não sabemos quanto produziram as esmollas dadas para esta obra de caridade que foi recebida pelo Sr. Dr. Samuel, presidente d’aquella sociedade³³⁴.

³³⁰ O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 06 de março de 1873, nº 53, p.1. Biblioteca Arthur Vianna – Centur, Belém,

³³¹ Referência à posse dos novos dirigentes da Loja Cosmopolita.

³³² O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 13 de maio de 1873, nº 107, p.1.

³³³ Idem.

³³⁴ O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 04 de dezembro de 1873, nº, 28. p. 1.

Fica muito claro, o engajamento da maçonaria paraense desde o final dos anos 1860, até a abolição, em 1888, na luta pelo fim da escravidão no estado e no país, do qual os jornais são os maiores divulgadores da ação dos maçons no Estado. Ações estas que envolveram não somente a libertação de escravos em loja, mas a arrecadação de fundos através dos troncos de beneficência recolhidos em loja, como também nas festas realizadas pelos maçons, além dos editoriais assinados por reconhecidas figuras de maçons e liberais, onde as publicações maçônicas ou os jornais “profanos”, mas de propriedades de maçons, ou com a presença destes em seu corpo editorial, desencadearam e deram continuidade à campanha abolicionista, a qual, sem a presença e o apoio de uma instituição tão influente na época, talvez esta campanha não tivesse a mesma envergadura.

Interessante fato ocorre ainda no ano de 1873, quando O Liberal do Pará, noticiando mais uma vez a libertação de cativos em lojas maçônicas, aparece o nome do Dr. Antonio Lemos, figura notável da história do Pará, principalmente da cidade de Belém, onde seria intendente e ainda hoje considerado o maior dos prefeitos que a cidade teve, sendo responsável pelo seu embelezamento à época da borracha³³⁵. Tendo sido sócio de Joaquim José de Assis, o Dr. Assis, no jornal A Província do Pará, do qual posteriormente tornou-se único proprietário, o que demonstra o nível e a qualidade dos maçons envolvidos na campanha abolicionista.

Essa informação em O Liberal do Pará é interessante também, porque mostra como as lojas maçônicas atuavam de forma conjunta e articulada na ação de libertar escravos, sempre acompanhado de noticiário e editoriais propagandísticos da campanha libertária então realizada.

Em cima de um editorial em que exalta o “acto de philantropia que bem caracteriza os nobres e louváveis fins que caracterizam os filhos da viúva”, ou seja, os maçons, que como já foi explicado, segundo a lenda de Hiram, o arquiteto do Templo de Salomão, este era filho de uma viúva da tribo de Neftali, daí os maçons serem também conhecidos como os “filhos da viúva”.

Em noticiário informa que, em ação conjunta, as lojas maçônicas “Firmeza e Humanidade”, “Harmonia” e “Cosmopolita”, libertaram em uma festa maçônica três crianças³³⁶. O mesmo noticiário destaca que “é assim que esta santa associação responde às

³³⁵ SARGES, Maria de Nazaré. “**Belém:** riquezas produzindo a bella époque – 1870/1012. Paka-Tatu. Belém: Paka-Tatu, 2000.

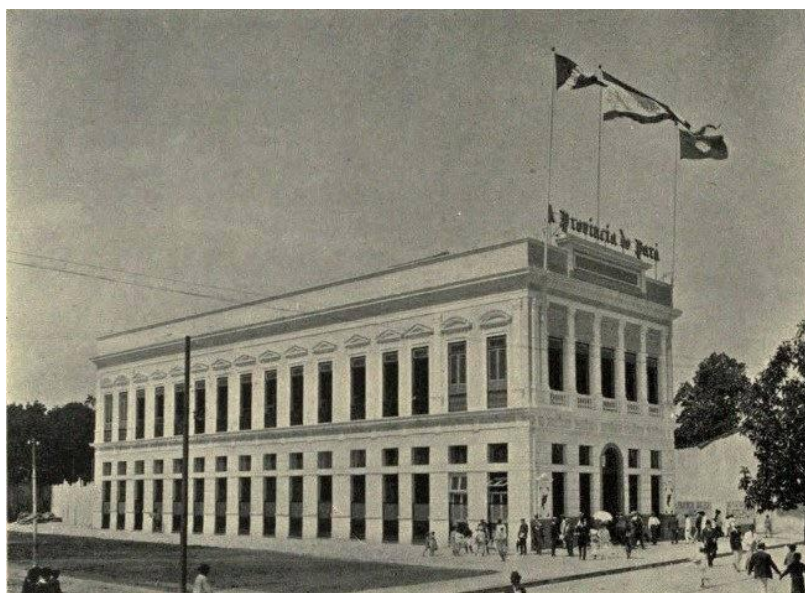
³³⁶ O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 22 de abril de 1873, nº 90, p. 1.

torpes acusações e aos embustes e calúrnias que contra ella espalha urbi et orbi a satânica seita de Loyola”. Para mais adiante afirmar que com atos assim, a maçonaria age contra aqueles que pretendem fazer recuar o carro do progresso³³⁷.

Outro aspecto relevante na participação da maçonaria na campanha abolicionista é o fato de que grande parte do apoio financeiro dado às sociedades emancipacionistas, vinha da contribuição das lojas maçônicas. O mesmo Liberal do Pará em sua edição de 13 de fevereiro de 1873, informa ao lado de uma noticia sobre a libertação de mais uma criança escrava, realizada pela Loja Harmonia, que a mesma loja entregou nessa ocasião à Associação Philantropica de Emancipação de Escravos, na pessoa de seu presidente, Samuel Wallace MacDowell, a quantia de duzentos e quarenta e seis mil reis (246\$000), produto do Tronco de Beneficência, que deveriam ser aplicados na manumissão de escravos³³⁸.

Destacamos aqui que essas atividades não deixavam de fazer parte da beneficência maçônica que abordaremos especificamente mais adiante.

Figura 11.
Sede de “A
Província do
Pará”, de
propriedade do
maçom Antonio
Lemos.



Fonte: A Província do Pará. Belém, edição de 06/05/1977.

³³⁷ Idem.

³³⁸ O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 13 de fevereiro de 1873, p.1.

3.3 - MAÇONS, INTELLECTUAIS E PEQUENOS BURGUESES URBANOS

É Interessante vermos dentro da perspectiva de poder colocada pela sociabilidade maçônica e suas lideranças intelectuais, a questão levantada pelo pensador marxista italiano Antonio Gramsci, em sua obra “Os Intelectuais e a organização da Cultura”. O autor coloca uma pergunta sobre o papel dos intelectuais na sociedade e sua posição nos diversos contextos sociais. Pergunta Gramsci sobre a formação dos intelectuais: “Os intelectuais constituem um grupo social autônomo e independente, ou cada grupo social possui sua própria categoria especializada de intelectuais?”³³⁹.

Reflete o autor sobre a questão de os intelectuais não representarem um grupo autônomo especializado, mas são elementos enquadrados dentro de uma perspectiva de classe que os coloca dentro da estrutura de organização social da produção. Dentro dessa perspectiva, esses elementos atuam de um modo orgânico, dando homogeneidade e consciência à própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político.³⁴⁰

Em uma matriz Gramsciana, os intelectuais se organizam conforme a sua posição de classe. No caso dos intelectuais e maçons paraenses citados, é importante traçar um perfil sócio-econômico desses personagens. Eles atuaram na sociedade paraense da época, como maçons, políticos, empresários de comunicação, que representavam uma classe média urbana que assumia uma postura de defesa dos interesses de uma burguesia progressista do período. É o caso de alguns personagens sobre os quais já discorreremos ao longo deste trabalho. É importante termos uma idéia do perfil desse grupo que liderou a Maçonaria do Pará nessa época e foram influentes elementos daquele contexto social e político.

Achamos que a liderança intelectual da Maçonaria paraense, no período estudado, reflete também um posicionamento das novas camadas sociais urbanas, na medida em que o Brasil, na segunda metade do século XIX, iniciava um processo de diversificação econômica maior, integrando-se mais à economia capitalista mundial que entrava em sua fase monopolista e imperialista, o que acabou tornando obsoleta uma instituição como a escravidão. Esse processo econômico terminou forçando uma mudança maior nas estruturas do Estado, o que leva às agitações políticas e econômicas do período, como o abolicionismo e

³³⁹ GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho - Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 4ª edição, 1982, p. 3.

³⁴⁰ Idem.

o republicanismo. Esse grupo, ligado às novas forças sociais, encontrou a resistência de “categorias intelectuais preexistentes”, como nos diz Gramsci.

Cada grupo social “essencial”, contudo(...), encontrou – pelo menos na história que se desenrolou até os nossos dias – categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não fora interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas³⁴¹.

Neste sentido, observamos que houve um embate entre a Maçonaria e a Igreja, não só na célebre “Questão Religiosa”, mas também no campo da beneficência e no da “questão educacional”, que abordaremos mais adiante, ressaltando que o campo da educação era a arena onde se disputavam “corações e mentes”. Vejamos o que nos diz Gramsci sobre o papel dos intelectuais eclesiásticos, como representantes da ordem preexistente:

A mais típica destas categorias intelectuais é a dos eclesiásticos, que monopolizaram durante muito tempo (...) alguns serviços importantes: a ideologia religiosa, isto é, a filosofia e a ciência da época, através da escola, da instrução, da moral, da justiça, da beneficência, da assistência etc. A categoria dos eclesiásticos pode ser considerada como a categoria intelectual organicamente ligada à aristocracia fundiária: (...) ³⁴²

Podemos verificar que enquanto os intelectuais ligados à aristocracia agrária e à Igreja, eram expoentes do regime monárquico-católico, os intelectuais maçônicos, eram mais representativos de uma camada urbana liberal. Ainda que no Brasil as classes nesse período não estivessem tão definidas, é possível observar que o panorama intelectual e político, colocava de um lado monarquistas conservadores e religiosos católicos, que estavam mais próximos da aristocracia agrária escravocrata, que dos republicanos, positivistas e maçons, mais ligados à nascente classe média urbana do período.

Enquanto os primeiros defendiam o Estado ligado à Igreja e a Monarquia como sistema político, omitindo-se na questão da escravidão, os segundos deixavam bem claro sua opção abolicionista, republicana, ou, no mínimo, de uma Monarquia parlamentar liberal, assim como a defesa do Estado laico, que implicava no casamento civil, administração civil dos cemitérios etc.

A posição do segundo grupo é bem perceptível nas ações do Gabinete Rio Branco, Grão-Mestre da Maçonaria e chefe de governo no período. Rio Branco, não só defendia a abolição gradual da escravidão, como dizia que a abolição deveria ser acompanhada de uma

³⁴¹ GRAMSCI, Antonio. Op. Cit., 1980. p. 5.

³⁴² Idem.

concomitante imigração européia. Chegou inclusive a planejar a introdução de cem mil europeus no país. Adicionalmente, instituiu leis de controle do trabalho livre e fez passar a lei de naturalização dos estrangeiros residentes no país há mais de dois anos (Decreto n. 1950), a qual beneficiava imediatamente muitos portugueses clandestinos, mas que era um modo de atrair novos imigrantes³⁴³.

Destacamos também entre as medidas de caráter liberal do Gabinete Rio Branco, a ampliação do *habeas-corpus* e a regulamentação da prisão preventiva, assim como a transferência, no processo eleitoral, do poder da polícia para os juízes de direito, responsabilizando o judiciário pela lisura das eleições, tornando assim mais difícil a imposição do mando político pela simples violência. Rio Branco tentou também a laicização das instituições imperiais, que os liberais requeriam, ao propor o registro civil de nascimentos, casamentos e óbitos³⁴⁴.

As principais figuras representativas da Maçonaria paraense eram basicamente, profissionais liberais, comerciantes e empresários urbanos, sendo alguns, donos de jornais, negócio tipicamente capitalista e urbano. Não havia como funcionar os jornais à base de trabalho escravo. Era um negócio do capitalismo assalariado que penetrava no Brasil com a nascente, ainda que incipiente, industrialização.

A cafeicultura do oeste paulista e a diversificação econômica que avançava com o setor de serviços, assim como a ampliação do serviço público e a maior presença institucional dos militares, camada que após a guerra do Paraguai era majoritariamente oriunda de uma classe média urbana, filhos de pequenos comerciantes, funcionários públicos etc.³⁴⁵.

É possível avaliar a origem social e atividade econômica dos participantes da maçonaria paraense verificando o que foi publicado através das páginas do jornal O Pelicano, no período compreendido entre 1872 e 1873, em que esse jornal, em pleno embate da “Questão Religiosa”, buscando responder às acusações da publicação A Boa Nova, da Igreja Católica, que procurava colar nos maçons a imagem de homens “maus, sem escrúpulos”, o jornal O Pelicano publicava o nome de membros da Maçonaria, indicando filiação, nacionalidade, ocupação, procurando assim demonstrar que eram “homens de bem”. No total, nesse período, foram publicados os nomes de 905 maçons, traçando um perfil sócio-econômico e cultural dos mesmos, havendo a predominância de comerciantes e de ocupações profissionais ligadas às atividades urbanas (anexo II).

³⁴³ ALONSO, Angela. Op. Cit. 2002, p. 84.

³⁴⁴ Idem.

³⁴⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. 11ª edição. São Paulo: Difel, 1982.

A este quadro acrescentamos a utilização de outros documentos que permitiram uma confecção de um quadro de maçons paraenses no período que vai de 1872 a 1892, publicados em jornais paraenses e boletins de potências maçônicas.

Quadro 1 – Principais ocupações dos maçons paraenses³⁴⁶

OCUPAÇÕES	NÚMERO DE MAÇONS
Comerciantes	202
Negociantes	139
Empregados Públicos	80
Militares e Oficiais de Polícia	46
Fazendeiros e Lavradores	40
Artistas	31
Proprietários	28
Advogados e Magistrados	21
Médicos	13
Engenheiros	10
Clérigos	08
Outros	38
TOTAL	656

Fonte: Quadro de maçons paraenses. Anexo 2

No quadro acima, podemos observar a predominância de pessoas ligadas às atividades urbanas, com maioria de empresários urbanos (comerciantes e negociantes), empregados públicos (civis e militares), além de artistas, advogados, médicos, engenheiros, sem deixar de haver a presença de fazendeiros e lavradores.

No caso dos fazendeiros, é preciso considerar o tradicional absentéismo dos proprietários rurais, o que nos permite afirmar que os mesmos viviam no mundo urbano, reafirmando o caráter citadino da Maçonaria. Consideramos também, que nesse momento, a cidade de Belém começava a vivenciar um processo de expansão econômica com o “boom” da borracha, o que propiciou o crescimento dessas categorias sociais urbanas.

Sem dúvida nenhuma, até os anos pré-1930, a base da economia brasileira e seu desenvolvimento, seria basicamente rural e voltado essencialmente para as atividades agrícolas, também não havendo dúvida de que o poder político era dominado por uma aristocracia agrária. É importante, porém, notar, que a partir da segunda metade do século

³⁴⁶ SANTOS, Alan Chisthian de Sousa. **O que Revelar? O que Esconder? Imprensa & Maçonaria no Findar do Dezenove (Pará, 1872 – 1892)**. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Universidade Federal do Pará, 2011, p. 50-51.

XIX, e particularmente nas últimas décadas do Império, principalmente após a Guerra do Paraguai, o setor urbano da economia iniciou um processo de desenvolvimento e de diversificação que irá diferenciá-lo significativamente da dominante economia agrária, levando a economia urbana a ter setores específicos e até autônomos em relação ao setor rural.

Segundo Caio Prado Júnior, a segunda metade do século XIX traria algumas modificações econômicas importantes no Brasil, a partir principalmente da abolição do Tráfico negreiro.

A segunda metade do século XIX assinala o momento de maior transformação econômica na história brasileira. Expandem-se então largamente as forças produtivas brasileiras, dilata-se o seu horizonte; e remodela-se a vida material do Brasil.

[...]

Isto já se começa a observar nitidamente logo depois de 1850, como já foi referido anteriormente (cap. 15), a abolição do tráfico africano consumada naquele ano, terá por efeito imediato desencadear as forças renovadoras em gestação. O país entra bruscamente num período de franca prosperidade e larga ativação de sua vida econômica³⁴⁷.

Foi nesse período que se iniciou a partir dos anos 1850, que se destaca a figura do empresário e maçom Visconde de Mauá, e por isto esse período é também conhecido como a “Era Mauá”. Podemos afirmar que esse momento abriu espaço para uma diversificação social maior, principalmente nas cidades, onde passam a proliferar pessoas como comerciantes, financistas, artesãos, funcionários públicos, militares, estudantes e até mesmo a nascente, ainda que incipiente, classe operária. Camadas essas que se desligavam das antigas formas de produção e influência política. Como cita Fernando Henrique Cardoso.

a concentração tão grande de profissões liberais, de comerciantes e militares no Município Neutro (Rio de Janeiro) mostra que no terceiro quartel do século passado havia uma população urbana diferenciada, letrada e burocrática que deveria pesar na “opinião pública” da época³⁴⁸.

Na mesma época, na Amazônia, vamos ter o desenvolvimento da economia da borracha a partir dos anos 1860 do século XIX, devido ao grande impulso da indústria automobilística. A descoberta do processo de vulcanização da borracha por Charles Goodyear e a invenção do pneumático por Dunlop, fez desse látex uma matéria-prima de fundamental importância para o mundo industrializado da época³⁴⁹.

³⁴⁷ PRADO JR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1970, p.192.

³⁴⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. “Dos Governos Militares a Prudente-Campos Sales” In: **História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil Republicano**. III V. São Paulo, Difel, tomo 1 p. 17.

³⁴⁹ PRADO JR. Caio. Op. Cit. 1970, passim.

No início desse surto de exploração da borracha, na década de 1860, a província do Pará ocupa o lugar de principal exportador. Essa exploração atinge depois a Amazônia ocidental, provocando um afluxo de riqueza que foram sentidos na estrutura urbana de Belém e Manaus, que passaram a viver um moderno processo de urbanização, como o que ocorria também em São Paulo com o café.

Ergueram-se os teatros da Paz em Belém e o Amazonas em Manaus, símbolos dessa época. Ativou-se a vida cultural com a vinda de companhias européias de ópera e intensa atividade econômica que diversificou as profissões e abriu espaço para o aparecimento de uma cultura cidadina, com seus intelectuais urbanos.

Considerando o pensamento de Gramsci, ao observar que os intelectuais de tipo urbano cresceram juntamente com a indústria e são ligados às suas vicissitudes³⁵⁰. Nesse sentido, os intelectuais urbanos tendem a ter posições diversas dos intelectuais de tipo rural. Podemos afirmar que esses intelectuais urbanos, no caso de Belém, acompanhavam os hábitos do século, entre os quais, o de participação em “sociedades secretas” e “semi-secretas”. Vejamos um pouco sobre a origem e as atividades profissionais dos intelectuais e líderes maçônicos do período e que tiveram importante atuação na sociedade paraense.

Começemos falando desta notável figura de maçom, político e emancipacionista que foi **Samuel Wallace Macdowell**, que nos é descrito por Ricardo Borges em sua obra “Vultos Notáveis do Pará”. Segundo este autor, MacDowell foi um notável jurista, advogado, parlamentar, Ministro da Marinha, da Justiça, Conselheiro de Estado, figura de relevo no Império.

Nascido em Olinda, em 26 de maio de 1843, filho do casal pernambucano Samuel Wallace MacDowell e Vivência Clara de Sá MacDowell, ficou órfão, juntamente com sua irmã Maria Emília, tendo vindo para Belém, com um ano e oito meses de idade, sendo criado por sua avó, viúva do capitão reformado da Marinha de Guerra Inglesa, também de nome Samuel Wallace MacDowell.

MacDowell ingressou no Exército, onde serviu com Hilário Gurjão, que depois morreu como herói na Guerra do Paraguai, na condição de general. Interessante é o fato de que após largar o Exército, MacDowell regressou a Belém no mesmo navio em que vinha Dom Antônio de Macedo Costa, conhecendo e fazendo amizade com o mesmo, o que explica o curioso fato de, apesar de ser maçom, e ter escrito alguns artigos defendendo a maçonaria,

³⁵⁰ GRAMSCI, Antonio. Op. Cit.,1980, p. 12

anos depois, volta ao catolicismo e passa a defender através da imprensa os interesses da diocese, da qual também foi advogado³⁵¹.

Samuel MacDowell, após formar-se em direito em 1867, tendo cursado a Faculdade de Direito de Olinda, estabeleceu escritório em Belém, fundando no mesmo prédio onde funcionava o seu escritório, o jornal *A Regeneração*, passando daí a ganhar nome como advogado e jornalista. Era maçom, mas também católico praticante fervoroso, tendo advogado gratuitamente para a diocese, Santa Casa de Misericórdia e outras entidades católicas. Foi professor de latim do Liceu Paraense. Poliglota, advogou para diversas empresas estrangeiras que se estabeleceram no Pará atraídas pelo “boom” da borracha.

Filiado ao Partido Liberal, foi seu representante na Assembléia Provincial e fundador da Sociedade Philantropica de Emancipação dos Escravos. Dizem seus biógrafos que não quis ser deputado no Parlamento Nacional para não deixar a sua rendosa banca de advocacia em Belém. Defendeu os bispos presos em 1874, condenados que foram pelo Tribunal do Império, no governo liderado pelo Visconde de Rio Branco, Grão-Mestre da Maçonaria brasileira na época. No governo presidido por José Antonio Saraiva, nas eleições de 1881, foi eleito deputado ao Parlamento Nacional.

Samuel Wallace MacDowell foi deputado nacional na legislatura de 1881 a 1884, reeleito em 1885, sendo convocado para Ministro da Marinha, no período de 1886 a 1887 e posteriormente assumindo o Ministério da Justiça em 1887, onde ficou até 1888, término do Gabinete do Barão de Cotegipe³⁵².

Outra extraordinária liderança da Maçonaria paraense no período foi **Lauro Sodré**, o principal líder republicano do Estado, cuja participação ao lado do já citado Samuel MacDowell, mostra a articulação que imbricava republicanos e abolicionistas, em uma campanha unificada.

Considerando a presença de grande número de maçons que participavam destas organizações, não é de todo falso se afirmarmos que estas articulações conjuntas poderiam ter sido tramadas dentro das lojas maçônicas. Nesse contexto, destaca-se a figura de Lauro Sodré, republicano histórico, que posteriormente foi Grão-Mestre da Maçonaria brasileira.

Formando um quadro bem representativo dos intelectuais da época, Lauro Sodré foi republicano, abolicionista, positivista e para completar o quadro, maçom. Como militar, Sodré defendeu o importante papel desempenhado pelos militares na campanha abolicionista, pois estes se posicionaram contra o regime escravista, ao não aceitarem perseguir escravos, como

³⁵¹BEZERRA NETO, José Maia. Op. Cit., 2002.

³⁵²BORGES, Ricardo. **Vultos Notáveis do Pará**. 2ª. Edição. Belém, Cejup, 1986.

visto na célebre frase de Benjamim Constant ao discursar em cerimônia militar, “o exército brasileiro não é constituído de capitães do mato”³⁵³.

A vinculação da campanha republicana com o abolicionismo foi assumida por Sodré, que também era positivista, como a maioria dos militares de sua geração que foram alunos de Benjamim Constant no Colégio Militar do Rio de Janeiro. Estes, os militares positivistas, achavam que o regime republicano seria o caminho da regeneração moral e social do país, buscando alcançar o progresso material e espiritual. Sodré deixa isto claro em sua obra “Crenças e Opiniões”.

E foi durante a memoranda campanha da emancipação que ficou posto em evidência o espírito democrata, que dominava as classes militares do país, as quais faziam causa comum com os abolicionistas e inspiravam as palavras de Ruy Barbosa, um dos generais eméritos das milícias da abolição: “no exército e no abolicionismo está condensado e intensificada a vitalidade nacional: elles representam o que resta da honra e integridade da pátria, a sua conservação e o seu futuro, a sua inteligência e o seu brio, a sua abnegação e a sua força”³⁵⁴.

Lauro Sodré por essa época era membro da “Augusta e Respeitável Loja Maçônica “Harmonia”, de Belém. Posteriormente tornou-se uma das maiores lideranças política e maçônica do Brasil. Foi militar, político e líder republicano. Seus primeiros estudos foram no Liceu Paraense, seguindo depois a carreira de engenheiro militar no curso da Escola da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, onde ingressou em janeiro de 1875. Nessa escola militar teve como mestre o ilustre republicano e maçom Benjamim Constant, que o influenciou, como a tantos outros jovens oficiais e cadetes, a abraçar a causa da República e a doutrina positivista de Comte³⁵⁵.

Foi aluno brilhante – conseguiu distinção máxima em todos os anos – e oficial republicano destemido. Quando da campanha republicana, apesar de vigiado pelos espiões da monarquia, sempre terminava os seus discursos com invulgar desassombro, dizendo estas palavras: “quem fez este discurso foi o tenente Lauro Sodré”³⁵⁶.

Foi o primeiro governador do Estado do Pará, eleito pelo Congresso Constituinte, a 23 de junho de 1891. Foi também representante do Pará na Constituinte da República e eleito quatro vezes senador, sendo três pelo Pará e uma pelo Distrito Federal. Foi o único governador que se colocou contra o golpe perpetrado por Deodoro em 03 de novembro de 1891, quando foi dissolvido o Congresso. Os demais governadores preferiram apoiar a

³⁵³ MENDES JR, Antonio et alli. Op. Cit., 1979.

³⁵⁴ SODRÉ, Lauro Nina. **Crenças e Opiniões**. 2ª. ed. Brasília: FAC-simile/ Senado Federal.1977. p. 258-259.

³⁵⁵ [HTTP://WWW.lojasmaconicas.com.br/artigos/possels.htm](http://www.lojasmaconicas.com.br/artigos/possels.htm).

³⁵⁶ Idem.

arbitrariedade a perder seus mandatos³⁵⁷. Iniciado na Loja Harmonia, de Belém, a 1º. De agosto de 1888, tornou-se Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil em 1904, sendo reeleito em 1907, 1910, 1913 e 1916, não completando o último mandato, por ter sido eleito Governador do Pará³⁵⁸.

Figura 12. Lauro Sodré. Líder republicano e dirigente da maçonaria paraense e brasileira.



Fonte: Quadro de notáveis da loja Renascença.

Foto: Élon Monteiro (2014).

Ainda sobre a figura de Lauro Sodré, este paraense abolicionista, republicano, maçom e positivista, há um fato interessante a relatar, citado pela mesma fonte, que afirma o seguinte:

Pela sua natureza moral, sua cultura e tantos outros atributos que muito o distinguiam, desfrutava de grande prestígio nacional e internacional, o que ficou provado, quando o Rei da Inglaterra Eduardo VII, tendo notícias de que Floriano Peixoto, então presidente da República, por motivos políticos, mandara prender Lauro Sodré, responsabilizou-o por sua vida em nome da Maçonaria do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda³⁵⁹.

Ressaltamos estes dados da interessante bibliografia de Lauro Sodré, assim como vamos dando alguns dados bibliográficos de outros importantes membros da maçonaria paraense do século XIX, para demonstrar quem eram os homens que dirigiam a maçonaria paraense nesta época e que tanto se empenharam na luta pela abolição, e, na sua continuidade,

³⁵⁷ WWW. Lojasmaconicas.com.br /artigos/possels.htm

³⁵⁸ Idem.

³⁵⁹ Idem.

pela República. Ressaltamos que a carreira militar era importante elemento de ascensão social e bem representativa dessa classe média urbana que se desenvolvia no Brasil.

Outro personagem importante da Maçonaria paraense foi o proprietário do jornal O Pelicano, **Joaquim José de Assis, o Dr. Assis**. Jornalista, natural de Conceição do Serro, Minas Gerais. Bacharelou-se, aos 24 anos, em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de São Paulo. Veio para o Pará em 1855, como secretário do Presidente Sebastião do Rego, radicando-se definitivamente em Belém. Ajudou a fundar em 28 de maio de 1857, a Loja Maçônica “Firmeza e Humanidade”³⁶⁰.

Foi Venerável Mestre dessa Loja de 1857 a 1869. Foi Benemérito de Ordem em 1888; Membro Honorário do Supremo Conselho do Grau 33; Soberano Inspetor do Grau 33 e Venerável de Honra da Loja Simbólica Harmonia. Em 24 de março de 1888, recebeu o título e medalha de Benemérito dessa mesma loja e foi Decano da Maçonaria paraense³⁶¹. Fundou e dirigiu em Belém, os seguintes órgãos: O Pelicano (1872-1874), periódico de defesa da maçonaria; O Futuro (1872), destinado à propagação dos ideais republicanos; Província do Pará (1876-1908). Foi político influente, tendo sido um dos chefes do Partido Liberal, no Pará³⁶². Deu nome a uma das ruas de Belém.

Outra importante figura de maçom, que vai destacar-se nesse período, é a de **Serzedelo Corrêa**, que também foi um dos membros proeminentes da maçonaria paraense. Na condição de militar, usou de sua posição na defesa dos escravos, como nos descreve Clóvis Morais Rêgo, em sua obra “Serzedelo Corrêa – Homem de Pensamento”.

aboliconista por convicção, firmando com Jaime Benévolo, a memorável exortação de 23 de outubro de 1887 à S. A. Regente, por intermédio do presidente do Clube Militar, conclamando-a a não consentir que nos destacamentos do exército que seguiam para o interior, com o fim, sem dúvida, de manter a ordem, tranquilizar a população e garantir a inviolabilidade das famílias, os soldados fossem encarregados da captura de pobres negros que fugiam à escravidão, “ou porque vivessem já cansados de lhes sofrerem os horrores ou porque um raio de luz da liberdade lhes tenha aquecido o coração e iluminado a alma”, para finalmente sentenciar: “O exército espera que o Governo Imperial conceder-lhe-á o que respeitosamente pede em nome da honra da própria bandeira que defende”³⁶³.

Serzedelo Corrêa, como muitos dos maçons paraenses da época, envolveu-se em todas as questões “libertárias” de seu tempo, como descrito na obra de Morais Rêgo. O General de Brigada Inocêncio Serzedelo Corrêa, nascido em Belém (PA), foi engenheiro militar,

³⁶⁰ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL. No. 6, Agosto de 1889. Brasília: Secretaria do GOB.

³⁶¹ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL. Órgão Oficial da Maçonaria Brasileira. Agosto de 1889, p.1. Brasília: secretaria do GOB.

³⁶² CRUZ, Ernesto. **Ruas de Belém**. Belém. Edições CEJUP, 1992, p. 39.

³⁶³ RÊGO, Clóvis Morais. “**Serzedelo Corrêa** - Homem de Pensamento – 2ª. edição- Belém: Cejup. 2008. p.25.

aboliconista e republicano, tendo sido companheiro de Lauro Sodré no Colégio Militar. Como este, iniciou-se na maçonaria na segunda metade do século XIX. É descrito por Morais Rêgo, como dotado de inteligência incomum. Concluiu com distinção todos os cursos de carreira, tendo sido importante articulador da proclamação da República³⁶⁴.

Serzedelo Corrêa, após a queda da monarquia, foi nomeado governador do Paraná e depois Ministro das Relações Exteriores, cargo que exerceu cumulativamente com a Pasta da Justiça. Foi, ainda, Ministro da Fazenda, da Agricultura e Deputado Constituinte em 1891³⁶⁵.

Inocência Serzedelo Corrêa, paraense de nascimento, destacou-se quando Ministro da Fazenda no período de 31 de agosto de 1892 a 30 de abril de 1893, por ter sido responsável pela regulamentação e funcionamento do Tribunal de Contas da União, cuja autonomia defendeu, não só como órgão que registrasse as despesas, mas, sobretudo, como instituição moralizadora dos gastos públicos³⁶⁶.

Ao longo da década de 1870, a maçonaria já se fazia presente na campanha aboliconista como sobejamente demonstrado. Foi, porém, na década de 1880 que esta campanha intensificou-se e, mais uma vez, vamos encontrar a participação ativa das lojas maçônicas paraenses. Nessa década, a campanha aboliconista vai imbricar-se com a campanha republicana, pois grande parte dos aboliconistas são também republicanos. Esses fatos vão repercutir nas lojas maçônicas que estavam engajadas com grande afinco na luta pela libertação dos escravos, assim como na implementação da República, o que fica muito claro pela presença dos republicanos históricos na maçonaria como Lauro Sodré e Serzedelo Corrêa.

Os republicanos históricos faziam questão de se posicionar como aboliconistas e procuravam apresentarem-se como os principais responsáveis por conduzir o país ao suposto progresso³⁶⁷. Através do caminho da luta pela República, desenvolveram ativa campanha pela abolição. Definiam a escravidão como uma instituição incompatível com as luzes do tempo³⁶⁸.

Para evidenciar essas estreitas relações entre republicanos, aboliconista e maçons, ou na verdade, maçons aboliconistas e republicanos, foi realizado em 1887, um grande evento social organizado pelo Clube Republicano e pela Loja Maçônica “Harmonia e Fraternidade”.

³⁶⁴ RÊGO, Clóvis Moraes. Op. Cit. 2008, p. 25.

³⁶⁵ Idem.

³⁶⁶ Prospecto editado pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará quando da comemoração do sesquicentenário de Inocência Serzedelo Corrêa. Belém (PA), 16 de junho de 2008.

³⁶⁷ FARIAS, William Gaia de. **A Construção da República no Pará**. Tese (Doutorado em História Social). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005, p. 28. Biblioteca do Laboratório de História. UFPA. Belém.

³⁶⁸ COELHO, Geraldo Mártires. **No Coração do Povo**: o monumento à República em Belém (1891 – 1897). Belém, Paka-Tatu, 2002. p. 39.

A festa contou com a significativa participação de quatro mil pessoas e durou 4 horas, nas quais foram entregues 109 Cartas de Liberdade³⁶⁹. Marin, referindo-se a esse evento, escreveu que a oposição à Monarquia e a progressão das idéias republicanas foram associadas ao movimento abolicionista para pressionar a sociedade³⁷⁰.

Na década de 1889, foi criada uma nova sociedade emancipacionista, que foi a Liga Redemptora, tendo o Clube Republicano do Pará participado da fundação desta entidade cuja solenidade de abertura ocorreu no salão de leitura do Grêmio Literário Português³⁷¹. Este clube reunia a nata dos comerciantes da colônia portuguesa no Pará, bem representativo de uma burguesia comercial urbana, a qual não interessava a manutenção da escravidão. Esta impedia o aumento do mercado de consumo o que colocava essa fração de classe em oposição à camada de proprietários agrários escravocratas.

Figura 13. Placa comemorativa da fundação da Liga Redemptora no Grêmio Literário Português



Fonte: Grêmio Literário Português

Foto: Elson Monteiro (2013).

³⁶⁹ FARIAS, William Gaia de. Op. Cit. 2005, p. 28.

³⁷⁰ MARIN. Rosa Eizabeth Acevedo. **Du travail esclave au travail libre: Le Pará (Bresil) sou le regime colonial et l'empire (XVII-XIX e siecles)**,Paris: Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales, 1985. p. 337. In: FARIAS. Op. Cit. 2005, p. 28.

³⁷¹ Idem.

O republicano paraense Manuel Barata, destaca em sua obra “Formação Histórica do Pará”, que a Liga Redemptora, atuando de forma própria, foi responsável pela declaração de emancipação dos escravos das povoações de Pinheiro, atual Icoaraci e da ilha de Mosqueiro³⁷². Outro dado importante que mostra essa íntima colaboração entre os abolicionistas e os republicanos, foi o reconhecimento pelo Clube 13 de Maio, uma organização abolicionista, do Clube Republicano do Pará, como sócio benemérito da dita sociedade, por colaborar com a Escola de Artes e Offícios 13 de Maio, cujo objetivo era levar a instrução ao povo, especialmente aos cidadãos e assim torná-los úteis à sociedade³⁷³.

Na década de 1880, os jornais faziam intensa campanha pela abolição no Pará, que já era antecedida de abolições de caráter geral em Estados como o Ceará, Rio Grande do Norte e Amazonas. Estados onde as lojas Maçônicas exerceram papel decisivo, sendo importante a participação de maçons à frente dos governos desses estados como nos casos do Ceará e Amazonas.

Tenório d`Albuquerque, citando Gustavo Barroso em sua “História Secreta do Brasil, afirma que o Ceará, sob a égide da maçonaria libertava seus negros e os das províncias vizinhas, que para lá corriam³⁷⁴. Afirma Gustavo Barroso que o Ceará transformou-se em “Terra da Luz e da Liberdade”, graças a maçonaria³⁷⁵. Nessa província era intenso o trabalho maçônico em prol da libertação da escravatura.

Foi durante o governo do maçom Sátiro Dias que foi assinado o decreto de 25 de março de 1884 que extinguiu a escravidão no Ceará, emancipando todos os seus escravos, que somavam um total de 19.588 cativos. Depois desse fato, Sátiro Dias foi afastado do governo do Ceará pelo Ministro Lafayette.³⁷⁶

É fato histórico que o Estado do Ceará foi o primeiro Estado a libertar os escravos no Brasil, como também é conhecida a participação intensa dos jangadeiros, liderados por Francisco José do Nascimento, “o Dragão do Mar”, que despertou entre os jangadeiros do Ceará o sentimento abolicionista, que os levou a tomar a firme decisão de que nos portos do Ceará não embarcavam mais escravos.

Francisco José do Nascimento foi, na verdade, mais um cearense contagiado pela campanha abolicionista levada a efeito naquele Estado pelas lojas maçônicas. Campanha na qual se destacava a Loja maçônica “Fraternidade Cearense”, que realizava festas e subscrições

³⁷² BARATA, Manoel. **Formação Histórica do Pará**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.p. 348.

³⁷³ Idem.

³⁷⁴ D`ALBUQUERQUE. Tenório. Op. Cit., 1972, P. 221.

³⁷⁵ Ibidem, p.222.

³⁷⁶ Ibidem, p.224.

populares, conseguindo assim alforriar levas inteiras de cativos, conforme escreveu o historiador cearense Raimundo Girão em sua “Pequena História do Ceará”³⁷⁷.

Em relação à libertação dos escravos no Estado do Ceará, o mesmo autor referencia um interessante fato, em que relata uma reunião realizada em Paris, onde o maçom José do Patrocínio, que já havia percorrido o Ceará em campanha contra a escravidão, fez vibrante discurso relatando aos presentes que no Brasil, um Estado, o Ceará, havia decretado o fim da escravidão. No dia seguinte, o escritor Victor Hugo, enviou-lhe uma carta, na qual saudava o acontecimento e afirmava que antes do fim do século, a escravidão terá desaparecido da face da terra e que a liberdade é a lei humana. Sintetizando no final em uma frase a situação de progresso: “A barbaridade recua, a civilização avança”³⁷⁸.

Outro caso de pioneirismo na libertação dos escravos foi o caso do Rio Grande do Norte, mais precisamente na cidade de Mossoró, onde a campanha abolicionista também se desenvolveu fortemente e mais uma vez a maçonaria se fez presente, impulsionando o movimento.

Luiz da Câmara Cascudo, em seu, “Notas e Documentos para a História de Mossoró”, afirma que nesta cidade, a idéia de libertação dos escravos foi abraçada com entusiasmo, especialmente na florescente Loja maçônica “24 de junho”, que já em 1882, alforriava na região, os primeiros escravos, através do “fundo de emancipação” criado nesta loja com esta finalidade, somados aos donativos particulares de membros da própria loja³⁷⁹. Foi por iniciativa dessa Loja, que em 1873, foi criada a “Sociedade Libertadora Mossoroense”, constituída sua diretoria com maioria de membros maçons. Referencia o mesmo autor, que a campanha abolicionista dentro da maçonaria, em Mossoró, provocava intensos debates, pois havia elementos maçons escravagistas que se opunham à campanha, o que levava a discussões acaloradas dentro da Loja “24 de junho”, além de uma intensa campanha difamatória realizada pelo clero contra o venerável da Loja, Frederico Antonio de Carvalho³⁸⁰.

Em 30 de setembro de 1883, em meio à grande euforia, foi decretado pela Câmara Municipal, a libertação dos escravos do município, e que foi assim descrito por Câmara Cascudo: “Às 19 horas, inicia-se uma “Marche aux Flambeaux” tendo como ponto inicial a

³⁷⁷ Ibidem, p. 225.

³⁷⁸ Ibidem, p.248.

³⁷⁹ CASCUDO, Luiz da Câmara Cascudo. “Notas e Documentos para a História de Mossoró”. In: D’ALBUQUERQUE, Tenório. Op. Cit., 1972, p. 280.

³⁸⁰ Ibidem, p. 281

Loja Maçônica (é o mesmo prédio até hoje), seguindo pela Praça da Redenção, onde se encontrava sua pirâmide comemorativa com 80 palmos de altura”³⁸¹.

Descreve o mesmo autor, que à frente da passeata iam escravos libertos com um estandarte, onde estava escrito, “Mossoró Livre”. Em 30 de setembro de 1953, a prefeitura de Mossoró, reconheceu o papel da maçonaria na abolição da escravatura, nesta cidade, inaugurando uma placa colocada pelo executivo municipal, na fachada da Loja Maçônica 24 de Junho, em que se lê: “Aqui nasceu a Abolição”³⁸².

Na Amazônia, o Estado do Amazonas foi pioneiro na libertação dos escravos, o que se explica pela pouca presença numérica de trabalhadores cativos nesse Estado. Em Manaus, a maçonaria também se colocou à frente da campanha abolicionista, sucedendo-se os comícios e passeatas promovidas por essa instituição, que com dinheiro levantado junto aos maçons, conseguia a alforria de muitos escravos.

Agnello Bittencourt em seu “Mosaicos do Amazonas”, escreve que o Grão-Mestre da Ordem, Generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca, conferiu a distinção de Benemerita a Loja “Amazonas”, do oriente de Manaus, por esta loja ter aberto os seus cofres para alforriar quantos escravos existissem na Província³⁸³. Ressalte-se que essa Loja maçônica, juntamente com a sociedade libertadora 25 de março dirigia o jornal “O Abolicionista Amazonense”, que foi importante veículo de divulgação das idéias emancipacionistas naquele Estado.

A ascensão ao governo do Dr. Theodoreto Souto, fez do palácio do governo, o centro de reunião dos abolicionistas, reuniões estas dirigidas pelo próprio governador. Considerando que o Amazonas possuía muito poucos escravos, em torno de 1500, diz-se também que essa campanha foi levada a efeito pela maçonaria, que através de quermesses, batizados e doações de lojas, arrecadavam fundos e libertavam escravos constantemente.

Em 10 de julho de 1884, a força dessa campanha fez com que o governador proclamasse, ao entregar as últimas cartas de alforria, que “já não existem mais escravos nesta província”. Em 24 de maio, ao reafirmar o fim da escravidão no Amazonas, acabou, do mesmo modo que Sátiro Dias. Foi demitido pelo Presidente do Conselho de Ministros, Lafayette Rodrigues Pereira. Posteriormente, De Souto receberia justa homenagem do povo amazonense, com diversas manifestações de solidariedade³⁸⁴.

A intensificação da campanha abolicionista no Amazonas repercutiu no Pará, onde o Conselheiro Romualdo de Sousa Pais de Almeida, Presidente da Relação do Pará, talvez

³⁸¹ Ibidem, p. 283

³⁸² Idem.

³⁸³ D'ALBUQUERQUE. Tenório. Op. Cit., 1972, p. 267.

³⁸⁴ Ibidem, p. 271.

desejoso de incentivar igual campanha em sua província, dirigiu veemente apelo ao povo e a Assembléia do amazonas em abril de 1884, em apoio à campanha que se desenvolvia naquela província³⁸⁵.

Na década de 1880, no Pará, os jornais maçônicos deixaram de circular, o que é explicado, no nosso entendimento, pelo fato de que, ao final da “Questão Religiosa”, houve uma diminuição dos ataques à maçonaria, o que acabou levando ao desaparecimento daquelas publicações que foram a trincheira de defesa dos maçons contra os editoriais dos jornais católicos e os sermões dos bispos. Exceção feita ao Pelicano que tem breve republicação por volta de 1890.

Desfeita essa questão, as publicações que continuaram refletindo a atuação da maçonaria na questão abolicionista ao longo da década de 1880, foram os jornais “profanos”, mas de propriedade de maçons. Nesse período destacam-se principalmente, O Liberal do Pará, de propriedade do maçom Tito Franco e “A Província do Pará”, fundada pelo notório membro da maçonaria, que foi o Dr. Joaquim José de Assis. O Dr. Assis fundou esta publicação juntamente com Antonio Lemos, também irmão de Ordem, e que posteriormente tornou-se seu único proprietário³⁸⁶. Ressalte-se que Antonio Lemos estreou no jornalismo participando da redação do jornal O Pelicano, “órgão do Oriente maçônico do Pará”, como era colocado em seu frontispício.

Antonio Lemos, foi outro importante personagem representativo dessa época como figura de maçom ilustre e político paraense. Carlos Roque diz que Lemos nasceu em São Luís, no Maranhão em 1843 e aos 17 anos inscreveu-se na Marinha, tendo participado do bloqueio de Montevideú. Posteriormente tomou parte nas lutas contra o Paraguai, servindo na corveta “Paraense”. Depois de algumas idas e vindas entre Belém e o Rio de Janeiro, estabeleceu-se em Belém a partir de 1869³⁸⁷.

Segundo Carlos Roque, a vocação jornalística de Antonio Lemos deu-se pelo fato de este passar sempre pela porta do jornal O Pelicano e lá ter travado relações de amizade com Francisco Cerqueira, que era maçom e jornalista. Daí veio a travar amizade com o Dr. Joaquim José de Assis, um dos chefes do Partido Liberal do Pará e diretor de O Pelicano. Amizade essa que teria tido início na loja maçônica a que ambos pertenciam e Lemos nem hesitou ao receber o convite para integrar o corpo de redatores de “O Pelicano”, de cujo corpo

³⁸⁵ Ibidem, p. 272.

³⁸⁶ SARGES, Maria de Nazaré. **Memórias do Velho Intendente**: Antonio Lemos – 1869-1973. Belém: Ed. Paka-Tatu, 2002. p. 49.

³⁸⁷ ROCQUE, Carlos. **Antonio Lemos e sua Época**: História Política do Pará. Belém: Amazônia Edições Culturais Ltda. (AMADA), 1973. p.49-50.

editorial faziam parte, além do Dr. Assis e Francisco Cerqueira, padre Eutichio Pereira da Rocha, Cármino Leal, Cônego Ismael de Senna Ribeiro Nery e Jorge Sobrinho. Quando foi fundada A Província do Pará, Joaquim José de Assis era o diretor; Antonio Lemos, o gerente; e Francisco Cerqueira o responsável pela parte gráfica³⁸⁸.

A partir dos meados da década de 1880, a campanha abolicionista intensificou-se e cresceram os editoriais que atacavam o trabalho servil em nosso país. Os jornais paraenses abrem espaço para o debate parlamentar sobre a questão servil, sempre buscando reproduzir os pronunciamentos dos deputados abolicionistas e publicando crônicas permanentes discutindo tão relevante assunto, sem deixar de referenciar as atividades da maçonaria em sua campanha de libertação de escravos.

Esses periódicos usaram suas páginas para denunciar maus tratos e iniquidades feitas contra os indefesos escravos. Estamos sempre demonstrando estes fatos, pois a campanha abolicionista foi a de maior participação da Maçonaria nesse período, sendo o aspecto que mais aparece no noticiário desses jornais, como O Liberal do Pará, e A Província do Pará, que a partir dos meados da década de 1880, assumiram como campanha de massa a questão da abolição do trabalho servil. Por suas ligações com a maçonaria, já que seus proprietários eram ilustres e conhecidos maçons, refletirão sempre em suas páginas as posições e as ações dessa instituição na reta final da luta pela abolição do trabalho servil em nosso país.

Em 1885, O Liberal do Pará publicou em sua coluna denominada “Chronica Politica”, um artigo enviado à redação do jornal pelo ilustre mestre e “irmão”, (denominação maçônica), Pedro Ferreira Vianna, sob o título de “A Liberdade”.

No artigo, o articulista, dirigindo-se ao “Sr. Redactor”, afirma que as nações civilizadas contemplam o Brasil com maior interesse, porque neste grande cenário da América do Sul vão-se quebrar os últimos grilhões da escravidão. O artigo tem continuidade e afirma mais adiante que são felizes os homens desta época, porque “foram escolhidos para enxugar as lágrimas de um milhão de desgraçados”³⁸⁹.

O mesmo jornal, em editorial de seu número onze, atuando como porta-voz dos liberais paraenses, sempre lembrando que este jornal nunca deixou de ser uma publicação ligada ao Partido Liberal, partido ao qual seu proprietário, Tito Franco, era um de seus líderes. No referido editorial, o jornal toma posição em nome dos liberais paraenses de integral apoio à “Idéia Abolicionista”, que é o título do editorial.

³⁸⁸ Ibidem, p. 52.

³⁸⁹ O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 02 de abril de 1885, nº 74, p. 2. Biblioteca Arthur Vianna – Centur.

O nosso estimável colega do “Diário de Notícias” ocupando-se do nosso editorial de 13 do corrente, não acredita nas proposições que avançamos a respeito da emancipação do braço escravo, porque há liberaes que se prestam ao desempenho do papel repugnante de perseguidores cruéis de escravos ... há liberaes que investidos de cargos policiaes, se vangloriam em transformar-se, representandos de capitães do mato, e deshumanos, bárbaros, brutaes torturadores desses infelizes etc.³⁹⁰

Percebe-se que na divisão existente entre os liberais do Pará, os que eram ligados à maçonaria, eram ao mesmo tempo abolicionistas. A posição do jornal, mesmo não sendo um órgão da maçonaria e sim uma publicação “profana”, decorria do fato de seus proprietários e editorialistas serem maçons. Conforme já demonstrado nas páginas anteriores, o jornal, nesse artigo, não está publicando um texto de um colaborador, mas defendendo a sua linha de atuação, pois os editoriais representam a posição da publicação.

Considerando que Tito Franco e Joaquim José de Assis, o Dr. Assis, eram dois dos mais eminentes maçons daquele período, não deixavam de refletir em seu jornal, aquilo que era uma posição definida da maçonaria brasileira e paraense sobre a questão da mão-de-obra servil, chegando afirmar com convicção no mesmo editorial:

Somos abolicionistas convictos, desejamos ardentemene ver a escravidão abolida em nosso paiz, empregamos neste empenho toda a nossa boa vontade, todo o nosso exforço; isto, porém, não importa dizer, que todos os liberais estejam, como nós, convictos da necessidade de levar por diante o extermínio dessa nodoa, que ainda enegrece o nosso horizonte social³⁹¹.

Se observarmos nos números seguintes da mesma publicação, veremos que foi uma constante os editoriais sobre a questão servil, com esta publicação sempre se posicionando ao lado das idéias abolicionistas, assim como a Província do Pará que veremos mais adiante, que também foi fundada pelos maçons, Joaquim José de Assis, o Dr. Assis e Antonio Lemos, conforme já referenciado nas páginas anteriores.

A campanha abolicionista pela imprensa, através dos jornais de propriedades de maçons, era intensa. Qualquer fato que demonstrasse o hediondo caráter da instituição escravista era utilizado para divulgação e ataques ao escravismo. O Liberal do Pará, em sua edição de 01 de outubro de 1886, relata vários fatos que revelam o horror da escravidão, assim como denuncia a cumplicidade do governo na questão. Criticando o governo conservador do período, que, apoderando-se do governo do país, desenvolve uma política

³⁹⁰ O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 15 de janeiro de 1885, nº 11, p. 2.

³⁹¹ Idem.

reacionária que leva à impunidade e à injustiça, mas destacando que a imprensa atua para registrar os fatos³⁹².

Dentre as notícias veiculadas naquele dia, o jornal destaca o fato de que no distrito do Mojú, uma senhora de nome Maria Emília Durão, declarou com muita antecedência, que libertava suas escravas Maria e Antonia, pedindo até ao Senhor Tenente Raymundo, que escrevesse as cartas de liberdade e procurasse testemunhas para assiná-las, declarando a todos, inclusive parentes, como o Sr. Sebastião Gonçalves Campos, que era essa sua vontade irretirável. Informa então o jornal, que após a morte da Sra. Maria Emília Durão, as cartas não aparecem e que “as pobres libertas continuam escravizadas” (grafia original) em poder do irmão da falecida, “sem que um curador, um promotor, um juiz venha em auxílio dessas infelizes”³⁹³.

Na continuidade da notícia, o jornal atacava a polícia referenciando mais um fato em que o proprietário de dois escravos assassinou a ambos, no mesmo distrito do Mojú, e que o chefe de polícia e o juiz nada faziam para esclarecer os assassinatos. Denuncia ainda que o mesmo proprietário acusado pelo jornal, Sr. Leôncio H. Lobato, foi processado por ter matado uma escrava, processo de que se livrara, porque não foram inquiridas as testemunhas da denúncia, o que serviu de pretexto para não ser pronunciado por falta de provas. Em seguida o redator das notícias faz feroz crítica ao juiz da comarca que não toma conhecimento desses crimes e ainda ataca os adversários políticos do governo. Conclui as informações com a afirmativa “persigam os adversários, mas não roubem a liberdade nem a vida”³⁹⁴.

Outro aspecto importante da questão abolicionista foi a reprodução dos debates realizados no parlamento envolvendo a questão da escravidão. Os jornais de propriedades de maçons procuravam destacar a participação de políticos ligados à ordem maçônica reproduzindo seus artigos e seus discursos, como este, publicado em 24 de agosto de 1886, no Liberal do Pará, em que deputados definidos como membros da “Ordem”, são ressaltados na sua participação nos debates parlamentares. O jornal referencia que o ilustre Sr. Dantas, “imbuído de seu espírito maçônico”, lê um artigo escrito e assinado por seu “irmão”, o ilustrado Dr. Joaquim Nabuco, declarado como inegável campeão em defesa da causa da abolição dos escravos no Brasil, à qual sempre prestou relevantes serviços.

³⁹² O LIBERAL DO PARÁ. No. 221, de 01/10/1886. P. 1

³⁹³ Idem.

³⁹⁴ Idem.

Lê-se o seguinte:

Hontem, em Entre-Rios, um amigo nosso assistio a uma das mais terríveis tragédias da escravidão nestes últimos annos”.

“Cinco escravos do Sr. Caetano do Valle, accusados de terem morto a um outro, foram comndenados pelo juiz, um a prisão perpétua e os outros quatro a penas de 300 açoites cada um. Depois dos açoites, foram mandados a pé para a fazenda. A scenna a que nosso amigo assistio, foi esta: dous dos escravos estavam alli mortos, emquanto que dous outros, moribundos, seguiam, num carro de boi para o seu destino³⁹⁵.

Em seguida, o jornal reproduz o contundente pronunciamento do parlamentar, identificado como ilustre membro da ordem maçônica, em que o mesmo defende o fim da escravidão, mas enquanto essa não for possível, é pedida o fim da pena de açoites, como sendo condição para conciliar o rigor da lei com os princípios de humanidade³⁹⁶, para em seguida requerer que “liquidemos, apuremos as nossas cousas, vejamos o que seremos sem os escravos, e sobre esta base assentemos os nossos alicerces da riqueza e da grandeza do Brazil”. “Tenho concluído. (Muito bem)”³⁹⁷.

A tomada de posição no Parlamento por parte de parlamentares ligados à maçonaria era uma constante, como vemos nos discursos parlamentares de Samuel Wallace MacDowell, como estes pronunciados em sessão parlamentar de 10 de agosto de 1885, por ocasião da discussão do projeto de extinção gradual do elemento servil, cujos trechos reproduzimos abaixo:

Além disso, e já me tem sido aqui exporbrado, desde 1869, antes da promulgação da lei de 28 de setembro de 1871, entrei em cooperação com alguns amigos para fundarmos no Pará uma associação de emancipação de escravos, a qual perdurou por muito tempo. Consideram-me por isso abolicionista e na minha primeira eleição fui cumprimentado com um aperto de mão de um jornal intitulado “O Abolicionista”, quando parti da província para esta Corte; tive o prazer, em summa, para mim inapreciável de receber por duas vezes, a manifestação significativa de amigos meus, libertando escravos no acto de meu embarque para vir tomar assento nesta Câmara³⁹⁸.

Mais adiante, prossegue o mesmo parlamentar.

Na questão da sociedade abolicionista a que eu pertenci, há um engano ou erro de facto. Trata-se de uma associação que se chamava Associação Philantrópica de Emancipação de Escravos. O nome já está demonstrando a diferença. Fundada em 1869, Ella tinha por fim libertar crianças do sexo feminino, o mesmo pensamento, portanto, que depois, por outra forma, foi incarnado na lei de 28 de setembro (...)³⁹⁹.

³⁹⁵ O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 24 de agosto de 1886, nº 190, p.1.

³⁹⁶ Idem.

³⁹⁷ Idem.

³⁹⁸ DISCURSOS PARLAMENTARES. Typ. de F. da Costa Junior. 1885. Impressas – Setor de Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna. P. 2

³⁹⁹ Ibidem, p.4.

Percebe-se também por este discurso, que o parlamentar maçônico, Samuel Wallace MacDowell, tem uma postura que é claramente identificada com a posição da maçonaria de maneira geral, que defendia uma abolição gradual e sem traumas que não ocasionassem a desestruturação da produção, como era o pensamento majoritário e predominante nas lojas maçônicas.

O jornal A Província do Pará, de propriedade dos maçons Joaquim José de Assis, o Dr. Assis, e de Antonio Lemos, já referenciados nas páginas anteriores, passou a editar através da Corporação Artística dos Empregados da Província do Pará, uma publicação semanal denominada O Abolicionista Paraense, que faz uma campanha aberta e contundente pela abolição. Esta publicação era impressa na tipografia de A Província.

Interessante destacar que em sua página de capa há a informação de que o produto da venda, para a qual não havia preço estipulado, reverteria em benefício da libertação dos escravos do município de Belém⁴⁰⁰. Encontramos apenas dois números dessa publicação, mas que são fartos em informações da época e na variedade de sua estrutura jornalística.

Foi uma publicação que se caracterizou pela forma contundente com que noticiava os fatos, além de publicar frases e poesia a respeito da questão escravista. Desenvolveu também uma espécie de novela jornalística, sob a forma de folhetim, muito apreciado na época, em que descrevia as desventuras dos personagens (escravos), de uma forma a inspirar revolta nos leitores contra o escravismo. E assim era contada a história.

Em vão, mil vezes o desventurado escravo tentava escapar-se à vigilância de seus senhores, e lançar-se ao mar que se espedaçava de encontro aos rochedos”. Continuando, “Um dia porém o mar se incapellou furiosamente, e os tripulantes da embarcação oravam em vão ao Deus que adoravam”... Os tímidos companheiros de zolpick soltaram exclamações e gritos de pavor, e elle abatido, preparava-se a chegar em breve os fins de seus tormentos que dilaceravão seu coração. Preferia a morte a escravidão⁴⁰¹.

E conclui a triste história. “Mas o que vale-me quebrar por alguns momentos as algemas da escravidão? ... Estou longe de minha pátria, e quando o sol amanhã despertar por entre estas rochas meus tyrannos me perseguirão de novo, e outra vez estarei em suas garras... Maldição”.

“O Infeliz Zoldick tomou uma resolução desesperada.
“Morrer”

⁴⁰⁰ O ABOLICIONISTA PARAENSE. Belém, 24 de junho de 1883, nº 04, p. 01. Biblioteca Arthur Vianna. Centur.

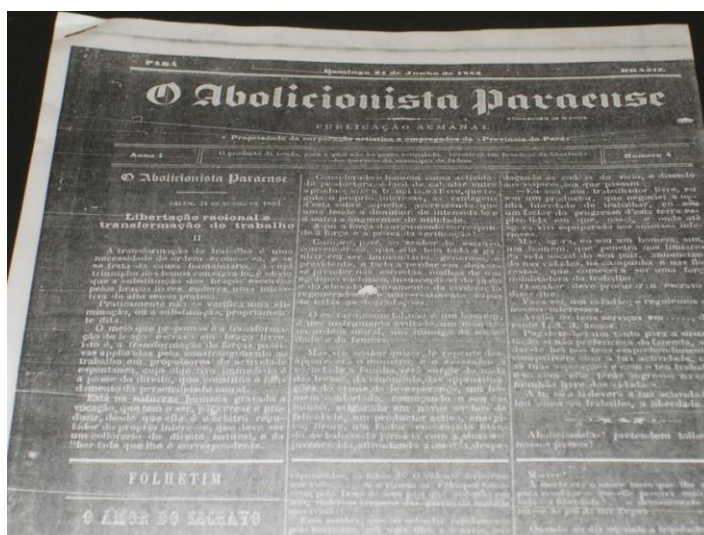
⁴⁰¹ Idem.

“A morte era o único meio que lhe restava para recobrar o elle presava mais que a vida, a liberdade! ... “o desventurado ia reunir-se ao pai de sua Zaljira...”.

Quando no dia seguinte a tripulação do navio procurava o fugitivo, por entre os penhascos das ilhas, encontrou um cadáver ensangüentado no cimo de uma rocha⁴⁰².

Vemos abaixo um exemplar do Abolicionista Paraense.

Figura 14. “O Abolicionista Paraense”



Fonte: Biblioteca Arthur Vianna. Belé, Centur.

Foto :Elson Monteiro (2012).

Ao lado destes folhetins, o Abolicionista Paraense publicava notícias de libertação de escravos, assim como denunciava maus-tratos feitos por senhores escravocratas contra seus escravos. Denunciavam o que chamavam “ato de selvageria” de um senhor que deixou suas duas escravas sem comer nem beber nada, até que terminassem o serviço de duas redes⁴⁰³ que o mesmo mandara fazer. Os redatores o atacavam com os piores epítetos, respondendo aos mesmos. “Os retrógrados, os esclavagistas, esses inimigos terríveis das idéias nobilíssimas que affagamos, procuram a todo transe fazer arrefecer em nosso espírito o entusiasmo que a cada passo mais se avulta deante do grandioso problema que deve ser resolvido com máxima brevidade. Nada, porém, conseguirão”⁴⁰⁴.

Outro aspecto interessante é a publicação de uma coluna com pensamentos abolicionistas, como os publicados na página três do mesmo hebdomadário.

Mantida a grafia original.

⁴⁰² Idem.

⁴⁰³ O ABOLICIONISTA PARAENSE. Belém, 24 de junho de 1883, nº 04, p. 1.

⁴⁰⁴ Ibidem, p. 2.

Os abolicionistas trabalham o que Deus destina, “remir os escravos”.
 A escravidão é uma mancha que só a liberdade pode tirá-la.
 Sede livres foram as palavras de Christo.
 Liberdade e civilização é a alavanca do progresso.
 O escravo hoje liberto aprecia a liberdade duas vezes mais que os próprios libertos,
 porque só se sabe apreciar a verdadeira felicidade depois de ter experimentado a
 desgraça
 Ser livre é ser feliz⁴⁰⁵.

O Abolicionista notabilizou-se pela variedade de suas edições, com as poesias que publicava, sempre abordando a questão da escravidão, com poemas assinados abertamente por maçons. Em sua edição de 01 de julho de 1883, aparece um poema de autoria de J. Amazonas e outra de Paulo Pereira que se assinam como Irmãos, das quais publicamos apenas a primeira e última estrofe de cada.

AOS ESCRAVOCRATAS
 Arredai-vos do caminho
 Infamesmesclavagistas!
 Não queremos confundir-nos,
 Nós somos abolicionistas!
 Arredai-vos do caminho
 Para trás esclavagistas.

 Arredai-vos do caminho
 Nós queremos liberdade,
 Não queremos como irmão
Senhores da humanidade
 Arredai-vos do caminho
 Ei-a, avante, liberdade.
 Ir.: J. Amazonas⁴⁰⁶.

Em outra poesia, em que é referenciado como autor “o insigne maçom Paulo Pereira”⁴⁰⁷, que assim se expressa. Reproduzimos apenas a primeira e última estrofe.

BRADO ABOLICIONISTA
 Away! Away!
 (Byron)
 desabem d`uma vez os preconceitos!
 Por terra o despotismo, o vil direito
 Da negra escravidão!
 Que o sol da liberdade já se mostra
 Altivo, fulgurante, iluminando
 Os plainos d`amplidão!

 Avante briareus dos novos tempos
 Soldados valorosos de uma nova
 Cruzada só de luz!
 Avante! Pois que temos como estrella

⁴⁰⁵ Ibidem, p. 3.

⁴⁰⁶ O ABOLICIONISTA PARAENSE. Belém, 01 julho de 1883, nº 05, p. 3.

⁴⁰⁷ Ibidem, p.4.

A santa liberdade que nos guia,
Pharol que nos conduz⁴⁰⁸.

Vemos assim que por trás dessas publicações estavam sempre presentes os maçons, seja através de proprietários, que financiavam tais publicações, ou através de alguns dos seus colaboradores que escreviam e assumiam deliberadamente sua condição de maçom. No nosso entendimento, isto ocorria para demonstrar de forma bem clara a presença da maçonaria na luta abolicionista.

O jornal A Província do Pará, apesar de não ser um jornal maçônico, mas “profano”, seus proprietários eram maçons, os já citados Dr. Assis e Antonio Lemos. Esse jornal está sempre publicando a participação da maçonaria na campanha abolicionista. Atuando do mesmo modo, também está O Liberal do Pará, de propriedade do maçom Tito Franco, já referenciado neste trabalho, como vemos nos noticiários colocados a seguir.

O Liberal do Pará de 04 de outubro de 1887 publica texto com o título de “Mais uma festa da liberdade”, noticiando reunião realizada no salão de honra da Sociedade Auxiliadora da Instrução, em que se buscava levantar um fundo humanitário para buscar “a solução de um gravíssimo problema – a transformação dos escravos de ontem em amigos de hoje – apagando pela influência da caridade as negras páginas dos cruéis sofrimentos das raças durante tantos séculos escravizadas”⁴⁰⁹. Mais adiante continua o jornal. “Em 1871, a lei avaliou em 7 anos, no máximo, os serviços do escravizado para resgatar a sua liberdade; já lá vão 16 anos e conservamos escravos”⁴¹⁰. E relata a seguinte informação:

Um dia, em Londres, então grande mercado de escravos, onde existiam mais de 20.000, houve um juiz, que proclamou a liberdade delles por uma simples ordem de habeas corpus”.

- É a ruina – ouviu de todos os lados o magistrado.

- Fiat justitia, ruat coelum – respondeo tranquilo.

“Quando teremos um Mansfield? Porque tarda?”⁴¹¹

Continuando no noticiário, a mesma publicação informa mais adiante a ligação da Sociedade Auxiliadora da Instrução, com a maçonaria. Em seu noticioso informa que esta sociedade reuniu-se na loja maçônica Firmeza e Humanidade para distribuição de cartas de liberdade às 8 horas da noite⁴¹². No decorrer dessa notícia, informa ainda sobre o papel desempenhado pelas lojas maçônicas nesta campanha levada a efeito pela dita Sociedade

⁴⁰⁸ Idem.

⁴⁰⁹ O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 04 de outubro de 1887, n° 223, p. 1.

⁴¹⁰ Idem.

⁴¹¹ Idem.

⁴¹² Idem.

Auxiliadora da Instrucção, ao informar, em seu encerramento, feito pelo Sr. Manoel Ferreira Vasques, que:

Tratando do fim da reunião diz, que é a distribuição de cartas de liberdade promovida pela loja Firmeza e Humanidade; que a idéia de uma kermesse, foi concebida pela loja Harmonia e Fraternidade, que celebrou a sua festa em 28 do mez passado. À Firmeza e Humanidade pertence a execução d'esta parte da kermesse que levou a effeito com seus elementos, e apoiada pela generosidade do público⁴¹³.

Das 51 cartas de liberdade, 43 foram promovidas pela referida sociedade e 11 por diversas sociedades, destacando o auxílio da loja Cosmopolita⁴¹⁴.

O mesmo jornal noticia em um comunicado, uma festa maçônica realizada pela benemérita loja maçônica Cosmopolita, em solenidade ocorrida sábado à noite, da posse de sua nova administração, com a presença de todas as beneméritas lojas desta cidade, e que “para corôar dignamente esta festa”, seguiu-se uma cerimônia de entrega das cartas de liberdade que foram concedidas voluntária e generosamente, em louvor da loja Cosmopolita⁴¹⁵. Segue-se anunciando as lojas presentes através de seus representantes: Antonio R. Barata por parte da loja Aurora; Dr. Domingos Olimpio, pela Renascença; Afonso Pacheco, pela Harmonia e Fraternidade; Dr. Guimarães, pela Harmonia e Cardoso de Faria, pela Firmeza e humanidade⁴¹⁶.

Esse tipo de noticiário, dado com amplo destaque em jornais de grande circulação, mostra a presença e o engajamento da maçonaria paraense na luta pela abolição da escravatura. Nessa noite, seguiu-se uma série de entrega de cartas de liberdade em que eram nominados os escravos individualmente⁴¹⁷. Interessante que nessa noite, os escravos libertados o foram pelas mulheres presentes à loja, como se vê nas informações descritas.

Para coroar dignamente esta festa, seguiu-se a cerimonia da entrega das cartas de liberdade concedidas voluntária e generosamente, em louvor da loja Cosmopolita, pelo Sr. Manoel Gonçalves de Brito ao seu escravizado Silvestre; exma. sra. d. Maria José do Couto à sua escravizada Marcolina; exma. sra Júlia Toscano de Vasconcellos à sua escravizada Agostinha; exma sra. d. Maria Augusta da Motta Cardoso à sua escravizada Feliciano; sra. d. Lidia Augusta da Motta Veiga à sua escravizada Rosa, desistindo dos serviços do filho, o ingênuo Acrisio. Estes philantrópicos actos foram recebidos com entusiasticos aplausos⁴¹⁸.

⁴¹³ O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 04 de outubro de 1887, nº 223, p.1.

⁴¹⁴ Idem.

⁴¹⁵ O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 25 de abril de 1888, nº 94, p. 2.

⁴¹⁶ Idem.

⁴¹⁷ Idem.

⁴¹⁸ Idem.

A esses fatos seguiram-se discursos que ressaltavam que “a escravidão, esta vergonha do século, já há muito teria desaparecido, se o espírito da mulher verdadeiramente cultivado, incutisse, desde o berço, no animo de seu filhinho, o horror ao despotismo, à tyrania, à escravidão”⁴¹⁹. “Teria desaparecido, sem dúvida, se o coração da mulher, cheio d’amor e de caricias, se levantasse aos olhos da humanidade, pedindo ao homem a liberdade do homem”⁴²⁰.

As lojas maçônicas estavam profundamente empenhadas na campanha abolicionista, realizando sessões coletivas de libertação de escravos, atraindo senhoras, proprietárias de escravos, sendo que duas delas eram esposas de maçons⁴²¹. Essa atitude, provavelmente, dava-se no sentido de mobilizar a sociedade através de seus mais diversos seguimentos, tornando assim a posição dos escravocratas como algo vergonhoso, diante da atitude de senhoras libertando suas escravas e escravos.

Importante também são as notícias falando de municípios que deixavam de possuir escravos, como esta que aparece no mesmo jornal, na mesma edição, na qual há informação de que o município de Mojú, no interior do Pará, deixou de ter escravos, como vemos a seguir:

- Mojú remido – A freguesia do Moju não tem mais escravos dentro de si. O Sr. Tenente-coronel Diogo Henderson deo a liberdade sem ônus ao seu escravizado Manoel, de 19 annos, e Aguida de 18 annos; e o Sr. collector geral Antonio Ferreira Ferrão deo também a liberdade sem ônus ao seu único escravizado João.

Eram os que existiam no povoado.
urra pela liberdade⁴²².

A notícia é interessante, porque ainda hoje, quando se passa no município de Moju, os seus moradores falam com orgulho, de um canal que existe lá, que liga o rio Moju ao rio Guamá, e que eles afirmam, “foi construído à mão pelos escravos”.

Uma importante iniciativa levada a efeito pela Associação Philantropica d’Emancipação d’Escravos foi a criação das “caixas libertadoras”, cuja iniciativa foi do maçom, Dr. Cordeiro de Castro, conforme descrito na A Província do Pará, em sua edição de 29 de maio de 1882, em cujo noticiário é destacada a presença da maçonaria a respeito desse fato, através do autor da proposta e do apoio que teve de sua loja maçônica⁴²³.

⁴¹⁹ Idem.

⁴²⁰ OLIBERALDO PARÁ. Belém, 04 de outubro de 1888, nº 223, p. 2.

⁴²¹ Idem.

⁴²² Ibidem, p. 3.

⁴²³ A PROVÍNCIA DO PARÁ. Belém, 29 de maio de 1882, p. 02. Biblioteca Arthur Vianna, Centur.

Na mesma notícia o jornal informa que o Dr. Cordeiro de Castro requereu à Câmara Municipal, em nome d' Associação Philantropica d' Emancipação d' Escravos, permissão para colocar no mercado público, nas ruas e praças mais freqüentadas da capital, **caixas libertadoras**, onde, segundo o noticiário, os filhos do povo e do trabalho e até os próprios escravos poderão depositar diariamente, sem acanhamento, o modesto óbolo, que terá por fim aumentar o capital social destinado à remissão de tantos desses infelizes, que ainda gemem sob o férreo jugo da escravidão.

Mais adiante, no mesmo noticiário, o jornal revela a condição de maçom do autor da iniciativa.

Ainda hontem, recebeu esse nosso amigo, uma carta de seu ilustre “irmão”, Sr. C. Magno Loureiro, Venerável da Aug.: loj.: Cap.: Harm.: e Frat.: , scientificando-lhe haver tomado na merecida consideração o seu pedido em favor dos libertandos e nesse intuito feito distribuir circulares pedindo donativos à liberalidade reconhecida dos irms.: dessa Res.: Loj.: , cujas famílias teem em seu seio pessoas bastantemente prendadas”. “Nossos cordiais parabéns à benemérita Associação Philantropica”⁴²⁴.

A Província do Pará de 14 de maio de 1888, informa sobre o que descreve como imponente festa maçônica, realizada na noite de 12 do corrente, pela Loja Maçônica Harmonia, à Travessa Sete de Setembro, descrevendo a iluminação e o engalanamento da loja, com a presença de grande número de maçons, que por sua vez eram “altamente graduados no mundo profano”. Descreve em seguida a sessão que teve início às 09 horas, verificando-se a entrega de 15 cartas de liberdade obtidas antes da apresentação às Câmaras do projeto posteriormente convertido em lei, extinguindo o “elemento servil”⁴²⁵.

O mesmo noticiário destaca ainda o discurso feito pelo orador da Loja Harmonia, que ao referir-se ao movimento abolicionista, enfatizou a presença do “chefe do movimento redemptor nesta província, o preclaro maçom, exc. sr. dr Joaquim José de Assis”⁴²⁶, sobre o qual são feitos vários elogios, inclusive ressaltando que o Dr. Assis, encontrava-se na Europa, no momento em que o abolicionismo apenas começava a ensaiar sua propaganda nesta província, relatando que, este, ao retornar, por iniciativa sua, sua família realizou a libertação espontânea e gratuita de todos os escravizados, em número superior a 60, todos pertencentes à família do mesmo⁴²⁷. A família do Dr. Assis era constituída de ricos fazendeiros do Marajó⁴²⁸.

⁴²⁴ Idem.

⁴²⁵ A PROVÍNCIA DO PARÁ. Belém, 14 de maio de 1888, p. 03.

⁴²⁶ Idem.

⁴²⁷ Idem.

⁴²⁸ SARGES, Maria de Nazaré. Op. Cit., 2002, p.45.

Quanto mais nos aproximamos do final da década de 1880, mais se intensificam as campanhas libertárias. Já às vésperas da abolição surge ainda no Pará, a Liga Redemptora, que teria encontrado geral aceitação na província da idéia de “lavar-se da mancha negra” o município desta capital⁴²⁹.

A Liga Redemptora, juntamente com a Sociedade Reacção contra a Escravidão, iniciou uma campanha para abolir a escravidão em Belém, com a realização de libertação de escravos por ruas ou distritos como vemos no noticiário dos jornais da época.

O noticiário de A Província do Pará, nos primeiros dias de maio de 1888, fala bastante sobre a libertação de escravos, considerando como ruas libertas, aquelas onde não mais existiam escravos, como reproduz no seu noticiário de 08 de maio de 1888, ao noticiar uma reunião da Sociedade Reacção contra a Escravidão, em que faz uma sinopse da sessão de 03 de maio desta sociedade. Informa que o Conselheiro Paes de Andrade reuniu-se na noite de 01 do corrente e que no desempenho de sua missão, percorreu novamente a Paróquia, obtendo excelente resultado⁴³⁰, passando então a enumerar as ruas libertas.

Rua de S. Vicente de Fora – D. Juliana A. da Encarnação Borralho acquiesceu, finalmente, em dar liberdade aos seus escravizados Iria, Pedro e Manoel, sob a condição, porém, de prestação de serviço até o anno de 1889.

O Sr. Joaquim A. E. Borralho ao seu escravizado Felipe, sob a mesma condição.

O Sr. João Coelho E. Borralho ao seu escravizado Heliodor, ainda sob a mesma condição.

Praça Baptista Campos – A exma. esposa do Sr João Caetano Barreto garantio a carta de uma sua escravizada.

Estão assim livres aquella rua e esta praça⁴³¹.

E assim tem continuidade o noticiário, informando ainda que na Rua dos Tamoios – A exma. família Rodrigues Bentes, supondo residir no 1º. Distrito, já deu à Liga Redentora a carta dos seus escravizados - “Está livre essa rua”.

Mais adiante informa sobre a libertação de escravos à Rua Arcipreste Manoel Teodoro, informando que também não tem mais escravos nessa rua⁴³².

Posteriormente faz a seguinte referência:

Rua do Conselheiro Furtado – O Sr. José Narciso do Amaral entregou ao Conselheiro Paes de Andrade 4 cartas de seus escravizados e garantio a de mais 2 que se acham em fuga, logo que apareçam.

O Sr. Higino Gomes comprometeu-se igualmente a passar a carta de uma única escravizada que possui⁴³³.

⁴²⁹ A PROVÍNCIA DO PARÁ. Belém, 04 de abril de 1888, nº 3566. p. 02. Biblioteca Arthur Vianna. Centur

⁴³⁰ A PROVÍNCIA DO PARÁ. Belém, 08 de maio de 1888, nº. 3594, p.2. Biblioteca Arthur Vianna. Centur.

⁴³¹ Idem.

⁴³² Idem.

No mesmo noticiário, temos ainda a informação de que o presidente da referida associação nomeou uma comissão para organizar um livro de ouro, e convidou todos os relatores das comissões para uma reunião sobre as “baixas das matrículas”.

“O Sr. presidente pede ainda à sociedade que determine o dia para a solemne proclamação da libertação da parochia”⁴³⁴.

Interessante notar que neste noticiário, aparece como membro dessa comissão, o Dr. Camilo Salgado, líder espírita e médico, conhecido por sua bondade e por atender gratuitamente aos pobres e que ainda hoje é cultuado entre a população de Belém.

Às vésperas da abolição, A Província do Pará, trás em seu noticiário, como uma “Grande solenidade Redemptora – a libertação da Parochia da Trindade – que proclamou ante-hontem a redempção dos seus escravizados”⁴³⁵. Informando sobre a grande festa popular organizada então, com a presença numerosa de pessoas que afluíam de todos os pontos da cidade enchendo a praça da matriz, “galhardamente decorada com trophéus nos coretos onde tocavam duas bandas marciais”. Referencia o jornal sobre o arrebatamento que tomou conta da multidão quando “o exmo. Sr. conselheiro Tito Franco, presidente da Liga Redemptora, ao assumir a grade do coreto d’onde falavam os oradores, foi victoriado pela multidão. Seu improvisado arrebatador e cheio de conceitos nobres e convincentes, foi muitas vezes interrompido pelos multiplicativos applausos que lhe cobriam a voz”⁴³⁶.

Destaque-se que Tito Franco era nessa época um dos mais importantes dirigentes maçônicos no Estado, conforme já referenciado anteriormente. Porém, o que dá maior destaque a participação dos maçons neste ato, é a informação que é dada na continuidade do noticiário, em que o conselheiro Tito Franco deu a palavra ao Dr. Justo Ribeiro, como representante de diversas associações beneficentes, o qual se referiu à Maçonaria, assim falando⁴³⁷:

Eu sou um enviado dos obreiros da caridade.
Elles também vêm tomar parte nas festas redemptoras com o mesmo entusiasmo que desperta nos corações patrióticos, o sentimento christão do cumprimento de um dever.
(...)

⁴³³ Ibidem, p. 03.

⁴³⁴ A PROVÍNCIA DO PARÁ. Belém, 08 de maio de 1888, nº 3594, p. 02.

⁴³⁵ A PROVÍNCIA DO PARÁ. Belém, 12 de maio de 1888, nº 3598, p. 02.

⁴³⁶ Idem.

⁴³⁷ Idem.

Nas quatro grandes épocas nacionaes, que são as quatro datas gloriosas da nossa história, a maçonaria brasileira ocupou o posto de honra com distincção e hombridade⁴³⁸.

Importante destacar também, que, anteriormente a proclamação da liberdade da paróquia da Trindade, A Província do Pará, em seu número de primeiro de maio de 1888, em uma coluna denominada “Festas Precursoras”, refere-se sobre a libertação do distrito de Pinheiro, hoje denominado Icoaraci, na grande Belém, que na época só se chegava de barcos. O noticiário nos informa do belo espetáculo apresentava no dia a baía do Guajará.

Quase todas as embarcações ali surtas amanheceram embandeiradas em arcos; os trapiches tinham as suas bandeiras desfraldadas; grande número de barcos a vapor estavam em movimento.

A noticia da festa que ia ter lugar na povoação de Pinheiro, redimi-la da escravidão, excitou a curiosidade da população de Belém, a qual em numero considerável, afluio para o cães, a fim de assistir a partida da expedição redemptora⁴³⁹.

No decorrer do noticiário, mais uma vez é percebida a forte presença e influência da maçonaria nestes atos. Ao noticiar o desembarque em Pinheiros e a festa que se seguiu, com a proclamação do Pinheiro-livre, informa o referido jornal que o mesmo Sr. Dr. Joaquim José de Assis, por parte da Liga Redemptora e da respectiva comissão, declarou livre da “mancha negra” aquela povoação, tendo levantado entusiásticos vivas, que teriam sido calorosamente correspondidos⁴⁴⁰. Assim, mais uma vez aparece o líder maçom, Dr. Assis, em ato proeminente da campanha emancipacionista.

Em 15 de maio de 1888, o mesmo “A Província do Pará”, informa sobre as comemorações que se seguiram a assinatura da Lei Áurea, referindo-se aos mesmos em sua coluna “Os Festivais Abolicionistas”.

Ainda não terminaram as festas da redempção.

O povo paraense ainda não está satisfeito; quer manifestar por novas formas o seu júbilo, e sua extrema alegria, pelo facto que, segundo refere o fio eléctrico, foram excitando a admiração, o pasmo do mundo inteiro⁴⁴¹.

O jornal passa então a relatar a grande festa do dia 15 de maio de 1888, na cidade de Belém e as homenagens por onde passava a grande passeata, com foguetes e até salva de 21 tiros. Destaca que no Liberal do Pará, a sua redação foi saudada pelo Sr. Vasques, respondendo o Sr. Tito Franco com um “eloquentíssimo discurso”. A redação do Diário de

⁴³⁸ Idem.

⁴³⁹ A PROVÍNCIA DO PARÁ. Belém, 01 de maio de 1888, p. 2.

⁴⁴⁰ Idem.

⁴⁴¹ A PROVÍNCIA DO PARÁ. Belém, 15 de maio de 1888, nº 3602, p. 02.

Notícias foi cumprimentada pelo Sr. Rebello, respondendo os srs. Campbell e Juvenal Tavares. Saudou A Província do Pará o Sr. Rebello, respondendo em agradecimento o jornalista de A Província, “nosso estimável colega Sr. Dr. Álvares da Costa”⁴⁴². Ressalte-se aí que os dois principais jornais diários envolvidos na campanha abolicionista eram dirigidos por maçons. O Liberal do Pará, fundado e dirigido pelo ilustre maçom Tito Franco e A Província do Pará, fundada e dirigida pelos notórios maçons Joaquim José de Assis, o Dr. Assis, e o futuro Intendente de Belém, Antonio Lemos.

Na continuidade de seu noticiário, informa o mesmo jornal que a passeata comemorativa da abolição da escravatura, passou pelo Grêmio Literário Português onde falou o Sr. Rebello tendo respondido ao discurso o “digno presidente d`aquella útil instituição”, afirmando mais adiante que o comércio também foi saudado pelas lojas Harmonia e Harmonia e Fraternidade, que espalharam “bellas e odoríferas flores sobre os manifestantes”⁴⁴³.

Em outra coluna, o jornal informa sobre outra manifestação ocorrida a noite denominada “A Grande Procissão Cívica”.

Foi uma causa imponente e deslumbrante a procissão cívica, que desfilou da Praça da Independência às 7 horas da noite.

(...)

Seguia-se um esquadrão de cavalheiros, as bandas de música do 15º. Batalhão de infantaria e do arsenal de guerra; o Club “Deus, Pátria e Liberdade”; um grande carro conduzindo uma pyramide representando o progresso; todas as lojas maçônicas representadas com comissões levando os respectivos estandartes; comissões do commercio da Real Sociedade Portuguesa Beneficente, do Grêmio Litterario Português...⁴⁴⁴.

Informa ainda da presença de outras associações, assim como representantes da imprensa, destacando a presença do Liberal do Pará e da Província do Pará, além dos jornais, Diário do Grão-Pará, Diário de Belém, Diário de Notícias, Comércio do Pará, e Amazônia⁴⁴⁵.

A presença dos mais importantes jornais diários nesta campanha, assim como a presença da elite portuguesa, através do Grêmio Literário Português, com todos esses organismos tendo a presença de maçons em seu seio. Percebe-se assim que há uma elite sócio-econômica ligada à Maçonaria paraense ao longo do período estudado.

É possível fazer um levantamento do quadro de membros das lojas maçônicas, com um perfil sócio-econômico e ocupacional de seus membros, através das páginas do Pelicano, no período compreendido entre 1872 a 1873, quando este periódico elaborou uma lista

⁴⁴² A PROVÍNCIA DO PARÁ. Belém, 15 de maio de 1888, p. 02.

⁴⁴³ Idem.

⁴⁴⁴ Ibidem, p. 03.

⁴⁴⁵ Ibidem, p. 03.

nominativa dos indivíduos que estiveram associados à maçonaria paraense. São 905 nomes de maçons arrolados em função da filiação, nacionalidade, ocupação etc., que podem ser consultados ao final deste trabalho no anexo II.⁴⁴⁶

É importante destacarmos a presença dos imigrantes portugueses na maçonaria paraense, onde tiveram importante atuação. Esses imigrantes eram em sua maioria comerciantes, fazendo parte da pequena-burguesia urbana de Belém. Essa presença era tão forte, que durante a “Questão Religiosa”, a Igreja partiu para o ataque a esses membros da comunidade luso-paraense através de um pasquim de autoria desconhecida, intitulado “Brado do Povo”, fato que foi aproveitado pelo Liberal do Pará, para confrontar a Igreja por sua intolerância à maçonaria. O Liberal do Pará reproduziu o artigo que pregava o ódio aos maçons e aos portugueses:

Brado ao Povo.

Filho do povo, baptisado nas águas do caudaloso Amazonas, amando estremecidamente o meu torrão natal, não posso ver sem mágoas que os portugueses aqui residentes tentem esmagar-nos por meio da maçonaria.

A maçonaria, que recebe em seu seio, sem o menor pejo, ladrões, assassinos, devassos e bêbados, não podia deixar de pôr-se ao soldo do audaz estrangeiro, que quer de novo reduzir-nos ao estado vergonhoso de colônia e fazer-nos escravos de portugueses.

Porque a maçonaria protege ladrões e assassinos? É porque ela tira delles proveito, há nisso connivência.

Quem tem hoje segurança na sua vida e propriedade? Si a malvada seita quizer matar-nos, roubar-nos, deshonnar nossas famílias, pode-o fazer [...], se os brasileiros não recobrem os seus brios.

Na reunião do domingo passado havia cerca de 300 galegos, ou portugueses, e apenas uma dúzia de brasileiros, e destes poucos uns são assalariados como um Jorge Sobrinho Roupa Velha, secretário da maçonaria e outros ambiciosos.

Estes estrangeiros tem o arrojo de pedir a expulsão dos nossos patricios, para depois entrarem emmm nossas igrejas, de avental, trolha na mão, derribar as nossas venerandas imagens, calcá-las aos pés, reduzi-las às cinzas, a atira-las ao vento!.

POVO! Quereis ser governado por gente portugueza sem fé, sem lei, sem pátria?

Há portugueses honrados, mas estes não entrarão na súa maçonaria.

Os brasileiros briosos não entram na maçonaria, ou della saem, porque não querem estar sujeitos a uma vil, despresivel canalha.

[...]

Lance o povo um brado immenso, e todos esses morcegos fugirão ou serão esmagados sob o tacão de nossos sapatos.

VIVA A NACIONALIDADE BRASILEIRA!

ABAIXO A MAÇONARIA!

ABAIXO PORTUGUEZES MAÇONS!⁴⁴⁷

A autoria do “Brado do Povo” não foi descoberta, O Liberal do Pará e O Pelicano acusaram D. Macedo Costa de ser o autor do “pasquim sanguinário”, e para isso afirmavam que o Bispo pregava abertamente a revolta como único meio para extinguir a Maçonaria⁴⁴⁸.

⁴⁴⁶ SANTOS, Alan Christian de Sousa. **O que Revelar? O que Esconder? Imprensa e Maçonaria no Findar do Dezenove. (Pará, 1872-1892)**. Dissertação de Mestrado em História Social da Amazônia. Belém, Universidade Federal do Pará, 2011.

⁴⁴⁷ O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 04 de fevereiro de 1873, n. 28, p. 1 – Biblioteca Arthur Vianna, Centur.

É interessante neste momento abordar as relações existentes na Maçonaria da época e o universo da imigração portuguesa no Pará. O historiador Geraldo Coelho afirma que no Pará, as relações entre a comunidade portuguesa da imigração e a Maçonaria foram sempre muito próximas, desde que, em 1831, abriu-se a loja “Tolerância”, a primeira agremiação maçônica a se instalar na Província, congregando grande número de portugueses⁴⁴⁹. Mais adiante, o mesmo autor afirma que coube a José Soares de Azevedo, português natural do Porto e militante na imprensa e na política paraense da época, a designação, pelo Grande Oriente do Brasil, como delegado da ordem no Pará a quando da instalação da loja “Tolerância”⁴⁵⁰.

Vemos assim a importância da maçonaria para a afirmação da sociabilidade portuguesa no Pará. Foram portugueses ligados às lojas maçônicas que realizaram a mais importante obra de filantropia e beneficência da imigração portuguesa no Pará, que foi o caso da Benemérita Sociedade Beneficente Portuguesa.

A presença de portugueses maçons em tal obra é revelada pelo emblema e lema da associação, tendo sido adotado o seguinte lema: “o homem socorro ao homem preste. Mútua beneficência os entes ligue”. Já o seu emblema é formado por um disco, tendo ao centro duas mãos entrelaçadas, envoltas por ramos de acácia⁴⁵¹. Ressalte-se que os ramos de acácia são um símbolo maçônico conhecido, assim como a idéia de beneficência.

Evidenciamos essas questões, no sentido de demonstrar que a sociabilidade maçônica, no período, foi importante elemento de articulação de atividades políticas, como a luta emancipacionista. Essa presença de portugueses na maçonaria é o que explica, na nossa análise, a fundação da Sociedade Filantrópica de Emancipação dos Escravos nas dependências do Grêmio Literário e Recreativo Português, clube que reunia a nata da sociedade portuguesa da época e que servia de apoio aos portugueses que aqui chegavam, mantendo classes para os seus associados, com aulas de português, francês e escrituração comercial.⁴⁵²

⁴⁴⁸ O PELICANO. Belém, 11 de janeiro de 1874, nº 15, p. 4. Biblioteca Arthur Vianna, Centur

⁴⁴⁹ COELHO, Geraldo Mártires. **O Violino de Ingres**: leitura de história cultural. Belém, Ed. Paka-Tatu, 2005, p. 355

⁴⁵⁰ Idem.

⁴⁵¹ Ibidem, p.356

⁴⁵² Ibidem, p. 360

3.4 - MAÇONS E REPUBLICANOS NO PARÁ

A sociabilidade maçônica se refletiu também na participação dos “irmãos” nos grupos republicanos que atuaram nesse movimento no Pará, partindo da fundação do Club Republicano, onde já se nota a presença de membros da Maçonaria entre seus fundadores. No movimento republicano destacaram-se os maçons, Lauro Nina Sodré, Dr. José Paes de Carvalho (depois seria governador do estado na República), Dr. Gentil Augusto Bittencourt, Serzedelo Corrêa, Manuel de Mello Cardozo Barata e outros⁴⁵³.

Archimimo Lima associou a proclamação da República aos trabalhos que ele chama de libertários, desenvolvidos pelos maçons brasileiros, afirmando ainda que a loja Harmonia, em 14 de julho de 1889 celebrou o preconício do advento da República, vista como uma obra gigantesca que vinha há tempos se ocupando a maçonaria brasileira⁴⁵⁴.

Antes, porém, de adentrarmos na questão que se desenvolve no Pará relativo a este movimento, tracemos um panorama do quadro de mudanças estruturais que estão se dando a nível mundial e brasileiro.

A proibição do tráfico negreiro nos anos 1850, produziu um surto de desenvolvimento interno, gerando novas atividades econômicas, novos grupos sociais e novas hierarquias. A expansão da lavoura de café permitiu acumulação de capital em mãos de cafeicultores e grandes comerciantes em algumas províncias, inclusive no norte com a expansão da economia da borracha, apesar da limitação do mercado interno. Surgiram novos grupos sociais ligados a bancos, seguros, companhias de imigração, ferrovias.

Ante esses fatos, o equilíbrio entre poder econômico e poder político começou a ficar contraditório, na medida em que o grupo dos “novos negócios” começou a buscar expandir o mercado interno, enquanto a velha economia escravocrata arraigava-se à manutenção de seus interesses, que a partir daquele momento passaram a emperrar o crescimento e a diversificação econômica.

As lavouras de café do Vale do Paraíba, e os engenhos de açúcar de Pernambuco e Bahia, tinham prosperado alimentados pela mão de obra escrava disponível. Essas áreas de produção, porém, davam sinais de esgotamento já nos anos 1860, pondo às claras a

⁴⁵³ BARATA, Manuel. **Formação Histórica do Pará**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973. P. 344.

⁴⁵⁴ LIMA, Archimimo. “Esboço Histórico”. Boletim do GOB. Apud. Santos, Alan. Op. Cit., 2011, P. 182.

progressiva decadência do trinômio latifúndio-escravidão-monocultura implantado na colônia⁴⁵⁵.

Outro aspecto a destacar-se nesse contexto foi o crescimento da imigração. Vieram pequenas levas de europeus para colônias de parceria ao sul e em São Paulo e grande volume de portugueses para o comércio da corte. Esses processos mudaram consideravelmente a composição populacional do Império, aumentando o número de imigrantes, diminuindo a proporção de escravos e redistribuindo geograficamente a população, atraindo novos habitantes para as cidades⁴⁵⁶.

Em função desse processo de mudanças, a vida urbana cresceu em importância. A cidade passou a ser um pólo de novas atividades, serviços e negócios, ao mesmo tempo em que decaiu a influência do meio rural. É neste mundo citadino que crescem as idéias de reforma do regime de trabalho, de secularização das instituições e de reestruturação do sistema político.

A segunda metade do século XIX no mundo também foi marcada pela segunda fase da Revolução Industrial, que desencadeou uma revolução técnico-científica, que teve início nos meados desse século e tomou grande impulso a partir da década de 1870. Essa segunda fase da Revolução Industrial gerou mudanças profundas que causaram grande impacto nas sociedades a nível mundial, incluindo aí a sociedade brasileira.

As mudanças tecnológicas deram um *status* nunca antes conhecido pelo conhecimento científico. A acelerada urbanização, juntamente com o avanço das comunicações, levou a uma maior difusão do conhecimento. No Brasil, entrou em cena uma nova elite de jovens intelectuais, artistas, políticos e militares, a chamada “geração de 70”, comprometida com uma plataforma de modernização e atualização das estruturas “ossificadas” do Império, baseando-se nas diretrizes científicas e tecnológicas da Europa e dos Estados Unidos⁴⁵⁷.

Esse momento histórico formará uma nova elite de intelectuais de uma nascente classe média, que sofrerá forte influência da filosofia positivista de Augusto Comte - os positivistas tiveram importante papel na estruturação e legitimação do regime republicano - associada à idéia de progresso e ao modismo da participação em “sociedades secretas”, conforme já referenciamos anteriormente.

⁴⁵⁵ ALONSO, Angela. **Idéias em Movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo, Paz e Terra, 2002. P. 77.

⁴⁵⁶ Idem.

⁴⁵⁷ SVECENKO, Nicolau. **História da vida privada. República**: da belle époque a era do rádio- V. 3- S. Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 14.

A ascensão desses “homens novos”, como foram chamados esses grupos, levou à formação de uma elite intelectual pequeno-burguesa urbana, que deu base para a penetração das idéias republicanas e abolicionistas, associadas a outros campos do embate político-ideológico como o federalismo, ensino laico etc.. Esse contingente foi reforçado pela grande penetração de imigrantes estrangeiros. Aos poucos se irá alterando os quadros hierárquicos e de valores da sociedade, na medida mesma em que se consolidavam as práticas do trabalho assalariado e da constituição de um mercado interno mais dinâmico⁴⁵⁸.

A situação de mudanças econômicas e de uma nova dinâmica social, naturalmente levará a transformações políticas. Os novos modos de vida acabarão alterando a forma de pensar das pessoas, e é impossível a sociedade permanecer estática como ressalta o pensamento de Mannheim:

Pero, además de esta dinámica general del proceso histórico, tienen que presentar-se factores de una índole muy diferente antes que la multiplicidad de los modos de pensar se haga perceptible y surja como tema de reflexión. Así, pues, la intensificación de la movilidad social es la que destruye, en primer lugar, esa ilusión que prevalece en toda sociedad estática: que todo puede cambiar, pero que el pensamiento permanece eternamente inmutable. Mas aún, las dos formas de movilidad social, la horizontal y la vertical, obran de manera diferente em esta revelacion de la multiplicidad de los estilos del pensar⁴⁵⁹

É nesse contexto que proliferou o aparecimento de clubes republicanos, culminando com a fundação do Partido Republicano em 1870. No contexto nacional, juntamente com os clubes republicanos, as lojas maçônicas começaram um intenso debate sobre o fim do regime monárquico e a ascensão da República. Esse debate envolveu militares positivistas, pequeno-burgueses urbanos, fazendeiros do oeste paulista, profissionais liberais etc.

Como os clubes republicanos, muitas lojas maçônicas se transformaram em autênticos centros de efervescência republicana. Em São Paulo, as lojas Amizade e América se destacavam. Em seus quadros, podemos encontrar os seguintes nomes: Américo Brasiliense, Américo Campos, Bernardino de Campos, Luís Gama, entre outros. No Rio de Janeiro, destacam-se Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva, Ubaldino do Amaral.⁴⁶⁰

Alexandre Mansur Barata, em sua obra, referencia um folheto assinado por Saldanha Marinho, Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil - Vale dos Beneditinos, que já em 1869 publicou um folheto com o título “O Rei e o Partido Liberal”, onde pregava a necessidade de

⁴⁵⁸ SVECENKO, Nicolau. Op. Cit., 1998, p. 16.

⁴⁵⁹ MANNHEIM, Karl. **Ideologia y Utopia**: introduccion a la sociologia del conocimiento. Pánuco, México, Fondo de Cultura Economica, 1963, p. 6.

⁴⁶⁰ BARATA, Alexandre Mansur. Op. Cit., 1999, p.129.

liberalização real das políticas através da adoção do regime republicano⁴⁶¹. Esse folheto foi reimpresso em 1885 com novos comentários e novo título: “A Monarquia e a política do Rei”.

Harmonizar a autoridade com a liberdade, o direito com o fato – condição eterna da ordem e prosperidade. Tomando como base essa premissa, Saldanha Marinho analisou o processo histórico brasileiro, assinalando os obstáculos impostos à evolução natural da nacionalidade brasileira: o regime republicano, único regime democrático e consonante com a índole americana.⁴⁶²

O movimento republicano, mesmo não sendo um movimento de inspiração maçônica, o manifesto republicano o foi. Segundo o historiador maçônico José Castellani, ele foi redigido e aprovado durante reunião na casa de Saldanha Marinho, seu primeiro signatário, sem ninguém lhe contestar a primazia, pois ele era o grande líder dos republicanos⁴⁶³.

Reynaldo Carneiro Pessoa interpreta que o manifesto é um documento em cujo conteúdo pode ser encontrada uma cautelosa mensagem revolucionária, que requer como necessárias, reformas em todas as estruturas do país, fundamentadas ideologicamente nos princípios da liberal-democracia⁴⁶⁴. Segundo Castellani, o seu texto é da lavra de Quintino Bocaiúva, Salvador de Mendonça e Saldanha Marinho, todos maçons, assim como a maioria dos signatários⁴⁶⁵.

A Maçonaria brasileira posicionava-se a partir de sua cúpula hierárquica, pela República, o que seria acompanhado pelas lojas instaladas nos “orientes” estaduais. A maçonaria do Pará não só entrou nesse embate, como produziu alguns dos mais importantes nomes e lideranças desse movimento, como Joaquim José de Assis, o Dr. Assis, Lauro Sodré, Serzedelo Corrêa e José Paes de Carvalho.

Há dois aspectos nessa questão que talvez tenham levado a Maçonaria a encampar de forma mais firme a questão republicana. O primeiro envolve o fato de que a herdeira do trono, a princesa Isabel, era vista pelos maçons como antiliberal. A questão foi posta por José Murilo de Carvalho, em seu livro “D. Pedro II”, em que afirma que o imperador apoiava o casamento civil, os registros civis de nascimento e morte, a secularização dos cemitérios e teria registrado em seu diário ser contra o ensino religioso em escolas públicas⁴⁶⁶.

⁴⁶¹ Ibidem, p. 130

⁴⁶² Ibidem, p. 130-131

⁴⁶³ CASTELLANI, José. **A Maçonaria na década da Abolição e da República**. Londrina, Ed. Maçônica, A Trolha, 2001, p. 38.

⁴⁶⁴ PESSOA, Reynaldo Carneiro. “O Primeiro Centenário do Manifesto Republicano de 1870” - Separata da revista de História, n. 84, p. 409. In: CASTELLANI, Op. Cit., 2001, p.38.

⁴⁶⁵ CASTELLANI, José. Op. Cit., 2001, p.39.

⁴⁶⁶ CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II**. S. Paulo, companhia das Letras, 2007. P. 156.

Mais adiante, o mesmo autor afirma que D. Pedro não conseguiu transmitir suas convicções à herdeira do trono. Isabel era uma ultramontana. Vivia criticando o pai por sua tolerância religiosa⁴⁶⁷. Em 1888, o Papa Leão XIII concedeu à princesa a Rosa de Ouro, condecoração da Igreja aos chefes de Estado católicos que tivessem realizado grandes atos de benemerência, no caso, a abolição da escravidão no Brasil. Nessa solenidade discursou o bispo do Pará D. Macedo Costa, que havia se envolvido na “Questão Religiosa” com a Maçonaria⁴⁶⁸.

Não teriam percebido os maçons, que os bispos viam no terceiro reinado com Isabel uma oportunidade de ter no governo uma aliada de suas idéias? Daí pode-se depreender que os maçons, vendo essa possibilidade, envolveram-se profundamente na questão republicana.

Outro aspecto a destacar, é que o projeto de modernização conservadora do Gabinete Rio Branco, ficou inconcluso. Rio Branco procurou responder às diversidades e às pressões dessa nova sociedade que se formava no Brasil. Muitas reformas foram abandonadas a meio caminho. Segundo Angela Alonso, o regime não compensou o processo de complexificação social com novas formas de incorporação política. Não foram avante as reformas eleitorais; não se efetivou a secularização do Estado; não foram alterados os mecanismos de centralização política, nem de representação das províncias. O sistema político permaneceu restritivo⁴⁶⁹.

Ao invés de prosseguir o processo de modernização e abrir o sistema político como vinham fazendo vários países à época, os conservadores do Império bloquearam essas reformas, retardando tudo que poderia ser feito e que constava na proposta de Rio Branco, e que, talvez, inviabilizasse a república.

A agenda de reforma desafiou os valores, como a religião de Estado, e os fundamentos econômicos – caso da escravidão – da sociedade imperial. Expôs sua incompatibilidade com as instituições modernas que tinham sido prometidas: a laicização do Estado, a reforma educacional, a expansão da infra-estrutura, etc.⁴⁷⁰.

Rio Branco, líder maçom, quis implementar as reformas modernizantes, que em grande parte era defendida pela maioria dos maçons, republicanos e positivistas. Diante do fracasso das reformas propostas pelo Gabinete Rio Branco, esses segmentos intensificaram a propaganda republicana.

⁴⁶⁷ CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit., 2007, p. 156.

⁴⁶⁸ Ibidem, p. 157.

⁴⁶⁹ ALONSO, Angela. Op. Cit., 2002, p. 93.

⁴⁷⁰ Idem.

Apesar de que o período mais intenso da propaganda republicana, tenha se dado na década de 1880. Nos anos 1870, a questão republicana já aparecia, não só em decorrência da fundação do Partido Republicano em 1870, mas também através de eventos de simbolismo político, onde a Maçonaria se fazia presente, e por isto, sofria ataques de seus opositores, como este fato, ocorrido em Belém, noticiado pelo jornal católico A Boa Nova, em 1875:

Acabamos de ler uma carta vinda da corte, que anuncia uma próxima viagem do Sr. Conselheiro Saldanha Marinho à esta província.

Fora dos mysterios da maçonaria, o autor da carta pensa que a excursão parece ter por objecto questões relativas à futura república.

À ser assim, o ilustre Sr. Dr. Assis vai ter a honra de abraçar o seu distincto chefe”. “Sendo o fim da maçonaria proclamar a república universal, é justa a apreciação, de que a viagem do grão-mestre beneditino ao Pará tenha fins ocultos contra a monarchia.

Tem razão o Sr, Saldanha Marinho em vir ao valle de Belém dar um abraço aos seus fiéis vassallos, pois entre nós, o Visconde do Rio Branco levou um completo codilho.

E a innocente maçonaria não se ocupa com a política.

Bem aventurados os paios da maçonaria porque delles é o reino de Satanaz⁴⁷¹.

No Pará, essa campanha se intensificou com a fundação do Clube republicano em 1886, que passou a publicar o jornal A República, propagandeando as idéias republicanas e realizando reuniões na sede daquele Clube⁴⁷².

O Partido Republicano do Pará teve como um dos seus principais líderes, como já dito, Lauro Sodré, que por essa época foi uma das maiores lideranças maçônicas do Estado, assumindo a direção do Partido ao lado de republicanos históricos e maçons como Paes de Carvalho, presidente do diretório e Gentil Bittencourt⁴⁷³.

O jornal A República, juntamente com O Liberal do Pará, foram os grandes divulgadores das idéias republicanas no Estado. No Liberal do Pará, está presente outra figura de maçom ilustre, que é o Dr. José Joaquim de Assis, o Dr. Assis, liderança abolicionista e republicana. Nas páginas dos dois jornais, ocorreu uma controvérsia que não deixou de estar vinculado à sociabilidade maçônica. Nas páginas dos mesmos, duas das principais lideranças da Maçonaria paraense travaram intenso debate.

De um lado, nas páginas do Liberal do Pará, defendendo uma monarquia liberal, estava o Conselheiro e Tito Franco e de outro, no A República, o republicano Lauro Sodré. Explica-se essa situação, pelo fato de Tito Franco ser um liberal monarquista que defendia apenas uma maior democratização da Monarquia, acompanhada da abolição da escravidão,

⁴⁷¹ A BOA NOVA. Belém, 07 de setembro de 1875, nº 69, p.04.

⁴⁷² FARIAS, William Gaia. **Os Intelectuais e a República no Pará**. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) Núcleo de Altos Estudos da Amazônia. Universidade Federal do Pará. Belém, 2000, p.24.

⁴⁷³ JORNAL A REPÚBLICA. Órgão do Partido Republicano, Anno I. Belém, Biblioteca Arthur Vianna. Centur.

enquanto Lauro Sodré era abertamente republicano. Essa situação refletia algo que acontecia a nível nacional dentro da Maçonaria, pois Rio Branco era um líder maçom abolicionista e liberal, mas não necessariamente republicano, ao contrário de Saldanha Marinho, que como Lauro Sodré, era desabridamente republicano.

Vejamos textos escritos por ambos nos respectivos jornais. Tito Franco, usando as páginas do “Liberal do Pará”, escrevia:

Chegamos ao fim da crítica das pretensões reformadoras do Club Republicano do Pará.

(...)

Os republicanos ignoram completamente a nossa organização política, e por isso querem reforma-la a retrogradando; oferecem-nos menos, muito menos, de que temos

(...)

Seo objetivo é a imitação da grande revolução franceza, seus princípios fundamentais os grandes princípios de 1789.

(...). Eilo-los:

Os representantes do povo francez(...) declara em Assembleia Nacional (...), os seguintes direitos do homem e do cidadão:

- Art. 1º. Nascem os homens e ficam livres e eguaes em direitos. Não podem as distincções sociaes ser fundadas senão em utilidade comum.

Estes princípios estam na legislação do Brasil;

- que é a associação política de todos os cidadãos, que formam uma nação livre e independente (Constituição, art. 1º).

- que abolle todos os privilégios não essenciaes e inteiramente ligados nos cargos por utilidade pública (idem, art. 179, & XVI).

- que decretou em 1871 que ninguém nasceria mais escravo, e em 1888 que ninguém mais existia escravizado⁴⁷⁴.

E mais adiante, respondendo ao artigo da Constituição revolucionária da França, que garantia os direitos à liberdade, à propriedade, à segurança e resistência à opressão, afirmava Tiro Franco nas páginas de O Liberal do Pará, em defesa da Monarquia e na tentativa de provar desnecessária a República. Citando a Constituição do Império brasileiro, afirmava que eram invioláveis os direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros e que esses direitos tinham por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, sendo garantidos pela Constituição⁴⁷⁵.

O artigo do Conselheiro Tito Franco teve dura resposta de Lauro Sodré, através do jornal A República, como vemos abaixo.

As leis de que nós falamos, Sr. Conselheiro, não são as leis que V. Exc. e seus colegas elaboram.

(...)

Nós, os republicanos paraenses, pregamos o advento da reorganização da pátria pela política científica, com a substituição da vontade absoluta do rei pelo poder impessoal da lei, porque a observação criteriosa no campo da história está

⁴⁷⁴ O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 11 de janeiro de 1889, sexta-feira, n. 9 p. 1

⁴⁷⁵ Ibidem, p. 2

mostrando que, desmanchado espontaneamente o regimen theológico-militar que durante os tempos medievos, trouxe a humanidade acorrentada ao dogma da origem divina da autoridade, há de necessariamente vingar o regimen francamente democrata da igualdade perante a lei pela adopção do suffragio, e da igualdade na execução da lei, pela temporariedade e elegibilidade do mandato soberano.

(...)

Do que fica exposto verifica-se que o manifesto republicano, escripto sob a influencia das doutrinas philosophicas modernas, longe está de grangear para os seus signatários o qualificativo, que lhes foi dado pelo Sr. Conselheiro Tito Franco⁴⁷⁶.

Vemos assim, que a República era defendida majoritariamente pela Maçonaria paraense, mas não era unanimidade. O que era unanimidade era o liberalismo, monárquico ou republicano, mas a sociabilidade maçônica travava intenso debate buscando influenciar a sociedade e as instâncias de poder.

Ao longo da década de 1880, esse debate foi travado entre Tito Franco e Lauro Sodré, não só através dos jornais supracitados, mas também pelas páginas de jornais como A Província do Pará, do maçom Antonio Lemos e do Diário de Belém⁴⁷⁷.

Lauro Sodré, o mais importante líder republicano paraense e um dos grandes líderes da Maçonaria brasileira e paraense no final do século XIX e início do XX, fundou, ao lado de outros republicanos históricos, em 11 de abril de 1886, o “Club Republicano do Pará”, sendo um dos responsáveis pela elaboração dos estatutos dessa agremiação, e igualmente responsável pela organização do jornal A República. Foi também autor do segundo manifesto do Club Republicano do Pará, lançado em 07 de setembro de 1888, manifesto que foi severamente criticado pelo Conselheiro Tito Franco de Almeida em defesa da Monarquia⁴⁷⁸.

Interessante vermos as idéias do líder maçom e republicano paraense Lauro Sodré, que associava a idéia de República ao voto universal, ao federalismo, a instrução popular e à honestidade governamental, pois afirmava:

A República será o regimen dos poderes sociaes como delegações da nação creados exclusivamente pelo suffragio universal”. (...)

“A república será para o Brasil a federação das províncias, constituídas estas de sorte que lhes fique assegurada a sua autonomia e independência na gerencia dos seus interesses privados, garantida a integridade da pátria e a unidade nacional pela existência de um poder central (...)

A república há de ser a instrucção popular gratuita com o ensino especial e profissional. Há de ser a economia severa das despesas públicas, (...), extintos os cargos creados exclusivamente para os filhotes dos caudilhos políticos.⁴⁷⁹

⁴⁷⁶ A REPÚBLICA, Belém, 4 de janeiro de 1889, sexta-feira, n. 3, p. 1.

⁴⁷⁷ COELHO, Geraldo Mártires. *PREFÁCIO*. In: SODRÉ, Lauro. Op. Cit., 1977, p. IV.

⁴⁷⁸ Idem.

⁴⁷⁹ SODRÉ, Lauro. Op. Cit., 1977, p.60.

Há na historiografia análises que procuram desvalorizar a influência da propaganda republicana na Proclamação da República, ressaltando que este evento, a República, se deu em função da fragilidade do Império ou em decorrência exclusivamente da ação dos militares descontentes com os desentendimentos existentes entre estes e o Imperador. Esse é o caso de historiadores como Nelson Werneck Sodré e Leôncio Basbaum.

Farias afirma que a participação dos militares foi importantíssima, mas não se pode superestimar seu papel na Proclamação, pois houve um grupo de republicanos que, o tempo todo, procurou propagar as idéias republicanas. Nesse caso, o autor defende que a República foi resultado da conjugação de esforços dos republicanos históricos e outros que aderiram ao movimento dos militares⁴⁸⁰. O mesmo autor afirma mais adiante em seu trabalho, que no caso paraense é difícil, por exemplo, pensarmos em um rigoroso distanciamento entre os republicanos civis e militares⁴⁸¹.

Faz o autor esta referência, observando a atuação dos líderes maçons e republicanos e também militares, dos tenentes Lauro Sodré e Serzedelo Corrêa, que não só defendiam o ideal republicano nos quartéis, como foram ávidos freqüentadores do Club Republicano⁴⁸².

Em grande parte, a propaganda republicana tinha à frente maçons, depreendendo-se daí, que esse debate era também travado nas lojas maçônicas de Belém, corroborado por fatos como o ocorrido em 1887 em evento organizado pelo Club Republicano e pela Loja Maçônica Harmonia e Fraternidade, em festa que contou com a participação de quatro mil pessoas na entrega de cartas de liberdade a escravos, mostrando assim a aliança existente entre republicanos, abolicionistas e maçons⁴⁸³.

Outro momento que demonstra a atuação conjunta de maçons, republicanos e abolicionistas, se dá, quando da criação em Belém, em 1888, da Liga Redemptora, uma sociedade emancipacionista de cuja fundação participou também o Club Republicano do Pará. Ainda em 1888, essa agremiação republicana foi reconhecida pelo Club 13 de maio, outra agremiação abolicionista, como “sócio benemérito”, por colaborar com a Escola de Artes Ofícios 13 de maio, que objetivava levar a instrução ao povo, especialmente aos cidadãos e assim torná-los úteis à sociedade⁴⁸⁴.

A presença maçônica na campanha republicana também se apresenta, do mesmo modo que na abolição, na criação de jornais que se engajaram nessa campanha, como O Futuro,

⁴⁸⁰ FARIAS, William Gaia. Op. Cit., 2000, p. 32.

⁴⁸¹ Ibidem, P. 34.

⁴⁸² Idem.

⁴⁸³ FARIAS, William Gaia. **A Construção da República no Pará (1886-1897)**. Tese (Doutorado em História Social) Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005.

⁴⁸⁴ BARATA, Alexandre Mansur. Op. Cit., 1973, p. 348. In: FARIAS, Op. Cit., 2005, p. 29.

fundado pelo notório líder maçom José Joaquim de Assis, o Dr. Assis, assim como A Província do Pará, que de porta-voz do Partido Liberal acabou assumindo a causa republicana.

Este jornal, A Província do Pará, foi fundado a partir da redação do jornal maçônico O Pelicano por um dos proprietários do mesmo, o jornalista maçom Francisco de Sousa Cerqueira, que em 1876 vendeu o jornal para o Dr. Assis, que teve como sócio nesta empreitada o jovem Antonio Lemos, já referenciado como maçom, que se tornaria uma das maiores lideranças políticas de Belém na República. A Província do Pará tinha a sua redação composta, na sua maioria, por republicanos.⁴⁸⁵

Reafirmamos nossa tese de que a maçonaria, ao longo da segunda metade do século XIX, foi importante instituição na sociedade paraense, disputando o poder e influenciando o conjunto do contexto social. Foi organismo importante nas mudanças que acompanharam a sociedade brasileira no período e não somente nas questões maiores como a abolição, a República, mas em todos os campos nos quais essas transformações implicavam, como na educação (defesa do ensino laico), Estado laico, casamento civil, imigração. Na questão da imigração, é importante notar que esta passava pela existência não somente de um Estado laico, mas também pela ampla liberdade religiosa, que permitiria a imigração para o Brasil de áreas protestantes da Europa, como a Alemanha (vide a forte presença da Igreja luterana no Rio Grande do Sul, tendo por base os descendentes dos imigrantes alemães).

Essas questões passavam também pelo casamento civil e pela secularização dos cemitérios. Interessante que esses assuntos, que poderiam ser chamadas de menores, já que as grandes questões eram a abolição e a proclamação da República, estavam também presentes nos debates travados na imprensa da época. Vejamos alguns comentários que apareciam no jornal A Boa Nova, da Igreja católica, atacando a maçonaria por sua defesa do casamento civil. Defendia que o matrimônio é um sacramento, e que à Igreja tem a incumbência de legislar sobre as condições de legitimidade desse sacramento, e que isso seria uma causa santa⁴⁸⁶.

Ressalte-se que o projeto de casamento civil foi iniciativa do líder maçom Saldanha Marinho e a Igreja reagiu fortemente a esse projeto de lei.

Uma lei tão antiphatica, tão immoral, como é a do casamento civil obrigatório, não será executada no Brasil sem grande agitação.

Fallemos claro. Quem quer o casamento civil neste paiz? A grande maioria da nação, o povo propriamente brasileira, que estaciona nos vastos sertões do império,

⁴⁸⁵ SARGES, Maria de Nazaré. **Memórias do Velho Intendente**. Belém, Paka-Tatu, 2002, p. 46-47

⁴⁸⁶ A BOA NOVA. Belém, 19 de março de 1879, n. 23, p. 01.

não quer saber de casamento civil, porque considera-o com toda razão o concubinato descarado.

A população de nossas cidades litoraes está dividida graças as prédicas do liberalismo e do maçonismo (...)

O Brasil catholico, que se compõe da immensa maioria do nosso povo, não pode ficar esmagado pela opinião de uam minoria de livres pensadores ou protestantes, que se apoderaram das ameias do poder⁴⁸⁷.

A separação Igreja-Estado também era violentamente atacada pela Igreja através do jornal A Boa Nova, atacando, inclusive, o líder maçom Saldanha Marinho, cujo nome simbólico, nos rituais das lojas, era *Ganganelli*. Vejamos abaixo.

Igreja livre no Estado livre significa – Igreja escrava n`um estado ateu, como já ponderou o illustrado Bispo desta diocese. Os maçons que defendem a religião d`Estado, ou como alguns dizem, uma religião nacional, o que pretendem?

Não se iludam os catholicos, quando os maçons de Ganganelli clamam pela reforma do artigo 5º da Constituição, e promettem à Igreja liberdade é uma ficção, ou antes, é um laço armada à boa fé de muitos, pois o intuito final é destruir o catholicismo, e para isto tractam de tirar-lhe todos os meios de vida sob pretexto de liberdade, para torná-lo impotente ou escravo⁴⁸⁸.

A Proclamação da República levou à ascensão, no Pará, de lideranças republicanas ligadas à Maçonaria, como Lauro Sodré, Antonio Lemos e Serzedelo Corrêa. Ao assumir como primeiro governador republicano no Pará, Lauro Sodré buscou implementar várias das questões que fizeram parte dos debates que antecederam a Proclamação, como o voto universal, o federalismo, a grande naturalização em defesa da imigração e o ensino popular gratuito, como ele expressava em sua obra *Crenças e Opiniões*:

A República será o regimen dos poderes sociais como delegação da nação creados exclusivamente pelo suffragio universal, sem o rei por graça de Deus e sem aclamação dos povos; (...)

A República será para o Brasil a federação das províncias (...)

A República há de ser a instrucção popular gratuita com o ensino especial e profissional, (...) ⁴⁸⁹.

No primeiro governo republicano de Lauro Sodré houvetambém o início de uma política voltada para a questão da imigração, que era uma das preocupações dos defensores de um Estado laico e republicano, na medida em que a promoção da imigração poderia trazer imigrantes das áreas protestantes da Europa e por isso sofria oposição da Igreja católica. Essa questão se colocava entre os embates do século. Os maçons apoiavam a imigração e relacionavam essa política com a questão da separação da Igreja do Estado. Esta era

⁴⁸⁷ A BOA NOVA. Belém, 05 de abril de 1879, n. 28, p. 01.

⁴⁸⁸ A BOA NOVA. Belém, 28 de julho de 1873, p. 1.

⁴⁸⁹ SODRÉ, Lauro Nina. Op. Cit., 1977, p. 60.

necessária para impulsionar a vinda de imigrantes para o Brasil, questão que já abordamos e que também estava vinculada ao debate sobre a abertura do rio Amazonas à navegação internacional.

No governo do líder republicano e maçom paraense, Lauro Sodré, este enviou mensagem ao Congresso do Estado do Pará, defendendo a criação de núcleos coloniais agrícolas em municípios paraenses, aprovando lei que garantia ao imigrante lote colonial de 25 hectares.

esse problema capital da imigração, só agora é que de facto póde se dizer que entre nós passou da aspiração à realidade. E, como sempre, quando da theoria se chega à prática, da propaganda aos factos, está hoje desafiando a oppugnação de alguns espíritos, a quem a lição da sciencia econômica levaria a comndenar por errada essa intervenção do governo em tal campo da actividade humana, que melhor seria deixar entregue à iniciativa individual⁴⁹⁰.

Apesar de não considerar que isso, a promoção da imigração, devesse ser função normal de governo, argumentava que o Estado não poderia furtar-se à tarefa de promover uma corrente de imigração, diante do fato crítico de falta de mão-de-obra. Essa tarefa tornava-se ainda mais necessária quando um estado como o nosso, sofria uma campanha quase que sistemática para desacreditá-lo, campanha essa que depreciava o nosso clima, as nossas condições econômicas, o nosso estado social⁴⁹¹.

Ressalte-se que a proposta da grande naturalização, implementada pela República, foi proposta de iniciativa do líder maçom Saldanha Marinho. No Pará essa posição levou o Partido Republicano a realizar um trabalho de facilitação de naturalização aos estrangeiros que assim o desejassem.⁴⁹²

Interessante que após a proclamação da República, fato no qual a sociabilidade maçônica interagiu de forma bastante atuante, e que, em certo sentido, a Maçonaria assumiu o poder, através de ilustres membros dessa Ordem, e não só a nível nacional, como já demonstrado anteriormente neste trabalho, em que todo o primeiro ministério de Deodoro foi constituído de maçons, além do próprio presidente.

No Pará, a disputa da liderança política pós-proclamação foi travada por duas das principais lideranças dessa Instituição, que foram Lauro Sodré e Antonio Lemos, cujas

⁴⁹⁰ Mensagem dirigida pelo Sr. Governador Dr. Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em sua reunião em 1º de fevereiro de 1897. Belém, Typ. Do Diário Oficial. Op. Cit., 1977, p. 27.

⁴⁹¹ Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. Lauro Sodré Governador do Estado, no dia 1º de fevereiro de 1897. Op. Cit., 1977, p. 28.

⁴⁹² JORNAL "A REPÚBLICA". Belém, 07 de dezembro de 1886. Belém, biblioteca Arthur Vianna. Centur.

facções políticas passaram à história conhecidas como “lauristas” e “lemistas”, refletindo na sociedade um posicionamento que também era fruto da sociabilidade maçônica⁴⁹³.

No dizer de Geraldo Coelho, Lauro Sodré e Antonio Lemos foram dois pólos do sistema oligárquico paraense da República Velha, onde “lauristas e lemistas travaram uma luta pelos espaços de poder e pelo controle do seu exercício. Essas correntes políticas acabaram reproduzindo no Pará os mecanismos e os métodos da política oligárquica brasileira, fazendo do Estado uma caixa de ressonância dos interesses que, em termos nacionais, procuravam alternar-se no domínio da máquina política da República⁴⁹⁴”.

Percebemos assim, que havia divergências políticas e de interesses no processo de sociabilidade maçônica que geravam conflitos contundentes entre as lideranças da maçonaria. Neste sentido, é singular o caso de Lauro Sodré e Antonio Lemos. Ambos vieram das fileiras do Partido Republicano do Pará. Após a Proclamação da República, Lemos se elegeu senador e Sodré foi o primeiro governador republicano do Pará, eleito pelo Congresso Constituinte.

Quando se deu a nível nacional o rompimento entre Francisco Glicério e o presidente Prudente de Moraes, Antonio Lemos ficou ao lado de Justo Chermont e Augusto Montenegro, que apoiaram o presidente e Lauro Sodré declarou apoio à Glicério. A cisão era entendida como algo inevitável, pois os posicionamentos dos membros do PRP eram divergentes⁴⁹⁵. Podemos dizer que a partir desse momento os políticos paraenses ficaram divididos em dois grandes grupos – “lauristas” e “lemistas” – que durante a virada do século iriam disputar ferrenhamente o controle político no estado do Pará confrontado-se ao longo da primeira república⁴⁹⁶.

A presença da maçonaria, seja através de suas lojas, seja através da atuação de seus membros, foi importante elemento de atuação e influência na sociedade paraense da época, agindo não só no contexto das lojas maçônicas, que funcionaram como importante elemento de sociabilidade no período, como também nos diversos mecanismos de ação como a imprensa, assim como nas instâncias de poder, pois muitos dessas lideranças maçônicas foram poderosos políticos de sua época.

Foram maçons senadores como Tito Franco, deputados do Partido Liberal como Dr. Assis, governadores como Lauro Sodré e intendentes municipais de uma capital como Belém, de grande importância econômica na época em função da exportação de borracha, como foi o

⁴⁹³ ROQUE, Carlos. **Antonio Lemos e sua Época**. Belém, Amazônia Edições Culturais Ltda., 1973.

⁴⁹⁴ COELHO, Geraldo mártires. *PREFÁCIO*. In: SODRÉ, Lauro. Op. Cit., 1977, p. V.

⁴⁹⁵ FARIAS, William Gaia. Op. Cit., 2005, P. 263-264.

⁴⁹⁶ Idem.

caso de Antonio Lemos, que fez uma reforma urbana memorável na cidade e cujos monumentos e bairros abertos estão até hoje embelezando a cidade⁴⁹⁷.

3.5 - BENEFICÊNCIA E EDUCAÇÃO: CAMPOS DE ATUAÇÃO DOS PEDREIROS-LIVRES.

3.5.1 - BENEFICÊNCIA

A beneficência sempre foi um espaço privilegiado na sociabilidade maçônica, assim como a filantropia foi um campo de atuação que ajudou a fortalecer externa e internamente a Maçonaria. A idéia de filantropia presente na maçonaria brasileira do século XIX, segundo Falcon, mantinha relação direta com o pensamento ilustrado e, segundo o “pragmatismo das luzes”, as práticas filantrópicas deveriam ser calcadas em atitudes e sentimentos humanitários. Escravidão, doença, fome, pobreza, desemprego, guerra e patriotismo, e podemos acrescentar a ignorância e o analfabetismo, foram alguns dos principais temas com os quais a idéia de filantropia esteve associada⁴⁹⁸.

Influenciados pelo espírito das “luzes”, os maçons viam-se como os que podiam ajudar (cidadãos ativos) aos que eram percebidos como despossuídos (cidadãos passivos), auxiliando os que recebiam e fortalecendo poder daqueles que davam⁴⁹⁹.

Podemos assim dizer que no plano externo, a luta pela abolição da escravatura, com ações visando à libertação dos escravos, não deixa de repercutir como uma ação filantrópica da Maçonaria, na medida em que esta arrecadava recursos para comprar alforrias.

Ainda no plano externo, a beneficência maçônica foi aplicada através de obras e campanhas de caráter assistencialista, buscando favorecer sempre os segmentos mais pobres da população. A criação de escolas noturnas para os segmentos sociais mais pobres enquadrava-se nessa perspectiva.

Segundo Carmem Sylvia Vidigal Moraes, a maçonaria não se limitava a abrir e sustentar escolas. Sua atuação estendia-se a várias obras de beneficência, como prestar auxílio aos pobres, às vítimas de epidemias, aos flagelados da seca do nordeste, e promover outros atos filantrópicos, como libertar escravos⁵⁰⁰.

⁴⁹⁷ SARGES, Maria de Nazaré. Op. Cit., 2000.

⁴⁹⁸ FALCON, Francisco. Op. Cit., 1986, p. 65-76. Apud, SANTOS, Alan. Op. Cit., 2011, p. 170.

⁴⁹⁹ SANTOS, Alan. Op. Cit., 2011, p.171.

⁵⁰⁰ MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. In: SOUSA, Cyntia Pereira de. Op. Cit. 1998, p. 14.

A mesma autora cita o exemplo da fundação em 1873 da Sociedade Propagadora da Instrução Popular, com o objetivo de ministrar, por meios de cursos noturnos e gratuitos, os conhecimentos indispensáveis ao cidadão e ao operário.⁵⁰¹

No Pará, além das escolas criadas pela Maçonaria, citamos como a mais importante obra filantrópica dessa instituição, a criação do Hospital Beneficente Português, criado por iniciativa de maçons portugueses, referenciado anteriormente neste trabalho.⁵⁰²

No plano da filantropia interna, a Maçonaria atuou e atua como uma Sociedade de Auxílio Mútuo, auxiliando os seus próprios membros, assim como suas famílias. Muitas Lojas se juntam e criam organismos de ajuda a viúvas de irmãos que vão para o “oriente eterno”. É comum, em todos os rituais maçônicos, a coleta de “metais” para ajuda aos necessitados, fazendo parte desse contexto a famosa solidariedade entre os irmãos, auxiliando-se mutuamente em negócios e nas suas atividades, o que levou até a criar um mito de que “quem entra na Maçonaria fica rico”, o que é motivo até de piada entre os maçons, porque esse não é um axioma verdadeiro. A verdade é que a filantropia é um dever do maçom e das lojas, sendo isto característica prevista nos estatutos da Ordem.

O posicionamento de desenvolver atividades beneficentes é uma característica universal da Maçonaria, como demonstra esta notícia veiculada pelo jornal “O Pelicano”, do “Oriente maçônico do Pará”.

Em Philadelphia, Troy, Nova Orleans, e outras cidades da União América há sociedades de socorros para os maçons e suas viúvas. Em Cuba a caridade maçônica é profusa. (...). Em Londres existe uma grande associação intitulada “Instituição de Beneficência Maçônica, estabelecida em 1824, a fim de dar pensões e procurar asylo aos maçons velhos e desvalidos. Há na mesma capital outra instituição em favor das viúvas de maçons pobres⁵⁰³.

O mesmo periódico continuou fazendo referências sobre outras instituições de auxílio a crianças pobres, velhos, viúvas e desamparados em geral, em cidades como Paris, Lyon, e em países como a Suíça, Prússia etc.⁵⁰⁴.

Era comum no noticiário de jornais da época, principalmente os editados pela Maçonaria, como O Pelicano, a referência a ações de beneficência desenvolvidas pela Maçonaria do Pará. Vejamos algumas:

⁵⁰¹ Idem.

⁵⁰² COELHO, Geraldo. Op. Cit., 2005.

⁵⁰³ O PELICANO. Belém, 30 de junho de 1872, nº. 3, p. 4.

⁵⁰⁴ Idem.

Beneficência

A Loja Cap.´. Cosmopolita tendo em uma de suas sessões transactas resolvido que dos seus cofres se enviasse à comissão de Socorros de Cametá, a importância de quinhentos mil réis, em gêneros dietéticos, para serem distribuídos aos enfermos pobres, fez embarcar os referidos gêneros no vapor Soure que para ali sahio no dia 26 do corrente (...)

Na mesma sessão esta Augg.´. Off.´. nomeou duas commissões para pedirem quaisquer objetos que hão de compor um – Bazar de caridade – cujo producto será applicado somente a socorrer os enfermos pobres do interior da província, onde grassão as febres palustres. A maçonaria assim procedendo cumpre o mais sagrado, como o mais grato de seus deveres⁵⁰⁵.

Em outro número apresenta a seguinte notícia:

Leilão de caridade

O leilão de offertas que a Augg.´. Loj.´. Cosmopolita promoveu e obteve a benefício dos necessitados e enfermos de Cametá, está sendo anunciado para a tarde de domingo, 22 do corrente, no Jardim mythologico, dos srs. Gomes Júnior & Cia, além de Nazareth.

É de esperar grande concorrência⁵⁰⁶.

Poderíamos referenciar inúmeras notas como essas que aparecem nos jornais da época. Podemos afirmar que a beneficência maçônica tem um caráter muito amplo, pois além do auxílio mútuo, das ações de caridade, podemos também dizer que as compras de alforria de escravos e a fundação de escolas gratuitas para trabalhadores pobres, além da fundação de asilos e hospitais como já referenciado, enquadram-se no universo da beneficência maçônica.

O jornal A Província do Pará, de propriedade do maçom Antonio Lemos, noticiando a respeito do surto de varíola que assolou Belém por volta de 1888, nos informa sobre a atuação dos médicos maçons ligados à Loja “Harmonia e Fraternidade”, que buscando “suavizar as condições dos indigentes”, realizaram juntamente com todas as outras lojas maçônicas o que foi denominado “a cruzada da caridade”⁵⁰⁷.

Esse trabalho, que contou com a participação dos médicos maçons José Paes de Carvalho, Pedro Leite Chermont, Manoel de Moraes Bittencourt e Luís A. de Araújo Bahia, foi apoiado amplamente pela maçonaria que forneceu medicamentos, desinfetantes, roupas etc.⁵⁰⁸.

Eu diria, porém, que o grande trabalho filantrópico da Maçonaria se daria na área da educação. Um grande investimento seria feito pelos maçons de apoio à educação da infância e da juventude no Brasil e na Província, e depois Estado do Pará. Essa ação colocava-se em

⁵⁰⁵ Ibidem, P. 4

⁵⁰⁶ O PELICANO. Belém, 22 de setembro de 1872, nº 27, p. 2.

⁵⁰⁷ A PROVÍNCIA DO PARÁ. Belém, 18 de dezembro de 1888. P. 2

⁵⁰⁸ Idem.

uma perspectiva que visava o progresso econômico e social do Brasil, acompanhado de um ensino de qualidade, laico e em condições de servir a maioria da população⁵⁰⁹. É exatamente sobre essa ação da Maçonaria no campo educacional que passaremos a abordar.

3.5.2 – A AÇÃO MACÔNICA NO CAMPO EDUCACIONAL

Estivemos vendo ao longo deste trabalho que a maçonaria como um todo e a paraense também, atuou ao longo da segunda metade do século XIX em todos os campos nos quais pudesse influenciar a sociedade em seu conjunto, atuando na imprensa, no parlamento, nos partidos políticos etc. Outro campo de atuação em que a maçonaria se fez presente foi no campo cultural, no qual atuou inicialmente através de publicações de revistas, jornais, assim como nos clubes e associações culturais. A partir da década de 1870 passou a ser alvo de preocupação e discussão nas lojas maçônicas a questão da educação da juventude, dominada no Brasil oitocentista pelo ensino religioso, o que se aprofundou com a volta dos jesuítas ao país.

Após a “Questão Religiosa”, a maçonaria assumiu cada vez com mais força a defesa do ensino laico, o que ia de encontro às suas posições históricas anticlericais e da defesa de um pensamento liberal e cientificista, apoiado também pelas posições positivistas de muitos maçons, como no caso do Pará, onde maçons como Lauro Sodré e Serzedelo Corrêa assumiam-se também como positivistas e republicanos. Veremos mais adiante que Lauro Sodré, quando no governo do Pará, após a República, investiu em escolas públicas laicas.

Nessa perspectiva vão surgir entidades ligadas às lojas maçônicas e até mesmo subsidiadas por elas, como a “Sociedade Beneficente Harmonia e Fraternidade” e a “Sociedade Auxiliadora da Instrução”, que funcionavam diretamente subordinadas às lojas maçônicas⁵¹⁰.

O Almanaque Paraense de Administração, Comércio, Indústria e Estatística, nos traz a informação de que a “Sociedade da Infância Desvalida”, fundada pela Maçonaria, teve seus estatutos aprovados pelo presidente da Província do Pará, e sua finalidade seria a de propagar a instrução gratuitamente à mocidade desvalida e indigente, fornecendo para tanto, os livros,

⁵⁰⁹ SILVA, Vanderlei da. **A Participação da Loja Maçônica Perseverança III na Educação Escolar em Sorocaba:** do final do segundo reinado ao final da primeira república. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sorocaba, São Paulo, 2009, p. 14, 17 e 42. APUD: SANTOS, Alan. Op. Cit., 2011, p. 179.

⁵¹⁰ SANTOS, Alan. Op. Cit., 2011, p.171.

utensílios e roupas que os alunos necessitassem. A escola oferecia o ensino primário e funcionava no edifício da Loja Harmonia, onde também funcionava uma biblioteca.⁵¹¹

Além da preocupação dos maçons com a pouca atenção dada ao ensino pelo governo imperial, havia preocupação também com o monopólio da Igreja católica nesse “mister”. Assim sendo, buscava a maçonaria um caminho educacional mais identificado com o chamado espírito das luzes, visto como libertador da consciência dos homens e fiel escudeiro no combate às trevas, que, no caso, eram representadas pelo fanatismo da Igreja católica⁵¹².

Segundo Eliana Colussi:

A realidade educacional no Brasil do século XIX era gravíssima. O descaso do governo e dos políticos do século XIX, principalmente durante o período imperial, deixou o ensino primário, secundário e profissional num abandono quase completo, quadro que iria ser alterado lentamente no período republicano. Até então, a rede escolar primária era precária; a escola secundária freqüentada por parcelas minoritárias e ricas da população, onde se ministrava um ensino literário; o ensino superior, o ensino superior era ainda mais frágil e desvinculado das realidades nacionais⁵¹³.

O interesse da maçonaria na questão educacional, sem dúvida nenhuma, vai levar, posteriormente o governo republicano, que foi fortemente influenciado pela presença de maçons e positivistas no mesmo – já referenciamos que o primeiro governo republicano teve todos os seus ministros oriundos da maçonaria -, a investir em uma grande rede de escolas públicas, de ensino primário, os antigos grupos escolares, que se espalharam por todo o Brasil.

O ilustre maçom paraense Lauro Sodré, que também foi governador do Pará, e, no dizer de A. Tenório D`Albuquerque, “professor dos mais sábios da Escola Militar”. Quando Grão Mestre da Maçonaria Brasileira, assinou o seguinte decreto:

Decreto n. 513 – Lauro Sodré, Grão Mestre da Ordem Maçônica no Brasil:
Faz saber a todos os Maçons e Oficinas da Federação, para que cumpram e façam cumprir, que pela Sob.”. Assembléia Geral foi adotada, em sessão de 20 do corrente mês a seguinte resolução:
Art. 1º - O ensino primário da língua nacional é obrigatório para todos os filhos de maçons, entre os sete e os doze anos de idade.
Art. 2º - Em todos os Orientes onde não houver escolas gratuitas mantidas pelo governo do país, ou por associação leiga de qualquer natureza, as Lojas e os maçons aí residentes, são obrigados a cumprir essa falta, e a essa missão de

⁵¹¹ ALMANACK PARAENSE DE ADMINISTRAÇÃO, COMÉRCIO, INDÚSTRIA E ESTATÍSTICA. Belém, anno I, 1883, p. 392-393

⁵¹² BARATA, Alexandre Mansur. Op. Cit., 1999, p. 139.

⁵¹³ “COLUSSI, Eliane Lúcia. “A Maçonaria Brasileira e a Defesa do Ensino Laico (século XIX)”. In: **História & Ensino**, V. 6. Londrina: Revista de História da Universidade Estadual de Londrina. out. 2000, p. 49.

preferência dedicar todos os sacrifícios de que forem suscetíveis, coletiva e pessoalmente.

§ 1º - Para tal fim as Lojas têm direito ao auxílio de que trata o art. 76 do Regimento Geral.

§2º - As escolas assim criadas são públicas.

(...)

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário”⁵¹⁴.

Segundo Alexandre Mansur Barata, esse engajamento da maçonaria brasileira com a manutenção de escolas começou a partir de 1870, atingindo o seu apogeu nos anos iniciais do século XX⁵¹⁵. O mesmo autor afirma que em 1972, já surge no Rio de Janeiro uma loja com o título distintivo de Vésper, com o fim especial de difundir a instrução nas classes populares⁵¹⁶. Em 1877, o Visconde do Rio Branco traça como objetivo a discussão de uma atuação mais efetiva da Maçonaria nas atividades de instrução pública⁵¹⁷.

Essas decisões influenciaram a Maçonaria paraense a buscar implementar ações voltadas para a educação pública, o que levou algumas Lojas, ainda no século XIX, a fundar escolas que perduraram até os primeiros anos do século XX. Assim podemos verificar a existência de escolas mantidas pelas lojas Harmonia, Renascença e Aurora, que no final dos oitocentos, no caso da Loja Harmonia, já possuía em funcionamento escolas de ensino primário como podemos verificar na obra “Trabalhos Maçônicos” de Archimino Pereira Lima, referindo-se à Maçonaria paraense:

(...) os seus trabalhos iam se tornando notáveis no campo da caridade e na difusão do livre pensamento, até que em 1864, a Loja Harmonia, registrou os seus estatutos no governo civil, sob o título “Sociedade Protetora da Infância Desvalida”. No mesmo anno installou uma escola do sexo masculino, que funcionou regularmente durante vinte e dois annos, expedindo títulos de habilitação a mais de trezentos alumnos⁵¹⁸.

O jornal O Pelicano, que foi reeditado, tendo um segundo período de circulação em 1890, noticiava em suas páginas uma festa maçônica no templo da Loja Harmonia, uma sessão magna popular (aberta ao público), de distribuição de prêmios aos alunos da escola do ensino primário mantida pela benemérita loja há 26 anos. Noticiando ainda a inauguração da biblioteca da mesma loja⁵¹⁹.

A Loja Renascença, já um ano após a sua fundação, seguindo a orientação da Maçonaria brasileira e paraense daquele momento, iniciou um programa educacional,

⁵¹⁴D`ALBUQUERQUE, A. T. Cavalcante de. **O Que é A Maçonaria**. 5ª Edição - Rio de Janeiro: Ed. Aurora, 1972, p. 180-181.

⁵¹⁵BARATA, Alexandre Mansur. Op. Cit., 1999, p. 139.

⁵¹⁶Idem.

⁵¹⁷Idem.

⁵¹⁸LIMA, Archimino Pereira. **Trabalhos Maçônicos**. Belém-Pa, Typografia Delta, 1916, p. 97.

⁵¹⁹O PELICANO. Belém, 27 de maio de 1890, n. 79, p. 1.

conforme nos vimos no Relatório da Administração, de 1951, que encontramos na secretaria da Loja.

(...) a Loja Maçônica “Renascença”, já em 1873, primava pela difusão da alfabetização gratuita para jovens, adultos e escravos alforriados, bem como, a capacitação profissionalizante básica, voltada para as atividades nas casas de comércio, e esse tipo de instrução era ministrado nas residências ou nos estabelecimentos comerciais desses próprios maçons, que se propunham voluntariamente a este tipo de intento⁵²⁰.

Ressalte-se que a Loja Renascença, existente até hoje, implantou formalmente uma escola em 1957, já na segunda metade do século XX, no bairro da Sacramento, denominada Mário Carneiro de Miranda, ex-Venerável Mestre da Loja. Essa escola era voltada ao ensino primário de crianças carentes, tendo funcionado inicialmente em prédio alugado e a partir de 1965 em prédio próprio. Em 1973, passou a funcionar em convênio com o Estado, sendo finalmente repassada totalmente ao Estado no ano 2000⁵²¹.

O posicionamento da Maçonaria brasileira no campo educacional envolveu uma luta ideológica contra a influência da Igreja católica, no momento em que se deu na Europa e na América Latina o avanço das idéias liberais e positivistas voltadas para uma educação científicista e laica. Anita Schlesener, em seu estudo sobre Gramsci, ao analisar a questão que se deu na Itália com a ascensão de uma burguesia liberal e maçônica e a resistência da Igreja católica à laicização do Estado, nos diz:

Os católicos quase sempre exerceram grande influência ideológica sobre a população do país, (...). A Igreja católica se beneficiou política e culturalmente, em diversos momentos históricos, das fraquezas da burguesia: embora os burgueses fossem anticlericais e maçônicos, não conseguiam opor-se à ação do clero⁵²².

Para opor-se à ação do clero nesse embate ideológico, a Maçonaria brasileira como um todo, percebeu que o campo educacional era um foro privilegiado para travar tal batalha, o que foi seguido pelas Lojas Maçônicas nos diversos estados brasileiros. Colussi (1998) nos informa da ação da maçonaria gaúcha na criação de escolas laicas no Estado do Rio Grande do Sul, envolvendo também o recrutamento de professores para os quadros da Maçonaria no Estado.

Outra pesquisadora que realizou interessante pesquisa sobre esse papel da Maçonaria e dos maçons na área educacional, foi Carmem Vidigal Moraes. Ao estudar a educação paulista

⁵²⁰ ROCHA, Cândido Marinho da. **Relatório da Administração**. Belém-Pa, Typografia e Encadernação Carioca, 1951, p. 45-46. Secretaria da Loja Maçônica “Renascença.

⁵²¹ MAURO, Afonso. Op. Cit., 2002, p. 216-220.

⁵²² SCHLESENER, Anita Helena. **Revolução e Cultura em Gramsci**. Curitiba: Ed. UFPR, 2002, p.38.

no final do século XIX, essa autora percebeu a influência do pensamento iluminista através da ação maçônica, haja vista que partia da justificativa de que seria necessário lutar contra o obscurantismo do regime monárquico e pela emancipação política da nação; separar a igreja do Estado, buscando construir o cidadão e a opinião pública⁵²³.

A organização do Lyceu de Artes e Ofícios de São Paulo, ocorrido no ano de 1895, obedecia a esse projeto. Com apoio do Governador do Estado, Bernardino de Campos, que mandou construir prédio próprio, exerceu importante papel na formação de trabalhadores da construção civil e de artista plásticos⁵²⁴, com valorização das ciências humanas e letras, como afirma Vidigal Moraes:

A valorização das “humanidades”, a importância fundamental das “letras”, recomendada ao preparo dos futuros doutores e bacharéis, mostram que, no culto à ciência, a hierarquias das disciplinas expressa e, ao mesmo tempo, reforça a divisão social do trabalho. Em uma sociedade que desvaloriza as atividades manuais destinadas a escravos e trabalhadores pobres, as frações dominantes e aquelas que buscam os canais de ascensão, proporcionados pelas profissões liberais às quais conduzem às Academias, necessitam ter uma formação valorativa de sua posição de classe, uma educação voltada exclusivamente à “cultura geral do espírito”⁵²⁵.

A mesma autora referencia a respeito de outro grupo maçônico denominado “Sociedade Culto à Ciência”, criada em 1869, que fundou em Campinas o colégio Culto à Ciência, destinado à educação das elites. Afirma ainda que os esforços desses homens também foram reunidos para promover a educação das elites diretoras e dirigentes do Estado republicano, buscando para isso a organização de novas modalidades de ensino secundário⁵²⁶.

Nesse sentido, diz a autora que as lojas maçônicas foram as primeiras a criar escolas ou aulas noturnas para alfabetização de adultos, trabalhadores livres ou escravos, pois de acordo com o ideário liberal e republicanos dos maçons, só através da educação o indivíduo poderia ser transformado e exercer de forma consciente a liberdade propiciada pela cidadania⁵²⁷.

No Pará, esse projeto republicano terá grande impulso com a presença do líder maçom paraense, Grão Mestre do Grande Oriente do Brasil – GOB, por quatro mandatos, Lauro Sodré, que quando esteve à frente do governo do Estado, no início da República, teve uma enorme preocupação com a questão da educação. O líder maçom e republicano paraense

⁵²³ MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. “A Maçonaria Republicana e a Educação”. In: SOUSA, Cynthia Pereira de. **História da Educação: processos, prática e saberes**. São Paulo, Escrituras, 1998, p. 8.

⁵²⁴ Ibidem, p. 22.

⁵²⁵ Ibidem, p. 26.

⁵²⁶ MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. In: SOUSA, Cynthia Pereira de. Op. Cit., 1998, p. 23.

⁵²⁷ Ibidem, p. 10.

defendia reformas na educação, pois em sua visão, “o clero mantinha a mocidade trancada em seminários e asilos fabricando um punhado de carolas”⁵²⁸.

Lauro Sodré foi fundador e colocou-se à frente da “Sociedade Propagadora do Ensino”, criada em 09 de julho de 1891. Segundo Ignácio Moura, essa sociedade objetivava investir no ensino teórico e prático, sobretudo às classes proletárias e com ocupação profissional no mercado de trabalho⁵²⁹.

O projeto educacional que maçons, liberais e positivistas propunham e pelo qual pugnavam, ia de encontro aos interesses do governo republicano, onde a presença dos maçons era muito forte. A Sociedade propagadora do Ensino, tendo à frente o governador maçom Lauro Sodré, projetou, e, em 1892, com Lauro Sodré no governo, fundou o Lyceu de Artes e Offícios Benjamim Constant como uma escola pública de ensino primário, com aulas de português, francês, história universal, geografia, aritmética, álgebra e geometria, desenho, pintura e contabilidade, na época denominada escritura mercantil, constando ainda o estudo da mecânica, da física, química industrial e de taquigrafia. Esta última, naquela época, foi importante instrumento para o serviço de secretaria⁵³⁰.

Importante destacar que o Lyceu de Artes e Offícios Benjamim Constant funcionava em horário noturno com aulas das 18 às 21 horas⁵³¹, o que visava favorecer a frequência das classes populares e trabalhadoras. Lauro Sodré, enquanto governador, incentivou a instrução pública como um todo, pois esta era, segundo ele, o único meio de levantar o nível moral do povo e de uma maneira melhor impor à consciência pública o novo regime⁵³².

A sua preocupação com a educação era também voltada para o ensino técnico, considerando inclusive que a organização deste tipo de ensino não era

uma simples questão de pedagogia, antes é uma questão vital para todos os povos modernos, empenhados nessa luta travada no terreno da produção.

(...)

Nos torneios, de que hoje se entretece o drama da vida das nações policiadas, a Victoria a vida há de caber ao mais aparelhado, isto é, ao mais instruído⁵³³.

⁵²⁸ SODRÉ, Lauro. **Crenças e Opiniões**. Brasília: Senado Federal, 1977.

⁵²⁹ MOURA, Ignácio. **Estado do Pará: a exposição artística e industrial do Lyceu Benjamim Constant**. Belém, Typografia do Diário Oficial, 1895, p.21.

⁵³⁰ Ibidem, p. 27.

⁵³¹ MOURA, Ignácio. Op. Cit., 1895, p.27

⁵³² Mensagem dirigida pelo Sr. Governador Dr. Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em sua primeira reunião em 30 de outubro de 1891. Belém, 1891, Typ. Do Diário Oficial, p. 9.

⁵³³ Mensagem dirigida pelo Sr. Governador Dr. Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em sua segunda reunião, em 1º de julho de 1892. Belém, Typografia do Diário Oficial, 1892, p. 29.

A presença e a ação da maçonaria paraense não se davam apenas no campo de criação de escolas subsidiadas por lojas maçônicas, mas também pela ação dos maçons que levavam essas propostas em suas atuações como políticos republicanos ao exercer cargos de governo.

Por essa influência, talvez, é que ao longo da República Velha, tenha sido construída uma rede de escolas públicas gratuitas, de ensino primário, que foram os antigos Grupos Escolares, que proliferaram nas cidades brasileiras, inclusive nas pequenas cidades do interior, como vemos nas cidades antigas do interior brasileiro, inclusive no Estado do Pará, onde ainda existem prédios dessas escolas, que muitas vezes são os mais bonitos da cidade. Ocorre atualmente, em alguns casos, de terem sido transformados em locais de outras atividades, mas que mantêm em seu frontispício, a denominação de Grupo Escolar “Fulano de Tal”.

Ressalte-se também o surgimento nas capitais brasileiras de uma rede de ginásios estaduais, que davam continuidade ao ensino primário dos Grupos Escolares com os cursos ginásial e científico, ou clássico, assim como a criação de escolas profissionalizantes, como a antiga Escola de Artes e Offícios Lauro Sodré, no Pará, que depois foi transformado numa escola de ensino fundamental e médio, servindo atualmente, infelizmente, como prédio do Tribunal de Justiça do Estado.

Essa ação republicana, no período anterior a 1930, difundindo e universalizando o ensino fundamental e médio, achamos que foi fruto da forte presença e influência de maçons e positivistas nos primeiros governos republicanos, pois já vimos que a ação no campo educacional, visando uma educação laica e cidadã, era objetivo traçado e trabalhado nas lojas maçônicas.

Colussi demonstra a interessante atuação da Maçonaria gaúcha na criação do Ginásio Pelotense, na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, ao descrever a ação educacional da Maçonaria gaúcha.

O ginásio Pelotense surgiu em 1902 por iniciativa de três lojas maçônicas de Pelotas, a Rio Branco, a Antunes Ribas e a Lealdade, as quais fundaram, primeiramente, sociedades beneficentes profanas, objetivando a fundação legal e jurídica do futuro ginásio. Sobre a fundação dessa escola, noticiou-se o seguinte⁵³⁴:

Se não bastasse tantos outros serviços prestados em prol do desenvolvimento do Rio Grande do Sul, pelo G. ‘ . Or. ‘ . do Estado para colocá-la em plana honrosa no grande concerto das Potências Maçônicas Universo, aí estar o de ter amparado a

⁵³⁴ COLUSSI, Eliane Lúcia. Op. Cit. (Tese), 1998, p. 416.

fundação do Ginásio Pelotense, instituto de ensino leigo, no momento mesmo em que o ensino religioso tudo avassala⁵³⁵.

Vê-se assim que a preocupação com a educação laica e a criação de escolas era uma questão que perpassava por toda a Maçonaria brasileira ao longo da segunda metade do século XIX, ainda que alguns de seus frutos viessem a ser colhidos apenas no alvorecer do século XX.

A Maçonaria paraense não fugia a esse padrão, e ainda nos oitocentos é que proliferou a idéia da criação das escolas citadas acima. A Loja Maçônica Aurora, que já havia projetado a idéia de criar uma escola ainda no século XIX, inaugurou uma escola de ensino primário, em 13 de maio de 1912, conforme vemos em Relatório de Administração da Grande Loja do Estado do Pará:

[...]Recebemos expediente da Loja Maçônica coirmã “Aurora”, datada de 10 de maio de 1927, e assinada pelo irmão secretário desta referida oficina: Francisco Cavalcante, nos convidando para o próximo dia 13 do mês corrente, a fim de prestigiarmos o aniversário de fundação de sua escola, que deu-se em 13 de maio de 1912, localizada na Avenida Ceará nº 110, aonde, com recursos próprios, fornecem gratuitamente para crianças, jovens e adultos carentes, aulas de alfabetização e cursos de escrituração comercial[...]⁵³⁶

Interessante que esse Relatório foi feito em nome da Grande Loja do Pará, em 1937, referindo-se a um convite de 1927. Considerando que a Loja Aurora, até hoje pertence ao Grande Oriente do Estado do Pará - GOEPA, filiado ao Grande Oriente do Brasil – GOB, isso decorre do fato que até a data do convite, 13 de maio de 1927, todas as lojas maçônicas do Pará, eram filiadas ao GOB, e alguns meses depois, no mesmo ano de 1927, é que ocorrerá o rompimento do Supremo Conselho do Rito Escocês com o GOB. Surgiram então as Grandes Lojas nos Estados. No Pará, essa dissidência foi liderada pelo líder maçom Apolinário Moreira, que assina esse relatório de 1937.

O posicionamento da Maçonaria brasileira, estimulando a criação de escolas visando difundir o ensino o laico e buscando espalhar “as luzes” para o povo brasileiro, se refletiu principalmente nos primeiros anos do século XX. Podemos dizer também que essa idéia de espalhar as “luzes”, está vinculada a uma idéia de modernização que avançava no país, como nos diz Mauricéia Ananias:

⁵³⁵ GYNASIO PELOTENSE. Mensagem apresentada pelo Sob. ‘. Gr.: Mest.: Desembargador James de Oliveira Franco e Sousa. 33º a Ass. ‘. Ger. ‘. Leg. ‘. Em 21 de março de 1909. Porto Alegre: Livraria do Comércio, 1909, p.61 In: COLUSSI, Op. Cit.(Tese), 1998, p. 417.

⁵³⁶ MOREIRA. Apolinário. **Relatório de Administração da Grande Loja do Pará**. Belém-Pa, Typografia e Encadernação Carioca, 1937, p. 28.

a defesa da educação... fazia parte de um discurso que, reconhecendo o crescimento econômico e as transformações advindas dele, entendia a escolarização como um dos elementos dessa modernização. A educação, segundo este discurso, garantiria o desenvolvimento social acabando com a ignorância da população, considerada um dos obstáculos para o progresso da nação⁵³⁷.

O mesmo discurso aparece em texto da maçonaria reproduzido por Ananias.

É espancando as trevas pela difusão das luzes derramadas pela escola, pela imprensa, pela tribuna e por todos os meios adequados, que essa filantrópica instituição trabalha empenhadamente para levar a efeito a sacrossanta missão a que se impoz, ao fim de dar ao povo pelo exercício effectivo de sua liberdade e de seus direitos civis e políticos, toda a felicidade e melhoramentos de que pode gozar⁵³⁸.

Este posicionamento foi acompanhado pela maçonaria como um todo, incluso, a maçonaria paraense.

Alexandre Mansur Barata nos dá o número de escolas mantidas pelas Lojas maçônicas existentes em 1922, na tabela que apresentamos na página seguinte, ressaltando que nesse mesmo período, a Igreja católica também se voltou para a prestação de serviços educacionais. Assim, Maçonaria e Igreja disputavam no mesmo espaço, a formação de mentes,⁵³⁹ e, no sentido Gramsciano, a escola é vista como o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis⁵⁴⁰.

Essa escalada da maçonaria na criação de escolas deu-se por todo o Brasil, onde o Pará era apenas parte do grande projeto educacional desenvolvido por essa instituição, como vemos em Carmem Vidigal Moraes, referenciada por Mauricéia Ananias.

(...) Seguindo o exemplo das demais, as lojas Regeneradora, de Tatuí e Constância, de Sorocaba, também passam a sustentar suas aulas noturnas para alfabetização de crianças e, principalmente de adultos; a Loja Fraternidade de Taubaté, inaugura sua biblioteca popular (...). MORAES, 1990: 43⁵⁴¹.

Vejamos o quadro estatístico que Barata nos dá das escolas criadas pela Maçonaria brasileira, cujo projeto vinha se desenvolvendo desde o século XIX.

⁵³⁷ ANANIAS, Mauricéia. **As Escolas para o Povo em Campinas (1860 – 1869):** origens, ideário e contexto. Dissertação (Mestrado em Educação). Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2000, p. 30

⁵³⁸ ALMANACH POPULAR. Campinas, 1878. Apud: ANANIAS, Mauricéia. Op. Cit. P.35

⁵³⁹ BARATA, Alexandre Mansur. Op. Cit., 1999, p.141.

⁵⁴⁰ GRAMSCI, Antonio. Op. Cit., 1982, p. 9.

⁵⁴¹ ANANIAS, Mauricéia. Op. Cit., 2000, p. 35-36.

Número de escolas mantidas pela maçonaria brasileira (julho de 1922).

Estados	Nº de escolas	Nº de alunos
Acre (território)	15	275
Amazonas	03	131
Bahia	04	118
Ceará	03	107
Espírito Santo	01	
Maranhão	02	098
Minas Gerais	10	244
Pará	08	205
Paraíba	02	059
Paraná	04	135
Pernambuco	04	270
Rio Grande do Norte	02	053
Rio Grande do Sul	03	053
Rio de Janeiro	10	598
Santa Catarina	02	058
São Paulo	59	4.626
Sergipe	–	–
Total	132	7.030

Fonte: Octaviano Bastos ET AL., *Livro Maçônico do Centenário*, p. 237⁵⁴²

Verificamos que já em 1874, a Loja maçônica Harmonia havia criado uma escola que foi denominada de “Escola da Infância Desvalida”, conforme noticiado pelo jornal O Pelicano:

A Maçonaria e as escolas.
É com a mais íntima satisfação que transcrevemos no Pelicano a notícia do grau de prosperidade em que se acha A Escola da Infância Desvalida, creada no Pará e mantida pela Loja Harmonia.

⁵⁴² BARATA, Alexandre Mansur. Op. Cit., 1999, p.141.

Seja-nos lícito assignalar aqui , que no movimento generoso encetado no paiz em favor da instrucção popular, a maçonaria há feito mais do que o clero fanatizado, apesar do pingue subsídio com que a nação o auxilia”.
Endereçamos à Loja Harmonia as sinceras congratulações a que tem incontestável jus⁵⁴³.

Vemos assim, que já na década de 1870 do século XIX, a maçonaria paraense já atuava no campo educacional com notória preocupação com a educação de crianças pobres, demonstrando dessa forma o esforço dessa instituição em construir uma alternativa educacional ao ensino religioso e, volto a dizer, disputando a hegemonia no meio social brasileiro e paraense com a Igreja católica.

Consideramos também, que esse projeto educacional levado a efeito pela maçonaria brasileira, fazia parte, em seu sentido mais amplo, do contexto de beneficência maçônica de caráter externo, pois, como já vimos, a beneficência é um dos pilares da maçonaria enquanto instituição.

⁵⁴³ O PELICANO. Belém, 24 de maio de 1874 - domingo - n. 34, p. 3. Biblioteca Arhtur Vianna - Centur

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos mostrar ao longo deste trabalho o surgimento e desenvolvimento da maçonaria, ligado ao processo liberal iniciado nos anos do iluminismo do século XVIII, assim como a trajetória histórica dessa sociedade ligada aos ideais de liberdade, pregados pelo pensamento iluminista que se refletiu nos movimentos revolucionários que levaram às lutas de independência dos povos da América, iniciada pela revolução americana e as revoluções liberais ocorridas na Europa desencadeadas principalmente a partir da revolução francesa.

Foram esses ideais de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, que influenciaram a maçonaria brasileira e levaram essa instituição a ter importante participação no movimento de independência e nas campanhas abolicionista e republicana. O eixo principal deste trabalho foi a demonstração da participação da maçonaria brasileira, no seu conjunto, e especialmente no Pará, no jogo de poder que se desenvolvia no Brasil, onde a campanha abolicionista, a laicização do Estado configurada na República, o enfrentamento com a Igreja, eram as grandes questões do período.

Destacamos a atuação parlamentar dos maçons, que estiveram à frente das principais leis promulgadas no processo de emancipação da escravidão e na articulação da proclamação da República no Brasil, para finalmente trabalharmos a participação da maçonaria paraense nas campanhas abolicionista e republicana no Estado do Pará.

Demonstramos também a participação da Ordem Maçônica na “Questão Religiosa”, com ênfase no caso do Pará, assim como a ação da Ordem no campo educacional e beneficente. Buscamos apresentar farta documentação demonstrativa desta atuação, envolvendo a documentação existente nos arquivos públicos, principalmente jornais, e, em alguns casos, atas de lojas maçônicas. Documentação esta que não pudemos aprofundar mais devido a perda desse acervo na maioria das lojas maçônicas.

Destacamos também a participação individual de maçons nas organizações abolicionistas e republicanas, assim como no campo da educação e da defesa de um Estado e de uma educação laica, o que levou muitas vezes a um embate com a Igreja. Vimos também a sua atuação através dos órgãos de imprensa, muitos dos quais fundados por maçons, e que tiveram importante engajamento nos movimentos de seu tempo, principalmente na questão da abolição do trabalho servil e na “Questão Religiosa” entre a maçonaria e a Igreja. Conflito que envolveu também o estado Imperial.

Ao apresentar essa temática, além de tentar levantar uma historiografia “meio esquecida”, esperamos também possibilitar novos caminhos às pesquisas referentes a essas temáticas, apontando a necessidade de produções historiográficas novas. Acreditamos que a construção de movimentos sociais e fatos históricos relevantes, muitas vezes, estão além do processo unicamente político-partidário, distanciando-se um pouco da reprodução da memória histórica produzida mais pelos caminhos oficiais, e esquecendo a atuação subterrânea de organismos que influenciam enormemente o desencadear de muitos processos e fatos históricos.

Portanto, este estudo considerou que a sociabilidade maçônica, engajando-se como movimento social, juntamente com os movimentos republicano e abolicionista e na defesa de um Estado laico, assim como na Independência, foi importante, não só no século XIX no Brasil, mas em toda a sua história.

A abolição da escravatura representou, no dizer de muitos, a mais importante revolução social ocorrida no Brasil, pois foi a única que mudou o modo de produção e as relações de trabalho, sendo importante enunciar que este movimento manifestou-se em vários setores da sociedade e de alguma forma estava relacionado às concepções de ciência e modernidade que vigoraram no Brasil ao longo do século XIX.

Nesse sentido, a maçonaria paraense acompanhou a tradição da maçonaria universal, de um posicionamento liberal nas questões do seu tempo, traduzindo regionalmente os conceitos que acompanhavam a maçonaria moderna desde o seu início, como maçonaria especulativa, aparecida no início do século XVIII, influenciada que foi pelo pensamento iluminista, sem deixar de lado a sua tradição esotérica.

Foi, porém, em sua atuação política exotérica, que a maçonaria se envolveu nas grandes questões políticas dos séculos XVIII e XIX, sendo um local de encontro de intelectuais que tinham aí a possibilidade do livre debate, em uma época na qual ainda não estavam devidamente amadurecidos os partidos políticos. As organizações sociais ainda eram em grande parte, apenas uma perspectiva, como a que se dava com o aparecimento dos sindicatos na Europa, mas que no Brasil, onde imperava o trabalho escravo, esta questão não se colocava.

Os escravos, por sua vez, embrutecidos pelo analfabetismo, pelo trabalho opressivo e pelas agências repressivas do Estado, não representavam uma força organizada na sociedade. Eles, por sua vez, exprimiam sua revolta contra a situação por eles vivida através da fuga e dos levantes que propiciavam fugas em massa.

Nesse contexto, os maçons, debatendo e atuando dentro de suas lojas e se articulando com forças organizadas da época, como os políticos liberais, intelectuais positivistas, muitos dos quais também eram maçons, assim como o movimento republicano, que também teve ampla participação maçônica⁵⁴⁴. Percebemos assim que a maçonaria foi um elemento de grande importância, pela sua representatividade e influência naquele momento, na luta pela abolição do trabalho escravo em todo o país, no movimento republicano e nas diversas questões que envolveram a política e a sociedade do período pesquisado.

Foi o que procuramos demonstrar neste trabalho, focando na atuação da ordem maçônica e dos maçons no Pará, demonstrando a ativa atuação dessa instituição e de seus membros nas principais questões da sociedade paraense na segunda metade do século XIX, seja através das lojas maçônicas, ou da participação individual de maçons, influenciando nos partidos políticos e nas organizações emancipacionistas, republicanas e educacionais. Utilizando ainda os recursos da maçonaria para levantamento de fundos emancipacionistas e principalmente, com grande atuação na imprensa da época, que foi o elemento divulgador e mobilizador dos ideais abolicionistas.

Destacamos que grande parte dos órgãos dessa imprensa foi fundada e pertencia a maçons, conforme amplamente demonstrado ao longo dos capítulos, dando indicações também da origem de classe da maioria dos membros da Maçonaria, oriundos basicamente das camadas urbanas, ou, no caso do centro-sul, de fazendeiros de segmentos mais progressistas do campo brasileiro, preocupados com questões como o federalismo e a imigração, que junto com os pequeno-burgueses urbanos, constituíram a camada básica que resultava de um capitalismo que penetrava no Brasil e que já vinha antecedido das idéias liberais divulgadas e debatidas nas lojas maçônicas.

Fazemos essas referências para reafirmar e comprovar a nossa tese de que a maçonaria foi, ao longo da segunda metade do século XIX, importante instituição na sociedade paraense, disputando o poder e influenciando nas mudanças que acompanharam a sociedade brasileira no período e não somente nas questões maiores como a Abolição, a República, mas em todos os campos nos quais essas transformações implicavam, como na educação (defesa do ensino laico), Estado laico, casamento civil, imigração. Essa questão, imigração, passava pela existência não somente de um Estado laico, mas também pela ampla liberdade religiosa, que permitiria a imigração para o Brasil, como já dito, de áreas protestantes da Europa.

⁵⁴⁴ CASTELLANI, José. Op. Cit., 2001.

FONTES:**Impressas** (Setor de Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Viana)

Homenagem ao Pod. Ir. Grão Mestre da Maçonaria Brasileira Dr. Lauro Sodré 1911.
 Mac-Doweel, Dr. Samuel Wallace. No Parlamento brasileiro em sessão de 10 de agosto de 1885, por ocasião da discussão do projecto da extinção gradual do elemento servil.
 Pará: Typ. de F. da Costa Junior, 1885. XIV.
 Silva, Severino. Senhores e escravos, 1928.

Jornais (Setor de Microfilmagem da Biblioteca Pública Arthur Viana)

O Pelicano -----1872 a 1874.
 Diário de Noticias -----1887 a 1888.
 A República -----1897 a 1900.
 A Província do Pará -----1876 a 1900.
 O Liberal do Pará -----1887 a 1889
 Treze de Maio -----1845 a 1861.
 O Abolicionista paraense -----1883 a 1884.
 A Flamígera: revista maçônica -----1873.
 O filho da Viúva: hebdomadário dedicado à causa maçônica -----1873.
 A liberdade -----1881 a 1884.
 O Santo Officio-----1882 a 1875.
 ALMANACK Paraense de administração, commercio, indústria e estatística. Belém, ano I, 1883.

Arquivo Público do Estado do Pará:

Fundo Legislativo

Atas 1885 a 1889.
 Mensagens.....1885 a 1897.
 Ofícios.....1885 a 1889.
 Documentos Avulsos -----1875 - 1881

Arquivo do GOB. Sede do GOB – Brasília:

Boletins.....1872, 1875, 1911.

ACERVO DAS LOJAS MAÇÔNICAS:

Atas de reuniões..... 1872 a 1889.
 Relatórios..... 1872 a 1889.
 Mensagens..... 1872 a 1889.
 Ofícios..... 1872 a 1889.

NA INTERNET

[www. maconariadobrasil. org.br](http://www.maconariadobrasil.org.br) – Acesso em: 06 abr. 2011.
[www. lojasmaconicas.com.br](http://www.lojasmaconicas.com.br) – Acesso em: 11 de ago. 2011.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA:

- Academia Brasileira Maçônica de Letras. **Formação Histórica da Maçonaria**. Rio de Janeiro: (S. N.), 1981.
- ADOUM, Jorge. **Do Mestre Maçom e seus Mistérios. 3º. Grau**. São Paulo: Ed. Pensamento, 1997.
- _____. **Grau de Companheiro e seus Mistérios**. São Paulo: Ed. Pensamento, 1997.
- AGULHON, Maurice. **Penitents et Franc-Maçons de L`ancienne Provence**. Paris: Fayard, 1984.
- ALENCAR, Renato. **Enciclopédia Histórica do Mundo Maçônico**. Rio de Janeiro: Ed. Maçônica, 1978.
- ALONSO, Angela. **Idéias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil- Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- AMAZONIA-BIBLIOGRAFIA. CPJ, GEA, RIGH. **Catálogo de Jornais Paraoaras**.
- ANANIAS, Mauricéia. **As Escolas para o Povo em Campinas: 1860 – 1889** Origens, ideário e contexto. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, 2000.
- ANATALINO, João. **Conhecendo a Arte Real – A Maçonaria e suas Influências Históricas e Filosóficas**. S. Paulo: Madras, 2007.
- ARÃO, Manoel. **História da Maçonaria no Brasil**. Recife: Ed. Do autor, 1926.
- ASLAN, Nicola. **História Geral da Maçonaria: fatos da maçonaria brasileira**. Rio de Janeiro: Aurora, 1979.
- AZEVEDO, Célia Marinho de. **Maçonaria, anti-racismo e cidadania: uma história de luta e debates transnacionais**. São Paulo: Annablume, 2010.
- BAÇAN, Lourivaldo Perez. **O Livro Secreto da Maçonaria**. São Paulo: Universo dos Livros, 2008.
- BARATA, Alexandre Mansur. **Luzes e Sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870 – 1910)**. Campinas: Ed. Da Unicamp, 1999.
- _____. **Maçonaria, sociabilidade Ilustrada & Independência do Brasil (1790-1822)**. Juiz de fora/São Paulo: UFJF/Annablume, 2006.
- BARATA, Manuel. **Formação Histórica do Pará**. 2ª ed. Belém: Ed. UFPa., 1973.
- BARRETO, Célia de Barros. “Ação das Sociedades Secretas”. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. 4ª. ed. Tomo II, 1º vol. São Paulo: Difel, 1976.
- BARROS, Roque Spencer Maciel de. “Questão Religiosa”. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. 2ª. ed. Tomo II, vol. 4º. São Paulo: Difel, 1974.
- BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República (1889 – 19300)**. 5ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975
- BAUER, Alain. **O Nascimento da franco-maçonaria: Isaac Newton e os Newtonianos**. S. Paulo: Madras, 2008.
- BÉDARRIDE, Armand. **Desbastando a Pedra Bruta**. Juiz de Fora, MG: Instituto Maria, departamento editorial, 1988.
- BELLIDO, Remijio de. **Catálogo de Jornais Paraenses (1822-1908)**. Belém: Imprensa Oficial, 1908.
- BENIMELLI, José A. Ferrer. **Arquivos Secretos do Vaticano e a Franco-Maçonaria**. S. Paulo: Madras 2007.
- BESOUCHET, Lídia. **Mauá e seu tempo**. São Paulo: Nova Fronteira, 1978.

- BEZERRA NETO, José Maia. **História urbana de Liberdade**: escravos em fuga na cidade de Belém, 1860-1868. Revista Afro-Ásia, 2002.
- BIBLIOTECA PÚBLICA ARTHUR VIANNA. **Jornais Paraoaras**. Belém: Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo, 1985.
- BOBBIO, Norberto. **Os Intelectuais e o Poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: UNESP, 1997.
- BORGES, Ricardo. **Vultos Notáveis do Pará**. 2ª ed., Belém: Cejup, 1986.
- _____. **O Pará Republicano**: ensaio histórico (1824 – 1929). Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 5ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- _____. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.
- BRITO, Eugênio Leitão. **Os portugueses no Grão-Pará**. Belém: Conselho da Comunidade Luso-Brasileira do Pará, 2000.
- BURKE, Peter. **O que é História Cultural**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- CALMON, Pedro. **História Social do Brasil**: Espírito da Sociedade Imperial. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. **História da Escravidão**. Rio de Janeiro: Conquista, 1975.
- CAMIÑO, Rizzardo da. **O Aprendiz Maçom**. São Paulo: Madras, 2000.
- _____. **Rito Escocês Antigo e Aceito**. São Paulo: Madras, 2004.
- _____. **Os Graus Inefáveis: loja de perfeição**. Rio de Janeiro: Aurora, S/d.
- _____. **A Cadeia de União**. Rio de Janeiro: Aurora, 1977.
- _____. **Simbolismo do primeiro grau**: aprendiz. São Paulo: Madras, 1998.
- CAPARELLI, Davis. **Enciclopédia Maçônica**. S. Paulo: Madras, 2008.
- CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem-Teatro de Sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- _____. **A Formação das Almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: companhia das Letras, 1987
- _____. **D. Pedro II**. S. Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. (Org.) **Nação e Cidadania no Império**: Novos Horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- _____. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CARVALHO, William Almeida de. **Índices de Monografia Maçônica. Pietre Stones Review of Freemasonry**. Freemason-Freemasonry.com.
- CASTELLANI, José. **A Ação Secreta da Maçonaria na Política Mundial**. S. Paulo: Landmark, 2002.
- _____. **A Maçonaria na Década da Abolição e da República**. Londrina: Ed. ATrolha, 2001.
- _____. **História do Grande Oriente do Brasil**. Brasília: Gráfica e Editora do Grande Oriente do Brasil, 1993.
- _____. **Os Maçons na Independência do Brasil**. Londrina: Ed. A Trolha, 1993.
- _____. **Os Maçons e a Questão Religiosa**. Londrina: A Trolha, 1996.
- CASTRO, Celso. **Os Militares e a República**: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. 2ª Ed., Difel, 1988.

COELHO, Geraldo Mártires. **No Coração do Povo: o monumento à República em Belém: (1891-1897)**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

_____. **O Violino de Ingres: leituras de história cultural**. Belém: Paka-Tatu, 2005.

COLUSSI, Eliana. **A Maçonaria Brasileira no século XIX**. S. Paulo: Ed. Saraiva, 2002.

_____. **Plantando Ramos de Acácia: a maçonaria gaúcha na segunda metade do século XIX**. Tese. (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1998.

CONRAD, Robert. **Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil, 1850-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, D. Macedo. **O Barão de Penedo e a sua Missão a Roma**. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, 1988. Setor de Obras Raras. Biblioteca Central da UFPa.

COSTA, Emilia Viotti. **A Abolição**. S. Paulo: Global Editora, 1982.

_____. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. S. Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1979.

COSTA, Frederico Guilherme. **A Maçonaria Dissecada**. Londrina: Ed. A Trolha, 1995.

_____. **A maçonaria e a Emancipação do Escravo**. Londrina: Ed. A Trolha, 1999.

COSTA, Wagner Veneziani. **Maçonaria. Escola de Mistérios: a antiga tradição e seus símbolos**. São Paulo: Madras, 2006.

CRUZ, Ernesto. **História do Pará**. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1973.

_____. **História de Belém**. Belém: Ed. UFPa, 2 vols, 1973.

_____. **Procissão dos séculos: Vultos e episódios da História do Pará**. Belém, Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1999.

_____. **Ruas de Belém**. Belém, Ed. Cejup, 1992.

COSTA, Lourenço (organização geral); tradução Darci L. Marinj. – **Documentos de Gregório XVI e de PIO IX (1831-1878)** – [Documentos da Igreja; 6] São Paulo: Paulus, 1999.

D`ALBUQUERQUE, A. Tenório. **A Maçonaria e a Libertação dos Escravos**. Rio de Janeiro: Ed. Aurora 1972.

_____. **A Maçonaria e a Inconfidência Mineira**. Rio de Janeiro: Ed. Espiritualista, 1958.

_____. **A Maçonaria e a Independência do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Espiritualista, 1959.

_____. **O que é Maçonaria**. Rio de Janeiro, Aurora, s/d

DISCURSOS PARLAMENTARES: Impressas. Setor de Obras Raras. Biblioteca Arthur Vianna. Centur. Belém: Typ. F. da Costa Júnior, 1885.

FALCON, Francisco José Calazans. **Iluminismo**. São Paulo: Ed. Ática, 1986.

FARIAS, William Gaia. **A Construção da República no Pará (1886-1897)**. Tese. (Doutorado em História Social). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005.

_____. **O Alvorecer da República no Pará (1886-1887)**. Belém: Açai, 2008.

_____. **Os Intelectuais e a República no Pará**. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém: Universidade Federal do Pará, 2000.

FERREIRA, Jorge, REIS, Daniel Arão (Org.). **A Formação das tradições (1889-1945): as esquerdas no Brasil**. Vol.1- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

- FIGUEIREDO, Joaquim Gervásio de. **Dicionário de Maçonaria**. São Paulo: Ed. Pensamento, 2008.
- FONSECA, Walter Luiz M. S. **Jacques de Mollay: os templários e a Maçonaria**. Londrina: Ed. A Trolha, 1993.
- FRÚGULI JÚNIOR, Heitor. **Sociabilidade urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
- GUIMARÃES, Ildefonso. **Coisas da Maçonaria**. Belém: Cultural Cejup. 1989.
- GOMES, Manoel. **A Maçonaria na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Aurora, s/d.
- GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho - Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 4ª edição, 1982.
- GRESPLAN, Jorge. **Revolução Francesa e Iluminismo**. São Paulo, Contexto, 2008.
- HEINZ, Flávio Madureira. “O historiador e as elites – à guisa de introdução”. In: HEINZ, Flávio Madureira (Org). **Por Outra História das Elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- HAUCK, João Fagundes et alli. **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação do Povo, segunda época, século XIX**. Petrópolis: Ed. Vozes, 4ª Ed., 2008.
- HOBBSBAWN, Eric. **A Era do Capital. 1848 – 1875**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1982.
- _____ **A Era das Revoluções. 1879 – 1848**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1982.
- _____ **A Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. 3º. Volume. Ed. Difel. S. Paulo, 1969.
- _____ 1º Volume. Difel. S. Paulo, 1976.
- _____ 4º Volume. “Da Maçonaria ao Positivismo”. São Paulo: Difel, 1974.
- HURLEY, Jorge. **Noções de História do Brasil e do Pará**. Belém: Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1938.
- HUTIN, Serge. **As Sociedades Secretas**. São Paulo: Difel, 1959.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 2003.
- LEADBEATER, C. W. **A História Secreta da Maçonaria**. São Paulo: Madras, 2003.
- LIMA, Adelino de Figueiredo. **Nos Bastidores do Mistério: Episódios Dramáticos da História das Sociedades Secretas nas Lutas pela Liberdade e pela Independência dos Povos**. Rio de Janeiro: Spiker, 3ª. Edição, 1958.
- LIMA, Archimimo Pereira. **A linguagem dos símbolos: maçonaria**. Belém: Guajarina, 1933.
- _____ **Trabalhos Maçônicos**. Belém-Pa: Typografia Delta, 1916.
- LINHARES, Maria Yedda (organizadora). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990
- MACHADO, Humberto Fernandes. **Palavras e Brados: a imprensa abolicionista no Rio de Janeiro (1880 – 1888)**. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado) Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991.
- MACHADO, Maria P.T. **O Plano e o Pânico: os movimentos sociais na década da abolição**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/EDUSP, 1994.
- MACNULTY, W. Kirk. **A Maçonaria: símbolos, segredos e significados**. S. Paulo: Ed. Martins Fontes, 2007.
- MANNHEIM, Karl. **Ideologia y Utopia: Introduccion a la sociologia del conocimiento**. Panuco, México: Fondo Del Cultura Economica, 1963.

- MARQUES, A. H. Oliveira. **Dicionário da Maçonaria Portuguesa**. Lisboa: Ed. Delta, 1986.
- MAUÉS, Raymundo Heraldo. “A categoria “jesuíta” no embate entre liberais e católicos no Pará do século XIX” & “Padres e bispos em conflito: o processo de “romanização” na Amazônia”. In, MAUÉS et alli. **Uma outra “invenção” da Amazônia: religiões, histórias, identidades** - Belém: Cejup, 1999.
- MAURO, Afonso. **Renascença**:. Uma história de amor, de fé e de idealismo. Belém: Edição Independente, 2002.
- MEIRA FILHO, Octávio. **A Primeira República no Pará: desde o crepúsculo da Monarquia até o Golpe de Estado de 1891**. Belém: Gráfica Falângola, 1981.
- _____ **Memórias do Quase Ontem**. Belém: Lidador, 1976.
- MELLOR, Alec. **Dicionário da franco-maçonaria e dos francos-maçons**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- MENDES, Antonio. **Memórias de um Aprendiz**. Belém: Cultural Cejup: 1991.
- MENDES JUNIOR, Antonio e MARANHÃO, Ricardo. **Brasil História – República Velha**. S. Paulo: Ed. Brasiliense, 1979.
- MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. “A Maçonaria Republicana e a Educação”. In Sousa, Cyntia Pereira de. **História da Educação: processos, práticas e saberes** (Org.). São Paulo: Escrituras, 1998.
- _____ **O Ideário republicano e a educação: uma contribuição à história das instituições**. Campinas: Mercado das Letras, 2006.
- MORAES, Evaristo de. **A Campanha Abolicionista (1859 – 1888)**. Brasília: 2ª. Ed. Brasília: Ed. da UNB, 2ª Ed., Col. Jornais Brasileiros, 1986.
- MOREIRA, Flávio G. da S. **Pródromos da Cabanagem**. organizador Fábio Lucas Moreira – Belém: Paka-Tatu, 2011.
- MOREL, Marco. e SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. **O Poder da Maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- MORETTI, Fernando. **A Maçonaria nas Américas: A Saga em Nossas Terras da Mais Antiga Organização Fraternal**. S. Paulo: Ed. Escala, 2008.
- MOTA, Carlos Guilherme. **Brasil em Perspectiva**. S. Paulo: Ed. Difel, 1968.
- MOULIN, Milton. **Treze instruções para aprendizes maçons**. Rio de Janeiro: Edições Adonai, 1977.
- MOURA, Ignácio. **A Exposição artística e industrial do Lyceu Benjamim Constant**. Belém: Typografia do Diário Oficial, 1895.
- _____ **A Exposição Artística e Industrial do Lyceu Benjamim Constant**. Belém: Typographia do Diário Oficial, 1895.
- NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. Petrópolis: Vozes. 5ª. Ed. 1985.
- NEVES, Fernando Arthur de Freitas. “Estado e Igreja: cumplicidades e tensões do catolicismo no Pará do final do século XIX”. In: NEVES, Fernando Arthur de Freitas e LIMA, Maria Roseane Pinto (organizadores). **Faces da História da Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2006.
- _____ **Solidariedade e Conflito: estado liberal e nação católica no Pará sob o pastorado de Dom Macedo Costa (1862-1889)**. Tese. (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2009.
- PACE, Carlo. **Resumo Histórico da Maçonaria no Brasil**. Rio de Janeiro: Typ. Do Brasil, 1896.
- PATTO, Rodrigo Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
- PINAY, Maurice. **Complot contra a Igreja**. Lisboa: J.C. Branco, 1970.

- PINTO, Louis. **Pierre Bordieu e a Teoria do Mundo Social**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- PIRES, Joaquim da Silva. **Rituais maçônicos brasileiros**. Londrina: Ed. A Trolha, 1996.
- PRADO JR. Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os Radicais da República**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.
- RAIOL, Domingos Antonio. **Motins Políticos**. 2º volume - Belém, Universidade Federal do Pará, 1970.
- RÊGO, Clóvis Morais. **Serzedello Corrêa – Homem de Pensamento**. Belém: 2ª Ed., Cejup, 2008.
- _____. **O Labirinto do Pseudônimo**. Belém: Imprensa Oficial do estado do Pará, 2005.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Síntese da História do Pará**. Belém: S/E, 1942.
- RICCI, Magda et alli (organizadora). **Os Oitocentos na Amazônia: política, trabalho e cultura**. Belém: Ed. Açai, 2013.
- ROCHA, Cândido Marinho da. **Biografias Maçônicas Paraenses**. Tomo I. Belém: S/E, 1942.
- _____. **Relatório da Administração**. Belém-Pa: Typografia e Encadernação Carioca, 1951.
- RODRIGUES, Ricardo Véler. “A Propaganda Republicana no Pará”. In: **Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro**. Brasília: Ed. UNB, 1982.
- ROQUE, Carlos. **Antonio Lemos e sua Época**. Belém: Amazônia Edições Culturais, 1973.
- _____. **Grande Enciclopédia da Amazônia**. Belém: Amazônia Editora Ltda. – AMEL, 1967.
- _____. **História de A Província do Pará**. Belém: Mitrograph, 1976.
- _____. **História Geral de Belém e do Grão-Pará**. Belém: Distribel, 2001.
- SANTOS, Alan Christian de Sousa. **O que Revelar? O que Esconder? Imprensa e Maçonaria no Findar do Dezenove. (Pará, 1872-1892)**. (Dissertação de Mestrado em História Social da Amazônia). Belém, UFPA., 2011.
- SARGES, Maria de Nazaré. **Memórias do “Velho Intendente”**: Antônio Lemos (1969-1973). Belém: Paka – Tatu, 2002.
- _____. **Belém: riquezas produzindo a belle époque – 1870/1012**. Belém: Paka-Tatu 2000.
- SALLES, Vicente. **Marxismo, Socialismo e os Militantes Excluídos**. Belém: Paka-Tatu, 2001.
- _____. **Memorial da Cabanagem**. Belém: Cejup, 1992
- _____. **O Negro no Pará sob o Regime da Escravidão**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.
- SCHLESENER, Anita Helena. **Revolução e Cultura em Gramsci**. Curitiba: Ed. UFPR, 2002.
- SCHWARCZ, Lília. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo do final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SCISÍNIO, Alaor Eduardo. **Dicionário da Escravidão**. Rio de Janeiro: Léo Cristhiano Editorial, 1997.
- SILVA, Vanderlei da. **A Participação da Loja Macônica Perseverança III na Educação Escolar em Sorocaba: do final do segundo reinado ao final da primeira república**. (Dissertação de Mestrado em Educação). São Paulo: Universidade Federal de Sorocaba, 2009.

SODRÉ, Emmanuel. **Lauro Sodré na História da República**. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1970.

SODRÉ, Lauro Nina. **Crenças e Opiniões**. 2ª ed. Brasília: FAC-Similar/Senado Federal, 1977.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

Formação Histórica do Brasil. 11ª Ed. São Paulo: Difel, 1982

SOUSA, Cyntia Pereira de. **História da Educação: processos, práticas e saberes** – Organizadora – São Paulo: Escrituras editora, 1998.

SOUSA, Luiz de Castro. “A Fundação do Clube Republicano no Pará”. In: **Anais do Congresso Nacional de história da propaganda, proclamação da República no Brasil**. 2º vol. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1989.

SPOLADORE, Hercule. **História da Maçonaria Paranaense no Século XIX**. Londrina: Rhuagraf, 2007.

STAVISH, Mark. **As Origens Ocultas da Maçonaria: rituais, símbolos e história de uma sociedade secreta**. Tradução: Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo: Pensamento, 2011.

TOURRET, Fernand. **Chaves da Franco-Maçonaria**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

SVECENKO, Nicolau (organizador). **História da Vida Privada - República: da belle époque a era do rádio**. 3º V. S. Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VIDAL, César. **Os maçons: a sociedade secreta mais influente da história**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

VIEIRA, David Gueiros. **O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil**. Brasília: D.F.: Ed.da UNB, 1980.

VERGOLINO-HENRY, Anaiza & FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. **A Presença Africana na Amazônia: uma notícia histórica**. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990.

WEISNTEIN, Bárbara. **A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1820)**. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1993.

ANEXO I⁵⁴⁵

Discurso do padre Almeida Martins em homenagem ao Visconde do rio Branco que causou a reação do bispo do Rio de Janeiro, D. Pedro Maria de Lacerda, que, advertindo o padre, exigiu que ele abandonasse a Maçonaria, dando início à “Questão religiosa”.

“Não competia ao obscuro orador a subida honra de saudar, neste momento, aquele altar, que traduz as maiores idéias e os mais generosos sentimentos. Esta missão, cuja magnitude é superior à singeleza de minha palavra, pertencia antes aos inteligentes operários, que com a mágica eloqüência do seu verbo inspirado, tem sabido erguer ao mais alto grau de luz as grandes idéias da civilização e os generosos princípios da justiça. Fale, porém, a humildade diante da opulência do talento. Erga, o discípulo, a voz na grande, esplêndida assembléia dos mestres: e que a benevolência de tantos e de tão ilustrados cavalheiros proteja o obscuro orador. E essa benevolência me é necessária, porque soleníssimo é o momento.

Eu tenciono ler a mais gloriosa das páginas que nos fastos da humanidade se tem escrito no século XIX. Ao coração e à inteligência não é grata esta página; porque ela, pertencendo à generosidade, ao talento e ao civismo do ilustre Gr.: M.: da Maçon.: Brasil.:, transmite à posteridade o nome deste benemérito cidadão, proclama a glória da nossa sublime Ord.: e recomenda às bênçãos de Deus e aos aplausos do mundo o império do Cruzeiro!

Apóstolos da civilização, aos maçons cumpre render homenagem à grandeza que deve sua existência à moralidade e ao mérito e não à lisonja da pena ou da palavra ou do gênio prostituído. Filhos desta democracia que se regenera pelo estudo e pelo trabalho, pela moralidade e pela confraternização, nós desprezamos os louros conquistados nas lutas de sangue que flagelam a humanidade. Nós desconhecemos esta glória efêmera, que desaparece com o último aplauso das multidões em delírio. Nós, finalmente, não admitimos legitimidade nesse poder com que os déspotas, quer sentados nos tronos, quer nas cadeiras republicanas e quer mesmo ajoelhados diante dos altares da religião, se proclamam senhores da terra.

É que, amigos da humanidade e querendo dela constituir uma só família, os maçons só reconhecem a glória que não morre, o poder que não oprime e a religião que, pelo amor, nos dá a posse de Deus. E firmes e crentes nestes princípios, os maçons tem atravessado os séculos e erguido, como anjos tutelares do progresso e da civilização, as colunas dos seus templos em todas as partes do mundo.

A verdadeira glória não se encontra em Júlio César, ao sol que iluminou a esplêndida batalha de Pharsalia e muito menos na soberba cadeira do ditador: o legítimo poder não se encontra diante do herói de ontem, tendo uma grande nação à mercê de sua espada e erguendo-se altivo sobre um trono de despojos e de armas de seus inimigos; a fraternidade não se encontra também nessas teorias subversivas, que ao sinistro clarão dos incêndios insultam e envergonham a liberdade, expondo-a na praça pública, sem fé, sem esperança e

⁵⁴⁵ CASTELLANI, José. **História do Grande Oriente do Brasil: a maçonaria na história do Brasil.** Brasília: Gráfica e Editora do Grande Oriente do Brasil, 1993. P 150-153.

sem caridade, sem honra e sem moral; e Deus não pode finalmente ser encontrado nos altares que reputam a liberdade uma profanação, a razão uma heresia e o amor um crime.

Que! O mundo lá fora se agita, nos diz que tudo isto e neste poder há glória.

Que importa?

Júlio César foi grande no meio de seus exércitos e, entretanto, no dia de hoje, nenhuma só lágrima abençoa a sua memória. E quanto aos demais? Esses, uns caíram amaldiçoados por todos quanto tem alma para penar e coração para sentir; outros hão de ficar sepultados nas ruínas de seu próprio poder, que se firma sobre ossadas de mortos, argamassados com as lágrimas dos órfãos, das viúvas e das populações inermes. E aqueles que são estátuas de grandeza aparente e não resistem à mais simples análise da razão e do bom senso; é que eles procuram a glória nos louros manchados de sangue e tismados pela ambição; é que eles, finalmente, converteram em galas, para si próprios, o luto, o sofrimento e a miséria dos vencidos!

Só Deus é grande, ilustrada platéia, e, depois de Deus, é só grande a virtude. Salve, pois, aqueles que, empunhando em suas OOf.: o malhete da sabedoria, moralizam o povo com a virtude do trabalho, inspiram-lhe com a palavra e com o exemplo o amor da dignidade e da honra, unindo-o em abraço fraternal e dirigindo-lhe a inteligência na contemplação do elo, derramam ondas de luz em honra de Deus e dos altos princípios da humanidade.

Hora àqueles que conquistam a imortalidade pela virtude, porque só as obras em que a virtude põe a mão, disse um grande orador, são imortais; por elas passa a morte desarmada, o tempo lhes inclina reverentemente a fonte encanecida pelo gelo dos séculos, e a posteridade as recebe como herança que lhe pertence, porque a posteridade só aceita o que escapa à lima e o que resiste aos golpes da morte.

Salve, finalmente, aqueles que sabem vingar os direitos da natureza, apagando da fronte do homem o ferrete ignominioso e sacrílego da escravidão e fazendo brilhar nessa fronte a luz três vezes santa da liberdade.

Segue-se, daqui, que verdadeiro e realmente grande é o nobre visconde do Rio Branco, que, com sua palavra inspirada, com o seu vigoroso talento, com a generosidade de seu coração e com a coragem heróica de seu patriotismo, escreveu na bandeira da pátria, nos estandartes maçônicos e no livro da civilização americana, a divina palavra LIBERDADE!

Era tempo, VVen.: II.: que a Maç.: neste país, abraçasse grandes idéias, não só em relação ao futuro do império, como também à grande causa da humanidade. É, incontestavelmente, uma missão generosa dar esmolas aos pobres; mas é nobre e glorioso resgatar os direitos da natureza e tornar uma realidade a religião de Cristo, soberano e divino mestre, que, no templo do calvário, templo universal, oficina misteriosa de um coração imenso, proclamou a liberdade e pregou a igualdade, segundo as leis da aptidão e da justiça. A liberdade, mostrando e fazendo sentir ao homem a grandeza de seus direitos e a gravidade de seus deveres, produz a moralidade e a virtude, que são os mais sólidos fundamentos das sociedades bem constituídas. Nos países em que a escravidão é uma realidade, a caridade e a fraternidade constituem uma mentira e o progresso e a civilização são palavras sem expressão, sem valor e sem sentido.

Sejamos francos; estamos entre irmãos. Debalde o Brasil se esforçava para se alistar e ocupar um lugar honroso entre as nações mais civilizadas, em vão ele apresentava ao mundo o seu sistema de governo como altamente liberal, o gênio de seus filhos, a fertilidade de seu

solo e a riqueza de seu comércio, para tomar entre os povos a posição a que tinham direito os seus elevados destinos; inutilmente, enfim, se ostentava o Brasil, sábio no remanso da paz e herói e invencível nos campos de guerra. A escravidão, aí, estava como tristíssima herança do passado, desmentindo a sabedoria dos seus códigos, a magnanimidade de seus filhos, o progresso de sua civilização e escurecendo-lhe os horizontes do futuro.

O Brasil era considerado bárbaro perante a consciência moral do gênero humano, porque os homens que nasciam neste país eram propriedade viva, eram entes animados, escravos em vez de cidadãos. É que o sol do Ipiranga na iluminava a frente dos infelizes que regavam, com o suor e as lágrimas de todos os dias, as florestas virgens da América!

Mercê de Deus, a luz foi feita!

A um Maç.: competia impor silêncio às paixões, demonstrando, com a sua palavra inspirada, tudo quanto há de grande, de sagrado e de civilizador nesse magnetismo sublime, nesse mágico poder que enleia as almas, nesse ósculo de fraternidade com que o mestre traduz, ao romper da luz, a santidade das doutrinas maçônicas. Salve, pois, três vezes salve, o ilustre Visconde do Rio Branco, benemérito da pátria e da humanidade; glória ao grande cidadão que, à frente de uma plêiade brilhante de generosos brasileiros, que conosco se assentam nos bancos da fraternidade, soube mostrar ao mundo que o império do Cruzeiro respeita o seu glorioso passado, trabalha em prol do honrado presente e que tem fé e crença no seu lisongeiro futuro.

Esta solenidade com que os homens livres saúdam a grandeza e a fidalguia, que devem sua existência ao mérito e à virtude; esta solenidade que constitui um hino em honra da civilização e da liberdade; esta solenidade, finalmente, em que todos os sentimentos generosos se agrupam, para render homenagem a um homem, fala mais alto que a eloqüência humana em prol do grande cidadão que acaba de gravar o seu nome nos pórticos da imortalidade.

O obscuro orador não fez um discurso; quis ler, apenas, uma página que, no memorável dia 28 de setembro de 1871, foi escrita na história da civilização. E a página está lida; e ela constitui o elogio do grande homem que hoje recebe os aplausos do Grande Oriente do Brasil, que, em nome de Deus, da razão e da natureza, o proclama benemérito da pátria e da humanidade.

Viva o Ilustre Visconde do Rio Branco”!

ANEXOII⁵⁴⁶

QUADRO DE MAÇONS PARAENSES (1872-1892)					
NOME	LOJA	NACIONALIDADE	PROFISSÃO	ANO	OUTRAS INFORMAÇÕES
Abilio Antonio da Silva	Cosmopolita		Negociante	1873	
Abraham Baruel	Firmeza e Humanidade		Comerciante	1873	
Adolpho Bauer	Cosmopolita		Artista	1873	
Adolpho Kaufuss	Harmonia	Alemão	Artista	1873	
Adriano Xavier d'Oliveira Pimentel	Harmonia	Alemão	Militar	1873	Deputado da Loja / Atuou como jornalista (O Município)
Affonso Henrique de Moraes Rodrigues	Cosmopolita		Artista	1873	Porta Espada da Loja
Agostinho Ferreira Borges	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Agostinho Lopes dos Santos	Cosmopolita		Negociante	1873	
Alberto José Pereira Lomba	Cosmopolita		Empregado Público	1873	
Albino Baptista de Miranda	Firmeza e Humanidade		Comerciante	1873	
Albino da Silva Machado	Cosmopolita		Negociante	1873	
Albino José da Costa	União e Fidelidade (Santarém)			1877	
Albino José da Silva	Cosmopolita		Negociante	1873	
Albino Ribeiro Nunes de Barros	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Alexandre Jose d'Araujo	Harmonia		Militar	1873	2º Vigilante da Loja
Alexandre José de Figueredo	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Alfredo Henrique da Serra Aranha	Cosmopolita			1873	
Alfredo Ludovico da Silva	União e Fidelidade (Santarém)			1877	
Alfredo Tito Ferreira	Harmonia	Brasileiro	Marítimo	1873	

⁵⁴⁶ O PELICANO. (1872-1873). BOLETINS DO GOB E OUTROS DOCUMENTOS. APUD: SANTOS, Alan Cristhian de Sousa. *O que Revelar? O que Esconder? Imprensa & Maçonaria no Findar do Dezenove (Pará, 1872 – 1892)*. Dissertação. (Mestrado em História Social da Amazônia). Universidade Federal do Pará. Belém, 2011.

Alipio Novaes Vieira	União e Fidelidade (Santarém)			1877	
Alvaro Botelho da Cunha Junior	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	
Alvaro Ferreira da Silva	Cosmopolita		Empregado Público	1873	
Angelo Henrique Videgal	Cosmopolita		Negociante	1873	
Antenor A. Ribeiro Guimarães	Harmonia			1873	
Antero Leivas	União e Fidelidade (Santarém)			1874	
Antonio A. Gomes Pinheiro	Firmeza e Humanidade		Comerciante	1873	
Antonio Agostinho d'Andrade Figueira	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	
Antonio Alves da Silva	Cosmopolita		Negociante	1873	
Antonio Alves de Souza Bentes	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Antonio Alves Sussuarana	Renascença			1884	Orador da Loja
AntonioAndresCapper	Harmonia	Brasileiro	Médico	1873	
Antonio Augusto Ferreira da Silva	Renascença			1873	Secretário da Loja
Antonio Augusto Ferreira dos Santos	Cosmopolita		Comerciante	1873	
Antonio Augusto Teixeira Pinto	Harmonia	Brasileiro	Lavrador	1873	
Antonio Augusto Valente d'Andrade	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Antonio Avelino Mendes				1890	
Antonio Ayres de Lacerda Chermont	Harmonia	Brasileiro	Advogado	1873	
Antonio Bernardino Jorge Sobrinho	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	Secretário da Loja. Ajudou a fundar a Loja Aurora / Atuou também como jornalista (O Pelicano)
Antonio Bezerra da Rocha Moraes	Cosmopolita	Brasileiro	Oficial de Polícia	1873	Exerceu atividade política nacional (Deputado na Assembléia Legislativa do Império)
Antonio Botelho Pachecho	Cosmopolita		Negociante	1873	
Antonio Carlos de Souza	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	
Antonio Carlos Rodrigues Martin	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	
Antonio Cicero Fernandes Bello	Aurora			1889	

Antonio Claro de Farias	Harmonia	Brasileiro	Proprietário	1873	
Antonio da Costa Neves	Cosmopolita		Negociante	1873	
Antonio da Gama Pimenta	Cosmopolita			1890-1892	Secretário da Loja
Antonio da Silva Miranda	Cosmopolita		Negociante	1873	
Antonio da Silva Seabra	Cosmopolita		Negociante	1873	
Antonio de Lima Lobo	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Antonio de Miranda Filho	Harmonia e Fraternalidade			1890	
Antonio de Moraes Bittencourt	Harmonia	Brasileiro	Proprietário	1873	
Antonio de Souza e Azevedo	Harmonia	Brasileiro	Comerciante	1873	
Antonio Dias Guerreiro Junior	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	Tesoureiro da Loja
Antonio do Ó de Almeida	Harmonia	Brasileiro	Militar	1873	2º Experto da Loja. Ajudou a fundar a Loja Aurora / Atuou também no Comércio
Antonio Domingos Vianna	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Antonio dos Santos Rodrigues	Cosmopolita			1890	1º Experto da Loja
Antonio Emiliano de Souza Castro	Cosmopolita	Brasileiro	Médico	1873	Orador da loja / Atuou como jornalista (redação do Pelicano)
Antonio F. Souza	União e Fidelidade (Santarém)		Cônego	1877	Foi suspenso de suas obrigações religiosas quando dos episódios da Questão Religiosa
Antonio Facundo de Castro Menezes	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	
Antonio Feliciano de Souza	União e Fidelidade (Santarém)			1877	
Antonio Gentil Augusto e Silva	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	
Antonio Gonçalves da Costa	Firmeza e Humanidade		Comerciante	1873	
Antonio Gonçalves Martins Arantes	Aurora			1884	
Antonio Gualdino da Motta	Cosmopolita		Empregado Público	1873	

Antonio Guimarães Teixeira	Harmonia e Fraternidade			1873	
Antonio Henrique Carreira	Cosmopolita		Negociante	1873	
Antonio Ignacio d'Oliveira	Harmonia	Naturalizado	Negociante	1873	
Antonio J. Rodrigues dos Santos	União e Fidelidade (Santarém)			1877	
Antonio Jacques da Silva	Renascença			1884	
Antonio Joaquim Affonso	Cosmopolita		Negociante	1873	
Antonio Joaquim Alves Lima	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Antonio Joaquim Baptista	Cosmopolita		Negociante	1873	
Antonio Joaquim Correa	Cosmopolita		Lavrador	1873	
Antonio Joaquim d'Abreo Guimarães	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Antonio Joaquim d'Almeida Bastos	Harmonia	Brasileiro	Artista	1873	Chanceler da Loja
Antonio Joaquim d'Almeida Vianna	Harmonia	Brasileiro	Proprietário	1873	Exerceu atividade política local (Vereador)
Antonio Joaquim d'Oliveira Campos	Harmonia	Brasileiro	Engenheiro	1873	
Antonio Joaquim de Azevedo	Cosmopolita		Agenciador	1873	
Antonio Joaquim Fernandes	Cosmopolita			1873	
Antonio Joaquim Gonçalves Lobato	Cosmopolita		Negociante	1873	
Antonio Joaquim Pereira	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Antonio Joaquim Pereira Lobato	Harmonia	Brasileiro	Proprietário	1873	
Antonio Joaquim Ribeiro	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Antonio Joaquim Rodrigues dos Santos	União e Fidelidade (Santarém)			1874	
Antonio Joaquim Rodrigues Pinto	Cosmopolita		Negociante	1873	
Antonio José Coelho de Barros	Harmonia	Português	Comerciante	1873	Também era membro da Loja Cosmopolita
Antonio José Coelho de Barros Junior	Harmonia	Brasileiro	Lavrador	1873	
Antonio José Coelho de Meirelles	Cosmopolita		Negociante	1873	
Antonio Jose Correa	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Antonio José da Costa e Cunha				1890	
Antonio Jose da Gama Malcher	Harmonia	Brasileiro	Lavrador	1873	
Antonio José da Silva	Harmonia	Português	Comerciante	1873	

Antonio Jose da Silva Neves	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	
Antonio José de Araujo	Cosmopolita		Negociante	1873	
Antonio José de Bastos Azevedo	Cosmopolita		Negociante	1873	
Antonio José de Brito Barreiros	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Antonio Jose de Castro	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Antonio José de Freitas	Harmonia	Português		1873	
Antonio José de Lemos	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	1º Vigilante / Atuou também como jornalista (O Pelicano e A Província do Pará) e exerceu atividade política local e nacional (Vereador no Império e Senador e Intendente na República)
Antonio José de Souza Dillon	Harmonia	Brasileiro	Comerciante	1873	
Antonio José do Amaral	Cosmopolita			1872	Representante ao Grande Oriente
Antonio José dos ReysSilson	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Antonio Jose dos Santos	Cosmopolita		Empregado Público	1873	
Antonio José dos Santos Pinto	Cosmopolita			1890	2º Vigilante da Loja
Antonio Jose Gomes	Cosmopolita			1873	
Antonio José Gonçalves Sampaio	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Antonio Jose Jorge	Harmonia	Brasileiro	Maquinista	1873	
Antonio José Lopes	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Antonio José Nogueira	Cosmopolita		Artista	1873	
Antonio José Pinheiro Tupinamba	Harmonia	Brasileiro	Médico	1873	
Antonio Jose Rebello	União e Fidelidade (Santarém)			1877	
Antonio José Soares de Barros	Cosmopolita		Negociante	1873	
Antonio Luiz da Silva Junior	Aurora			1884	Orador da Loja
Antonio Luiz de Faria Guimarães	Cosmopolita		Negociante	1873	
Antonio Luiz de Souza	Cosmopolita			1873	
Antonio Manoel Correa de Miranda	Harmonia	Brasileiro	Lavrador	1873	
Antonio Manoel F. Almeida	União e Fidelidade (Santarém)			1877	
Antonio Manoel Gonçalves Tocantins	Harmonia	Brasileiro	Engenheiro	1873	Adjunto de Orador da Loja

Antonio Martins da Costa	Cosmopolita			1873	
Antonio Maximiano da Costa	Cosmopolita		Comerciante	1873	
Antonio Mendes dos Reis	Cosmopolita		Negociante	1873	
Antonio Moreira da Silva Junior	Cosmopolita			1892	
Antonio Nicolau de Souza Gomes	Harmonia	Brasileiro	Artista	1873	
Antonio Nicolau Monteiro Baena	Harmonia	Brasileiro	Oficial de Polícia	1873	1º Vigilante em 1872 e Venerável da Loja Harmonia em 1890. Além de Venerável na Loja Aurora em 1873/ Atuou como jornalista (O Agrário) / Exerceu atividade política nacional (Senador da República)
Antonio Nogueira	Cosmopolita		Artista	1873	
Antonio Olympio Nunes	Harmonia	Brasileiro	Lavrador	1873	
Antonio Pedro da Silva	Cosmopolita		Artista	1873	
Antonio Pedro Velasco	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	
Antonio Pereira da Silva	Harmonia	Brasileiro	Lavrador	1873	
Antonio Pereira da Silva e Souza	Cosmopolita		Negociante	1873	
Antonio Pereira de Sá Souto-Maior	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Antonio Pereira Paz da Silva	Harmonia		Guarda-Livros	1873	1º Experto da Loja
Antonio Pinheiro	Firmeza e Humanidade		Comerciante	1873	
Antonio Pinto da Rocha	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Antonio Pinto de Ancedo	Cosmopolita		Negociante	1873	
Antonio Pinto de Moraes Castro	Aurora			1884	
Antonio Raulino de Souza Uchoa	Cosmopolita	Brasileiro	Advogado	1873	Atuou também como jornalista (redação do Pelicano) / Exerceu atividade política local (Vereador)
Antonio Rodrigues Barata	Aurora			1884	Venerável da Loja / Também foi membro da Loja Cosmopolita
Antonio Rodrigues do Couto	Harmonia	Brasileiro	Artista	1873	
Antonio Rodrigues Ferreira Brinco	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Antonio Rodrigues Quelhas	Cosmopolita		Negociante	1873	
Antonio Sabino da Silva	União e Fidelidade (Santarém)			1877	

Antonio Silva	Renascença			1892	
Antonio Tavares de Almeida	Cosmopolita			1892	
Antonio Vieira d'Andrade	Harmonia	Brasileiro	Lavrador	1873	
Apolinario Marques d'Oliveira Pantoja	Harmonia	Brasileiro	Lavrador	1873	
Apparicio Joaquim Pereira Castiço	Harmonia	Português	Guarda-Livros	1873	
Arlindo Leopoldo Correa de Miranda	Firmeza e Humanidade		Lavrador	1873	
Arthur da Silva	Firmeza e Humanidade		Comerciante	1873	3º Diácono da Loja
Arthur Moreira	Cosmopolita			1873	
Augusto A. Gonçalves Agra	Cosmopolita		Comerciante	1873	
Augusto Carlos de Melo L'Eraistre		Brasileiro	Advogado	1873	Atuou também como jornalista (redação do Pelicano)
Augusto Cesar Gomes Pinheiro	Renascença			1884	
Augusto Cezar Sampaio	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	
Augusto Dias Alves Guerra	Firmeza e Humanidade		Comerciante	1873	
Augusto Joaquim Ramos	Harmonia e Fraternidade			1874	Secretário em 1874 e 1º Vigilante da Loja Firmeza e Humanidade em 1884
Augusto Maria Baião	Cosmopolita			1872	Porta Estandarte da Loja. Também foi membro da Loja Aurora (1884)
Augusto Nunes Pacheco	Cosmopolita			1892	Hospitaleito da Loja
Augusto Orilline	Harmonia	Norte-Americano	Engenheiro	1873	
Augusto Ramos Proença Filho	Cosmopolita		Empregado Público	1873	
Augusto Rodrigues Chaves	Aurora		Militar	1874	
Augusto Thiago de Souza	Cosmopolita			1892	
Austreclino Villariam	Cosmopolita		Militar	1873	
Auzil Gomes de Carvalho	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Avelino Teixeira Martins	Cosmopolita		Comerciante	1873	
B. José de Queiroz	Aurora		Militar	1873	
Balthazar do Rego Cordeiro	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Benedicto José de Medeiros	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Benedicto Thomé da Cunha e Mello			Padre	1873	

Bento da Costa Leite	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Bento José da Silva Santos	Cosmopolita		Negociante	1873	
Bento Jose Rodrigues Vianna	Cosmopolita		Negociante	1873	
Bernardino de Senna Pestana	Harmonia	Brasileiro	Proprietário	1873	Exerceu atividade política local (Vereador)
Bernardino de Senna Xavier d'Alcantara	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	
Bernardino do Espirito Santo Araujo	Harmonia	Brasileiro	Comerciante	1873	
Bernardino José de Queiroz	Aurora		Militar	1873	Tesoureiro Adjunto. Também era membro da Loja Cosmopolita (1890)
Bernardo Barbosa	Cosmopolita		Negociante	1873	
Bernardo Coronel	Cosmopolita		Militar	1873	
Bernardo de Souza Franco	Harmonia	Brasileiro	Advogado	1873	Deputado da Loja/Membro do Partido Liberal / Exerceu atividade política local e nacional (Presidente da Província, Deputado na Assembléia Legislativa do Império, Senador e Conselheiro de Estado)
Bernardo Luiz Nogueira	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Bernardo Pereira de Oliveira	Cosmopolita		Negociante	1873	
Bernardo Victor dos Santos	Cosmopolita		Militar	1873	
Bruno Cabral de Gouvea	Harmonia	Brasileiro	Engenheiro	1873	
Bruno de Moraes Bittencourt	Aurora	Brasileiro		1889	
Bruno Martins	Harmonia e Fraternidade			1874	Arquivista da Loja
Caetano Antonio de Lemos	Aurora			1874	1º Experto da Loja
Camerino Facundo de Castro Menezes	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	
Camillo José do Valle Guimarães	Harmonia	Brasileiro	Médico	1873	Exerceu atividade política local (Vereador)
Camilo Antonio dos Santos	Cosmopolita		Empregado Público	1873	
Candido José da Costa	Harmonia		Militar	1873	
Candido José da Silva Moura	Harmonia			1889	Secretário da Loja
Carlos Antonio Pereira de Macedo	Harmonia		Militar	1873	Delegado da Loja
Carlos Brelaz	Harmonia	Brasileiro	Comerciante	1873	

Carlos de Castro de Figueiredo	Aurora			1873	
Carlos Euzebio de Moraes	Harmonia	Brasileiro	Proprietário	1873	
Carlos Hypolito de Santa Helena Magno	Cosmopolita		Advogado	1873	
Carlos Ktzingler	Harmonia	Naturalizado	Empregado Público	1873	
Carlos Pfender	Cosmopolita			1873	
Cazemiro A. Esteves Dias	Cosmopolita		Negociante	1873	
Charles Collier	Harmonia	Francês	Engenheiro	1873	
Charles Paros				1890	
ChristovãoAntonio Cordeiro	Cosmopolita			1873	
Cincinato Henrique Frazão	Cosmopolita		Comerciante	1873	
Clemente da Silva Carvalho	Cosmopolita		Negociante	1873	
Clemente Jose Rodrigues	Cosmopolita		Negociante	1873	
Constantino Jose Nunes	Cosmopolita		Militar	1873	
Custodio Jose Barbosa do As	Cosmopolita		Negociante	1873	
Custodio José de Souza	Cosmopolita		Negociante	1873	
Cypriano José dos Santos	Harmonia	Brasileiro	Artista	1873	Atuou como jornalista (Jornal do Pará)
Cypriano José Pereira da Silva	Cosmopolita		Negociante	1873	
Daniel Joaquim da Silva Jorge	Cosmopolita		Agenciador	1873	
Daniel William Miller					Atuou como jornalista (O Santo Officio)
David Corrêa Sanches de Frias	Renascença			1873	Venerável da Loja
David Pereira de Oliveira	União e Fidelidade (Santarém)			1877	
Delfin Antonio Lobato	União e Fidelidade (Santarém)			1877	
DelphimLauds	Cosmopolita		Negociante	1873	
Domingos Antonio da Silva Batalha	Cosmopolita		Comerciante	1873	
Domingos Antonio de Magalhães	Cosmopolita			1873	

					Membro do Partido Liberal, exerceu atividade política local e nacional (Presidente da Província e Deputado na Assembléia Legislativa do Império) / Escritor
Domingos Antonio Raiol	Harmonia	Brasileiro	Advogado	1873	
Domingos Antonio Tourinho	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Domingos d'Oliveira Gomes	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	
Domingos Ferreira Maya	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Domingos Jose da Motta Reimão	Cosmopolita		Negociante	1873	
Domingos José Dias				1890	
Domingos José Ferreira	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Domingos José Pereira	Renascença			1889	Secretário da Loja
Domingos Lege	Cosmopolita		Negociante	1873	
Domingos Nogueira	Harmonia	Português	Marítimo	1873	
Domingos Pereira de Souza	Cosmopolita		Lavrador	1873	
Duarte Jose Rodrigues	Cosmopolita		Negociante	1873	
Elias José Nunes da Silva	Harmonia		Negociante	1873	2º Vigilante da Loja
Emilio Adolpho de Castro Martins	Firmeza e Humanidade		Bancário	1873	
Emilio Augusto Pinto				1890	
Emilio de Moraes Dias	Aurora			1873	Exerceu atividade política regional (Deputado na Assembléia Legislativa Provincial)
Emilio Rodrigues de Oliveira Bastos	Aurora		Militar	1873	Mestre de Cerimônias da Loja
Epifanio Candido de Souza Pitanga	Harmonia			1873	
Ernesto Pereira Lima	Harmonia	Brasileiro	Oficial de Polícia	1873	
Ernesto Rodrigues Pereira	Cosmopolita		Negociante	1873	
Ernesto Rung	Cosmopolita		Negociante	1873	
Estevão da Costa Gomes	Cosmopolita		Artista	1873	
Eurico José Dias de Carvalho	Cosmopolita		Comerciante	1873	

					Foi Delegado do Grande Oriente Unido no Pará. Pertencia aos quadros da Loja Firmeza e Humanidade / Membro do Partido Liberal, exerceu atividade política local (Vereador) / Atuou também como jornalista (O Comunicador, O Pelicano) e como professor
Eutychio Pereira da Rocha	Harmonia	Brasileiro	Padre	1873	
Evaristo Antonio Lopes de Souza	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	
Feliciano Bacellar	Harmonia e Fraternidade			1890	Venerável da Loja
Feliciano Diocleciano Dias Cardoso	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	
Feliciano Ramos Heales	Harmonia	Brasileiro	Lavrador	1873	
Feliciano Souza Azevedo	Harmonia		Negociante	1873	2º Experto da Loja
Felippe Augusto de Carvalho	Harmonia	Brasileiro	Comerciante	1873	Exerceu atividade política local (Vereador)
Felippe Benicio Gomes Rocha	União e Fidelidade (Santarém)			1877	
Felippe d'Araujo Sampaio	Harmonia	Brasileiro	Militar	1873	
Felippe Guilherme de Miranda Lisboa	Cosmopolita		Militar	1873	
Felippe Joaquim de Souza	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	
Felippe José de Lima	Cosmopolita		Advogado	1873	Secretário da Loja / Atuou como jornalista (Diário de Notícias) / Exerceu atividade política local (Vereador)
Felippe Nery Monteiro	Harmonia	Brasileiro	Comerciante	1873	
Felippe Nery Penna de Moraes	Harmonia	Brasileiro	Lavrador	1873	
Felippe Pereira Marinho Falcao e Mello	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	
Felix José Pereira	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Felix José Pereira Serzedelo	Harmonia	Português	Diplomata	1873	(Vice-cônsul de Portugal)
Felix Vicente de Leão	Harmonia	Brasileiro	Padre	1873	Orador da Loja / Foi também membro da Loja Aurora
Fermino Ponciano dos Santos	Cosmopolita		Militar	1873	

Fernando Felix Gomes Junior	União e Fidelidade (Santarém)			1874	
Fernando Figueiredo da Motta	Cosmopolita			1892	Venerável da Loja
Fideles Satyro de Mattos	Harmonia		Oficial de Polícia	1873	Adjunto do Secretário da Loja / Foi também membro da Loja Aurora
Firmino Antonio Figueira	Harmonia	Brasileiro	Comerciante	1873	
Fortunato Alves de Souza	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Fortunato Alves de Souza Junior	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Francisco Aguiar				1890	
Francisco Amandio d'Oliveira	Harmonia	Brasileiro	Comerciante	1873	
Francisco Antonio Cardoso	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Francisco Antonio Cerdeira	Cosmopolita			1872	Cobridor da Loja
Francisco Antonio Cordeiro	Cosmopolita		Negociante	1873	
Francisco Antonio de Araujo	Cosmopolita		Lavrador	1873	
Francisco Antonio Dias Fontoura	Cosmopolita		Negociante	1873	
Francisco Antonio Nepomoceno	Harmonia	Brasileiro	Oficial de Polícia	1873	
Francisco Antonio Raiol	Cosmopolita		Negociante	1873	
Francisco Antonio Rodrigues	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	
Francisco Antonio Vieira da Cunha	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Francisco Augusto de Araujo Vianna	Cosmopolita			1873	
Francisco Augusto Puga	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Francisco Baptista da Silva Aguiar	Firmeza e Humanidade		Comerciante	1873	
Francisco Baptista Lopes Braga	Firmeza e Humanidade			1884	2º Vigilante da Loja
Francisco Bello Valente Cordeiro	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	Mestre de Banquetes da Loja
Francisco Candido de Aguiar e Souza	Aurora		Militar	1873	
Francisco Cardoso Barata	Harmonia		Proprietário	1873	Mestre de Banquetes da Loja
Francisco Cardoso Monteiro	União e Fidelidade (Santarém)			1877	
Francisco Carlos Delduque	Aurora			1873	
Francisco da Costa Junior	Cosmopolita		Negociante	1873	

Francisco da Costa Pinto	Cosmopolita			1890	Mestre de Cerimônias da Loja
Francisco da Cunha Carvalho	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Francisco da Ponte e Souza	Harmonia	Brasileiro	Proprietário	1873	
Francisco da Silva Cyriaco	Cosmopolita		Marchante	1873	
Francisco da Silva Miranda		Brasileiro		1890	
Francisco de Lima Braga	Cosmopolita			1890	Secretário da Loja
Francisco de Paula Barreto	Cosmopolita		Empregado Público	1873	
Francisco de Paula Bolonha de Loureiro	Harmonia	Brasileiro	Despachante da alfândega	1873	
Francisco de Salles de Mello Freire Barata	Cosmopolita		Empregado Público	1873	
Francisco de Souza Cerqueira			Artista		Atuou na imprensa como editor gráfico (O Pelicano e A Província do Pará)
Francisco Duarte Valente	Harmonia	Português	Lavrador	1873	
Francisco Fernandes Maia	Cosmopolita		Negociante	1873	
Francisco Fernandes Monteiro	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Francisco Ferreira da Silva Vizeo	Cosmopolita		Artista	1873	
Francisco Gomes Eiras	Cosmopolita		Negociante	1873	
Francisco Gregorio d'Oliveira	Harmonia	Brasileiro	Lavrador	1873	
Francisco Joaquim Affonso	Harmonia	Brasileiro	Militar	1873	
Francisco Joaquim Fiusa da Cunha	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Francisco Joaquim Pereira	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Francisco José de Souza Junior	Harmonia	Brasileiro	Lavrador	1873	
Francisco José de Souza Salles	Harmonia			1873	Adjunto de Orador da Loja
Francisco José Pereira	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Francisco Ladislao Toscano d'Alcantara	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	
Francisco Liborio Fernandes	Harmonia e Fraternalidade			1874	Orador da Loja
Francisco Manoel de Souza Seixas	Cosmopolita		Comerciante	1873	
Francisco Manoel Pinheiro	Cosmopolita		Negociante	1873	
Francisco Pacheco	União e Fidelidade (Santarém)			1877	

Francisco Paz Moreira	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Francisco Pedro Gurjão	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	
Francisco Pereira da Cunha Bastos	Cosmopolita		Artista	1873	
Francisco Pereira da Silva Coimbra	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Francisco Pereira de Souza Junior	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	
Francisco Pereira Dourado	Cosmopolita		Negociante	1873	2º Experto
Francisco Pinto de Almeida	Cosmopolita			1890	Secretário da Loja
Francisco Raymundo Furtado	Harmonia	Brasileiro	Comerciante	1873	
Francisco Roiz	Harmonia e Fraternidade			1874	Tesoureiro da Loja
Francisco Teixeira de Carvalho				1890	
Francisco Xavier de M. Pereira	Harmonia	Naturalizado	Médico	1873	Membro do Partido Conservador
Francisco Xavier do Espirito Santo	Harmonia	Brasileiro	Artista	1873	
Francisco Xavier do Espirito Santo Junior	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	
Francisco Xavier Machado Sobrinho	Firmeza e Humanidade		Comerciante	1873	
Francisco Xavier Nunes Pinto	Aurora			1873	
François Petit	Aurora			1889	
Frederico Augusto da Silva Guimarães	Cosmopolita		Comerciante	1873	
Frederico Guilherme Brainheer	Harmonia	Alemão	Comerciante	1873	
Frederico Schonckt	Cosmopolita		Artista	1873	
Gaspar de Macedo e Amorin	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	Exerceu atividade política local (Vereador)
Gaspar Lopes da Cunha	Firmeza e Humanidade			1890	Secretário da Loja
Gentil Augusto Cardozo	Cosmopolita		Fazendeiro	1873	
George Harlowe Sumner	Firmeza e Humanidade			1884	Venerável da Loja
Geraldo Baptista Valente	União e Fidelidade (Santarém)			1877	
Geraldo d'Oliveira e Souza	Harmonia	Brasileiro	Agenciador	1873	
Geraldo da Cruz Mello Lobato	Harmonia	Brasileiro	Artista	1873	
Germano Augusto de Barros Torreão	Cosmopolita			1872	Deputado do Grande

	ta				Oriente
Germano Augusto de Barros Torreão	Cosmopolita			1872	Deputado do Grande Oriente
Gervazio José Cordeiro	Cosmopolita		Negociante	1873	
Gregorio José da Silva Junior	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	
Gregório Pinto de Almeida Carvalhaes	Cosmopolita		Negociante	1873	
Guilherme Antonio Hall	União e Fidelidade (Santarém)			1877	
Guilherme Tappernbeck	Harmonia	Alemão	Comerciante	1873	
Henrique Augusto de Paiva	Cosmopolita		Artista	1873	
Henrique Francisco Caldas	Harmonia	Brasileiro	Militar	1873	
Henrique João Cordeiro	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	
Henrique Luiz de Campos	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Henrique Roberto Rodrigues	Harmonia e Fraternidade			1874	1º Vigilante da Loja em 1872
Henrique William Alfred Kingdoa	Harmonia	Inglês	Engenheiro	1873	
Heráclito Vespasiano Fiock Romano			Advogado	1873	Atuou também como jornalista (redação do Pelicano) / Exerceu atividade pública (Procurador Fiscal do Tesouro Público Provincial em 1868)
Higino Xavier Craveiro Lopes	Cosmopolita		Negociante	1873	
Hilario Honorato da Cunha Mininêa	Aurora			1874	
Hilario Maximiano Antunes Gurjão	Harmonia	Brasileiro	Militar	1873	
Honorio José dos Santos	Cosmopolita		Empregado Público	1873	
HonorioPepes de Paula Lemos	Harmonia	Brasileiro	Comerciante	1873	
Hygino Nery da Costa	Cosmopolita		Negociante	1873	
IgnacioAntonio da Paixão	Cosmopolita		Negociante	1873	
Ignacio da Silva Arantes	Cosmopolita			1873	
Ignacio Egydio Gonçalves d'Oliveira	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Ignacio Jose Ferreira de Mendonça	Cosmopolita			1873	
Ildefonso Brante Pereira Lima	Aurora			1893	
IndalescioPepis Paula Lemos	Harmonia	Brasileiro	Oficial de Polícia	1873	
Isaac Sgnlai	União e Fidelidade (Santarém)			1877	
Isidoro d'Alcantara P. Costa	União e Fidelidade			1877	

	(Santarém)				
Isidoro de Almeida Pereira	Cosmopolita		Negociante	1873	
Isidoro Ferreira da Costa Junior	Cosmopolita		Agenciador	1873	
Ismael de Senna Ribeiro Nery	Harmonia	Brasileiro	Cônego	1873	Atuou também como jornalista (A Voz Paraense, A Trombeta do Santuário, O Pelicano) / Exerceu atividade política local (Vereador)
Jacques Gaensly	Harmonia	Suíço	Comerciante	1873	2º Vigilante da Loja
Jacques Levy	Cosmopolita		Negociante	1873	
Januario de Miranda Ribeiro	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	
Januario Simões da Silva	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Jean Etiecheguver	Harmonia	Francês	Maquinista	1873	
Jean Havies	Harmonia	Francês	Maquinista	1873	
Jerônimo Gentil Junior	Firmeza e Humanidade		Comerciante	1873	
Jeronymo Emilio de Araujo	Renascença			1884	Tesoureiro da Loja
João Aguiar da Silva Martins			Médico	1890	
João Alvares Lobo	Renascença			1884	
João Alves Monteiro	Harmonia	Brasileiro	Comerciante	1873	
João Antonio Barbosa d'Oliveira	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	
João Antonio Cardoso	Harmonia	Brasileiro	Comerciante	1873	
João Antonio da Costa Moraes	Harmonia	Brasileiro	Proprietário	1873	
João Antonio da Paixão	Cosmopolita		Negociante	1873	
João Antonio da Silva Egres	Firmeza e Humanidade		Oficial Público	1873	
João Antonio Henriques	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
João Antonio Lopes	Harmonia	Brasileiro	Lavrador	1873	
João Antonio Nunes	Harmonia	Brasileiro	Proprietário	1873	
João Augusto Dias Guerreiro	Cosmopolita			1873	Exerceu atividade política local (Vereador)
João Augusto Ribeiro Malcher	Cosmopolita		Empregado Público	1873	
João Baptista Beckman	Harmonia e Fraternidade			1874	2º Experto da Loja
João Baptista Carrada	Cosmopolita		Negociante	1873	
João Baptista de Mattos	União e Fidelidade (Santarém)			1874	

João Baptista do Livramento Ferreira	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	
João Baptista Grana	Harmonia			1873	Mestre de Cerimônias da Loja/ Também foi membro da Loja Aurora (1884) / Exerceu atividade política local (Vereador)
João Baptista Mendes Madureira	Cosmopolita			1873	
João Baptista Orcy	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
João Baptista Passos	Harmonia	Brasileiro	Advogado	1873	
João Baptista Pereira	Renascença			1884	Secretário da Loja
João Candido Freire d'Andrade	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
João Cardoso da Gama Coimbra	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
João Cernaque da Costa	Harmonia	Brasileiro	Proprietário	1873	
João Chrisostomo da Matta Bacellar	Cosmopolita			1873	Hospitaleiro em 1872-73 e Venerável da Loja em 1889
João Clemente Ribeiro Baptista	Cosmopolita		Comerciante	1873	
João Climaco da Silva Mello	Aurora			1889	
João Constantino do Valle Guimarães	Harmonia e Fraternidade			1873	Secretário da Loja
João da Costa Pereira	Cosmopolita			1873	
João da Fonseca Freitas	Harmonia	Brasileiro	Proprietário	1873	
João da Matta Gomes	Harmonia	Brasileiro	Comerciante	1873	
João da Matta Resende	Cosmopolita		Negociante	1873	
João da Silva Mendes	Cosmopolita		Negociante	1873	
João de Deos e Silva	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	
João Diniz Gonçalves Pinto	Cosmopolita		Artista	1873	
João Diogo Clemente Malcher	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	Membro do Partido Conservador, exerceu atividade política local (Vereador)
João Domingos Rodrigues	Cosmopolita		Negociante	1873	
João Ernesto de Salles	Aurora		Militar	1873	
João Evangelista Moreira	Cosmopolita		Negociante	1873	
João Ferreira d'Almeida	Harmonia e Fraternidade			1874	1º Experto da Loja
João Ferreira Dias	Firmeza e Humanidade		Comerciante	1873	

João Florencio de Mello	Cosmopolita		Negociante	1873	
João Francisco Fernandes	Harmonia	Português	Proprietário	1873	
João Gonçalves Bastos	Cosmopolita			1890	Tesoureiro da Loja
João Gonçalves dos Santos	Harmonia	Brasileiro	Comerciante	1873	
João Gonçalves Ledo	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	
João Gonçalves Rôxo	Firmeza e Humanidade			1890	
João Gualberto da Costa e Cunha	Firmeza e Humanidade			1872	2º Vigilante da Loja
João Ignacio d'Oliveira Cavallero	Harmonia	Brasileiro	Militar	1873	
João Infante de Carvalho Penna	Aurora		Militar	1873	
João J. de Carvalho Penna	Aurora		Militar	1873	
João Jose de Souza	Cosmopolita		Negociante	1873	
João José Dias da Costa	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
João José Guedes da Costa	Harmonia	Brasileiro	Comerciante	1873	
João José Horacio e Silva	Harmonia	Brasileiro	Agenciador	1873	
João Jose Pereira de Faria	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	
João José Valente Doce	Harmonia	Brasileiro	Proprietário	1873	
João Leandro da Costa	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
João Lopes de Oliveira	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
João Lourenço de Souza	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	
João Luiz de La-Roque	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
João Luiz Peleja	Harmonia	Brasileiro	Escrivão civil	1873	Chanceler Arquiteto da Loja
João Mamede Way-mei	Aurora			1890	
João Manoel da Cunha e Mello	Cosmopolita		Lavrador	1873	
João Manoel de Moraes	Harmonia	Brasileiro	Artista	1873	
João Manoel dos Reis	Cosmopolita			1890	
João Marcellino da Silva	Cosmopolita		Negociante	1873	
João Maria de Moraes	Harmonia	Brasileiro	Advogado	1873	
João Marques de Carvalho	Firmeza e Humanidade	Brasileiro	Advogado	1890	Atuou como jornalista (Diário de Belém, A Província do Pará e Diário do Comércio do Pará) / Escritor/ Diplomata
João Marques dos Santos Junior	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
João Nazareth da Silva	Firmeza e Humanidade		Comerciante	1873	

João Olímpio Roberto Maues	Firmeza e Humanidade		Lavrador	1873	
João Olympio Rangel	Aurora			1873	Exerceu atividade política local (Vereador)
João Paulo Moreira	Cosmopolita		Negociante	1873	
João Paulo Velloso	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	
João Pedro da Costa Soares	Firmeza e Humanidade		Comerciante	1873	
João Pedro de Souza Moreira	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	
João Pedro Muller	Aurora			1884	Secretário da Loja
João Pereira da Silva Paranhos	Cosmopolita			1873	
João Pinto Vianna	Cosmopolita		Artista	1873	
João Raulino de Souza Uchôa	Harmonia e Fraternidade	Brasileiro	Médico	1873	Exerceu atividade política local (Vereador)
João Ribeiro de Arede	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
João Rodrigues Ferreira	Harmonia	Brasileiro	Comerciante	1873	
João Rodrigues Velloso	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
João Saturnino Moraes Baptista	Harmonia e Fraternidade			1874	Adjunto do Secretário da Loja
João Torquato Galvão Vinhas	Cosmopolita		Negociante	1873	
João Ventura dos Santos	Harmonia	Português	Marítimo	1873	
João Xavier	Cosmopolita		Comerciante	1873	
Joaquim Alves Moreira Pego	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Joaquim Antonio Correa de Miranda	Cosmopolita		Negociante	1873	Porta Espada da Loja
Joaquim Antonio da Silva Barata	Harmonia	Brasileiro	Magistrado	1873	
Joaquim Antonio da Silva Egues	Harmonia	Brasileiro	Cônego	1873	
Joaquim Antonio da Silva Martins	Cosmopolita		Comerciante	1873	
Joaquim Antonio da Silva Rosado	Harmonia	Português	Comerciante	1873	Exerceu atividade política local (Vogal do Conselho Municipal da República)
Joaquim Antonio Ferreira da Cunha	Harmonia	Brasileiro	Militar	1873	
Joaquim Antonio Lopes Martins	Firmeza e Humanidade		Guarda-Livros	1873	Chanceler Arquiteto da Loja
Joaquim Antonio Luiz Coelho	União e Fidelidade (Santarém)		Oficial de Polícia	1877	
Joaquim Augusto de Lucena	Renascença			1884	

Joaquim Augusto do Cruzeiro Seixas	Renascença			1884	1º Vigilante da Loja
Joaquim Baptista Camacho	Firmeza e Humanidade			1889	
Joaquim Baptista de Araujo	Harmonia e Fraternalidade			1890	
Joaquim Barbosa de Amorim	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Joaquim Cardoso Barata	Harmonia	Brasileiro	Proprietário	1873	
Joaquim Cardoso d'Andrade	Harmonia	Brasileiro	Comerciante	1873	
Joaquim Cardoso Monteiro	Cosmopolita		Negociante	1873	
Joaquim Carlos Toscano Damasceno	Firmeza e Humanidade			1884	Secretário da Loja
Joaquim Carneiro Martins de Mesquita	Harmonia			1890	
Joaquim Coelho de Macedo	Harmonia	Brasileiro	Comerciante	1873	
Joaquim Correa de Magalhães Junior	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Joaquim da Cunha Menezes	Cosmopolita		Negociante	1873	
Joaquim Dias da Costa	Renascença			1884	2º Vigilante da Loja
Joaquim Duarte	União e Fidelidade (Santarém)			1877	
Joaquim Estevão Ferreira Campos	Harmonia		Comerciante	1873	Cobridor da Loja
Joaquim Felipe de Souza	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	
Joaquim Fernandes Pinto Junior	Harmonia e Fraternalidade			1874	Cobridor da Loja
Joaquim Ferreira Bentes	União e Fidelidade (Santarém)			1877	
Joaquim Ferreira Junior	Renascença			1873	
Joaquim Francisco Fernandes	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Joaquim Francisco Soutelo	Firmeza e Humanidade			1884	Tesoureiro da Loja
Joaquim Freire d'Almeida	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Joaquim Frutuoso Pereira Guimarães	Harmonia	Brasileiro	Médico	1873	
Joaquim Guilherme Gonçalves Vianna	Renascença			1889	Venerável da Loja
Joaquim Jeronymo Ferreira	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Joaquim José d'Almeida Arnisaul	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	
Joaquim José d'Almeida Pinheiro	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Joaquim José da Cunha	Cosmopolita			1873	

Joaquim José da Silva Meirelles Junior	Cosmopolita		Agenciador	1873	
Joaquim José de Assis	Harmonia e Fraternidade	Brasileiro	Advogado	1872	Venerável da Loja em 1872 e 73/Também foi membro e Venerável da Loja Firmeza e Humanidade/Atuou como jornalista (O Tiradentes, O Futuro, O Pelicano e A Província do Pará) / Exerceu carreira política local e regional (Secretário de Presidente de Província Sebastião do Rego Barros, Deputado da Assembléia Provincial e liderança do Partido Liberal)
Joaquim José dos Santos	Harmonia	Brasileiro	Comerciante		
Joaquim José Mendes Pereira	Harmonia		Bancário	1873	Adjunto do Mestre de Cerimônias
Joaquim José Rodrigues	Cosmopolita			1873	
Joaquim Lopes Bastos	União e Fidelidade (Santarém)			1874	
Joaquim Lourenço Cabral	Firmeza e Humanidade		Guarda-Livros	1873	Adjunto de Orador da Loja
Joaquim Mamede e Costa	Cosmopolita		Comerciante	1873	
Joaquim Manoel Pereira Junior	Cosmopolita		Negociante	1873	
Joaquim Marcos Carreiras Guerra	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Joaquim Maria Machado d'Abreu Peixoto	Harmonia e Fraternidade			1873	
Joaquim Mariano de Souza	Cosmopolita		Mecânico	1873	
Joaquim Martins da Silva	Aurora			1873	
Joaquim Nunes da Silva Motta	Cosmopolita		Negociante	1873	
Joaquim Pereira da Motta	Firmeza e Humanidade			1872	Orador da Loja
Joaquim Pinto d'Almeida	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Joaquim Raymundo da Silva Bastos	Harmonia			1872	Arquiteto da Loja
Joaquim Ribeiro da Costa Salgado	Cosmopolita		Negociante	1873	
Joaquim Rocha dos Santos	Cosmopolita		Comerciante	1873	
Joaquim Rodrigues de Souza Filho	Aurora			1873	
Joaquim Rodrigues Varella	Cosmopolita		Negociante	1873	
Joaquim Smith de Vasconcellos	Firmeza e Humanidade			1890	

	de				
Joaquim Travasso da Rosa	Cosmopolita		Marítimo	1873	
Joaquim Victorino de Souza Cabral	Aurora			1890	
JonhKingart	Harmonia	Inglês	Comerciante	1873	
José Adriano Vieira Martins	Renascença			1890	Secretário da Loja
José Affonso Vianna	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Jose Agostinho Carreira Guerra	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
José Agostinho da Silva Rabello	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	
José Albano Nunes de Almeida	Harmonia e Fraternidade			1874	Hospitaleiro da Loja
Jose Alves de Sousa	Harmonia	Brasileiro	Comerciante	1873	
José Antonio Álvaro	Harmonia	Brasileiro	Comerciante	1873	
José Antonio da Cunha Malcher	Harmonia	Brasileiro	Comerciante	1873	
José Antonio da Silva Junior	Firmeza e Humanidade		Comerciante	1873	
José Antonio de Araujo	Cosmopolita			1873	
José Antonio de Resende Junior	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
José Antônio Dias da Costa	Firmeza e Humanidade			1872	Secretário da Loja
José Antonio Ferreira da Silva				1890	
Jose Antonio Lopes	Harmonia	Brasileiro	Comerciante	1873	
José Antonio Pereira Feio	Cosmopolita		Negociante	1873	
José Antunes Martins	Cosmopolita		Negociante	1873	
José Antunes Soares	Cosmopolita		Negociante	1873	
José Augusto Dias Guerreiro	Harmonia	Brasileiro	Proprietário	1873	
José Augusto Gomes de Abreu	União e Fidelidade (Santarém)			1877	
Jose Baptista da Silva Barros	Harmonia e Fraternidade			1874	Mestre de Banquetes da Loja
José Baptista dos Santos Carradas	Cosmopolita			1872	Arquiteto da Loja
José Baptista Ribeiro de Souza	Harmonia	Brasileiro	Proprietário	1873	
José Bento da Silva	Cosmopolita		Negociante	1873	
José Bonifacio Nunes	Harmonia	Brasileiro	Lavrador	1873	
Jose Borges Pacheco	Cosmopolita		Negociante	1873	
José Brício da Gama Abreu				1890	

Jose Caetano de Mello	Firmeza e Humanidade		Comerciante	1873	
José Caetano Ribeiro	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
José Caetano Ribeiro da Silva	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
José Cancio Baptista Lopes	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	
Jose Cardoso da Cunha Coimbra	Harmonia	Brasileiro	Comerciante	1873	Membro do Partido Liberal, exerceu atividade política local (Vereador)
José Cardoso Pereira Monteiro	União e Fidelidade (Santarém)			1877	
José Coelho da Motta	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	
José Coelho da Silva Junior	Harmonia e Fraternidade			1873	
José Coelho de Miranda Leão Junior	Harmonia	Brasileiro	Lavrador	1873	
Jose Custodio de Mello Freire Barata	Cosmopolita		Empregado Público	1873	Mestre de Banquetes da Loja
Jose Custodio Fernandes do Nascimento	Harmonia	Brasileiro	Engenheiro	1873	
Jose Cyriaco Gurjão	Harmonia	Brasileiro	Militar	1873	
José da Costa	Harmonia	Brasileiro	Militar	1873	
Jose da Costa Pereira	Cosmopolita			1873	
José da Cunha Braga	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Jose da Cunha Muniz	Cosmopolita		Negociante	1873	
José da Gama Malcher	Harmonia	Brasileiro	Médico	1873	Venerável da Loja / Membro do Partido Liberal / Exerceu atividade política local (Vereador e Presidente da Província)
José da Silva Leite	Harmonia	Brasileiro	Proprietário	1873	
José Daniel da Silva	Harmonia e Fraternidade			1874	Mestre de Cerimônias da Loja
José de Araujo Roso Danin	Harmonia	Brasileiro	Magistrado	1873	Atuou também como jornalista (O Liberal do Pará) / Exerceu atividade política local e nacional (Presidente da Província e Deputado na Assembléia Legislativa do Império)
José de Lima Guimarães	Cosmopolita			1873	
José de Lima Penante	Firmeza e Humanidade		Artista	1873	
Jose do Carmo Pereira Monteiro	Cosmopolita		Proprietário	1873	

José do Ó de Almeida	Cosmopolita		Negociante	1873	Membro do Partido Conservador
José Duarte Navio	Cosmopolita			1890	Adjunto do Mestre de Cerimônias / Também foi membro da Loja Aurora
José Durães Junior	Cosmopolita			1890	Porta Estandarte da Loja
José Estanisláo de Assunção Junior	União e Fidelidade (Santarém)			1874	
Jose Eugenio da Silva	Cosmopolita		Negociante	1873	
José Eustachio de Azevedo			Literato	1906	
José Eutychio da Rocha Leão	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
José Fernando d'Aredo	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
José Ferreira de Macedo Faria Gajo	Aurora			1884	Representante da Loja
José Francisco da Silva	Cosmopolita			1892	Mestre de Banquetes da Loja
José Francisco da Silva Neves	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	
Jose Francisco Monteiro	Cosmopolita		Marítimo	1873	
José Francisco Salça Junior	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
José Garcia da Silva	Harmonia	Brasileiro	Lavrador	1873	
José Geraldo Barroso da Silva	Cosmopolita		Lavrador	1873	Exerceu atividade política local (Vereador)
José Gilmente de Siqueira	Cosmopolita		Lavrador	1873	
José Gomes da Silva Junior	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
José Gonçalves da Rocha	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
José Gonçalves de Lemos	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Jose Gonçalves de Lima Rocha	Harmonia	Brasileiro	Comerciante	1873	
José Gualdino da Silva	Cosmopolita		Empregado Público	1873	
José Guedes Pereira	Cosmopolita		Artista	1873	
José Gusmão da Silva Amaral	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
José Henrique Cordeiro de Castro	Harmonia	Brasileiro	Advogado	1873	
Jose Honorato da Silva Miranda	Cosmopolita		Lavrador	1873	
Jose Honorato de Mattos Guerreiro	Cosmopolita		Negociante	1873	
Jose Ignacio de Farias	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	Mestre de Cerimônias da Loja
José Joaquim Carreira	Cosmopolita		Comerciante	1873	
José Joaquim da Fonseca	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
José Joaquim da Silva Barros	Cosmopolita		Lavrador	1873	
José Joaquim de Azedo	Cosmopolita		Negociante	1873	

José Joaquim de Carvalho Junior	Firmeza e Humanidade		Droguista	1873	
José Joaquim de Lima	Harmonia	Brasileiro	Proprietário	1873	Exerceu atividade política local (Vereador)
José Joaquim Dias de Oliveira	Renascença			1884	Venerável da Loja
José Joaquim dos Santos Pinto	Cosmopolita			1890	Chanceler da Loja
José Joaquim Ferreira de Carvalho	Cosmopolita		Negociante	1873	
José Joaquim Fonseca	Harmonia		Negociante	1873	Tesoureiro da Loja
José Joaquim Laranja Machado	Harmonia			1873	3º Experto da Loja
José Joaquim Luiz Coelho	União e Fidelidade (Santarém)			1877	
José Joaquim Marques				1890	
José Joaquim Novaes da Cunha	Cosmopolita		Negociante	1872	Adjunto do Mestre de Cerimônias
José Joaquim Ribeiro Couto	Firmeza e Humanidade		Comerciante	1873	Adjunto do Mestre de Cerimônias
Jose Joaquim Rodrigues	Cosmopolita		Negociante	1873	
José Joaquim Rodrigues Martins	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	
José Joaquim Saraiva de Miranda	Cosmopolita		Negociante	1873	
José Lourenço Moreira Bastos	Firmeza e Humanidade		Comerciante	1873	
José Marcellino Nunes Belforte	Cosmopolita		Comerciante	1873	
José Maria Borges de Lima	Cosmopolita			1892	
Jose Maria da Cunha	Cosmopolita		Negociante	1873	
José Maria da Silva Pingarilho	Cosmopolita			1873	
José Maria de Oliveira	Cosmopolita		Mecânico	1873	
José Maria Monteiro	Cosmopolita		Negociante	1873	
José Maria Pereira	Cosmopolita			1873	
José Maria Pinto Guimarães	Harmonia	Naturalizado	Empregado Público	1873	
José Maria Teixeira de Souza	Cosmopolita			1873	
José Mariano Botelho	Cosmopolita		Negociante	1873	
José Mario Honorato Fernandes	Harmonia	Brasileiro	Artista	1873	
Jose Martins Pereira	Harmonia	Brasileiro	Lavrador	1873	
José Maxiniano da Costa Cabedo	Harmonia	Brasileiro	Oficial de Polícia	1873	
José Nogueira dos Santos	Cosmopolita		Negociante	1873	

José Olympio Fernandes	União e Fidelidade (Santarém)			1877	
José Paes de Carvalho	Firmeza e Humanidade	Brasileiro	Médico	1890	Atuou como jornalista (A República) / Exerceu atividade política local e nacional (Presidente do Club Republicano do Pará, Governador do Estado e Senador da República)
José Pereira da Silva	Cosmopolita		Negociante	1873	
Jose Raphael Soares Palhar	Harmonia	Naturalizado	Dentista	1873	
José Ricardo de Medeiros Branco	Cosmopolita		Negociante	1873	
Jose Rodrigues de Souza	Cosmopolita		Negociante	1873	
Jose Rodrigues Gil	Cosmopolita		Negociante	1873	
José Rolim de Carvalho Guimarães	Harmonia			1894	
Jose Thomaz da Ponte e Souza	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	
Jose Thomaz do Couto	Cosmopolita		Empregado Público	1873	Chanceler da Loja
Jose Travasso da Rosa	Cosmopolita		Negociante	1873	
José Velloso Barreto	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
José Ventura dos Santos	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Joseph Lyom Mac-Gre	Cosmopolita		Comerciante	1873	
Josephino Cypriano Rosa Lobato	Cosmopolita			1890	3° Experto da Loja
Jovenianno José Moreira	Cosmopolita			1872	2° Vigilante da Loja
Julião Augusto da Serra Martins	Cosmopolita		Militar	1873	
Julião da Fonseca Freitas	Cosmopolita		Proprietário	1873	
Julião Honorato Correa de Miranda	Harmonia e Fraternidade		Engenheiro	1873	Ajudou a fundar e foi 2° Vigilante da Loja Aurora /Atuou também como jornalista (redação do Pelicano) / Exerceu atividade política regional (Deputado na Assembléia Legislativa Provincial)
Julio Borges Ferreira	Cosmopolita		Negociante	1873	
Justo Leite Chermont	Firmeza e Humanidade	Brasileiro	Advogado	1890	Atuou também como jornalista (A República) / Exerceu atividade política regional e nacional (Governador do Estado e Senador da República)
Juvenio Tavares Sarmento e Silva	Firmeza e Humanidade			1889	Secretário da Loja

Lauro Nina Sodré	Harmonia	Brasileiro	Militar	1888	Atuou também como jornalista (A Província do Pará e A República) / Exerceu atividade política regional e nacional (Governador do Estado e Deputado na Câmara Federal)
LazardBlock	Cosmopolita		Negociante	1873	
Leandro de Mattos Guerreiro	Harmonia			1873	Tesoureiro da Loja
Leão Titan	Cosmopolita			1892	
Leocadio Jose Rodrigues	Harmonia		Lavrador	1873	
Leonardo Augusto de Farias Vivas	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Leonardo José Peixoto	Cosmopolita		Agenciador	1873	
Leoncio Francisco de Farias	União e Fidelidade (Santarém)			1877	
Leoncio Pereira de Araujo	Harmonia	Brasileiro	Comerciante	1873	
Levindo H. Gonçalves Peleja	Cosmopolita			1890	Secretário da Loja
Libanio Pedro dos Santos	Harmonia	Brasileiro	Comerciante	1873	
Lourenço A. de O. Bahia	Cosmopolita			1873	
Lourenço da Costa Loureiro	Harmonia	Português	Artista	1873	
Lourenço Lucidoro da Mota	Harmonia	Brasileiro	Proprietário	1873	
Luiz A. d'Araujo Bahia			Médico	1890	
Luiz Alfredo Monteiro Baena	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	Atuou como jornalista (A Voz Paraense)
Luiz Alves da Motta	Cosmopolita		Negociante	1873	3º Diácono da Loja
Luiz Antonio Fernandes	União e Fidelidade (Santarém)			1877	
Luiz Antonio Henriques	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Luiz Bahia				1890	
Luiz Baptista Duarte	Firmeza e Humanidade		Comerciante	1873-1889	
Luiz Beelaz	Harmonia	Suíço	Lavrador	1873	
Luiz Bernardes Perdigão Rosa	Harmonia	Brasileiro	Farmacêutico	1873	
Luiz da Cunha Carvalho	Harmonia	Brasileiro	Comerciante	1873	Mestre de Cerimônias da Loja
Luiz da Silva Pingarilho	Cosmopolita		Negociante	1873	
Luiz de La Roque Junior				1890	
Luiz de Queiroz Coutinho	Cosmopolita		Militar	1873	
Luiz dos Santos Rangel	Cosmopolita			1890	Porta Espada da Loja
Luiz Ferreira de Lemos	Cosmopolita		Médico	1873	

	ta				
Luiz Francisco Collares	Harmonia e Fraternidade			1874	2° Diácono da Loja
Luiz Francisco d' Amorim	Cosmopolita		Negociante	1873	
Luiz Francisco de Albuquerque Maranhão	Cosmopolita			1873	
Luiz Gonçalves Velloso				1890	
Luiz Gonzaga Sarmiento	Cosmopolita		Negociante	1873	
Luiz Jose Coelho de Barros	Harmonia	Brasileiro	Comerciante	1873	
Luiz José da Silva Lima	Aurora			1890	
Luiz Jose Martins de Albuquerque	Cosmopolita		Negociante	1873	
Luiz Lanter	Cosmopolita			1892	
Luiz Lara	Cosmopolita		Negociante	1873	
Luiz Maria d'Araujo	Harmonia e Fraternidade			1874	1° Diácono da Loja
Luiz Queiroz de Albuquerque	Cosmopolita			1873	
Luiz Texeira de Mesquita	Cosmopolita		Negociante	1873	
Manoel Alves da Silva	Cosmopolita		Negociante	1873	
Manoel Antonio de Farias	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	
Manoel Antonio Moreira d'Araujo	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Manoel Antonio Rodrigues	Cosmopolita		Empregado Público	1873	
Manoel Antonio Teixeira	Cosmopolita		Comerciante	1873	
Manoel Araujo Lameira	Cosmopolita		Artista	1873	
Manoel Augusto Pinto do Souto	Firmeza e Humanidade			1890	
Manoel Baptista Bittencourt	Harmonia	Brasileiro	Guarda-Livros	1873	
Manoel Baptista de Miranda	Cosmopolita		Negociante	1873	
Manoel Barnabé Monteiro Baena	Aurora		Empregado Público	1873	
Manoel Bernardes de Souza	Cosmopolita		Militar	1873	
Manoel Bernardo dos Santos Macedo	Cosmopolita		Negociante	1873	
Manoel Borges de Oliveira	Cosmopolita		Negociante	1873	
Manoel Caetano Rodrigues	Harmonia			1873	Hospitaleiro da Loja
Manoel Caetano Salgado	União e Fidelidade			1877	

	(Santarém)				
Manoel Constantino da Veiga	Firmeza e Humanidade		Comerciante	1873	
Manoel d'Oliveira Gonçalves	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Manoel da Conceição Pereira de Castro	Harmonia	Brasileiro	Militar	1873	
Manoel da Costa Ferreira	Cosmopolita		Artista	1873	
Manoel da Costa Frazão	Cosmopolita		Artista	1873	
Manoel da Fonseca Bernal	Harmonia	Brasileiro	Comerciante	1873	
Manoel da Motta Nogueira	Cosmopolita		Negociante	1873	
Manoel da Ponte e Souza	Harmonia			1873	1º Experto da Loja
Manoel da Silva Mendes	Cosmopolita			1890	1º Vigilante da Loja
Manoel de Araujo Lima	Harmonia	Brasileiro	Comerciante	1873	
Manoel de Moraes Bittencourt				1890	Exerceu atividade política local (Vereador)
Manoel de Sá e Souza	União e Fidelidade (Santarém)			1877	
Manoel Dias Possas	Harmonia	Brasileiro	Comerciante	1873	
Manoel dos Santos Loureiro	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	
Manoel Fernandes Ribeiro	Harmonia	Português	Oficial de Polícia	1873	
Manoel Ferreira Vasques	Firmeza e Humanidade		Comerciante	1889	Orador em 1884 e Venerável da Loja em 1889
Manoel Francisco Barreiros Lima	Cosmopolita	Brasileiro		1892	
Manoel Francisco d'Oliveira	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Manoel Francisco Pimentel	Harmonia	Brasileiro	Proprietário	1873	
Manoel G. Ribeiro Peixoto	Firmeza e Humanidade			1890	
Manoel Gonçalves da Silva	Cosmopolita			1890	1º Diácono da Loja
Manoel Ignacio da Silva Espindola	Harmonia	Brasileiro	Clérigo	1873	
Manoel J. P. F. de M. Albuquerque	Cosmopolita		Advogado	1873	
Manoel Jacintho de Almeida Cardoso	Renascença			1890	Venerável da Loja
Manoel João Carreira	Cosmopolita		Comerciante	1873	
Manoel Joaquim D'Almeida	Firmeza e Humanidade		Artista	1873	
Manoel Joaquim de Freitas	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Manoel Joaquim Machado e Silva	Renascença			1873	
Manoel Joaquim Pereira Vianna	Cosmopolita		Lavrador	1873	

	ta				
Manoel Joaquim Viegas	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Manoel José Cardoso	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Manoel José da Costa e Silva	Cosmopolita		Negociante	1873	
Manoel Jose da Silva Pereira	Cosmopolita		Comerciante	1873	
Manoel José da Silva Sacavem	Cosmopolita		Comerciante	1873	
Manoel José Ferreira d'Almeida	Harmonia	Brasileiro	Comerciante	1873	
Manoel José Monteiro	Cosmopolita		Artista	1873	1º Diácono da Loja
Manoel Jose Vieira	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Manoel Lopes d'Almeida	Cosmopolita		Negociante	1873	
Manoel Luiz de Carvalho Pires	Cosmopolita		Negociante	1873	
Manoel Luiz de Lajor	Harmonia	Brasileiro	Fazendeiro	1873	
Manoel Maciel Barboza	Cosmopolita		Negociante	1873	
Manoel Maria de Moraes	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Manoel Maria Duarte	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	
Manoel Maria Gomes					
Manoel Marques d'Assumpção Sobrinho	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Manoel Marques Ribeiro Peixoto	Firmeza e Humanidade			1890	
Manoel Martins da Silva	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Manoel Oucty	Harmonia	Espanhol	Comerciante	1873	
Manoel Pereira da Silva	Cosmopolita		Negociante	1873	
Manoel Pereira Pinto	Harmonia e Fraternidade			1874	Porta Estandarte da Loja
Manoel Raymundo Gomes	Harmonia	Brasileiro	Tabelião	1873	
Manoel Rodrigues Coimbra Junior	Aurora			1884	Tesoureiro da Loja
Manoel Roque Rodrigues dos Santos	União e Fidelidade (Santarém)			1877	
Manoel Soares de Medeiros	Firmeza e Humanidade		Comerciante	1873	
Manoel Tavares de Souza	Cosmopolita		Negociante	1873	
Manoel Tavares Pinto Porto	Cosmopolita		Negociante	1873	
Manoel Teixeira Pinto dos Santos	Renascença			1884	
Manoel Victor de Siqueira Junior	Firmeza e Humanidade		Comerciante	1873	

	de				
Manuel Alfredo ferreira da Cruz	Aurora			1874	
Marçal Gonçalves Ferreira	Cosmopolita		Comerciante	1873	
Marceliano Macedo Bahia Costa	Harmonia	Brasileiro	Comerciante	1873	
Marcelino Francisco Arteiro dos Santos	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
MarcellinoAntonio da Silva	União e Fidelidade (Santarém)			1877	
Marcellino Marques de Lima	Harmonia	Brasileiro	Escrivão civil	1873	2º Mestre de Cerimônias
Marcellino Rodrigues da Veiga Tenorio	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	
Marcello Lobato de Castro	Cosmopolita		Médico	1872	Venerável da Loja / Atuou na redação do jornal O Pelicano / Exerceu atividade política local (Vereador)
Marciano Beirão	Renascença			1890	
Marcos Antonio Castilho	Cosmopolita			1890	Arquiteto da Loja
Mariano Jose Domingos d'Araujo	Cosmopolita		Empregado Público	1873	
Martinho Nina Ribeiro	Harmonia			1873	2º Experto
Martiniano Furtado de Mendonça	Firmeza e Humanidade		Guarda-Livros	1873	
Matheus Antonio Soares	Cosmopolita		Negociante	1873	
Mauricio Levy	Cosmopolita		Negociante	1873	
Maximiano José dos Santos	Cosmopolita		Empregado Público	1873	
MaximinoR. Perdigão Cardoso	Aurora			1873	
Miguel Archanjo Alves	Cosmopolita		Negociante	1873	
Miguel Augusto dos Santos	Cosmopolita		Mecânico	1873	
Miguel Couto dos Santos	Harmonia e Fraternalidade			1874	
Miguel dos Anjos Torres	Harmonia	Brasileiro	Engenheiro	1873	
Miguel José Raio	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Miguel Luiz Coelho	União e Fidelidade (Santarém)			1877	
Miguel Moreira Coelho	Cosmopolita		Negociante	1873	
Miguel Polak	Cosmopolita		Negociante	1873	
Miguel Simplicio d'Almeida Pantoja	Cosmopolita		Negociante	1873	
Miguel Sinav	Cosmopolita		Negociante	1873	

	ta				
Miguel Walles	Harmonia	Espanhol	Comerciante	1873	
Nicoláo Tolentino Pereira	Harmonia	Brasileiro	Lavrador	1873	
Nisto Thiago Ferreira	Cosmopolita		Negociante	1873	
Octavio Joaquim Machado	Firmeza e Humanidade		Marítimo	1873	
Olimpio da Gama Bentes	Harmonia	Brasileiro	Comerciante	1873	
Paulo de Souza de Silveira	União e Fidelidade (Santarém)			1877	
Paulo Monraille	Harmonia	Francês	Comerciante	1873	
Pedro Alexandrino Nunes de Sá	Aurora			1884	Deputado da Loja
Pedro Antonio Balthazar	Cosmopolita		Negociante	1873	1º Vigilante da Loja
Pedro Antonio Paes	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	
Pedro da Cunha	Firmeza e Humanidade			1889	
Pedro de Mello Marinho Falcão	Aurora		Militar	1873	Secretário da Loja
Pedro Gomes do Amaral	Cosmopolita		Proprietário	1873	
Pedro Gomes Oliveira Filho	Cosmopolita			1892	
Pedro Henrique Cordeiro	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	
Pedro Joaquim de Mello	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	
Pedro José da Rocha Salgado	União e Fidelidade (Santarém)			1877	
Pedro José da Silva Maya	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Pedro José de Rosa Salgado	União e Fidelidade (Santarém)			1877	
Pedro José Gonçalves Peleja	Cosmopolita			1890	2º Diácono da Loja
Pedro Justiniano de Oliveira	Cosmopolita		Negociante	1873	
Pedro Leite Chermont		Brasileiro		1890	Exerceu atividade política nacional (Deputado na Assembléia Legislativa da República)
Pedro Lourenço da Costa	Harmonia	Brasileiro	Lavrador	1873	
Pedro Luiz Ballera	Harmonia	Espanhol	Comerciante	1873	
Pedro Luiz Coelho	União e Fidelidade (Santarém)			1877	
Pedro Martins	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Pedro Miguel de Moraes Bittencourt	Harmonia	Brasileiro	Proprietário	1873	

Pedro P. Silva Pinho	Harmonia e Fraternidade			1890	
Pedro Pereira Marinho Falcão e Mello	Harmonia	Brasileiro	Lavrador	1873	
Pedro R. Epifanio Baptista	União e Fidelidade (Santarém)			1874	
Pelidoro Xavier de Moraes	Aurora			1873	
Phileto Bezerra da Rocha Moraes	Aurora			1884	1º Vigilante da Loja
Pierre Nicola Rode	Harmonia	Francês	Comerciante	1873	
Polidoro Xavier de Moraes	Harmonia e Fraternidade			1873	
Pompeo da Cunha Leão	Harmonia e Fraternidade			1874	
Porfirio Antonio Pereira	Harmonia	Brasileiro	Militar	1873	
Raimundo Antonio de Almeida	Cosmopolita		Advogado	1873	
Raimundo Ayres Franco Pereira	Harmonia	Brasileiro	Lavrador	1873	
Raimundo Florencio Mattos Cascaes	Harmonia	Brasileiro	Comerciante	1873	
Raymundo Borges Leal Castello Branco	Cosmopolita		Advogado	1873	
Raymundo Candido Ferraz	Harmonia	Brasileiro	Comerciante	1873	
Raymundo Clemêncio da Silva Lisboa	Cosmopolita		Empregado Público	1873	2º Diácono da Loja. Também foi membro da Loja Aurora (1884)
Raymundo da Costa Junior	Aurora			1873	
Raymundo de Lima Guimarães	Cosmopolita		Marchante	1873	
Raymundo Dias Ferreira Portugal	Cosmopolita			1872	Adjunto de Orador da Loja / Exerceu atividade pública (Colaborador da Secretária de Governo da Província de Sebastião José do Rego)
Raymundo do Nascimento Pereira	Harmonia	Brasileiro	Militar	1873	
Raymundo Florencio de Mattos Cascaes	Harmonia			1873	Adjunto do Mestre de Cerimônias
Raymundo José d'Oliveira Pantoja	Harmonia	Brasileiro	Proprietário	1873	Exerceu atividade política local (Vereador)
Raymundo Nonato Ledo	Harmonia	Brasileiro	Proprietário	1873	
Raymundo Ovidio Auzier	Harmonia	Brasileiro	Lavrador	1873	
Ricardo Joaquim Pinto	Harmonia	Brasileiro	Engenheiro	1873	
Ricardo Marques da Silva	Cosmopolita		Negociante	1873	
Ricardo Smith de V. Hughs	Cosmopolita			1892	
Roberto Hesk Sobrinho	Harmonia			1873	Cobridor da Loja

Romualdo Antonio da Costa	Harmonia	Brasileiro	Comerciante	1873	
Rubim Namias	Firmeza e Humanidade		Comerciante	1873	
Rufino Victorio da Matta	Harmonia	Português	Lavrador	1873	
S. Cardoso Monteiro	União e Fidelidade (Santarém)			1877	
Sabino d'Almeida e Silva	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Salomão Laluff	União e Fidelidade (Santarém)			1877	
Salomão Laredo	União e Fidelidade (Santarém)			1877	
Salvador de Mendonça	Harmonia			1873	
Samuel Candido	Cosmopolita		Negociante	1873	
Samuel Goddard Pond	Harmonia	Norte-Americano	Comerciante	1873	
Samuel Wallace Mac-Dowell	Harmonia	Brasileiro	Advogado	1873	Orador em 1873 e Venerável da Loja em 1874 / Atuou também como jornalista (O Pelicano e A Regeneração) / Exerceu atividade política local e nacional (Liderança do Partido Liberal e depois do Partido Conservador, Deputado na Assembléia Geral do Império e Conselheiro do Estado)
Santos Mercado	Cosmopolita		Negociante	1873	
Sebastião Augusto Gonçalves Pereira	Cosmopolita		Comerciante	1873	
Sebastião Pinto d'Araujo	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	
Serafim José Correa de Sá	Renascença			1873	
Sergio Constantino Silveira Goes	Firmeza e Humanidade		Comerciante	1873	
Sergio Rodrigues Boaventura	União e Fidelidade (Santarém)			1877	
Severino Dias Pereira Portugal	Cosmopolita		Empregado Público	1873	
Simão Fragozo	Harmonia e Fraternidade			1873	
Simplicio Gonçalves de Oliveira	Aurora		Militar	1873	
Simplicio José Correia	União e Fidelidade (Santarém)			1874	
Theodoro Caetano Correa	Cosmopolita		Negociante	1873	

	ta				
Theodoro Ferreira de Andrade Chaves	Cosmopolita		Empregado Público	1873	
Theodoro José de Brito	Harmonia	Brasileiro	Comerciante	1873	
Theodozio Bernardo Rosa	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	
Theophilo D'Oliveira Condurú	Firmeza e Humanidade		Comerciante	1873	
Thomaz da Silva Correa Dias	Firmeza e Humanidade		Comerciante	1873	
Thomaz de Aquino Correa Junior	Cosmopolita			1873	
Thomaz Ribeiro de Mello	Harmonia	Brasileiro	Comerciante	1873	
Thomaz Xavier de Barros	Cosmopolita		Negociante	1873	
Tito Franco de Almeida	Harmonia	Brasileiro	Advogado	1874	Deputado da Loja. Também era membro da Loja Harmonia e Fraternidade / Atuou como jornalista (O Grão-Pará, Jornal do Amazonas, O Liberal do Pará) / Exerceu atividade política local e nacional (Liderança do Partido Liberal, Deputado na Assembléia legislativa do Império e Conselheiro do Estado)
Torquato Antônio de Souza	Firmeza e Humanidade	Brasileiro	Padre	1872	Foi suspenso de suas obrigações religiosas quando dos episódios da Questão Religiosa
Torquato Ferreira de Mello e Andrade	Harmonia	Português	Comerciante	1873	
Valentim Ferreira Souto	Aurora			1890	
Valentim José Nogueira	Cosmopolita		Lavrador	1873	
Valerio Alves de Souza	Harmonia			1873	Mestre de Banquetes da Loja
Venceslao Janas	Cosmopolita		Negociante	1873	
Vicente Baptista de Miranda	Harmonia	Brasileiro	Militar	1873	Tesoureiro da Loja
Vicente Carmino Leal	Harmonia	Brasileiro	Empregado Público	1873	1º Vigilante da Loja / Atuou como jornalista (O Pelicano, Jornal da Tarde)
Vicente Jose Pereira Cintra	Cosmopolita		Negociante	1873	
Vicente Justiniano	Cosmopolita		Negociante	1873	
Vicente Pereira de Souza Paes	Cosmopolita			1873	
Vicente Ruiz	Harmonia e Fraternidade			1874	2º Vigilante da Loja

	de				
Vicente Todesche	Harmonia	Português	Farmacêutico	1873	
Visconde de Arary	Harmonia	Brasileiro	Proprietário	1873	
Walter Eytel	Cosmopolita			1892	
Wolfango Alves Carneiro	Harmonia	Brasileiro	Comerciante	1873	
Xisto de Paula Bahia	Cosmopolita		Artista	1873	